



Universidade Estadual de Maringá

SANDRO HELENO MORAIS ZARPELÃO

**TEMPESTADE NO IRAQUE:  
A GUERRA DO GOLFO, A POLÍTICA EXTERNA DOS  
ESTADOS UNIDOS, A HISTORIOGRAFIA MILITAR E A  
IMPrensa ESCRITA BRASILEIRA (1990-1991)**

Maringá  
2008

SANDRO HELENO MORAIS ZARPELÃO

**TEMPESTADE NO IRAQUE:  
A GUERRA DO GOLFO, A POLÍTICA EXTERNA DOS  
ESTADOS UNIDOS, A HISTORIOGRAFIA MILITAR E A  
IMPrensa ESCRITA BRASILEIRA (1990-1991)**

Volume único.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (Política e Movimentos Sociais), Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial necessário à obtenção do título de Mestre em História (Política e Movimentos Sociais).

Orientador: Prof. Dr. Sidnei José Munhoz

Maringá  
2008

SANDRO HELENO MORAIS ZARPELÃO

**TEMPESTADE NO IRAQUE:  
A GUERRA DO GOLFO, A POLÍTICA EXTERNA DOS  
ESTADOS UNIDOS, A HISTORIOGRAFIA MILITAR E A  
IMPrensa ESCRITA BRASILEIRA (1990-1991)**

Dissertação Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (Política e Movimentos Sociais), Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial necessário à obtenção do título de Mestre em História (Política e Movimentos Sociais).

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. João Fábio Bertonha

---

Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz

---

Orientador: Prof. Dr. Sidnei José Munhoz

Maringá, 27 de outubro de 2008.

*A todos os pesquisadores que estudam com afinco e grande dedicação às áreas de História Militar, do Tempo Presente, das Relações Internacionais, Política e Contemporânea. Também dedico tal trabalho aos jornalistas e à imprensa que buscam trazer informações importantes sobre o que está ocorrendo no front de batalha. As contribuições dos jornalistas são fundamentais para que os historiadores possam compreender melhor o conturbado mundo que se desenha nos tempos atuais.*

*Às milhares de vítimas fatais e mutilados que tiveram de alguma forma suas vidas interrompidas ou mudadas de forma irreversível. Cada pessoa atingida, seja militar ou civil, representa uma história pessoal que brutalmente foi interrompida.*

Dedico este trabalho primeiramente  
a Deus,  
meu querido pai, Rubens Zarpelão,  
minha doce mãe, Elizabeth de Moraes Zarpelão,  
meus irmãos Melissa Moraes Zarpelão e Camilo Moraes Zarpelão  
minha amada noiva Roberta Zaninelli do Nascimento,  
a minha querida avó Lázara Silvestre Zarpelão,  
ao meu excelente orientador, professor e amigo Sidnei José Munhoz,  
ao meu competente professor e amigo Francisco César Alves Ferraz.

## AGRADECIMENTOS

A conclusão desse trabalho só foi possível devido à contribuição de valorosas pessoas. Como se trata de uma dissertação de mestrado na área de História, nada mais compreensível do que partir do presente e relembrar daqueles que me ajudaram, de pequena até grande escala, na conquista de um sonho: o mestrado.

Agradeço sinceramente à minha família que sempre me apoiou nas horas alegres, tristes e de dificuldades. A sabedoria, seriedade, exemplo e inteligência dos meus pais Rubens Zarpelão e Elizabeth de Moraes Zarpelão foram de fundamental importância para que eu conseguisse cursar o mestrado. Os incentivos material, humano e psicológico aos estudos foi decisivo no enfrentamento dos problemas e desafios que me foram colocados no mestrado. Trata-se de uma bagagem de valores, princípios e conhecimentos importantes para a minha vida.

Outrossim, agradeço aos meus irmãos Melissa Moraes Zarpelão e Camilo Moraes Zarpelão, que sempre me apoiaram e incentivaram as minhas opções e caminhos trilhados.

Não posso esquecer-me de meus avós paternos Lázara Silvestre Zarpelão e de meu avô José Zarpelão (in memorian), avós maternos Lázaro de Moraes (in memorian) e Ambrosina Bassi (in memorian) e bisavós Cesarino Silvestre (in memorian), Benedita da Cunha Silvestre (in memorian) e Rosa Rossini (in memorian) que com seu amor, apoio, dedicação e carinho sempre me ajudaram em todos os sentidos, seja nos aspectos material, psicológico ou familiar.

À minha namorada e noiva Roberta Zaninelli do Nascimento pela paciência, dedicação, companheirismo, amor, solidariedade, carinho e boa vontade

e pelas contribuições dadas ao ajudar na configuração do trabalho nos padrões técnicos da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e na tradução do resumo do português para o inglês.

Também não poderia me esquecer em hipótese alguma dos meus tios, primos e tios-avós que me apoiaram, incentivaram e colaboraram na minha caminhada pela árdua estrada do mestrado. Pessoas como meus tios Alberto Rosa Vigarinho (in memorian), Luzia Morais Vigarinho, Lázara Morais Brigatto, Irial Décimo Brigatto, Eugênia de Morais Mariano (in memorian), José Mariano, Antonia Odete Morais Torrezan, Faustino Torrezan, Terezinha Morais Crepaldi, Deolindo Crepaldi, José Jatil de Lázaro, Carmem de Lázaro, Sebastiana de Morais Oliveira (in memorian), Maria Morais, Ovílio, José Roberto Zarpelão e Helena Bogaz Zarpelão. Aos meus primos Dinis Morais Vigarinho, Rogério Morais Brigatto, Vinicius Morais Vigarinho, Rosa de Fátima Morais Vigarinho, César Crepaldi, Lucia Morais Torrezan, Marcos Morais Torrezan, Tiago Morais Mariano, Flavio Morais Crepaldi, Luciana Morais Oliveira, Cristina Vigarinho, Vânia Crepaldi, entre outros. Por fim a todos os meus familiares e amigos que de alguma forma contribuíram para a elaboração dessa dissertação de mestrado.

Agradeço imensamente aos docentes que tive nos ensinamentos fundamental e médio. Confesso que foram fundamentais e imprescindíveis em minha caminhada pela estrada das Ciências Humanas, na Escola Municipal Dona Cota, Escola Estadual Diva Figueiredo da Silveira (CENE) e Colégio Paraguaçu, todas em Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo. Em especial menção para os professores e professoras Angelina, Flora, Maria Salu, Neusa, Vilma Wirgues (in memorian), Juarez Prado, Rita de Cássia Bazzo, Geraldo Pereira, Rubens Zarpelão,

Elizeu, Zélia Paiva, Carminela, Luiz Maria Helena Mourão, Meire Estevão e Adauto Elias Moreira.

Um especial agradecimento à docente de Língua Portuguesa Rita de Cássia Bazzo por ter lido e corrigido com paciência, dedicação e competência a minha dissertação de mestrado.

Não posso esquecer os professores do curso de Direito da UEL que me ensinaram a ciência jurídica, toda a sua teoria, prática, problemas, soluções e desafios que a constituem. Nomes como Adauto Almeida Tomazewski, Nelson Milanez (in memorian), Denise Maria Weiss de Paula Machado, Maria Regina Clivati Capelo, Celina Kazuko Fujioka Mologni, Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, Adilson Vieira Araújo, José Álvares Delfino, Irineu Vicente Guidini Filho (in memorian), Márcio Barbosa Zeneri, Rossana Helena Karatzios, Flavio Bento, Sinézio Fernandes Maia, Paulo Alípio de Campos Silveira, Luiz Fernando Belinetti, Helena Aranda Barrozo e Rogério Moreira Orrueta jamais serão esquecidos por mim. Minha sincera e profunda gratidão, amizade e apreço.

Indubitavelmente é assaz necessário fazer uma justa lembrança aos meus docentes do curso de História da Universidade Estadual de Londrina. Suas discussões, desconfianças, questionamentos, pensamentos, concepções teóricas, palestras, aulas, seminários, posições políticas, coerência acadêmica, ética e trabalhos científicos foram de suma importância em minha formação historiográfica, pessoal e humana contribuindo bastante para erigir o meu pensar histórico e na minha conquista, participação e encerramento do curso e dissertação de mestrado. Pessoas como Francisco César Alves Ferraz, Claudiomar dos Reis Gonçalves (in memorian), Edméia A. Ribeiro, Francisco Queiroz, Gilmar Arruda, José William Reis Meirelles, José Miguel Arias Neto, Gabriel Giannattasio, Paulo Alves, Maria de



Fátima da Cunha, Regina Célia Alegro, Silvia Cristina Martins Souza, Sylvia Lenz, Marco Antônio Neves Soares, Francisco Sales, Francismara, Zuleika, Celso, Jorge, Ana Heloisa Molina, Lúcia Helena O. Silva estão marcadas para sempre em minha memória.

Devo agradecer também aos professores do curso de Especialização em História Social e Ensino de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com destaque para Francisco César Alves Ferraz, José Miguel Arias Neto, Paulo Alves e Sylvia Lenz. A contribuição do curso de especialização em História Social e Ensino de História foi fundamental para que eu chegasse ao curso de mestrado. Nesse sentido, a contribuição do professor, amigo e companheiro Francisco César Alves Ferraz foi fundamental.

Discorrer algumas palavras sobre o curso de Mestrado em História, área de concentração em Política, Movimentos Populacionais e Sociais, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), é uma grande honra para mim. Não tenho palavras para expressar a minha gratidão para como fui recebido pela Universidade Estadual de Maringá. A opção pela linha de pesquisa Política e Movimentos Sociais foi fundamental para que eu pudesse desenvolver adequadamente a temática de minha dissertação de mestrado. Docentes que lecionaram durante a realização do mencionado curso como João Fábio Bertonha, Lúcio Tadeu Mota, Reginaldo Benedito Dias, Sidnei José Munhoz, Luiz Felipe Viel Moreira, Domingo Ighina, Sônia Mendonça e Lupércio A. Pereira devem ser lembrados em sua contribuição para a minha trajetória historiográfica.

Gostaria também de agradecer aos professores José Henrique Rollo Gonçalves e Reginaldo Benedito Dias, da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

pelas contribuições teóricas dadas ao meu trabalho. Não tenho palavras para expressar minha gratidão.

Os caminhos da Academia são muitas vezes dolorosos. Agradeço a funcionária Giselle Moraes e Silva, do Programa de Pós-Graduação em História – UEM (Mestrado) pela grande ajuda, paciência, simpatia e conversa que me ofereceu ao trilhar a estrada do mestrado.

Mesmo diante da impossibilidade de citar e agradecer todos aqueles que me ajudaram na epopéia do mestrado, menciono o nome de Luiz Carlos Ferreira, responsável pelo Setor de Pesquisa do Bando de Dados de São Paulo Ltda., de propriedade do Jornal Folha de São Paulo. Sua presteza é de imensurável valor.

Igualmente relevante no transcorrer de uma pós-graduação são as críticas e pensamentos que indicam novas veredas para temáticas e problemas aparentemente solucionados. Agradeço sinceramente pela amizade, conversa, dedicação, paciência, inteligência, humildade intelectual, opiniões e auxílios teóricos prestados pelo professor e amigo Francisco César Alves Ferraz, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Foi através do Curso de Especialização em História Social em que escrevi e defendi a monografia “A Crise no Oriente Médio: a Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (1990-1991)”, orientada pelo mencionado docente, que consegui subsídios para ser aprovado na seleção do curso de mestrado da UEM. Teve papel fundamental na formação de meu pensamento crítico e me ajudou na elaboração de minha dissertação de mestrado.

Por fim, não poderia deixar de agradecer ao professor e amigo Sidnei José Munhoz. Para com ele tenho uma grande dívida intelectual. Sua dedicação,

paciência, paixão, ética, orientação, dedicação, inteligência, capacidade cognitiva, humildade intelectual, humanidade e pensamento crítico foram imprescindíveis na minha trajetória como mestrando e não é passível de recompensa através de simples palavras. Emprestou-me livros, fez correções quando necessário orientou-me a seguir determinados pensamentos e correntes historiográficas. Foi através dele que consegui chegar ao tema em questão, fruto de várias conversas, da qualificação de mestrado, de trocas de idéias, correções e orientações. Com certeza teve grande importância na formação do meu pensamento crítico como historiador e professor de História.

Como meu orientador no curso de mestrado, despertou-me ainda mais o interesse para as Histórias do Tempo Presente, Política, das Relações Internacionais, Contemporânea Militar. Foi ele quem me impulsionou para a temática da análise do contexto histórico, discussão bibliográfica acerca da Guerra do Golfo (1991) e de como ela apareceu em parte da imprensa escrita brasileira.

A todas as pessoas que, de uma forma direta ou indireta, auxiliaram e colaboraram na realização do curso de mestrado e na configuração do presente trabalho, meu muito obrigado.

“...este foi sem dúvida um ato extraordinário. Devo lhes dizer que não me recordo de que, em tempo algum nos anais da História Militar, uma força tão numerosa tenha se deslocado a essa distância para entrar em posição e em condições de atacar. Mas, o que é mais importante, eu penso que é muito, muito importante, é falar do gigantesco feito do pessoal de logística e transporte, e é claro, um grande crédito vai para os comandantes das unidades que foram capazes de trazer suas tropas até aqui.”

H. Norman Schwarzkopf,  
General-de-Exército  
Comandante Geral das Forças em  
Operações  
Riad, Arábia Saudita, 27 de fevereiro de  
1991.

“O Vietnã está presente em nós. A Guerra do Vietnã criou dúvidas quanto à decisão dos Estados Unidos e quanto ao poder dos Estados Unidos – não apenas em nosso território, mas no mundo todo. Essa guerra envenenou nossa discussão interna. Pagamos um preço exorbitante pelas decisões que tomamos com boa fé e com boas razões.”

Henry Kissinger, ex-secretário de Estado dos Estados Unidos, ao falar sobre a Guerra do Vietnã, em 1980.

“Morrer pela Pátria, pela idéia. Não, isso é fugir da verdade. Ninguém pode imaginar sua própria morte. Matar é o importante. Esta é fronteira a ser cruzada. Sim, esse é um ato concreto de vontade.”

Paolo Gracie, soldado italiano.

“Em uma guerra não se matam milhares de pessoas. Mata-se alguém que adora espagete, outro que é gay, outro que tem uma namorada. Uma acumulação de pequenas memórias...”

Cristian Boltanski.

“Tornamo-nos uma máquina de esperar. No momento esperamos a comida, depois será a correspondência e a qualquer momento uma bomba inimiga, que poderia acabar com nossa ansiosa e tediosa espera.”

Heinrich Strohen (1919-1942).

“Papai, mamãe, me desculpem por ser um filho ingrato.

Não há nada pior do que um filho morrer antes dos pais, isso foge a ordem natural das coisas. No meu silêncio já refleti muito sobre o sentido e finalidade desta guerra. Mas estar aí junto a vocês seria uma grande humilhação...

Conforta-me aquele velho ditado japonês: ‘ A morte é mais leve do que uma pluma. A responsabilidade de viver é tão pesada quanto uma montanha.’ “

Kato Matsuda (1927-1945), ao falar sobre a Segunda Guerra Mundial e seu sacrifício pessoal em nome do Japão.

ZARPELÃO, Sandro Heleno Morais. **Tempestade no Iraque: a Guerra do Golfo, a Política Externa dos Estados Unidos, a Historiografia Militar e a Imprensa Escrita Brasileira (1990-1991)**. Dissertação (Curso de Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2008.

## RESUMO

O presente trabalho trata da Guerra do Golfo, entre o Iraque e a Coalizão de países liderados pelos Estados Unidos da América. O período de crise analisado se estendeu entre o mês de julho, quando o Iraque se preparava para invadir o Kuwait, até janeiro de 1991, mês que marcou o início do conflito. Também foi analisado o período entre 17 de janeiro e 3 de março de 1991, espaço de tempo em que ocorreu a guerra. Buscou-se estudar tal conflito de uma forma mais ampla para que pudesse ser mais bem compreendido em seu todo. Assim, foi analisado sob três diferentes perspectivas: a da historiografia militar, da política externa dos Estados Unidos e da cobertura da imprensa escrita brasileira, leiam-se os jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo”. Como se trata de uma temática militar, fez-se necessário uma abordagem sobre a guerra e a historiografia militar em termos teóricos. Depois, procurou-se demonstrar a trajetória da política externa dos Estados Unidos ao longo do século XX, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, através das doutrinas militares e de relações exteriores. Assim, compreendendo como a política externa estadunidense se processou e foi construída é possível entender melhor como os Estados Unidos protagonizaram e foram levados a participar da Guerra do Golfo, em 1991. Para tanto, a análise da Doutrina Powell, da Guerra do Vietnã, da Doutrina Carter e da Síndrome do Vietnã foram fundamentais.

Por fim, tal conflito foi discutido à luz da ótica da imprensa, pois representou mudanças na cobertura da imprensa escrita e televisiva de conflitos militares. Tal guerra teve cobertura ao vivo, pela primeira vez na história. Assim, uma análise geral da cobertura da imprensa foi feita, seja a televisiva, via CNN, e principalmente, a escrita, como a realizada pelos jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo”, através dos seus editoriais, para se verificarem as percepções, imagens e construções acerca da Guerra do Golfo. Como se trata de uma temática pouco estudada no Brasil e de grande relevância requer um estudo mais aprofundado. Mediante tais abordagens foi possível estudar de forma mais acurada as causas, o conflito e suas implicações para os Estados Unidos e o mundo.

**Palavras-chave:** Guerra do Golfo, Estados Unidos, Iraque, Kuwait, imprensa, historiografia militar, política externa, petróleo.

ZARPELÃO, Sandro Heleno Morais. Storm in Iraq: the Gulf War, the External Politics of the United States, the Military History and the Written Press Brazilian (1990-1991). Dissertação (Course of Mestrado in History). State university of Maringá (UEM), Maringá, 2008.

### **ABSTRACT**

The present work deals with the Gulf War, between the Iraq and the Coalition of countries led for the United States of America. The analyzed period of crisis if extended enters the July month, when Iraq if prepared to invade the Kuwait, until January of 1991, month that marked the beginning of the conflict. Also the period was analyzed enters 17 of January and 3 of March of 1991, time space where the war occurred. One searched to study such conflict of a ampler form so that it could most be understood in its all. Thus, it was analyzed under three different perspectives: of the military history, of the external politics of the United States and the covering of the written press Brazilian, the periodicals are read “the State of São Paulo” and “Leaf of São Paulo”. As if it deals with a thematic military man became necessary a boarding on the war and the military history in theoretical terms. Later, it was looked to demonstrate the trajectory of the external politics of the United States throughout century XX, mainly from World War II, through the military doctrines and of foreign affairs. Thus, understanding as the United States external politics if it processed and it was constructed is possible to understand better as the United States had carried out and had been taken to participate of the Gulf War, in 1991. For in such a way, the analysis of the Powell Doctrine, the War of the Vietnam, the Doctrine Carter and the Syndrome of the Vietnam had been basic. Finally, such conflict was argued to the light of the optics of the press, therefore it represented changes in the covering of the press written and televising of military conflicts. Such war had covering to the living creature, for the first time in history. Thus, a general analysis of the covering of the press was made, either the televising one, it saw CNN, and mainly, the writing, as carried through for periodicals “the State of São Paulo” and “Leaf of São Paulo”, through its editorials, to verify the perceptions, images and constructions concerning the Gulf War. As one is about a thematic one little studied in Brazil and of great relevance it more requires a deepened study. By means of such boardings it was possible to study of accurite form the causes, the conflict and its implications for the United States and the world.

Key Words: Gulf War, United States, Iraq, Kuwait, the press, military history, external politics, oil.



## SUMÁRIO

<b>DEDICATÓRIA .....</b>	<b>05</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>06</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>15</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>1. REFERENCIAIS TEÓRICOS .....</b>	<b>34</b>
1.1 A HISTORIOGRAFIA .....	35
1.2 DA HISTÓRIA MILITAR À NOVA HISTÓRIA MILITAR .....	48
1.3 A GUERRA.....	58
1.4 A IMPRENSA .....	76
1.5 A CNN .....	86
<b>2. A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS .....</b>	<b>95</b>
2.1 A FORMAÇÃO HISTÓRICA E A POLÍTICA EXTERNA .....	96
2.2 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), OS ESTADOS UNIDOS E A GUERRA FRIA.....	103
2.3 A GUERRA FRIA (1947-1991) E A DOCTRINA DA CONTENÇÃO .....	109
2.4 DOCTRINA TRUMAN .....	133
2.5 DOCTRINA EISENHOWER .....	140
2.6 DOCTRINA NIXON: OS “DOIS PILARES” .....	146
2.7 DOCTRINA CARTER: O PETRÓLEO, O GOLFO PÉRSICO E A MUDANÇA..	151
2.8 DOCTRINA REAGAN E A “DIPLOMACIA DA FORÇA” .....	160
2.9 A DOCTRINA POWELL, COLLIN POWELL E A GUERRA DO GOLFO.....	168
<b>3. A GUERRA DO GOLFO (1991) E A DOCTRINA POWELL.....</b>	<b>181</b>
3.1 A GUERRA DO VIETNÃ (1965-1975): A SÍNDROME DO VIETNÃ E A DOCTRINA POWELL.....	181
3.2 A INTERVENÇÃO DE WASHINGTON NO PANAMÁ (1989).....	191
3.3 AS CAUSAS DA GUERRA DO GOLFO.....	194
3.4 A CRISE DO GOLFO PÉRSICO (08/1990-01/1991): A INVASÃO DO IRAQUE SOBRE O KUWAIT E A REAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS.....	206
3.5 A IMPRENSA NA GUERRA DO GOLFO .....	213
3.6 A GUERRA DO GOLFO (17/01/1991-3/03/1991) .....	217

3.7 OS EFEITOS DO CONFLITO .....	224
3.8 A GUERRA DO GOLFO COMO APLICAÇÃO DA DOCTRINA POWELL.....	229
3.9 A DOCTRINA POWELL PRESENTE NAS DOCTRINAS CLINTON, BUSH E RUMSFELD.....	233
<b>4. COMO A IMPRENSA BRASILEIRA, ESTADO E FOLHA, COBRIU A GUERRA DO GOLFO? .....</b>	<b>256</b>
4.1 A GUERRA DO GOLFO E O PARADIGMA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	257
4.2 A GUERRA DO GOLFO NOS JORNAIS O ESTADO DE SÃO PAULO E NA FOLHA DE SÃO PAULO.....	267
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>281</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>285</b>
<b>BIBLIOGRAFIA VIRTUAL .....</b>	<b>292</b>
<b>FONTES DOCUMENTAIS .....</b>	<b>292</b>

*“Nada assenta melhor a um homem na paz que a quieta mansidão dos humildes. Mas, quando o clamor da batalha chega aos nossos ouvidos, imitai, então, o gesto do tigre. Retesai os nervos, ativai a circulação do sangue, disfarçai a boa índole, com a raiva incontida e, ao olhar, daí. Então, o aspecto terrível.”*

Shakespeare, em Henrique V.

## INTRODUÇÃO

O mês de janeiro de 1991 guardava para o mundo mais um conflito bélico. Dessa vez no Iraque. Quando os primeiros mísseis estadunidenses cruzaram os céus noturnos de Bagdá, era o anúncio das ações da Operação Tempestade no Deserto. Começava a Guerra do Golfo. Esse conflito ocorreu em um momento importante da história contemporânea, de transição entre a Guerra Fria e a chamada “Nova Ordem Mundial”. De acordo com Hobsbawm

*“Como iremos compreender o Breve Século XX, ou seja, os anos que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial ao colapso da URSS, que, como agora podemos ver retrospectivamente, formam um período histórico coerente já encerrado? Não sabemos o que virá a seguir, nem como será o segundo milênio, embora possamos ter certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século XX. Contudo, não há como duvidar seriamente de que em fins da década de 1980 e início da década de 1990 uma era se encerrou e outra nova começou. Esta é a informação essencial para os historiadores do século, pois embora eles possam especular sobre o futuro à luz de sua compreensão do passado, seu trabalho não tem nada a ver com palpites em corridas de cavalos.”<sup>1</sup>*

A Guerra do Golfo foi vencida por uma coalizão de 34 países<sup>2</sup> cujas tropas chegavam a aproximadamente seiscentos mil soldados, liderados pelos

---

<sup>1</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. SANTARRITA, Marcos (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 15.

<sup>2</sup> Os aliados incluíam 34 países: Afeganistão, Argentina, Austrália, Bahrein, Bangladesh, Canadá, Tchecoslováquia, Dinamarca, Egito, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Honduras, Itália, Kuwait, Marrocos, Holanda, Níger, Noruega, Omã, Paquistão, Polônia, Portugal, Catar, Arábia Saudita, Senegal, Coreia do Sul,

Estados Unidos e Reino Unido. Já o Iraque dispunha de aproximadamente um milhão de soldados, no que era considerado o quarto maior exército do mundo na época.

Como foi possível a vitória dos Estados Unidos e seus aliados, numericamente inferiores as Forças Armadas Iraquianas? A frase escrita acima por William Shakespeare<sup>3</sup>, em sua peça de teatro Henrique V, talvez ajude a começar a entender tal questão. O rei Henrique V<sup>4</sup>, da Inglaterra, durante a batalha de Azincourt<sup>5</sup>, no ano de 1420, soube derrotar com 12 (doze) mil homens ingleses o total de 60 (sessenta) mil guerreiros franceses. Entre os muitos triunfos usados, um deles foi explorar a fúria que a guerra extrai das vísceras dos soldados. Nesse sentido, o jornal “O Estado de São Paulo” menciona

---

Espanha, Síria, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e os Estados Unidos. Já o Iraque, foi apoiado por poucos países como a Jordânia, o Sudão e o Iêmen, além da Organização para a Libertação da Palestina, de Yasser Arafat, que não enviaram soldados para ajudar o governo iraquiano. O apoio se restringiu mais ao aspecto político e diplomático. Ver a obra: ZARPELÃO, Sandro Heleno Morais. *A Crise no Oriente Médio: a Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (1990-1991)*. Monografia de Especialização apresentada ao Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina, 2006.

<sup>3</sup> William Shakespeare, nasceu em Stratford on Avon, em 1564, na Inglaterra, e morreu na mesma cidade, em 1616. Dramaturgo e poeta, foi o mais importante representante da literatura inglesa, durante o Renascimento do século XVI. Autor de sonetos, comédias e principalmente de tragédias, escreveu sobre heróis, personalidades históricas importantes, reis, príncipes, generais e governantes. Muitas de suas obras como Hamlet, são críticas, pessimistas, introspectivas que retratam as paixões na crueza da realidade. Foi autor de 37 ou 38 peças atribuídas ao dramaturgo são divididas tradicionalmente em três períodos: o primeiro seria o das comédias ligeiras e afrescos históricos; o segundo seria relacionado com a temática da decepções pessoais e pelas decepções políticas, consubstanciadas nas grandes tragédias; já o terceiro, foi marcado pelas peças romanescas, marcadas por um novo equilíbrio. Peças que trabalhavam a vida como um grande teatro e poder foram escritas, como Ricardo II, em 1595, Henrique IV, nos anos de 1597 e 1598 e Henrique V, de 1598-1599. Nesta peça, o príncipe, coroado rei, impõe pela força a unificação política e religiosa de seu reino, no caso a Inglaterra.

<sup>4</sup> O rei Henrique V nasceu em Monmouth, na Inglaterra, em 1387, e morreu em Vincennes, no ano de 1422. Foi rei da Inglaterra entre os anos de 1413 e 1422. Era filho do rei Henrique IV.

<sup>5</sup> A Batalha de Azincourt ocorreu em 25 de outubro de 1415, nas proximidades de Hesdin, e marcou a vitória do rei Henrique V e da Inglaterra, sobre o rei francês Carlos VI e sua França. Em 1420, através do Tratado de Troyes, conseguiu a mão de Catarina de França e a regência do reino da França. O embate ocorreu durante a conhecida Guerra dos Cem Anos (1337-1453), entre França e Inglaterra. A citada guerra foi ganha pela França, em 1453.

*“Chefe militar que lutava mais com o coração que com a espada, o monarca inglês Henrique V soube esculpir no rosto dos seus soldados máscara da maldade com que a guerra veste os homens. Com apenas 12 mil homens guerreiros, Henrique V derrotou 60 mil franceses em Azincourt, em 1420 (...).”<sup>6</sup>*

O jornal “O Estado de São Paulo” trouxe à luz a Batalha de Azincourt para ajudar a explicar como a Guerra do Golfo teria sido vencida por um contingente de aproximadamente 600.000 (seiscentos mil) soldados da Coalizão, contra uma quantidade aproximada de 1 milhão de soldados iraquianos.

Obviamente, isso não explica a vitória dos Estados Unidos sobre Bagdá, mas apresenta um fato histórico corroborador da tese de que é possível um país com menor efetivo vencer o adversário com maior número de combatentes. A Batalha de Azincourt não é o único exemplo histórico. Contudo, essa idéia é importante para explicar a vitória estadunidense, que também foi conquistada através de uma superioridade tecnológica, mediante o uso de “armas inteligentes”. Os treinamentos realizados pelos soldados estadunidenses também foram de suma importância para a vitória da Coalizão liderada pela Casa Branca.

Ao desafio representado pela inferioridade numérica de combatentes estadunidenses, o governo dos Estados Unidos erigiu nas décadas de 1970 e 1980, uma nova doutrina militar que seria chamada de Doutrina Powell.

Como a Guerra do Golfo foi um sintoma de mudança no cenário das relações internacionais, então, os Estados Unidos tinham interesse em intervir no Kuwait e no Iraque almejando resguardar os seus interesses geopolíticos e econômicos, a luz da Doutrina Powell do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

---

<sup>6</sup> Reportagem de O Estado de São Paulo: “Guerra eletrônica fascina telespectador”, dia 24 de janeiro de 1991.

A presente temática é oriunda da pesquisa de mestrado, realizada na Universidade Estadual de Maringá (UEM), sobre a temática “Tempestade no Iraque: a Guerra do Golfo, a Política Externa dos Estados Unidos, a Historiografia Militar e a Imprensa Escrita Brasileira (1990-1991)”. Trata-se da seqüência da pesquisa já realizada no curso de Especialização em História Social, na Universidade Estadual de Londrina (UEL) sobre a temática “A Crise no Oriente Médio: a Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (1990-1991)”.<sup>7</sup>

O método utilizado para a elaboração dessa dissertação consistiu basicamente na pesquisa e análise bibliográfica acerca do tema. Vale ressaltar que as fontes utilizadas como instrumentos de pesquisa são referenciais bibliográficos, sobre a História do Tempo Presente, História Política, História Militar, História Contemporânea, História das Relações Internacionais, História da Política Externa dos Estados Unidos e Imprensa. Depois, para complementar, foi feita uma breve análise de fontes primárias no caso os jornais “O Estado de São Paulo” e a “Folha de São Paulo”, através principalmente dos seus editoriais. Tais periódicos paulistas foram escolhidos por serem considerados dois dos de maior circulação e abrangência no país.

O objetivo foi primeiro explicar a Guerra do Golfo, inserindo-a no arcabouço paradigmático da Historiografia Militar. Como se trata de um tema militar, a guerra necessita de uma compreensão teórica através da História Militar. Contudo, isso não é suficiente. Localizá-la em um período de profundas transformações nas relações internacionais do final do século XX também é necessário. As análises bibliográficas foram imprescindíveis para se conseguir tal intento.

---

<sup>7</sup> ZARPELÃO, Sandro Heleno Moraes. *A Crise no Oriente Médio: a Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (1990-1991)*. Monografia de Especialização apresentada ao Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2006.

Em segundo lugar, a pesquisa analisou como ocorreu a construção da política externa dos Estados Unidos, ao longo do século XX, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial. Isso foi feito através do estudo das doutrinas militares e de relações externas que embasaram a política externa dos Estados Unidos. Com base nesses pressupostos foi possível entender como a Guerra do Golfo se inseriu na política externa estadunidense e como fatos, leiam-se Guerra do Vietnã e Síndrome do Vietnã, influenciou no nascimento da Doutrina Powell, aplicada no conflito do golfo. Para tanto, foi feita um estudo de referenciais sobre a política externa estadunidense.

O terceiro objetivo do trabalho foi a compreensão mais aprofundada da Guerra do Golfo, através da reflexão sobre os fatos que a antecederam como a Guerra do Vietnã e a Invasão do Panamá, as suas causas, as suas fases, a cobertura da imprensa sobre o conflito, a aplicação da Doutrina Powell e as implicações do conflito para o mundo. A pesquisa bibliográfica foi fundamental nessa fase do trabalho.

O quarto e último buscou conhecer como parte da imprensa escrita brasileira abordou, em linhas gerais a Guerra do Golfo, de 1991. Isso foi feito através da análise de fontes primárias, no caso os jornais “O Estado de São Paulo” e a “Folha de São Paulo”. Os editoriais, principalmente, foram analisados para se saber quais idéias e posições possuíam a respeito do aludido conflito.

Ao invés de fazer um breve resumo de cada obra, foi feita uma divisão em cinco temáticas (Historiografia, História Militar, Guerra, Imprensa e CNN), em que serão discutidos e apresentados os principais referenciais teóricos abordados na dissertação.

O objeto de trabalho da presente dissertação é a Guerra do Golfo, analisada sob a ótica da historiografia militar, da política externa dos Estados Unidos e da cobertura de parte da imprensa escrita brasileira, através principalmente dos editoriais dos jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo”.

Nota-se que é assaz necessário compreender melhor a Guerra do Golfo, através do citado tripé analítico, ocorrida em um momento de transição na chamada Guerra Fria, à luz da Teoria das Relações Internacionais e dentro da ótica das discussões historiográficas.

Como se trata de uma temática militar, no caso a guerra, foi importante o estudo de como a historiografia militar mais atual, no caso a Nova História Militar trata a questão. Então, a pesquisa se preocupou bastante em demonstrar o que é a guerra e apresentou abordagens teóricas sobre a guerra. Como a guerra é uma manifestação eminentemente humana, ela não pode ser desprezada ou considerada como apenas um momento de irracionalidade do ser humano, como algumas vezes os editoriais dos periódicos “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo” afirmaram.

Para tanto, o estudo da Doutrina Powell foi fundamental. Torno-se imperativo, então, compreender como as doutrinas militares dos Estados Unidos foram construídas de acordo com as circunstâncias temporais e espaciais e conforme os interesses econômicos e geopolíticos do país. Então, foram abordadas as Doutrinas da Contenção, Truman, Eisenhower, Nixon, Carter, Powell, Clinton, Bush e Rumsfeld.

Nesse sentido, a CNN (Cable News Network), canal de notícias estadunidense transmitiu em tempo real, de forma instantânea, a guerra, as bombas “inteligentes”, os bombardeios “cirúrgicos” e todo o incrível aparato tecnológico dos



Estados Unidos e dos seus aliados, para várias regiões do mundo. Uma guerra conhecida muito mais pelas imagens semelhantes às de jogos eletrônicos do que pelas suas vítimas ou destruição.

Os meios de comunicação de massa transformaram as armas e a alta tecnologia bélica nos principais protagonistas da guerra, numa incrível inversão de papéis, em que o homem, o horror, a destruição e a ferocidade da guerra foram deixados em um plano secundário.

Tal guerra estava inserida em um contexto histórico muito mais amplo. Na época havia uma névoa que pairava sobre as relações internacionais e o futuro caminho que os Estados iriam trilhar, a partir do fim da Guerra Fria. Tratava-se de aparentemente de uma era de incertezas. As relações internacionais foram influenciadas pela crise da União Soviética, revoluções no Leste Europeu, avanço do neoliberalismo, movimentos estudantis pela democratização da China, crise do socialismo real e avanço do processo de democratização na América Latina.

Desde a década de 1970, os arcabouços teóricos baseados na Guerra Fria aparentemente já enfrentavam uma grave crise paradigmática. Entretanto, na década de oitenta surgiram diversas novas correntes historiográficas vinculadas ao campo da Guerra Fria que procuraram compreender e explicar essa época histórica. A Revolução Islâmica do Irã, ocorrida em 1979, é um claro exemplo de que as teorias das relações internacionais baseadas na Guerra Fria não ofereciam parâmetros suficientes para explicar as transformações do final do século XX. Francisco Carlos Teixeira afirma

*“A Guerra do Golfo, entre 1990, quando o Iraque invade e anexa o pequeno e rico Kuwait, e 1991, quando a coligação da ONU liderada pelos Estados Unidos repele a invasão iraquiana, marca o ponto de*

*algidez das mudanças geoestratégicas que vinham se operando desde o final dos anos 70.<sup>8</sup>*

O fundamentalismo islâmico tornou-se um novo caminho, em detrimento das veredas capitalista, dos Estados Unidos, e socialista, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, para os países do Oriente Médio. Esse constituía o local mais propício para a efervescência de movimentos islâmicos fundamentalistas inspirados no exemplo de Teerã. Obviamente, não se pode esquecer dos países não-alinhados<sup>9</sup>, a partir de 1955, que de outra forma também representavam desafios colocados para os dois campos: o socialismo soviético e o capitalismo estadunidense,

Assim, a Guerra do Golfo, em 1991, foi um conflito que ocorreu dentro de grandes transformações verificadas nas relações internacionais no início da década de 1990: a crise do socialismo real, o fim da Guerra Fria, a derrocada de Moscou e o consenso, nunca antes existido, na atuação das Nações Unidas, durante o citado conflito.

Numa visão retrospectiva, percebe-se que a Guerra do Golfo foi tratada pela imprensa escrita e televisiva internacional e brasileira, como uma guerra de relativa importância histórica conhecida pelas armas inteligentes, bombardeios “cirúrgicos”, alta tecnologia, petróleo e pela “lógica irracional” do ditador Saddam Hussein. Isso tudo revela um tratamento restrito à superficialidade dos fatos e incapaz de penetrar no âmago da questão e revelar a real dimensão do conflito. A própria historiografia, de forma predominante, também não trata a Guerra do Golfo

---

<sup>8</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *O Iraque no Grande Jogo Político Mundial*, p.04.

<sup>9</sup> Em 1955, foi realizada a Conferência de Bandung, com a participação de vinte e nove representantes de Estados da África e da Ásia. Durante a reunião, foi instituída uma política de não-alinhamento em relação aos Estados Unidos e a União Soviética, assegurando o princípio de autodeterminação dos povos, o desarmamento nuclear e a igualdade entre os países. Os povos da Ásia e da África se autoproclamaram como sendo povos do Terceiro Mundo. Assim, os países desenvolvidos capitalistas fariam parte do Primeiro Mundo, e os países socialistas desenvolvidos, estariam inseridos no Segundo Mundo.

como um fato histórico de grande relevância no cenário internacional. É bem verdade que não se deve superdimensioná-la, carregando-a de um peso histórico que não possui, mas também não se pode relegá-la ao esquecimento.<sup>10</sup>

Nesse sentido, Francisco Teixeira defende que Saddam Hussein não percebeu e nem conseguiu ler os sinais emitidos por Washington e Moscou no final da década de 1980 e início da década 1990. Tratava-se de sinais claros de grandes e profundas transformações no sistema de relações internacionais. O citado líder iraquiano acabou fazendo uma leitura equivocada do cenário internacional da época.

Com o encerramento da Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945), o mundo presenciou a construção e duração da chamada Guerra Fria ou Velha Ordem Mundial, pautada em uma bipolarização que engessava a atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, já que este ficava refém da disputa entre União Soviética e os Estados Unidos. Tal ordenamento também tornou rígidas as relações internacionais da época.

Contudo, a partir da Guerra do Golfo (1991), no Iraque e no Kuwait, o Conselho de Segurança se viu livre das objeções colocadas por Moscou e Washington. Tal conflito ocorreu exatamente em uma época de afirmação dos Estados Unidos como a única superpotência remanescente da Guerra Fria e do surgimento da Doutrina Powell.

A Doutrina Powell, do Departamento de Estado dos Estados Unidos e do Pentágono, defendia a idéia de guerra limpa, com bombardeios cirúrgicos e estratégias que poupariam vidas dos aliados na guerra. Inclusive a idéia era de zero

---

<sup>10</sup> ZARPELÃO, Sandro Heleno Morais. *A Crise no Oriente Médio: a Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (1990-1991)*. Monografia de Especialização apresentada ao Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2006.

*killed* (morte zero) era muito forte e importante como princípio inserido na Doutrina Powell. Será que foi isso mesmo que ocorreu?

A crise no Oriente Médio, em 1990, entre o Iraque e o Kuwait, acelerou a elaboração de uma nova doutrina estratégica para os Estados Unidos. Era imperativo construir uma doutrina capaz de conjugar o uso de armas tecnologicamente avançadas, conhecidas como “inteligentes”, que arrasariam o inimigo, com a destruição do inimigo para depois ocorrer uma intervenção terrestre. A idéia era causar o menor número possível de baixas de soldados estadunidenses e também de civis do inimigo.

Percebe-se a forte influência ainda exercida pela Guerra do Vietnã<sup>11</sup> sobre Washington. A chamada síndrome do Vietnã causou a necessidade de se procurar uma nova doutrina estratégica, pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. O objetivo era intervir em um conflito, com o menor número de baixas de militares estadunidenses e de civis, do lado inimigo, mediante intervenção militar com armas tecnologicamente avançadas e inteligentes, e posterior uso de infantaria. Enquadra-se nesse contexto a Doutrina Powell.

Ressalta-se, que o presidente George Bush (1989-1993), dos Estados Unidos, precisava desenvolver tal doutrina, para que permitisse ao Pentágono possuir uma capacidade estratégica de agir concomitantemente em dois lugares diferentes, em termos militares. Não se pode esquecer que os Estados Unidos, diante da agonia da União Soviética, precisava encontrar novos inimigos, de

---

<sup>11</sup> Ver as obras: SILVA, Carlos Leonardo Bahiense. Guerra do Vietnã. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 409-412; COMBAT, Flavio Alves. *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Instituições e Formas Políticas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007.

acordo com Noam Chomsky<sup>12</sup>. Assim, Estados considerados potências regionais ou aspirantes a esse posto, que não tinham influência mundial, como o Iraque, Irã e Síria, por exemplo, passaram a ser os novos inimigos dos Estados Unidos no início da década de 1990, por ameaçarem os interesses econômicos e geopolíticos de Washington. Eram os Estados “fora-da-lei”. Logo depois emergiu, ainda na década de 1990 e principalmente, com os atentados de 11 (onze) de setembro de 2001, em Washington e New York, o terrorismo também foi alçado à condição de inimigo do “Tio Sam”.

A Doutrina Powell estabeleceu que os Estados Unidos só poderiam e deveriam intervir em duas situações: quando estivessem em risco áreas com reservas de combustíveis fósseis, como petróleo, abastecedoras do Ocidente, como o Kuwait e o Iraque, no Oriente Médio; e, em áreas estratégicas consideradas essenciais para a segurança de aliados e de locais economicamente fundamentais para os Estados Unidos. Esse necessita de segurança e equilíbrio no cenário internacional para poder agir.

Isso quer dizer que Washington não iria intervir em todo e qualquer conflito regional. O princípio de que não deveriam existir mortes, defendido pela Doutrina Powell, reservava aos Estados Unidos o direito de apenas observar as áreas consideradas de alto risco de baixas, em caso de intervenção estadunidense, mas que eram de baixo risco aos interesses dos Estados Unidos.

Nesse sentido, o Iraque se tornou um excelente campo de testes para a Doutrina Powell. Na Guerra do Golfo, os Estados Unidos mostraram ao mundo como iriam usar e agir militarmente contra os chamados Estados fora-da-lei, os novos inimigos de Washington, com a decadência da União Soviética.

---

<sup>12</sup> CHOMSKY, Noam. *Novas e Velhas Ordens Mundiais*. COUTINHO, Paulo Roberto. São Paulo: Scritta, 1996 (Coleção Clássica).

Não se pode esquecer que parte da imprensa e do universo acadêmico entende que a Guerra do Golfo foi uma guerra justa, pois os Estados Unidos e seus aliados intervieram no Kuwait e no Iraque com o objetivo de cessar a agressão iraquiana, contra o primeiro.

Indelévelmente, a mencionada Guerra, segundo a versão oficial apresentada pelos meios de comunicação, foi causada pela invasão territorial do Iraque, de Saddam Hussein, sobre o Kuwait, em agosto de 1990, devido às ambições políticas e econômicas iraquianas. Bagdá desejava aumentar o seu território, conquistar os poços de petróleo kuwaitianos e ter uma saída maior para o Golfo Pérsico.

Tal ato feria os interesses dos Estados Unidos, no campo econômico, geopolítico e de equilíbrio do sistema de relações internacionais e assim, com a anuência da União Soviética e das Nações Unidas, lideraram e organizaram uma coalizão militar de países que objetivava a expulsão das tropas de Saddam, das terras kuwaitianas. Em nome dos interesses estadunidenses que o Departamento de Estado interveio no Golfo Pérsico. Assim, em janeiro de 1991, tem-se o início da Guerra do Golfo, que culminaria na rápida vitória das tropas aliadas e na desocupação do Kuwait pelo Iraque em fevereiro de 1991. De acordo com Chomsky, em sua obra “Contendo a Democracia”:

*“Hussein foi transformado em demônio conforme a praxe: quando finalmente se entendeu, fora de qualquer dúvida, que seu nacionalismo independente ameaçava os interesses norte-americanos. Nesse momento, seu histórico de horrendas atrocidades ficou disponível para as necessidades propagandísticas, mas, afora isso, não teve essencialmente nada a ver com sua transição repentina, em agosto de 1990, da condição de amigo querido para a de reencarnação de Gêngis Khan e Hitler.”(...)<sup>13</sup>.*

---

<sup>13</sup> CHOMSKY, Noam. *Contendo a democracia*. RIBEIRO, Vera (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 266-267.

Conseqüentemente, a Guerra do Golfo pode ser considerada como um sintoma de mudanças nas relações internacionais, o que complementa a idéia já de Eric Hobsbawm mencionada anteriormente.

O tema em questão situa-se no campo da chamada Nova História Política e da Nova História Militar. De forma mais específica a escolha da temática é indubitavelmente devedora dos estudos desenvolvidos no campo da História do Tempo Presente<sup>14</sup>. Trata-se de um conceito em construção, de acordo com François Bédarida que propõe que o caráter inacabado e em constante movimento é, mais do que qualquer outra, constitutivo da história do tempo presente. Trata-se de um grande desafio que o historiador do tempo presente precisa enfrentar quando se depara com a questão da responsabilidade social do historiador na abordagem de temas polêmicos e que estão muito ligadas as vidas das pessoas. Assim sendo, muitos críticos da História do Tempo Presente dizem que é preciso esperar que os temas do tempo presente se transformem em objeto da história, o que é um ledo engano de acordo com René Remond.

Obviamente, o historiador não pode se furtar ao direito de analisar os fatos históricos que ocorreram há pouco tempo ou que estão acontecendo agora, pois tais temas são muito importantes para ajudar na compreensão do mundo hodierno e da complexa estrutura das relações internacionais nas quais estão inseridos os países.

A dissertação de mestrado foi dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata dos referenciais teóricos do trabalho, que foram divididos em

---

<sup>14</sup> Conforme o autor François Bédarida argumenta e defende presente na referência virtual: <http://www.infonet.com.br/politicaeeconomia/ler.asp>

cinco temáticas, no caso a Historiografia, a História Militar, a Guerra, a imprensa e a CNN.

No segundo capítulo, foi abordada a política externa dos Estados Unidos, através de sua formação histórica, da Guerra Fria e das doutrinas militares e de relações internacionais estadunidenses (Contenção, Truman, Eisenhower, Nixon, Carter, Reagan, Powell, Clinton, Bush e Rumsfeld). A principal Doutrina analisada foi a Powell, por ter sido aplicada na Guerra do Golfo. Para tanto, é assaz necessário saber quem foi Colin Powell e qual a sua importância a citada doutrina. Também foi estudado como a política externa dos Estados Unidos ajudou na ocorrência da Guerra do Golfo. Em outras palavras, como tal conflito se inseriu na política externa estadunidense. A relação de Washington com a Organização das Nações Unidas (ONU) não pode ser esquecida.

No terceiro capítulo, trabalhou-se com a Guerra do Golfo propriamente dita. Logo no início estudou-se a Guerra do Vietnã, a síndrome do Vietnã e os seus impactos na formação da Doutrina Powell e na Guerra do Golfo. Depois a intervenção de Washington no Panamá, em 1989, foi brevemente analisada para se entender a mudança de postura dos Estados Unidos, ao final da Guerra Fria, quando interveio sem se preocupar e justificar tal ação com base na ameaça soviética. As causas, o conflito e as suas consequências também foram estudadas, bem como a aplicação da Doutrina Powell na Guerra do Golfo. Por fim, a presença de pressupostos da Doutrina Powell, como a preocupação com a questão das baixas e do uso de alta tecnologia foi abordada nas doutrinas que a sucederam como as Doutrinas Clinton, Bush e Rumsfeld.

Como quarto e último capítulo, abordou-se a cobertura de parte da imprensa brasileira escrita, no caso os jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de



São Paulo”, através de reportagens, artigos e principalmente dos seus editoriais. Para tanto, fez-se uma análise sobre a imprensa e também sobre a Guerra do Golfo e o paradigma das relações internacionais. Ressalta-se que principalmente a posição do jornal “O Estado de São Paulo”, em seus editoriais, foi o de considerar a Guerra do Golfo algo irracional e desumano. Assim, tornou-se imperativo compreender a perspectiva realista e principalmente a liberal, por ser os jornais paulistas, um declarado e o outro não assumido, de tendência liberal.

As considerações finais do trabalho ressaltaram a importância do tema em questão para a melhor compreensão da História, do mundo atual, das relações internacionais, da guerra como manifestação humana, da relevância da imprensa e do caminho que a política externa dos Estados Unidos está se direcionando.

*“Os Estados Unidos confiam na força aérea, mas a força aérea nunca foi um fator decisivo na história das guerras. Nós não estamos intimidados pelo tamanho dos exércitos ou o tipo de equipamento que os americanos estão trazendo.”*

Saddam Hussein, presidente do Iraque, semanas depois de invadir o Kuwait, em 1990.

## **1. REFERENCIAIS TEÓRICOS**

O método utilizado para a elaboração dessa dissertação consistiu na pesquisa e análise bibliográfica acerca do tema, principalmente sobre a história dos Estados Unidos, sua política externa e a historiografia militar. Também foi feita uma análise de fontes primárias, que são os jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo”, principalmente dos seus editoriais, entre agosto de 1990 e março de 1991.

Vale ressaltar que as fontes utilizadas como instrumentos de pesquisa são referenciais bibliográficos sobre a Guerra do Golfo, no caso a História do Tempo Presente, História Política, História da Política Externa dos Estados Unidos, História Militar, História Contemporânea e a Teoria das Relações Internacionais.

Ao invés de fazer um breve resumo de cada obra, foi feita uma divisão em quatro temáticas (Historiografia, Nova História Militar, Guerra, Imprensa e

CNN), em que serão discutidos e apresentados os principais referenciais teóricos abordados na dissertação.

## 1.1 A HISTORIOGRAFIA

A historiografia brasileira pouco se dedica ao tema Guerra do Golfo. Talvez pela proximidade histórica, por ser um tema recente ou por não haver sido muito discutido ou até mesmo devido o distanciamento geográfico do Oriente Médio e a aparente pequena importância e ligação que possui com o Brasil. Aparente, pois não se pode esquecer que o Brasil teve uma intensa relação comercial com o Iraque principalmente na década de 1980. Tal parceria se estendeu até na área militar com as vendas de armamentos brasileiros para as Forças Armadas Iraquianas. Em outras palavras, não se tem desenvolvido de forma pujante o estudo de temas associados a outras áreas geográficas do planeta que não envolva de alguma forma o Brasil.

Assim, para o melhor desenrolar do trabalho poder-se-á contar com a produção historiográfica estrangeira com destaque para aquela oriunda dos Estados Unidos, por exemplo, como é o caso da obra “Tempestade do Deserto”, de Frank N. Schubert e Theresa L. Kraus<sup>15</sup>.

É necessário, aqui, fazer uma consideração. Por ser um tema muito recente, com pouca produção historiográfica em solo brasileiro e devido a sua proximidade temporal e grande distância geográfica, o historiador pode ficar tentado a cometer anacronismos, erros conceituais, imprecisões teóricas ao analisar um determinado tema, fato e época. Afinal, a História trabalha, em linhas gerais, com o

---

<sup>15</sup> SCHUBERT, Frank N.; KRAUS, Thereza L. *Tempestade do Deserto: operações da Guerra do Golfo*. FONSECA, Luis Cesar (trad.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

ser humano e as suas diversas representações políticas, sociais, culturais, econômicas e religiosas ao longo do tempo.

Desse modo, a História não é um conhecimento qualquer, pois de acordo com Edward Thompson, em sua obra “A miséria da teoria”, mais especificamente no capítulo 7, “Intervalo: a lógica histórica”, a história pode ser escrita de várias formas, com técnicas diferentes, sobre temas tão desiguais, com conclusões bastante contraditórias e polêmicas que acaba sendo difícil ela apresentar uma coerência disciplinar<sup>16</sup>.

Thompson discute a importante temática da lógica histórica. Obviamente não é fácil trabalhar com esse tema. Então, o estudo da História é algo antigo, que possui o seu próprio discurso de demonstração na forma da lógica histórica. Em outras palavras, o discurso de demonstração é a própria lógica histórica.

De acordo com Thompson

*“(...) a `história` não oferece um laboratório de verificação experimental, oferece evidências de causas necessárias, mas nunca (...) de causas suficientes, pois as `leis` (ou, como prefiro, a lógica ou as pressões) do processo social e econômico estão sendo continuamente infringidas pelas contingências.”<sup>17</sup>*

Então, a História não oferece um laboratório de verificação experimental, mas apresenta evidências de causas necessárias que não são suficientes. As leis do processo social e econômico são desrespeitadas pelas contingências, algo que tornariam as regras inválidas nas ciências exatas, por exemplo.

---

<sup>16</sup> THOMPSON, Edward P. Intervalo: A Lógica Histórica. In: *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 48.

<sup>17</sup> Idem, p. 48.

Entretanto, isso não é objeção à lógica histórica e nem impõe, segundo Thompson, certo historicismo, pois a lógica histórica não pode ser igualada aos procedimentos, métodos e leis da Física.

Por conseqüência, a lógica histórica não pode ser submetida, aos mesmos critérios da lógica analítica, muito cara à Filosofia. Ela precisa possuir seu próprio procedimento, pois o historiador necessita de um tipo diferente de lógica, que seja adequado aos fenômenos em constante movimento com características contraditórias<sup>18</sup>. As evidências, as análises e os movimentos do evento histórico se modificam, já que como o objeto de investigação muda, também mudam as questões adequadas.

Pode-se afirmar que a História é desordem de caráter racional que perturba qualquer procedimento de lógica analítica. Thompson entende que “lógica histórica” é

*“(...) um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação (...), e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (‘instâncias’, ‘ilustrações’). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro.”<sup>19</sup>*

O interrogador pode-se afirmar, é a lógica histórica então. Já o seu conteúdo, é uma hipótese e o interrogado é a clara evidência com suas características específicas. Tal lógica não se revela involuntariamente, afirma Thompson, pois ela constituiria uma espécie de “tribunal de recursos finais” da disciplina de História, isto é, não é a evidência por si mesma, mas quando a

---

<sup>18</sup> Ver a obra: THOMPSON, Edward P. Intervalo: A Lógica Histórica. In: *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. P. 47-62.

<sup>19</sup> Ver a obra: THOMPSON, Edward P. Intervalo: A Lógica Histórica. In: *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 49.

interroga daquela forma. O interrogado, no caso do trabalho de pesquisa em voga, é a Guerra do Golfo. Os questionamentos às fontes históricas são o seu conteúdo e o interrogador é o historiador que indaga as suas fontes para compreender melhor seu objeto de estudo, no caso a Guerra do Golfo.

Então, Edward Thompson<sup>20</sup> enuncia uma série de elementos para auxiliar na definição completa de lógica histórica. Primeiro, o objeto imediato do conhecimento histórico fatos e evidências reais, mas que só são cognoscíveis quando se aplicam os métodos históricos para analisá-los. Segundo, o conhecimento histórico possui uma natureza provisória e incompleta, bastante seletiva, limitado e definido pelas indagações feitas à evidência, o que o torna verdadeiro apenas dentro do limiar em que foi definido. Então, a história encarada como conhecimento, afasta-se de outros paradigmas quando submetida a uma profunda e dura investigação epistemológica. Portanto, Thompson defende ser inútil e gerador de bastante confusão o fato de se acreditar e de buscar provar que a História é uma “ciência”. Terceiro, a evidência histórica possui determinadas características, em que nem todas as perguntas serão adequadas e nem todas as teorias serão válidas se não estiverem de acordo com as determinações da evidência. Quarto, na relação entre conhecimento histórico e seu objeto devem ser encaradas como mutuamente determinantes, devendo ser compreendida como um diálogo. Quinto, o objeto do conhecimento é indubitavelmente, a história “real”, como a Guerra do Golfo, por exemplo. Suas evidências são necessariamente incompletas e imperfeitas. Por isso, o próprio presente que é transitório não pode ser considerado modificado porque está se tornando passado, pois a posteridade não poderá interrogá-lo da mesma forma que os que o interrogam fazem no exato

---

<sup>20</sup> THOMPSON, Edward P. Intervalo: A Lógica Histórica. In: *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 49-50.

momento. Como o historiador do momento presente é também ator, só sobrevivemos na maneira de algumas evidências de atos e pensamentos. Sexto, a investigação da História como processo e sucessão de acontecimentos, acarreta noções de causação, de contradição e de organização sistemática da vida social, política, econômica e intelectual. Obviamente tais noções pertencem à teoria história, mas não pertencem ao campo apenas teórico, pois toda noção ou conceito é decorrente de aspectos empíricos, comprometidos com as propriedades determinadas da evidência histórica, para que possa ser defendida no “tribunal de recursos” da História. É uma questão de diálogo, pois à medida que uma tese é colocada em relação às suas antíteses, no que produz uma síntese, existe a dialética do conhecimento histórico. Infere-se que a prática histórica precisa e está comprometida com esse tipo de diálogo.

Não se pode considerar o passado humano como um conjunto de histórias desconexas, desvinculadas e unitárias. Trata-se de uma soma unitária, conforme Thompson<sup>21</sup> defendeu, pois cada aspecto se relaciona a outros através de determinadas formas, do mesmo modo que os sujeitos históricos se relacionam em termos econômicos, políticos e sociais, por exemplo. Pode-se inferir que à medida que essas ações e relações geraram mudanças, tornando-se objeto de investigação racional, a mencionada soma pode ser definida como um processo histórico, consubstanciado por práticas ordenadas e estruturadas de maneiras racionais. Isso será bastante verificável no capítulo de número dois, da dissertação, que abordará a política externa dos Estados Unidos, principalmente na segunda metade do século XX. Vale mencionar que a historiografia não pode modificar o caráter real do

---

<sup>21</sup> Idem, p. 50-51, 53-54.

passado. Os historiadores devem ter como objetivo a maior aproximação possível do real, mas que ele é inatingível.

Todo fato histórico, como a Guerra do Golfo, possui um caráter ontológico, pois já aconteceu. Contudo, não se pode esquecer de que se trata de um fato muito recente, que se viu acontecer. Isso quer dizer que em cada época diferentes historiadores podem e devem fazer novas indagações, a partir de problematizações distintas, a um determinado fato ou processo e descobrir novas evidências. A análise histórica se modificará e precisa se modificar de acordo com as preocupações de cada época, geração ou com as especificidades de cada país, classe social e grupo político. Nesse caso, a forma como a Guerra do Golfo foi analisada na presente dissertação de mestrado não foi igual a muitas conclusões e artigos feitos logo do período em que ela ocorreu ainda no início da década de 1990. Não significa que a evidência e os fatos passados se modifiquem com cada pesquisa e investigador. A evidência não é indeterminada. O que ocorre são divergências entre os historiadores que são meros exercícios de ideologia, conforme Thompson<sup>22</sup> argumentou, por serem feitas dentro de uma disciplina comum que visa ao conhecimento objetivo.

Quando se menciona o termo “inteligibilidade da história”, pode-se estar pensando no entendimento da racionalidade do processo histórico, que é um conhecimento objetivo, desvendado em um diálogo com certas evidências. Contudo, pode-se também fazer referência à “significação” desse passado para “nós”. Por conseqüência, torna-se inevitável que cada historiador possa expressar sua forma de ver e encarar determinado fato histórico, desde que se deixe claro que não se baseia em procedimentos científicos, mas numa “escolha de valores”. Contudo, será

---

<sup>22</sup> Idem, idem p. 51.



que Thompson não exagerou? Será que a História não é realmente uma ciência? Ao se aplicar rigorosamente isso à física, por exemplo, não se chegará a conclusões parecidas com as que Thompson aponta para a História? Trata-se de algo para refletir.

De acordo com Thompson, isso não coloca em questão, em hipótese alguma, a determinação objetiva da evidência. Significa apenas um reconhecimento da complexidade da História e do ser humano, que influencia o conhecimento e a metodologia empregada. É dentro dessa lógica histórica que os historiadores, naturalmente apontam as atribuições de significados, na forma de “falhas”, uns dos outros. Essa atribuição de significado não pode ser encarada como apenas resultado de erro humano, porque o historiador analisa processos, sujeitos históricos e suas opções, dentro do importante contexto histórico<sup>23</sup>.

Nesse sentido, ao se analisar a Guerra do Golfo, de 1991, tornam-se compreensíveis críticas não ao processo histórico que culminou na sua ocorrência, mas a postura tomada pelos líderes envolvidos, como Saddam Hussein, do Iraque, e George H. Bush e Richard Cheney, dos Estados Unidos, na ocasião, sempre se atendo ao contexto histórico.

Pode-se inferir que as categorias adequadas e necessárias para a investigação histórica, são categorias históricas, como o materialismo histórico que se preocupa com o conhecimento na teoria e na prática.

As observações e ponderações de Edward Thompson, em sua obra “A miséria da teoria”, no capítulo 7 “Intervalo: a lógica histórica, foram levadas em consideração na pesquisa, análise, elaboração do texto e reflexão da dissertação de

---

<sup>23</sup> Idem, Ibidem p. 52-52.

mestrado que versa sobre a Guerra do Golfo na política externa dos Estados Unidos, na historiografia militar e na imprensa escrita brasileira.

Como a Guerra do Golfo se trata de um tema recente, vários historiadores acabam se furtando ao direito de analisá-lo. Contudo, Eric Hobsbawm, ao analisar o breve século XX, através de sua autobiografia conhecida como “Tempos Interessantes”, faz uma análise através de alguns temas como Guerra Fria, a partir de sua militância política e sua trajetória intelectual. Partiu, então, de sua experiência pessoal como testemunha ocular da história para escrever e conceber uma análise apurada e séria dos fatos e processos históricos, sempre tendo a compreensão da história como objetivo maior. Como ele mesmo afirmou

*“A história poderá julgar minhas opiniões políticas – e na verdade em grande parte já as julgou -, e os leitores poderão julgar meus livros. O que busco é o entendimento da história, e não concordância, aprovação ou comiseração.”<sup>24</sup>*

No Brasil, um dos poucos textos acadêmicos sobre a Guerra do Golfo possível de se encontrar foi o artigo publicado por João Fábio Bertonha, no caso “Temas de Política Internacional para Historiadores: A Crise do Golfo Pérsico em 1991.”<sup>25</sup> Trata-se de um texto sucinto e objetivo ao abordar as causas, o conflito, as falácias e interesses envolvidos. O próprio João Fábio Bertonha escreveu um verbete sobre a Guerra do Golfo na Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Tempos Interessantes: Uma vida no século XX*. DUARTE, S. (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 11.

<sup>25</sup> Ver a obra: BERTONHA, João Fábio. “Temas de política internacional para historiadores: A crise do Golfo Pérsico em 1991”. In: *História e Ensino*. Londrina, 1996(2): pp.113-128.

<sup>26</sup> Ver a obra: BERTONHA, João Fábio. Guerra do Golfo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 405-406.

Seu artigo buscou levantar algumas dúvidas e dados históricos que ajudassem a explicar e compreender a temática em questão. A sua idéia consistiu em apontar os mais variados motivos, alguns escondidos nos subterrâneos do poder, para fugir da visão consagrada pela mídia e por parte da academia que vai da demonização de personagens como Saddam Hussein, até as suas causas superficiais e imediatistas.

A imprensa em geral sedimentou a idéia de que a Guerra do Golfo foi provocada por Saddam Hussein que seria um líder excêntrico, louco, detentor de grandes ambições territoriais e, por isso, invadiu o Kuwait. Assim, coube aos Estados Unidos defender o país oprimido e enviar para o Oriente Médio tropas que libertassem o Kuwait das garras terríveis de um ditador tão perigoso quanto Saddam Hussein. Uma versão romântica, quase uma epopéia, se não fosse pelos historiadores e outros teóricos que teimam em levantar o “tapete” dos fatos e verificar o que está escondido nas entranhas e interesses dos países beligerantes envolvidos.

João Fábio Bertonha procurou fazer um levantamento superficial, mas abrangente sobre a história anterior de alguns países como Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Irã, por terem sido protagonistas ou participado direta ou indiretamente da Guerra do Golfo. Vê-se em seu artigo a influência do pensamento de Raymond Aron<sup>27</sup>.

O mesmo autor argumentou, de forma correta, que a crise do Golfo Pérsico possuiu uma dinâmica própria. Os Estados Unidos e o Iraque mantiveram durante o tempo anterior à deflagração da guerra, um controle voraz e bastante

---

<sup>27</sup> Ver as obras: ARON, Raymond. “*Paz e Guerra entre as Nações*”. BATH, Sérgio (trad.). 1ª Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002; ARON, Raymond. “Estratégia e Diplomacia”. In: “*O Estado e as Relações Internacionais*”. Brasília: Editora da UNB, 1982.

racional sobre os seus movimentos no jogo geopolítico. Ambos os lados envolvidos tinham se envolvido demais e não podiam ceder ao inimigo. Se os Estados Unidos cedessem, permitindo algum ganho para Bagdá, perderiam prestígio e credibilidade mundial e fortaleceriam o Iraque. Caso esse último recuasse, significaria o fim do poder de Saddam Hussein, jogando no lixo suas pretensões de liderança regional.

Tendo isso em vista, é necessário refletir um pouco sobre a influência dos Estados Unidos no Oriente Médio à luz da historiografia. Nesse sentido, Hobsbawm traz algumas considerações valiosas para a questão.

Mesmo que os Estados Unidos tenham sido vitoriosos na Guerra do Golfo, como de fato o foram, isso não quer dizer que o mundo e o Oriente Médio estejam se americanizando. É o que defende Eric Hobsbawm, em sua obra “Tempos Interessantes”. Não desconsiderando o gigantesco impacto da chamada americanização cultural e econômica, o mundo capitalista e o Oriente Médio, têm passado por profundas resistências para seguirem o modelo da sociedade e da política estadunidenses.

De acordo com Hobsbawm

*“Isso ocorre provavelmente porque a América é menos um modelo social e político coerente, e portanto exportável, de democracia capitalista liberal, baseado em princípios de liberdade individual, do que sugerem sua ideologia patriótica e sua Constituição. Por isso, longe de um exemplo claro, capaz de ser imitado pelo resto do mundo (...).”<sup>28</sup>*

Mesmo sendo os Estados Unidos da América um grande e poderoso império econômico, político, militar e cultural, ele se encontra em contínua construção histórico. Assim, encontra-se bastante distorcido pelo seu poderio econômico, pelo modelo consumista e pela manipulação das suas instituições

---

<sup>28</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Tempos Interessantes: Uma vida no século XX*. DUARTE, S. (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 446.

públicas e privadas com o intuito de adaptá-las à Constituição estadunidense de 1787. O modelo dos Estados Unidos, então, não é viável para ser copiado.

Sua atitude óbvia é classificar Estados que não corroboram com seus pensamentos, mesmo que ora confusos, como sendo seus adversários. Foi o que provavelmente aconteceu com o Iraque durante a Guerra do Golfo, em 1991.

O mesmo Hobsbawm, na obra “Era dos Extremos”, argumentou que os Estados Unidos estavam vivendo, no início da década de 1990, uma indefinição com relação a qual rumo deveriam trilhar, no momento em que ocorria a Guerra do Golfo e o mundo vivia a incerteza do fim do século XX. Tinha-se a certeza de que uma era da história havia chegado ao fim, mas estava nascendo outra? Pela primeira vez, em muito tempo, aproximadamente em dois séculos, o mundo sentia a falta de um sistema ou estrutura internacional que servisse de paradigma para as conturbadas relações internacionais. Em plena década de 1990, apesar de tantos problemas e questões necessitando serem respondidas, as ações dos Estados nacionais e das organizações internacionais encontravam-se nebulosas e indecisas.

Os perigos que o mundo enfrentava e enfrentaria num futuro próximo eram incertos e pouco claros. A Terceira Guerra Mundial era pouco provável. Terrorismo, avanço do capitalismo, aprofundamento das desigualdades entre países ricos e pobres no mundo e a supremacia quase indiscutível dos Estados Unidos como a única superpotência mundial eram os horizontes mais plausíveis.

Contudo, Hobsbawm alertou para o fato de que é necessário saber quais são os desafios emersos do oceano de dúvidas, navegando nas cabeças dos indivíduos. Entendê-los é vital para que se possa compreender melhor a relação de fatos como a Guerra do Golfo e o seu contexto histórico e geográfico.

Mesmo assim, não se sabe para onde a humanidade está caminhando e nem como será o futuro. Vivencia-se um momento de crise histórica em que os paradigmas colocados pelo breve século XX estão em xeque. Como alerta Hobsbawm

*“O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica.(...) Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, (...) é a escuridão.”<sup>29</sup>*

Um outro texto “O Iraque no grande jogo político mundial”, de Francisco Carlos Teixeira defende que Saddam Hussein não percebeu a agonia porque passava a Guerra Fria e as mudanças no cenário das relações internacionais. Os interesses dos EUA estavam em jogo, principalmente no equilíbrio de poder mundial e no atendimento das necessidades energéticas de Washington.

Os Estados Unidos, ao final da Guerra, haviam mantido seus vitais interesses geopolíticos e energéticos preservados no Oriente Médio. Eles não avançaram em qualquer solução para a questão do Conflito Árabe-Israelense e nem tinham derrubado Saddam Hussein.

Já Paulo Fagundes Vizontini, em sua obra “Oriente Médio e Afeganistão: um século de conflitos”, em poucas páginas chegou a citar e tratou sobre a temática da Guerra do Golfo e tratou sobre ela. Entretanto, apesar de sua análise ser muito interessante, é breve e não se aprofunda muito na temática. Mas, trouxe pelo menos três questões importantes.

---

<sup>29</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. SANTARRITA, Marcos (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 562.

A primeira questão, que uma das conseqüências da Guerra do Golfo, foi a tentativa de imposição de uma nova ordem regional baseada no Eixo Cairo-Riad-Washington. Uma segunda conseqüência interessante teria sido o início de conversações de paz entre Israel, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e alguns países vizinhos de Israel, como a Jordânia. Isso acabou culminando em alguns acordos de paz e o mais importante foi o Acordo de Oslo, de 1993, entre os israelenses e os palestinos que previam a criação do Estado Palestino e a aceitação da existência do Estado de Israel, pelos palestinos.

A terceira possível conseqüência foi a de que as monarquias do petróleo da região se conscientizaram de sua fragilidade estrutural. Várias explosões de movimentos em prol da democracia e de uma melhor distribuição de renda em países como o Kuwait foram algo bastante sintomático.

Por fim, a quarta conseqüência foi a do aumento da ameaça de grupos fundamentalistas islâmicos em países do Ocidente e do Golfo Pérsico. Surgiram grupos mais globalizados como a Al-Qaeda, que se estruturaram melhor após a Guerra do Golfo, direcionando seu ódio para os Estados Unidos e seus aliados, como representantes da cultura ocidental, capitalista, imperialista, consumista, industrial e moderna. A questão palestina presente no Conflito Árabe-Israelense, mais a desigualdade social e econômica cada vez maior dos países ocidentais com relação aos países árabes do Oriente Médio têm sido combustíveis indispensáveis para o acirramento dos conflitos. Como observa o próprio Vizentini

*“(...) Esse fenômeno está ligado à frustração política dos árabes e ao padecimento social da população com as crescentes dificuldades econômicas, constituindo a questão palestina um dos pivôs desses problemas.”<sup>30</sup>*

---

<sup>30</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. “*Oriente Médio e Afeganistão: um século de conflitos.*” Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2002. (Coleção Temas do Novo Século). p.74.

Obviamente isso foi combustível para os conflitos e problemas que iriam aparecer futuramente, como os atentados terroristas contra New York e Washington, em 11 (onze) de setembro de 2001. Cabe ressaltar que não é escopo do presente trabalho entrar na seara dos ataques sofridos pelos Estados Unidos em 2001.

## 1.2 DA HISTÓRIA MILITAR À NOVA HISTÓRIA MILITAR

A idéia é demonstrar como a Guerra do Golfo se insere na temática da História Militar, já que se trata de um tema militar.

Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay, abordam na obra “Da História Militar à ‘Nova` História Militar”<sup>31</sup>, não propriamente o estudo das batalhas, das estratégias, dos países e seus líderes militares envolvidos nos conflitos, tradicionalmente associados à temática da História Militar. Trabalham e estudam a chamada “Nova História Militar”, assim chamado na América Inglesa. Entende-se como “Nova História Militar” a História Militar entendida como parte integrante da História da sociedade na qual ela se insere no momento em que ela ocorreu. Ela destaca, por exemplo, o cotidiano da vida pessoal dos soldados, nos períodos de guerra e de paz.

Então, para se compreender a Guerra do Golfo, não se deve analisar a guerra pela guerra, mas sim imersa em um momento histórico, na política externa dos Estados Unidos, em que várias questões, problemas e temáticas foram

---

<sup>31</sup> Ver a obra: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Da História Militar à Nova`História Militar*.



reproduzidas ou analisadas pelos órgãos de imprensa escrita brasileira da época, com destaque para os jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo”.

Na ótica da “Nova História Militar” a relação entre as Forças Armadas e tudo o que se refere à temática militar, com a sociedade, política, política internacional, religião, cultura e economia é fundamental. Essa visão auxiliará à melhor compreensão da Guerra do Golfo, como conflito imerso na política externa dos Estados Unidos e abordado pela imprensa escrita brasileira.

Entretanto, nem sempre foi assim. Durante a maior parte do século XIX, a história militar foi bastante associada a outras searas da História ou até mesmo à literatura. Ela não era considerada, na época, um campo próprio do conhecimento. A História Militar de caráter tradicional estudava naquela época as datas, batalhas, táticas, estratégias, guerras, nomes de líderes militares e as instituições, como as forças armadas, que se envolveram no conflito. Tratava a temática militar da guerra, por exemplo, como se fosse algo isolado, sem conexão com outros setores da vida humana, como a economia, sociedade e política interna e internacional<sup>32</sup>.

No Brasil, a História Militar tradicional surgiu pela primeira vez na década de 1890 e atingiu o seu ápice na primeira metade do século XX.

Enfatiza-se também o fato da História Militar, na seara acadêmica, ter tido um difícil caminhar no Brasil, no século XX. O crescimento do número de universidades e o fortalecimento da História, como disciplina e profissão, na segunda metade do século XX, coincidiram com o aumento da ingerência militar na política nacional, mais destacadamente na ditadura militar (1964-1985). Isso causou um recuo nas pesquisas sobre temáticas militares, fato preocupante.

---

<sup>32</sup> Ver a obra: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Da História Militar à Nova História Militar*.

Mesmo assim, antes da emergência do regime militar, na década de 1960, surgiram várias obras que contribuíram para o desenvolvimento de novas abordagens para a História Militar. Sérgio Buarque de Holanda, em 1960, organizou o primeiro volume “História geral e da civilização brasileira”, que ajudou bastante no desenvolvimento da profissão de historiador no Brasil. Essa obra publicada em dez volumes, até o ano de 1981, revela a pequena quantidade de temas militares na historiografia brasileira. As poucas temáticas militares possuíam ênfase na história política.

Em 1965, no início da ditadura militar brasileira, no governo de Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), foi publicada a obra ‘História militar do Brasil’, de Nelson Werneck Sodré, representante da esquerda militar brasileira. Ele reinterpreto a história militar brasileira sob uma nova ótica metodológica, no caso a marxista<sup>33</sup>. Trata-se de uma importante inovação.

O Golpe de Estado perpetrado pelos militares, em 1964, e a estruturação do regime militar, impediu que o desenvolvimento da temática da História Militar, ligada à política, à economia e à sociedade, isto é, analisada com novas metodologias como o marxismo.

A complicada situação política brasileira vivida entre os anos de 1964 e 1985, também repercutiu nas obras e produções sobre temáticas de História Militar de caráter internacional. Provavelmente, abordagens como a que foi feita na presente dissertação de mestrado sobre a Guerra do Golfo, analisando a política externa dos Estados Unidos e a cobertura da imprensa brasileira escrita não seria possível na ditadura militar brasileira.

---

<sup>33</sup> Ver a obra: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Da História Militar à Nova História Militar*.p. 17.

Com o fim da ditadura militar, em 1985, a redemocratização e as novas tendências historiográficas revisaram, oxigenaram e revigoraram a História Militar. Na década de 1990, a influência da História Social, da Antropologia, da Ciência Política, da Economia, das Relações Internacionais, da Política Internacional e de até referenciais pós-modernistas sobre os estudos militares, possibilitaram uma nova safra de produções com temáticas ligadas à História Militar. O fim do regime militar e a revisão da História Militar, aos poucos, estão removendo os estigmas e até preconceitos que a área possui. Assim, pesquisas como a do presente trabalho, sobre a Guerra do Golfo, de 1991, mesmo não sendo sobre um tema brasileiro de História Militar, tornaram-se possíveis.

A produção acadêmica brasileira, portanto, nos últimos vinte anos construiu novas possibilidades, pesquisas, metodologias e interpretações para temas militares. Ela seguiu uma tendência internacional que se observou na França, por exemplo. Segundo Jean-Pierre Azéma<sup>34</sup>, a temática das guerras do tempo presente conquistou considerável espaço e importância nas universidades francesas. Ele cita como exemplo a tese de Jean-Jacques Becker<sup>35</sup> que trabalhou e pesquisou como ocorreu a evolução da opinião pública francesa na véspera e no início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em 1914.

No Brasil, isso também se verificou. Francisco César Alves Ferraz foi um dos historiadores que inovou na temática, ainda no início da década de 1990. Assim, ao longo dos anos aprofundou e ampliou suas análises. Escreveu o artigo “História Militar e História Social”<sup>36</sup>. Para ele a História Militar é quase tão antiga

---

<sup>34</sup> AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996. p. 402.

<sup>35</sup> Ver a obra: BECKER, Jean-Jacques. *1914: comment les français sont entres dans la guerre*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977.

<sup>36</sup> FERRAZ, Francisco César Alves. “História Militar e História Social”. Anais do I Seminário Internacional de História, da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, outubro de 2003: p. 620.

como a História e carrega um forte estigma muito difícil de ser ultrapassado, principalmente na área acadêmica, entre os chamados historiadores. Para esses, trata-se de uma área da História que possui uma narrativa histórica, muito factual, pouco reflexiva e teórica, podendo ser manipulável por Estados Nacionais, grupos dirigentes, setores elitistas da sociedade de um país. Seria uma história “positivista”, restrita simplesmente à narração dos fatos.

Seguindo essa tendência, publicações e pesquisas sobre as principais guerras do século XX foram organizadas por Francisco Carlos Teixeira, na obra “Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX”, em 2004. A Guerra do Golfo, por exemplo, já foi estudada por Sandro Heleno Morais Zarpelão, na monografia de especialização “A Crise no Oriente Médio: a Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (1990-1991)”, em 2006. Já a Guerra do Vietnã e a Guerra do Iraque, de 2003, foram trabalhadas por Flávio Combat, na dissertação de mestrado “Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional”<sup>37</sup>, em 2007.

Tal percepção foi elaborada pela Escola Historiográfica dos Annales, na década de 1930, e pelo marxismo e o seu materialismo histórico, nas primeiras décadas do século XX, no continente europeu.

---

<sup>37</sup> Ver as obras: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 693-694; ; COMBAT, Flavio Alves. *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Instituições e Formas Políticas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007; ZARPELÃO, Sandro Heleno Morais. *A Crise no Oriente Médio: a Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (1990-1991)*. Monografia de Especialização apresentada Curso de Especialização em História Social e Ensino de História, do Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2006.

O positivismo teve uma grande influência sobre a História Militar, conhecida como a história dos grandes líderes, das datas cívicas, dos heróis nacionais, dos grandes líderes, dos feitos patrióticos das Forças Armadas. Então, para muitos historiadores a História Militar não deve ser trabalhada, estudada de forma científica, na área acadêmica. Ela deveria ficar restrita aos círculos militares com os seus historiadores. Felizmente, essa visão passa por mudanças substanciais principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, no Brasil.

Existem muitos temas inseridos no universo militar, mas talvez nenhum deles exerça tamanha fascinação, preocupação e necessidade de ser estudado: a guerra. A guerra acompanha a trajetória humana desde os seus primórdios. Trata-se de uma manifestação humana muito importante na construção das civilizações, das sociedades, dos países, dos impérios. O historiador não pode desprezar tudo o que se refere ao ser humano e à temática militar, portanto, não pode ser desconsiderada, pois

*“(...) Portanto, o que faz qualquer história, seja ela militar, política, diplomática, social ou cultural, ‘positivista’ ou não, é o uso que se faz das fontes e da fortuna crítica, é o esforço de síntese e compreensão. Nenhum assunto é ‘positivista’ por natureza.”<sup>38</sup>*

Portanto, o historiador não pode se furtar a estudar a História Militar de cunho tradicional, pois é sua função pesquisar e aprofundar o conhecimento sobre tal historiografia. Ela não pode ser desprezada pelos historiadores e pela academia.

De acordo com Francisco César Ferraz, cabe ao historiador buscar entender os motivos que ajudam na manutenção e difusão da prática de

---

<sup>38</sup> FERRAZ, Francisco César Alves. “História Militar e História Social”. Anais do I Seminário Internacional de História, da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, outubro de 2003: p. 621.

enaltecimento de grandes líderes militares, datas nacionais e grandes batalhas pela historiografia militar<sup>39</sup>.

A História Militar é uma área que está diretamente ligada aos ideais e sentimentos que se inserem na construção da identidade social, cultural e nacional de um país, produzindo memórias coletivas que permanecem no tempo, por uma longa duração. Por isso, ela deve ser estudada relacionando-a com os conhecimentos decorrentes do desenvolvimento dos métodos específicos da História. Isso evitará que se conceba a História Militar como um mero acessório da História Política.

Em outras palavras, a História Militar não pode ser reduzida como uma área do conhecimento que é abarcada pela História Política. Ela possui técnicas, métodos e teorias relacionadas à História Política, mas, de forma alguma, ela é apenas o seu apêndice. Assim, ressalta-se, a história militar possui a sua especificidade e se constitui como um campo de estudos bem delineado, com arcabouços teóricos e métodos que demandam rigor e procedimentos adequados. No entanto, deve-se observar as suas características transdisciplinares. De acordo com Francisco César Alves Ferraz<sup>40</sup>, para que se consigam tais objetivos, faz-se importante a superação de alguns desafios. O primeiro seria obter o reconhecimento, por parte dos historiadores e da academia, de que a História Militar constitui um campo de pesquisa histórica própria, com suas especificidades técnicas, teóricas e metodológicas. Precisa-se, na verdade, de se superar os problemas e dilemas que abarcam a relação entre os historiadores militares e o restante dos historiadores.

---

<sup>39</sup> Idem, p. 621.

<sup>40</sup> Idem, Ibidem, p. 622.

Assim, vários historiadores militares em vários lugares do mundo, como na França, no Brasil e nos Estados Unidos, buscaram diminuir a distância que separa o desenvolvimento da História, em geral, da sua área específica, a História Militar nas últimas décadas. Então, tais pesquisadores passaram a utilizar metodologias, teorias e análises interdisciplinares, construiu-se uma nova forma de pensar e entender a temática militar sob a ótica histórica. Passou a ser chamada de “Nova História Militar”<sup>41</sup>.

A “Nova História Militar” objetiva aprofundar as reflexões e enriquecer a visão que se possui sobre o objeto e as especificidades técnicas da História Militar considerada tradicional.

Como o grande objeto da História Militar é a guerra, no Ocidente, ela é considerada repugnante, indesejável e um recurso “pouco inteligente” para se resolverem questões pendentes, sejam elas territoriais, políticas, econômicas ou religiosas. Isso decorre da tradição cristã que repudia e condena a violência. Então, pesquisar a guerra é algo que se tornou bastante censurável. Entretanto, esquece-se de que a guerra é um fenômeno, uma prática humana que acompanha a trajetória da humanidade desde os seus primórdios. Pesquisá-la, estudá-la e compreendê-la é, além de obrigação do historiador, é uma forma imprescindível para se evitar novos conflitos e se possível, erradicar tal prática do cotidiano humano.

O segundo desafio é de caráter teórico. Trata-se de conseguir o importante consenso com relação ao objeto principal de pesquisa da História Militar. Ocorreu que a Nova História Militar possui uma preocupação hodierna de somar vários novos objetos de estudo, por serem relacionados com a principal temática militar: a guerra. Então, além das batalhas, estratégias, táticas, armamentos e forças

---

<sup>41</sup> Idem, Idem, p. 621.

de combates, também se passou a pesquisar tudo o que é ligado com a guerra, isto é, sua preparação, a sua dimensão cultural, os aspectos sociais, culturais e psicológicos que a envolvem e as suas conseqüências econômicas, políticas e sociais para os países envolvidos. Portanto, existe o consenso entre os historiadores militares de que não se deve abandonar o principal tema da História Militar, o fato bélico, a guerra propriamente dita. Nesse sentido,

*“(...) Pois, aumentando o peso do jogo social e da intervenção dos dirigentes políticos na condução das guerras, corremos o risco de minorar a importância das regras específicas da ‘gramática’ inerente não só ao exercício da guerra; não fosse ela em primeiro lugar violência recíproca, a violência do duelo, uma violência por natureza limitada, desembocando numa “ida aos extremos” que escapa aos cálculos dos políticos e não é gerível de maneira racional, já que os homens, programando ou fazendo a guerra, jamais abolirão o acaso.”<sup>42</sup>*

Em outras palavras, as guerras são vencidas ou perdidas através das lutas e das forças das armas e dos homens que nela se empenham. Para se compreender melhor tal questão é imprescindível que se conheçam as especificidades que cercam a temática militar, no caso a tecnologia bélica, as estratégias militares, táticas de guerra, as estruturas das forças armadas, por exemplo. É claro que essa área do conhecimento possui estrutura, linguagem e teoria própria. O que não impede um pesquisador que não seja militar de se debruçar com afinco sobre a História Militar. Não é a condição de participar das forças armadas ou de uma guerra que irá credenciar como válida a pesquisa. Ela só será respeitada e considerada boa se tiver rigor metodológico e teórico.

O terceiro e último desafio a ser enfrentado é a questão da conciliação entre o estudo e a pesquisa em História Militar por um oficial que é treinado e ensinado para se comportar de uma forma pragmática, com a natureza

---

<sup>42</sup> AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política..* Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996. p. 423.



especulativa bastante variada da historiografia universitária. Não se pode esquecer que o militar é educado para dar respostas rápidas e objetivas, já que possui responsabilidade sobre várias vidas humanas. Para o futuro combatente, a História precisa ser válida. Então, a História enquanto conhecimento possui uma gama de potencialidades que podem e devem ser exploradas para a formação dos oficiais, através da reflexão dos princípios de guerra, das teorias embasadoras da História Militar, das projeções sobre o futuro e das projeções sociais, econômicas e políticas que a guerra pode tomar. A História Militar torna-se cada vez mais uma História Social também, importante na formação de lideranças militares mais conscientes do papel que a guerra e a temática militar exercem na humanidade<sup>43</sup>.

Por ocasião da emergência da História Social, no início do século XX, a História Militar e a História Política foram marginalizadas, como efeito direto da traumática experiência da Primeira Guerra Mundial, por um grupo de historiadores que defendiam uma história diferente, a qual enfatizava as antes desprezadas estruturas econômicas e políticas. A História Militar era “acusada” de ser favorável à guerra, ao nacionalismo e as batalhas. Entretanto, essa situação precisa ser superada, pois a História Militar deve ser ligada à História Social.

É no ensejo do discutido quadro historiográfico que a pesquisa sobre a Guerra do Golfo relacionada com a política externa, historiografia militar e imprensa brasileira se enquadra. Ela é fruto do processo da Nova História Militar, pois procura demonstrar como tal conflito se desenvolveu no seio da política externa estadunidense, como a historiografia militar o aborda e como ele foi coberto pela imprensa escrita brasileira.

---

<sup>43</sup> FERRAZ, Francisco César Alves. “*História Militar e História Social*”. Anais do I Seminário Internacional de História, da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, outubro de 2003: p. 624.

Para Francisco Ferraz, é possível se fazer uma História Militar relacionada com outras temáticas como a social, econômica, ideológica, feita tanto para “os de baixo” (soldados, flagelados, vencidos, refugiados) quanto para os oficiais superiores, estabelecendo relações entre os eventos militares e as sociedades beligerantes<sup>44</sup>. E ela já é feita há muito tempo, mas não era reconhecida como História Militar.

Ainda hoje, existe receio generalizado do pesquisador assumir que faz pesquisa sobre temática da História Militar, pois a Nova História Militar não conquistou a maior parcela das pesquisas que tratam da temática militar.

### **1.3 A GUERRA**

Para se compreender melhor a temática da Guerra do Golfo, faz-se necessário fazer um breve estudo sobre o tema da guerra propriamente dito e de como ele se modificou ao longo da História.

No ítem anterior, em que foi abordada a temática da História Militar à Nova História Militar, percebe-se que ocorreu uma transformação dentro da disciplina da História no que se refere a abordagem de temas militares como a guerra. O fenômeno não fica restrito à História, pois outras áreas das ciências humanas estão passando pelo mesmo processo, como a Sociologia, em que os sociólogos procuram compreender como funcionam as relações entre a guerra e a vida social, nas cidades<sup>45</sup>.

Durante a Guerra do Golfo, foi colocada em prática a Doutrina Powell. Tal doutrina é uma estratégia militar importantíssima que embasou a

---

<sup>44</sup> Idem, pp. 624-625.

<sup>45</sup> AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política..* Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996. p. 403.

atuação e planejamento da Coalizão de países, liderados pelos Estados Unidos e apoiados pelo Reino Unido, no decorrer da crise que antecedeu a Guerra do Golfo<sup>46</sup>. Em outras palavras, o tema principal da pesquisa é a guerra o que envolve uma série de elementos, como a estratégia, política externa e imprensa.

Deve-se ter uma leitura política da guerra como fenômeno das sociedades da História do Tempo Presente. O pensamento, a lógica e a estrutura militar só se tornam inteligíveis através da política. Para tanto, Jean-Pierre Azéma defende a existência de três elementos importantes e interdependentes que devem ser levados em consideração: a violência da guerra que pode levar a excessos, a arte militar simbolizada pelo comandante e a subordinação da guerra à esfera diplomática<sup>47</sup>. Isso não representa que a guerra exclui por completo, sob a ótica da lógica militar, condutas que sejam classificadas como irracionais.

A guerra é um elemento humano, presente nos dias atuais e que praticamente nasceu com a organização das sociedades humanas há muito tempo atrás.

De acordo com o historiador John Keegan<sup>48</sup>, a guerra não pode e nem deve ser tratada como uma atividade humana estática, única e dissociada da História.

---

<sup>46</sup> Conforme as obras: BERTONHA, João Fábio. “Temas de política internacional para historiadores: A crise do Golfo Pérsico em 1991”. In: *História e Ensino*. Londrina, 1996(2): pp.113-128; SCHUBERT, Frank N.; KRAUS, Thereza L. *Tempestade do Deserto: operações da Guerra do Golfo*. FONSECA, Luis Cesar (trad.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998; ZARPELÃO, Sandro Heleno Moraes. *A Crise no Oriente Médio: a Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (1990-1991)*. Monografia de Especialização apresentada Curso de Especialização em História Social e Ensino de História, do Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2006.

<sup>47</sup> AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996. p. 409.

<sup>48</sup> Conforme: KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Desde a Antiguidade o ser humano, através das mais variadas culturas, tratou, visualizou e se relacionou com ela de forma diferente. Sua importância variava conforme a cultura tratava tal temática. Quando as maneiras diversas de pensar a guerra foram colocadas em conflito direto, o que aconteceu, em termos gerais, foi que uma se mostrou superior à outra<sup>49</sup>.

O pensamento sobre a guerra possui objetivos, rituais, teorias, limites e no decorrer da História, tem sido pensada de forma muito diferente. À medida que as sociedades mudam, também passa por transformações o pensamento sobre a guerra. Indubitável a idéia de que a guerra e sua “filosofia” refletem muito bem a sociedade na qual está inserida. É parte integrante da estrutura e das relações sociais. Inclusive, algumas sociedades orbitavam em torno da idéia da guerra, como foi o caso de Esparta, na Antiguidade.

A guerra pressupõe uma constante dinâmica, não sendo algo estático, sem mudanças. Assim, as inovações são permanentes, sejam no campo tecnológico, na maneira de pensar, nas táticas e estratégias. Um exemplo disso foi o que ocorreu quando os povos Hicsos invadiram o Egito, durante o Período do Médio Império (2000 a.C. – 1580 a.C.), em aproximadamente 1750 a.C. Os Hicsos usaram armas e instrumentos de guerras desconhecidos dos egípcios, como carros de guerra, cavalos e o ferro. Isso levou à vitória dos Hicsos sobre o Egito. De acordo com Bertonha

*“(...) Da falange grega às divisões panzer nazistas, passando pelas legiões romanas e pelas fortalezas do Renascimento, a guerra é, no campo de batalha, uma infinita disputa entre tecnologias e doutrinas militares, e, normalmente, quem demora a se adaptar à evolução das mesmas corre o risco de ser derrotado. (...).”<sup>50</sup>*

---

<sup>49</sup> BERTONHA, João Fábio. “A Doutrina Rumsfeld: Novo paradigma da guerra moderna?”. In: *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, set/out/nov/dez 2003, ano LXXXIX, n. 797: p.178.

<sup>50</sup> Idem, p. 178.

Portanto, a guerra é um constante embate entre doutrinas militares e tecnologias ultrapassadas e avançadas. Foi o que aconteceu na Guerra do Golfo, quando os Estados Unidos colocaram em prática a Doutrina Powell, uma estratégia que defendia o uso de tecnologia avançada, combinando ataques aéreos e depois uma rápida ação terrestre, com “zero killed” ou o menor número de baixas para os estadunidenses, através dos bombardeios cirúrgicos. A Doutrina Powell e o armamento tecnologicamente superior dos Estados Unidos foram alguns dos motivos que levaram à vitória da Coalizão, liderada por Washington e Londres. Faz-se necessário ressaltar que a vitória dos Estados Unidos provavelmente ocorreria com ou sem a Doutrina Powell, devido a sua imensa superioridade militar, em termos de tecnologia e de armas à sua disposição.

Voltando à questão da guerra, a partir da Revolução Francesa (1789-1799) os exércitos e marinhas se tornaram mais complexos. Os componentes da pólvora, muito usados nas guerras dos séculos XVIII e XIX, principalmente pelos países europeus, não se encontravam em qualquer lugar. Precisava-se garantir o comércio da pólvora. Assim, era necessária a vigilância das Marinhas, por parte de seus países, para que se assegurasse tal comércio. Pela primeira vez houve uma integração entre a Marinha e o Exército. Vale ressaltar que antes, a Marinha, na Antiguidade fornecia homens para o Exército.

O ambiente bélico moderno possibilitou a “profissionalização” e institucionalização do Exército. Na Revolução Francesa, houve o estabelecimento da meritocracia no Exército francês. Os oficiais deveriam ser competentes. A ascensão estava vinculada à capacidade e não às origens. A Prússia aprendeu muitas lições com as guerras napoleônicas, travadas durante o Império de Napoleão I (1804-

1815), principalmente a partir do ano de 1805.<sup>51</sup> O general da Prússia Carl von Clausewitz<sup>52</sup> aprendeu com as derrotas que sofreu para Napoleão Bonaparte e com as observações que fez sobre as mudanças que o Exército da França sofreu, com a Revolução Francesa e a Era Napoleônica (1799-1815). Clausewitz teorizou sobre a guerra, colocando tais ensinamentos em prática na reestruturação do exército prussiano, a partir da primeira metade do século XIX. Segundo ele a defesa possui uma significância maior que o ataque. Isso foi muito importante, quando a Prússia liderou a unificação alemã, e a Alemanha passou a existir a partir de 1871, formando o Segundo Reich Alemão, através de Otto von Bismarck.

A idéia de Clausewitz de que “a guerra é a continuação da política por outros meios”, defendida no início do século XIX, foi interpretada, de acordo com

---

<sup>51</sup> A partir de 1805 a Rússia, Reino Unido, Áustria e Suécia formaram a terceira coalizão de países que exigiam a retirada das tropas francesas da região do Vale do Rio Reno e dos Alpes. O imperador Napoleão I efetivou contra o Reino Unido, um grande ataque marítimo, a partir do Canal da Mancha. Já no dia 21 de outubro de 1805, na região do Cabo de Trafalgar, a frota franco-espanhola foi destruída pelo Almirante Lorde Horatio Nelson, assegurando a independência do Reino Unido. Por consequência, o imperador Napoleão Bonaparte, atacou Viena, na Áustria, e em dezembro de 1805, na Batalha de Austerlitz, venceu as tropas austro-russas. Pelo Tratado de Presburgo, de 26 de dezembro de 1805, os austríacos renunciaram a Veneza, à Ístria, à Dalmácia e a suas províncias germânicas do Sul. O Sacro Império Romano-Germânico desapareceu e, em seu lugar formou-se a Confederação do Reno, que possuía como protetor a figura do imperador Napoleão I. O rei da Prússia, Frederico Guilherme VI, fez uma aliança com o Império Russo e o Reino Unido, formando a quarta coalizão militar contra a França e seu domínio sobre os Estados germânicos da Confederação do Reno. Contra os prussianos, Napoleão infligiu duras vitórias nas Batalhas de Iéna, 14 de outubro de 1806 e de Auerstaedt, tomando a cidade de Berlim. Foi na Batalha de Iéna que o general Carl von Clausewitz, da Prússia, após combater os franceses, foi preso e derrotado. Já contra os russos, lutou na Batalha de Eylau, em 1807 e conquistou a vitória em Friedland, em 14 de junho do mesmo ano. Conforme: WORRALL, Simon. Almirante Lorde Nelson: Mestre dos Mares. Revista National Geographic Brasil. São Paulo: Abril, Ed. 67. p. 30-45, outubro de 2005.

<sup>52</sup> Carl von Clausewitz nasceu em Burg, na Prússia, perto de Magdeburg, em 1780, e morreu em Breslau, também na Prússia, em 1831. Foi general de guerra, historiador militar e teórico prussiano. Combateu a França do Imperador Napoleão Bonaparte, no início do século XIX, sob as bandeiras da Prússia, Áustria e Rússia. Sofreu duras derrotas contra os franceses, sendo preso em 1806, depois da Batalha de Iéna. Voltou à Prússia e recebeu a missão de reorganizar o Exército Prussiano, juntamente com Boyen e Gneisenau. Foi nomeado general e diretor da Escola de Guerra de Berlim, em 1818. Permaneceu na direção da citada escola até a sua morte, em 1831. Escreveu a importante obra “A guerra”, baseado em suas experiências durante as guerras que envolveram o rei Frederico Guilherme VI e o imperador Napoleão I. Através da citada obra, Clausewitz construiu uma teoria unitária e bastante completa da guerra. Demonstra que a guerra está totalmente subordinada à política. Assim, a guerra constitui uma forma particular de ação política. Essa idéia se verifica amplamente em seu aforismo: “a política é a continuação da guerra”. Seu pensamento influenciou decisivamente, já posteriormente, a doutrina militar da Prússia. Depois, Ludendorff formulou o conceito de guerra total, baseado na teoria sobre a guerra de Clausewitz, que foi ampliado por Adolf Hitler, no III Reich alemão, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Suas idéias também extrapolaram os limites da Prússia e influenciaram teóricos como Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir Lênin, além de estrategistas como o soviético Chapochnikov e o chinês, Mao Tse-Tung.

Jean-Pierre Azéma, de duas formas diferentes e antagônicas: a primeira, é que a guerra objetiva a aniquilação total do inimigo, sua destruição; a segunda interpretação defende que o objetivo final deve prevalecer, resultado de uma política racional que sabe avaliar todo o processo bélico e a co-relação de forças e dosar as atitudes extremas, para tirar proveito dela. Trata-se de uma dimensão política da guerra, pois subordina seu desfecho a procedimentos racionais<sup>53</sup>.

A Guerra do Golfo, então, foi analisada sob a ótica da dimensão política da guerra e não o conflito pelo conflito. Seguindo essa linha de raciocínio, verificou-se como a política externa dos Estados Unidos ajudou na eclosão do conflito e como esse se inseriu na política do Departamento de Estado.

Como a análise da Guerra do Golfo estabeleceu uma ligação entre o as temáticas militar e política, o seu desfecho foi condicionado pelo conjunto de relação de forças e variantes, que abarcam questões econômicas (petróleo), de política externa estadunidense (domínio, petróleo e equilíbrio de poder no Oriente Médio), territoriais (disputas entre Iraque e Kuwait) e militares (a coalizão de países liderada pelos Estados Unidos venceram o Iraque, aplicação da Doutrina Powell e de princípios da Doutrina Carter).

Assim, torna-se possível estudar como a arte da guerra foi se modificando nos últimos duzentos anos, principalmente a partir da Revolução Francesa (1789-1799) e da Era Napoleônica (1799-1815).

A Revolução Francesa trouxe duas modificações importantes na guerra:

*“(...) a democratização da guerra simbolizada pelo recrutamento maciço do Ano II decretado em 21 de agosto de 1793 e a invenção por*

---

<sup>53</sup> AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política..* Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996. p. 409-410.

*essa nação armada daquilo que será chamado no século XX de guerra ideológica(...).<sup>54</sup>*

Ademais, a idéia reinante antes da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas, era a de que se deveria aniquilar a capital do país, o cérebro da organização da guerra.

Vai se construindo uma autonomia e uma complexa rede de informações e mapas. A França no século XIX fez isso. A partir dos citados fatos, não basta mais coragem e vontade para fazer a guerra. O Exército precisa ser organizado. É a sua institucionalização.

A partir das guerras napoleônicas a atividade de inteligência foi institucionalizada e organizada. Surgiu o aparato de inteligência para a guerra e para a área policial.

Os prussianos perceberam que eram necessárias as redes de comunicações. Isso se observou mais nitidamente com a Guerra Franco-Prussiana (1870).

A guerra, durante o século XIX, cada vez mais passou a ser feita por generais e por Estados-Nações. A partir da Guerra Franco-Prussiana, passando pelas guerras sino-japonesa, russo-japonesa (1904-1905) e dos Bálcãs (1912-1913), entre o final do século XIX e início do século XX, o Exército, como instituição conquistou sua independência frente à Marinha.

Na Guerra de Secessão (1861-1865), nos Estados Unidos, havia trincheiras e ocorreu o bombardeio de cidades, para se interromper as linhas de suprimento. Tal guerra foi ganha pelo Norte quando conseguiu estrangular a capacidade de suprimento, de informações e de comunicação das tropas dos Estados Confederados da América (Sul). Os civis e as cidades também não foram

---

<sup>54</sup> Idem, p. 412.



poupados. Não se pode esquecer de que as tropas do Norte detinham grande vantagem e superioridade industrial e tecnológica sobre o Exército do Sul. Isso constituiu uma das principais causas da vitória nortista, durante o citado conflito.

Na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), considerada por Jean-Pierre Azéma e outros historiadores como a primeira guerra total da história<sup>55</sup>, existiu a insistência dos generais no padrão napoleônico, de guerra decisiva, em que se acreditava que uma guerra poderia ser ganha quando se desfechava uma batalha final. Contudo, a guerra já tinha sido modificada na época, pois a guerra era de movimento, com fricções.

Ainda na Primeira Guerra Mundial, tanto os países da Tríplice Entente como os da Tríplice Aliança seguiam ainda o modo bélico neo-napoleônico. Buscavam conquistar vantagem operacional, que possibilitaria conquistar vitórias nas batalhas que se seguiriam para um dos lados. Bastaria, então, ao vencedor conquistar a capital, para que encerrasse a guerra. Os estados-maiores teriam que antecipar, adquirir, estocar e distribuir os mantimentos e munições que seriam usados na mesma. Então, necessitaria de uma estimativa bastante precisa de tempo de duração da guerra. A idéia era vencer o exército inimigo em uma única batalha ou em várias batalhas finalizadas por uma batalha final, sem ser reforçado ou repostado. Contudo, a Guerra de Secessão (1861-1865), nos Estados Unidos, e a própria Primeira Guerra Mundial contestaram em termos práticos as citadas convenções<sup>56</sup>.

A guerra em ambiente bélico tradicional consistia na aniquilação da capital, do rei, do governante, do imperador. Era limitado no tempo, no espaço e na

---

<sup>55</sup> Idem, Idem, p. 413.

<sup>56</sup> JÚNIOR, Domicio Proença. *O Fazer da Guerra Moderna: o Corpo-de-Exército como Unidade Operacional gênese e superação*. Tese de doutorado apresentada ao Programas de Pós-Graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994. p. 497.

linha de suprimentos. Existia a idéia de que haveria uma batalha decisiva. Não havia uma guerra de resistência. As limitações eram ligadas à força física e animal.

A partir das guerras napoleônicas, durante o Império de Napoleão Bonaparte (1804-1815), até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), houve uma transição do ambiente bélico tradicional para o ambiente bélico moderno. Ocorreu uma amplitude do espaço geográfico e social. As sociedades passaram a fazer parte constante da guerra e nela não são os exércitos que são vencidos, mas as sociedades. As guerras dos séculos XIX e XX cada vez envolvem mais a capacidade de produção de armamentos, a logística de produção, a rede de informações e a garantia de suprimentos alimentares para as tropas no front. A força militar não é a única garantia para se conquistar vitórias, pois também se precisa, cada vez mais, do envolvimento de toda a sociedade. Faz-se importante destacar que o ambiente bélico inclui a logística, tática e estratégia. O mesmo pensamento vale para o modo bélico.

Assim, na História dos eventos militares é muito comum a existência de modelos. As guerras napoleônicas foram de suma relevância para a abertura de novos horizontes. Clausewitz aprendeu que a guerra é uma continuação da política por outros meios. Ela é feita de fricções, de embates e conflitos. Carl von Clausewitz partiu desse ponto para desenvolver a sua teorização sobre a guerra e não fez disso um cânone, no início do século XIX, partindo de suas experiências nas Guerras Napoleônicas.

Domício Proença Júnior<sup>57</sup> argumenta que na Primeira Guerra Mundial, ocorreu a recusa de se usar alguns instrumentos para a guerra como o

---

<sup>57</sup> Conforme: JÚNIOR, Domício Proença. *O Fazer da Guerra Moderna: o Corpo-de-Exército como Unidade Operacional gênese e superação*. Tese de doutorado apresentada ao Programas de Pós-Graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

balão e o avião. Criticou a idéia de que houve uma insistência em fazer uso de estratégias e armas que eram anteriores à Era Napoleônica (1799-1804). Percebeu-se que era necessário envolver a sociedade e fazer a publicidade e propaganda da guerra.

A Primeira Guerra Mundial foi ganha através dos aspectos materiais, o que os Estados Unidos perceberam bem antes, já na Guerra de Secessão (1861-1865).

Proença Júnior trabalha com a idéia de ambiente bélico moderno e de ambiente bélico tradicional. Nesse não há uma interação do ambiente militar com o ambiente civil. A guerra é feita em local determinado, longe das cidades e da sociedade. É claro que a sociedade sentia de alguma forma os seus efeitos, mas não é envolvida diretamente. Contudo, no primeiro caso existe uma grande ligação entre os ambientes militar e civil, pois a sociedade passou a fazer parte da guerra <sup>58</sup>. Além dos soldados enviados, as cidades passaram a ser palcos importantes de conflitos.

A propaganda de guerra foi conquistando importante espaço ao ponto de em cenários como o da Alemanha do III Reich, liderada por Adolf Hitler, durante a Segunda Guerra Mundial e os Estados Unidos, na Guerra do Vietnã e na Guerra do Golfo. Inclusive, na Guerra do Golfo, o peso da opinião pública interna e externa foi bastante relevante para o envolvimento dos Estados Unidos na guerra, pois o país ainda não tinha se recuperado do fracasso militar em solo vietnamita, na década de 1970.

A logística e as linhas de suprimentos foram aperfeiçoadas a partir das guerras napoleônicas que foram um marco na construção do ambiente bélico

---

<sup>58</sup> Conforme: JÚNIOR, Domício Proença. *O Fazer da Guerra Moderna: o Corpo-de-Exército como Unidade Operacional gênese e superação*. Tese de doutorado apresentada ao Programas de Pós-Graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994..

moderno. A tecnologia também foi fundamental e a organização se tornou mais complexa. Valorizou-se a comunicação e o tempo de resposta a uma agressão militar. A amplitude da guerra aumentou com o envolvimento de militares, civis e da sociedade como um todo. A inteligência militar se emancipou da guerra, a partir da Segunda Guerra Mundial, possuindo atualmente uma idéia de sistema.

Como exemplo disso foi a Guerra do Golfo, de 1991, quando os Estados Unidos fizeram uma manobra de disfarce, através da rede estadunidense de televisão de notícias CNN em que essa exibia treinamentos de desembarques anfíbios de tropas dos Estados Unidos no litoral do Golfo Pérsico. O Iraque passou a concentrar grande quantidade de tropas no seu litoral desnecessariamente. Tratou-se de uma manobra militar estadunidense para enganar o inimigo iraquiano.

Voltando à discussão sobre o ambiente moderno, este trouxe uma mudança de ambiente estratégico. Conquista-se a sociedade e não mais um general, a capital do país ou o governante.

A guerra de guerrilhas, para Domicio Proença Júnior, como a que foi travada na Guerra do Vietnã (1961-1975), foi fundamental como desdobramento da conquista da sociedade. Desenvolvida na Primeira Guerra Mundial, teve um papel importante de Thomas Edward Lawrence, que se concentrou no fato de ter se comportado como um elo entre os árabes e as forças britânicas, durante a Revolta Árabe<sup>59</sup> contra o domínio do Império Turco-Otomano sobre eles<sup>60</sup>.

O conflito de guerrilhas consiste em ter preparo psicológico, vontade de lutar pela causa, em que o ataque constante é o meio para se incomodar o

---

<sup>59</sup> Conforme: BELT, Don. Lawrence da Arábia: uma vida de herói. Revista National Geographic Brasil. São Paulo: Abril, Ed. 53, p. 44-67, setembro de 2004.

<sup>60</sup> JÚNIOR, Domicio Proença. *O Fazer da Guerra Moderna: o Corpo-de-Exército como Unidade Operacional gênese e superação*. Tese de doutorado apresentada ao Programas de Pós-Graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994. p. 525-543.

inimigo. Não se deve enfrentar o inimigo de frente, mas se age através de ações pontuais.

A idéia de forças inimigas confundindo o adversário é presente na guerra de guerrilha. Foi o que ocorreu quando o Afeganistão resistiu à invasão soviética, com a ajuda externa dos Estados Unidos, entre os anos de 1979 e 1989. Por conseguinte, é possível um exército menor, ajudado por outros países, conquistar uma vitória sobre um exército maior.

A novidade das guerras atuais não é separar a tática de estratégia e a de logística. A ação não é dissociada da política. É o que se observou na aplicação da Doutrina Powell durante a Guerra do Golfo, em 1991.

Para Proença, o ambiente moderno de guerra estaria superado, apontando para novos rumos da conduta bélica a partir da Guerra do Golfo, de 1991. A leitura militar contemporânea trata o desenvolvimento militar do século XX, como consequência quase exclusiva dos avanços tecnológicos bélicos. Essa incapacidade das organizações militares de apreenderem o significado das mudanças tecnológicas, quando são introduzidas, deve-se a três causas: a primeira é que o alcance das inovações é bastante imprevisível. A segunda se refere ao fato de que as organizações militares são bastante conservadoras, pois se lida com vidas humanas. Qualquer caminho seguido de forma errada pode representar o sacrifício de muitas vidas. A terceira, complementa as duas anteriores e se baseia na fossilização do chamado “cânon” militar moderno (núcleo teórico das instituições militares)<sup>61</sup>.

---

<sup>61</sup> Idem, pp. 486-487.

As instituições militares podem ser consideradas instituições com os seus próprios interesses e objetivos, do que apenas meros instrumentos da sociedade na qual se inserem e as mantêm.

De acordo com Proença

*“(...) o ‘cânon’ militar moderno, fundado sobre a experiência napoleônica, na forma de um modo bélico neo-napoleônico já se encontrava superado – e neste sentido obsoleto – tão cedo quanto na Guerra Civil Americana.”<sup>62</sup>*

O “cânon” militar moderno foi defendido de toda e qualquer mudança, pois foi ampliado no final do século XIX e durante o século XX, até que os fatos históricos se impusessem de uma forma arrasadora, no caso as derrotas militares. Fatos como a Guerra de Secessão, a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra do Vietnã desembocaram na Guerra do Golfo, que marcou não só a superação do “cânon” militar moderno, como apontou novos caminhos para a conduta bélica. Contudo, faz-se mister ressaltar que desde a Guerra da Secessão e da Primeira Guerra Mundial, já se encontrava obsoleto.

Verifica-se, então, de acordo com Domício Proença Júnior, que a guerra moderna é a concentração de força, movimento, inteligência, organização e comando. No ambiente moderno, então, existe uma ampliação do tempo e do espaço.

Para tanto, é importante saber as origens da perspectiva aeroterrestre, que ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Segundo Domício Proença Júnior

---

<sup>62</sup> Idem, Idem, p. 486.

*“Em 1917, o potencial tanto dos tanques quanto dos aeroplanos foi articulado numa nova concepção militar. Ela ambicionava reconstituir as condições de mobilidade dentro das quais a guerra pudesse ser conduzida até a vitória dentro dos preceitos do ‘cânon’. Esta concepção advogava o uso articulado de massas de tanques e aeroplanos para romper as trincheiras, seguir profundamente para além delas, restaurar a mobilidade e viabilizar a realização de verdadeiras e decisivas manobras operacionais. Estas concepções amadureceram dentro do exército britânico na forma de um plano de guerra para Frente Ocidental, que articulava todas as forças presentes no ensejo de propiciar e obter uma ruptura ampla e profunda das linhas alemãs.”<sup>63</sup>*

A citada perspectiva “aeroterrestre” permitiu, de acordo com Domício Proença Júnior, uma retomada das principais idéias da guerra moderna, pós-Napoleão Bonaparte. A direção dessa tendência seria para uma nova forma de guerra operacional, a chamada guerra blindada, com o uso de tanques de guerra, como se verificou durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo.

A forma com que os Estados Unidos vêem a guerra continua a mesma, isto é, dentro do modelo ocidental embasado no pensamento de guerra greco-romano, em que se procura destruir o inimigo, o adversário através de uma batalha decisiva com o emprego de toda a força militar necessária para alcançar tal objetivo.

O que mudou principalmente com a Doutrina Powell, já no final da Guerra Fria, foi o pensamento tático estadunidense, a operacionalização da guerra no front de batalha<sup>64</sup>.

Durante a Guerra Fria, as estratégias militares dos Estados Unidos, até aproximadamente a década de 1970, eram embasadas no paradigma de que a vitória sobre os seus adversários no campo de batalha seria conseguida com o uso de grandes quantidades de aviões, infantaria, navios, submarinos e tanques. Foi o

---

<sup>63</sup> Idem, Ibidem, p. 571.

<sup>64</sup> “A Doutrina Rumsfeld: Novo paradigma da guerra moderna?”. In: *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, set/out/nov/dez 2003, ano LXXXIX, n. 797: p.179.

que fizeram na Primeira Guerra Mundial, na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), na Guerra da Coréia (1950-1953) e em outros conflitos ocorridos ao longo da Guerra Fria. Entretanto, tal paradigma não possibilitou aos Estados Unidos vencerem o Vietnã, durante a Guerra do Vietnã (1965-1975).

Contudo, o conceito da Batalha Aeroterrestre adotado por Washington, ao final da década de 1980, era muito mais do que a simples somatória de suas partes. Inequivocamente, refletia de várias formas uma nova reflexão original militar<sup>65</sup>.

Por um lado, é indubitável que o modo bélico que Proença denomina de “neo-napoleônico”, foi continuado. A idéia presente no conceito de batalha decisiva foi aprimorada para o conceito de “batalha profunda”. Isso quer dizer que a idéia de gerenciamento do combate foi estendida para todo o campo de manobra operacional. A força adversária passou a ser percebida como se estivesse inserida em uma única gigantesca batalha decisiva, a “batalha profunda”. Portanto, havia uma grande necessidade de agilidade na tomada de decisão, de movimento e manobra, para que a arma utilizada fosse a mais adequada para aquele determinado momento e produzisse os melhores resultados possíveis. A idéia passa a ser destruir sua força pronta, atacando suas unidades de combate, comando e apoio, depósitos e suas vias de transportes. O inimigo não seria mais desarmado tomando suas fábricas e a sua população civil<sup>66</sup>

Por outro, a Batalha Aeroterrestre, de acordo com Domício Proença Júnior, a partir da década de 1980, iria refletir uma inserção da idéia de estratégia.

---

<sup>65</sup> JÚNIOR, Domício Proença. *O Fazer da Guerra Moderna: o Corpo-de-Exército como Unidade Operacional gênese e superação*. Tese de doutorado apresentada ao Programas de Pós-Graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994. p. 592.

<sup>66</sup> Idem, p. 592.



Isso constituiria um distanciamento do modelo militar moderno e pós-Napoleão Bonaparte.

Com a Guerra do Vietnã a conscrição universal se tornou um tabu. Preferiu-se criar e treinar pessoas para o Exército Estadunidense. Ela foi impopular e sem respaldo da opinião pública interna e externa aos Estados Unidos, pois a pressão desencadeada por setores da sociedade civil que possuíam grande capacidade de mobilização e de repercussão na mídia estadunidense foi substancial. Também não teve respaldo jurídico da Organização das Nações Unidas (ONU), pois esta, diferentemente da Guerra do Golfo, de 1991, não legitimou a intervenção estadunidense no Vietnã do Norte, em favor do Vietnã do Sul, durante a Guerra do Vietnã.

Na Guerra do Vietnã (1965-1975), os pensadores do Pentágono perceberam que um poder militar esmagador não funciona contra um adversário que evita de todas as formas uma batalha decisiva. Obviamente, enfrentar um inimigo com essas características acaba causando baixas, como de fato ocorreu na Guerra do Vietnã, para os Estados Unidos, além da guerra se prolongar sem uma perspectiva em curto prazo, de uma solução. Comparando-se o número de baixas dos Estados Unidos frente as baixas vietnamitas – Norte e Sul – verificar-se-á que o primeiro perdeu algo em torno de 55 (cinqüenta e cinco) mil baixas, enquanto o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul, perderam aproximadamente 2 (dois) milhões de pessoas (civis e militares).

O Exército dos Estados Unidos passou por uma ampla modificação, deixando de ter uma força conscrita de jovens, para uma força extremamente profissional, com efetivos entre 20 e 30 anos, geralmente pais de famílias, comprometidos com um desempenho profissional. As Forças Armadas, então,

passaram por uma profunda profissionalização de seus quadros o que incluía o oficialato. Desde a década de 1970, o Pentágono preocupa-se com a formação profissional de seus oficiais e líderes, comprometidos com um desempenho profissional<sup>67</sup>.

O regime de preparação dos combatentes das Forças Armadas dos Estados Unidos tornou-se muito rigoroso, objetivando a sobrevivência e a eficácia de seus quadros profissionais. A manutenção dos equipamentos e simulação de batalhas, através do emprego de alta tecnologia, via informática e a microeletrônica, foram fundamentais. Isso fez parte da nova doutrina militar que estava sendo construída nos Estados Unidos, desde a década de 1970, e que iria ser conhecida como Doutrina Powell.

A profissionalização das Forças Armadas foi fundamental para os Estados Unidos ao final do século XX

*“Neste processo, o exército permanente se concentrou quase que exclusivamente na produção das tropas e chefias combatentes. Os sistemas de reservas foram deslocados para o fornecimento daquelas unidades de apoio imprescindíveis para a ação militar na guerra, mas plenamente obtentíveis, na paz, de firmas civis e de serviços.”<sup>68</sup>*

Percebe-se que as forças combatentes estadunidenses da linha de frente receberam e recebem, desde a década de 1980, capacitação, treinamento, vivência de situações de conflito militar, através de simuladores eletrônicos. Os reservas também não estão alheios a isso, pois também recebem capacitação em suas próprias atividades civis de apoio, para quando os Estados Unidos estiverem em alguma ação militar ou numa guerra, eles possam ser usados com eficiência.

---

<sup>67</sup> Idem, Idem, p. 593.

<sup>68</sup> Idem, Ibidem, p. 593.

Também se deve destacar que o Pentágono e o Departamento de Estado dos Estados Unidos, perceberam que qualquer intervenção militar estadunidense em um Estado dos chamados mundo subdesenvolvido ou Terceiro Mundo, deveria ser feita com uma superioridade tecnológica e militar, além de estratégica política clara. O objetivo era garantir a vitória militar e a retirada rápida, sem grandes prolongamentos na duração do conflito. A síndrome do Vietnã, causada pela guerra nesse país, teve um papel importantíssimo nessa mudança de atitude por parte dos Estados Unidos.

Outro ponto que inspirou mudanças na forma de pensar do Pentágono foi a preocupante constatação na década de 1970, de que as Forças Armadas soviéticas provavelmente eram superiores em termos de contingentes do que os Estados Unidos. Caso ocorresse um conflito com Moscou dentro do antigo pensamento estratégico e de operacionalização da guerra, reinante até a Guerra do Vietnã, Washington poderia ser derrotada. Todavia, deve-se ressaltar que a superioridade dos Estados Unidos era muito grande, incontestável. Não se pode esquecer de que o governo estadunidense fraudava dados e estatísticas para conseguir mais verbas do Capitólio e atender às demandas crescentes do Complexo Industrial Militar que financiava as campanhas políticas de parlamentares, governadores e presidente. Mesmo em um enfrentamento com armas convencionais entre Washington e Moscou, o segundo dificilmente venceria o primeiro<sup>69</sup>.

Assim, nasceu a partir da década de 1970, ainda sob os efeitos terríveis da Guerra do Vietnã, começou a nascer uma nova doutrina militar que seria melhor organizada ao final do governo Reagan e no início do governo Bush: a Doutrina Powell. Essa defendia entre outras coisas uma coordenação de poder

---

<sup>69</sup> Ver a obra: BERTONHA, João Fábio. “A Doutrina Rumsfeld: Novo paradigma da guerra moderna?”. In: *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, set/out/nov/dez 2003, ano LXXXIX, n. 797: p.178-181.

aéreo e terrestre, troca rápida de informações, mobilidade ágil dos combatentes no front de batalha e uso de grande quantidade de armas tecnologicamente avançadas.

Segundo Bertonha, a mudança de paradigma efetuada pelos Estados Unidos, durante a Guerra do Golfo, no seu pensamento tático e estratégico

*“(...) a mudança de paradigma não foi completa, pois as fases aérea e terrestre da campanha foram separadas e uma concentração esmagadora de tropas e armas pesadas foi realizada para cumprir o plano.”<sup>70</sup>*

Destarte, depois das citadas modificações, as Forças Armadas dos Estados Unidos, já na Guerra do Golfo e atualmente, passaram a ser reflexo da sociedade estadunidense. Esta pressiona e exige de seu governo ações e esclarecimentos sobre as ações militares. Nesse sentido, a Guerra do Golfo foi bastante popular, pois o Iraque foi considerado pela mídia interna e externa como um país perigoso, ditatorial e que precisava ser enfrentado.

Assim, aplicou-se a Doutrina Powell, no mencionado conflito, sendo uma estratégia em que logística e tática é algo quase indissociável. Estratégia, história e guerra são bastante ligadas. Torna-se difícil estabelecer os limites entre ambos. Sobre como a Guerra do Golfo se inseriu e quais as suas ligações com a política externa estadunidense, isso será melhor estudado no capítulo sobre a Política Externa dos Estados Unidos.

#### **1.4 A IMPRENSA**

---

<sup>70</sup> BERTONHA, João Fábio. “A Doutrina Rumsfeld: Novo paradigma da guerra moderna?”. In: *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, set/out/nov/dez 2003, ano LXXXIX, n. 797: p.179.

A imprensa foi importantíssima durante a Guerra do Golfo. Mesmo tendo sofrido forte censura, tanto do lado da coalizão, com destaque para os Estados Unidos, como do lado do Iraque, ela foi imprescindível para a reprodução da Doutrina Powell e suas contradições, bem como da construção da imagem de um conflito vídeo game, *high tech*, de alta tecnologia, sem sangue e praticamente indolor.

O sofrimento, mutilados, mortes, feridos, prédios destruídos, cidades arrasadas, atrocidades de ambos os lados, foi substituído por uma imagem leve, de guerra limpa e justa, sendo assistida ao vivo, pelos telespectadores, ávidos por novas notícias do front de batalha. Como foi a primeira guerra transmitida ao vivo, em toda a história, ela passou a ser programa em vários canais de televisões, mormente nos Estados Unidos. No Brasil, essa situação não foi muito diferente, pois a cobertura das redes televisivas como as redes Globo, Bandeirantes, Manchete, SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) e Record faziam coberturas amplas, comprando notícias do exterior, principalmente da rede estadunidense de notícias CNN (Cable News Network).

Com relação à imprensa escrita não foi muito diferente. Os grandes jornais do mundo dedicaram páginas, edições e muito espaço para cobrir o antes, durante e depois da Guerra do Golfo. Periódicos como “The New York Times”, “The Washington Post”, dos Estados Unidos, “Le Monde”, da França, “The Times”, do Reino Unido, “El País”, da Espanha, “Corriere de la Siera” e “La República”, ambos da Itália foram alguns exemplos.

O Brasil também teve vários jornais que cobriram a citada guerra e se dedicaram a ela, como “O Globo” e o “Jornal do Brasil”, da cidade do Rio de Janeiro, “Correio Brasiliense”, de Brasília e “Zero Hora”, de Porto Alegre, no Rio

Grande do Sul. Alguns como “Folha da Tarde” e “Folha de São Paulo”, pertencentes ao Grupo Folhas e “Jornal da Tarde” e “O Estado de São Paulo”, pertencentes ao Grupo Estado, enviaram jornalistas para cobrir a guerra, seja durante, como foi o primeiro exemplo, com o jornalista José Arbex Júnior, seja logo depois do encerramento, como no segundo exemplo, através do jornalista William Waak. Vale ressaltar que José Arbex Júnior era correspondente internacional da Folha de São Paulo e o jornalista William Waak era enviado especial<sup>71</sup>.

Deve-se ressaltar o fato de que as informações veiculadas pela imprensa na Guerra do Golfo, principalmente por órgãos como a CNN, sofria forte censura, pois os jornalistas eram pressionados a ceder em prol da razão de Estado, no caso, os Estados Unidos. O historiador da História do Tempo Presente se vê em uma situação delicada, já que as guerras passaram a ter conotações ideológicas também, principalmente no século XX, implicando em uma série de problemas metodológicos<sup>72</sup>. O que pode gerar uma cobertura da imprensa bastante precária, parcial e até mesmo tendenciosa, porque a censura e o controle sobre as informações podem gerar uma confusão entre a ética e a política.

---

<sup>71</sup> Faz-se importante distinguir os dois cargos. A função de correspondente internacional é exercida por um jornalista que atua fora de seu país de origem em tempo integral, sendo seu ofício selecionar e apresentar o material que lá fora é produzido principalmente pelas agências nacionais e internacionais de notícias. Geralmente, trabalha em grandes escritórios mantidos pelas empresas jornalísticas, em cidades da América do Norte e da Europa Ocidental como Paris, New York, Washington, Londres, Berlim e Roma. Quando ocorre algum fato de grande relevância, o correspondente tem a missão de verificar o fato ocorrido, de fazer entrevistas e até, se for necessário, de se deslocar de seu escritório para a região do acontecimento. Já o enviado especial, tem uma ação diferente, pois geralmente é determinado pela direção do jornal a ele que viaje até o local em que está ocorrendo o fato, para produzir sua própria visão dele. Assim, as informações prestadas por ele poderão ser diferenciadas das informações das agências internacionais e, por consequência, confrontadas. O problema está no pouco tempo que o jornalista terá para estudar o fato, como por exemplo, a Guerra do Golfo, e se adaptar ao local e a cultura do país onde está ocorrendo o evento. Seu objetivo é cobrir o acontecimento de maneira ágil. Ver a obra: SILVA, Aline Cáceres Dutra da. *A Hegemonia da Informação: Estudo sobre ética em jornalismo internacional com base na cobertura americana e brasileira da Guerra ao Terror*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina Projetos Experimentais em Jornalismo, do Departamento de Comunicação do Centro de Educação Comunicação e Artes, da Universidade Estadual de Londrina, 2003.

<sup>72</sup> AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política..* Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996. p. 407.

Torna-se difícil de se estudar a guerra desprezando as opiniões preconcebidas, pois em tempos belicosos

*“(…), diluem-se os pontos de referência que habitualmente permitem balizar a vida política; a vida parlamentar de fato atrofia-se, torna-se até mesmo quase inexistente (...), os partidos políticos desempenham apenas de modo muito imperfeito seu papel de mediação; a imprensa deixa de ser livre (...).”<sup>73</sup>*

Assim sendo, antes de tratar como foi a cobertura da imprensa sobre a Guerra do Golfo, é assaz importante discutir rapidamente sobre a imprensa em si.

O jornalista José Hamilton Ribeiro<sup>74</sup> coloca-se como observador crítico da imprensa brasileira. Sua longa carreira jornalística lhe permitiu participar de importantes momentos da história brasileira e mundial, além de testemunhar como o jornalismo e as empresas jornalísticas passaram por profundas transformações nos últimos 50 (cinquenta) anos.

José Hamilton Ribeiro defende que o jornalismo é algo sério, importante e essencial. Para ele o jornalismo engloba valores muito altos principalmente os relacionados à cobertura de eventos internacionais como revoluções e guerras, por exemplo. Defende que as grandes empresas de comunicação se endividaram a partir da década de 1980, comprometendo bastante a qualidade e seriedade das matérias jornalísticas. José Hamilton Ribeiro argumenta

*“(…) Para ele, jornalismo é coisa cara e essencial, que envolve custos altos. E as grandes empresas de comunicação, nos últimos 20 anos, teriam se envolvido em aventuras financeiras que acabaram não se revelando tão rentáveis quanto pareciam na época. Endividaram-se,*

---

<sup>73</sup> Idem, p. 407.

<sup>74</sup> O jornalista José Hamilton Ribeiro foi sete vezes ganhador do Prêmio Esso de Jornalismo, considerado o mais importante prêmio do jornalismo brasileiro. Nasceu em 1935, na cidade paulista de Santa Rosa de Viterbo, e na década de 1950, começou a trabalhar no jornal “Folha de São Paulo”. Também laborou em veículos de comunicação como o jornal “Dia e Noite”, revistas “Realidade” e “Quatro Rodas” e hoje trabalha como repórter do programa “Globo Rural”, na “Rede Globo de Televisão”. É autor de vários livros como “O Repórter do Século”, “Música Caipira – As 270 Maiores Modas de Todos os Tempos” e “Os Tropeiros – Diária da Marcha”.

*portanto. O departamento comercial precisou enxugar a máquina e, infelizmente, o jornalismo foi a área mais afetada (...).<sup>75</sup>*

Torna-se imperativo fazer algumas considerações acerca das afirmações de José Hamilton Ribeiro. Ele tem razão quando diz que jornalismo é coisa séria e que deve se pautar na busca pela verdade, ser imparcial e que representa gastos altos. Todavia, ele deveria mencionar que o jornalismo atual não está apenas passando por dificuldades financeiras. As empresas de comunicação se tornaram grandes conglomerados da indústria cultural, a partir da década de 1960, de acordo com Taschner,

*“A partir de meados dos anos 60 começou a evidenciar-se a presença da indústria cultural no Brasil. Primeiro foram organizações como Globo e Abril, que ganharam proeminência no cenário nacional. Depois, outras, como as Folhas, o Estado, a Manchete, ficaram visíveis também como conglomerados.”<sup>76</sup>*

Gisele Taschner observa que os jornais como a “Folha de São Paulo”, pertencem às grandes empresas de comunicação que se tornaram verdadeiras indústrias culturais. Assim, o jornalismo é colocado em segundo plano, quando ocorrem prejuízos ou os lucros se apresentam em queda.

Inclusive a imprensa brasileira atravessava grave crise financeira, durante o governo do presidente Fernando Afonso Collor de Mello (1990-1992)<sup>77</sup>, época em que eclodiu a Guerra do Golfo, no ano de 1991.

---

<sup>75</sup> “MEIO SÉCULO NA IMPRENSA”. Revista Ler & Cia. Curitiba: Livrarias Curitiba, Ed. 15, Ano 3. p. 28, 7 de julho de 2007.

<sup>76</sup> TASCHNER, Gisela. “Folhas ao Vento. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 17

<sup>77</sup> O Brasil enfrentou uma grave crise econômica no governo Fernando Afonso Collor de Mello. A inflação, recessão, alta dívida externa, falta de credibilidade internacional, endividamento público interno, desemprego, aumento da desigualdade sócio-econômica foram alguns dos graves problemas econômicos brasileiros na época. Muitos desses problemas persistem no atual cenário brasileiro. Para tentar resolver os citados problemas, o governo do presidente Fernando Collor lançou dois planos econômicos. O primeiro foi em março de 1990,



A participação da imprensa na citada guerra foi singular e deve ser criticada e colocada em pauta para o debate. O controle feito, principalmente, pelos Estados Unidos sobre as notícias, os jornalistas e a cobertura da televisão e jornais, foi monumental, e ficou conhecido como “Operação Mordaça no Deserto”. A conclusão foi feita pela jornalista Paula Fontenelle<sup>78</sup>.

Tal controle foi possível porque a maior parte das ofensivas foi aérea e não terrestre. Os combates em terra foram rápidos e duraram pouco tempo, uma semana. Isso prejudicou muito a fidedignidade das notícias.

Outro complicador para a cobertura da imprensa no front foi que nenhum jornalista podia deslocar-se sem um acompanhante do governo estadunidense. O objetivo era mostrar apenas aquilo que interessava aos jornalistas verem e publicarem sob o ponto de vista dos aliados. Havia a preocupação latente do governo dos Estados Unidos em garantir o apoio da opinião pública estadunidense e também internacional. A questão era garantir o apoio da maioria da população e da imprensa estadunidense e da imprensa, governos e das populações dos países no mundo todo, com destaque para a Europa e o Oriente Médio. Essa postura de Washington foi principalmente causada pela forma como a imprensa dos Estados Unidos e internacional cobriu os fatos na Guerra do Vietnã. Isso causou uma propaganda negativa dentro e fora do país com relação ao conflito em terras vietnamitas.

---

conhecido como Plano Collor I, que congelou salários, preços e confiscou a poupança de grande parte da população brasileira. O segundo se chamou Plano Collor II, em 1991. Dentre as principais medidas macroeconômicas tomadas com base no citado plano encontravam-se o congelamento de preços e salários. Ambos os planos heterodoxos almejaram combater e controlar a inflação, que no início de 1990, chegou a índices estratosféricos de mais de 80 (oitenta) por cento, ao mês. Essa terrível crise econômica e financeira, fruto de décadas de um processo de forte concentração de renda, de priorização dos interesses de parte da elite brasileira e do capital estrangeiro, foi parte do legado deixado pelos governos militares (1964-1985) e pelo governo de José Ribamar Ferreira de Araújo Costa Sarney (1985-1990).

<sup>78</sup> Ver a obra: FONTENELLE, Paula. *Iraque: a guerra pelas mentes*. São Paulo: Editora Sapienza, 2004.

Vale salientar que diferentemente da Guerra do Vietnã, a Guerra do Golfo teve um grande apoio da população estadunidense e de outros países. De acordo com a jornalista Paula Fontenelle

*“A cobertura era feita em rodízio, o que significava que apenas um número reduzido de repórteres testemunhava os esforços de guerra. Suas reportagens eram enviadas a outros veículos de comunicação, portanto, a versão do que era vivenciado nos campos de batalha era bastante unificada e restrita.”<sup>79</sup>*

As matérias jornalísticas produzidas no teatro de operações militares foram todas revisadas pelos militares. A jornalista Paula Fontenelle chegou a afirmar que não chegou a acontecer censura nas matérias jornalísticas e nem modificações. Contudo, essa observação é bastante questionável se analisada e comparada com as afirmações de José Arbex Júnior

*“(...) Milhões de telespectadores acreditam que, praticamente, não houve mortes na Guerra do Golfo, porque viram na televisão tratar-se de uma ‘guerra limpa’, mesmo quando eram advertidos de que as imagens haviam sido censuradas por Washington por razões de segurança nacional’ (72 por cento dos americanos usaram a televisão como sua principal fonte de informação sobre os conflitos, segundo pesquisas de opinião realizadas por 51 empresas especializadas, nos Estados Unidos, entre 2 de agosto de 1990 e 10 de março de 1991.”<sup>80</sup>*

Inclusive, o controle das matérias jornalísticas foi feito tanto pelo lado da coalizão, com destaque para os Estados Unidos, como pelo lado iraquiano.

Fontenelle afirmou também que todas as informações do conflito eram repassadas pelos militares. Como pensar que não houve censura, controle ou modificações de informações? É difícil acreditar nessa postura das Forças Armadas

---

<sup>79</sup> FONTENELLE, Paula. *Iraque: a guerra pelas mentes*. São Paulo: Editora Sapienza, 2004. p. 29.

<sup>80</sup> ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001. pp. 118-119.

dos Estados Unidos. A própria Paula Fontenelle afirmou em seu livro que as reportagens favoreciam a versão dos aliados. Mostra-se uma contradição por parte de Fontenelle nesse aspecto específico.

Por outro lado, é compreensível todo o controle feito pelo governo e Forças Armadas dos Estados Unidos sobre as informações colhidas referentes ao conflito. Dentro dos Estados Unidos não havia, no Congresso, consenso sobre a guerra. A opinião pública continuava com muitas dúvidas a respeito da legitimidade do conflito. Ademais, o número de telespectadores era muito alto, batendo recordes de audiência. A “guerra tecnológica”, “inteligente”, “indolor” e “limpa” se transformou em programa de televisão. Passou a ser um entretenimento, um programa assistido e consumível ao gosto do telespectador. Em outras palavras, um show.

Nesse sentido, de acordo com José Arbex Júnior, a Guerra do Golfo pode ser considerada como um grande divisor de águas, pois a imprensa enfatizou muito mais as armas, o show de imagens, as batalhas noturnas, que pareciam um vídeo game, os bombardeios cirúrgicos, as armas inteligentes e alta tecnologia., A visibilidade das atrocidades, da tragédia que se abateu sobre os seres humanos envolvidos, vítimas de tamanha destruição praticamente desapareceu da cobertura jornalística da guerra. Arbex afirma

*“A Guerra do Golfo serviu como um divisor de águas nessa longa história. Pela primeira vez, uma guerra era transmitida ‘ao vivo’, em tempo real, por uma rede de alcance planetário (a Cable News Network, CNN) (...). E – outro fato inédito – a grande personagem da guerra, ao contrário daquilo que, apenas em certa medida, havia caracterizado a cobertura da Guerra do Vietnã, nos anos 60, não foi o homem, os horrores, ódios e esperanças provocados pela destruição, mas a tecnologia, as armas ‘inteligentes’, as operações ‘cirúrgicas’ (...).”<sup>81</sup>*

---

<sup>81</sup> Idem, p. 30-31.

Também passou a ocupar um imenso espaço nos cadernos dos jornais escritos, cujas vendas subiram absurdamente.

Vale mencionar ainda que Paula Fontenelle contradiz seu argumento de que o controle não recaiu em censura, quando em um outro trecho de seu livro afirmou

*“De maneira geral, a campanha de mídia visou minimizar as iniciativas de coberturas independentes, além de favorecer, ao máximo, a manipulação dos fatos.”<sup>82</sup>*

Manipular fatos não é uma forma de modificar informações e até mesmo censura? Ficou claro que o governo dos Estados Unidos tinha grande interesse em colocar e usar a mídia a favor dos seus objetivos.

José Arbex tem razão quando fala que houve uma construção metafórica, retórica e teórica por parte da imprensa ao apresentar o Iraque e o mundo árabe-muçulmano como sendo um conceito ameaçador e ruim ao Ocidente, por parte da imprensa e dos países envolvidos, principalmente pelos governos dos Estados Unidos e do Reino Unido<sup>83</sup>.

Obviamente, o mundo muçulmano continua sendo apresentado pela imprensa como o grande “mal” que deve ser civilizado, dominado e corrigido para a manutenção da paz mundial e da civilização Ocidental. É bem verdade que a mídia estadunidense admitiu algum tempo depois que a cobertura realizada durante a Guerra do Golfo foi tendenciosa a favor dos Estados Unidos. Sem dúvida, tal operação foi construída pela mídia e pelo governo estadunidense.

---

<sup>82</sup> FONTENELLE, Paula. *Iraque: a guerra pelas mentes*. São Paulo: Editora Sapienza, 2004. p. 28

<sup>83</sup> Para saber mais informações acessar o site <http://www.zmag.org>, que contém informações relativas à cobertura da imprensa sobre a Guerra do Golfo, de 1991, e sobre a Invasão do Iraque, de 2003.

A imprensa escrita e televisiva construiu a imagem de que a Guerra do Golfo seria uma luta do “bem” contra o “mal”, isto é, dos Estados Unidos e o Ocidente, contra o Iraque e o Islã. Essa representação foi reiterada e veiculada pelos jornais escritos, por exemplo, sejam de caráter nacional ou internacional. Poucos articulistas e especialistas, nos periódicos brasileiros “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”, trataram com criticidade aquelas idéias que circulavam pelo mundo e que eram reproduzidas no Brasil, através da compra de informações das agências internacionais de notícias.

Ocorreu que as informações passaram a ser cada vez mais instantâneas, chegando ao ponto de uma guerra ser transmitida ao vivo, como se verificou na Guerra do Golfo. Essa nova situação também atingiu os jornais, que tentaram se ser cada vez mais ágeis na cobertura das notícias. Nesse sentido, pode-se refletir sobre a validade de Armand Mattelart, ao afirmar:

*“O Século XIX inventa a news e, com ela, o ideal da informação instantânea. Entre 1830 e 1850 criam-se as grandes agências. A partir de 1875, começam a formar-se os grupos de imprensa. Surgem os primeiros gêneros escritos da produção cultural de massa.”<sup>84</sup>*

A tecnologia passou a influenciar cada vez mais o jornalismo e os meios de comunicação. A informação, com o advento da internet e dos satélites, passou a circular rapidamente entre os países. A sensação é a de que quando ocorre algum fato em um lugar remoto da Ásia, por exemplo, a distância geográfica não aparenta ser tão grande assim, se o leitor do jornal ou o telespectador, estiver no Brasil. O próprio Arbex também corrobora esse pensamento ao mostrar como a informação está cada vez mais rápida quando escreve:

---

<sup>84</sup> MATTELART, Armand. **A globalização da comunicação**. PELEGRIN, Laureano (trad.). Bauru: EDUSC, 2000. p. 47.

*“Do início do século XIX até os nossos dias, a história tecnológica da mídia pode ser resumida como a história da fabricação e instalação de meios cada vez mais rápidos de propagar a informação.”<sup>85</sup>*

Assim, para atender os anseios de lucros e interesses de corporações privadas e até públicas, a imprensa atua como uma empresa que aparentemente é guardiã da verdade e da imparcialidade, como afirma o jornalista Carlos Dorneles

*“A imprensa somente revela fatos, não toma partido; não é responsável por acontecimentos, apenas os registra. Esse dogma jornalístico jamais soou tão irreal como depois do 11 de setembro. Muitos episódios, como a própria guerra no Afeganistão, tiveram participação ativa da imprensa. É impossível, hoje, separar o que foi apenas a intenção pura e simples do governo Bush e o que foi facilitado, possibilitado pela influência da mídia.(...)O trabalho da mídia só reforçou a sua capacidade de ditar rumos. Por cumplicidade ou por omissão, mas sem inocência.”<sup>86</sup>*

Seguindo essa linha de raciocínio, a Guerra do Golfo foi um marco importante na cobertura da imprensa e o seu tratamento para com as notícias. A cobertura ao vivo transformou veículos como a CNN, fazendo-a uma grande potência nos meios de comunicação jornalísticos, um referencial para o jornalismo 24 (vinte e quatro) horas e para a cobertura de guerras.

A obra de Arbex vai ao encontro dessa linha de pensamento, pois esteve no aludido conflito a serviço do jornal “Folha de São Paulo”, onde trabalhou no período de 1990-1991.

## 1.5 A CNN

---

<sup>85</sup> ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001. p.59.

<sup>86</sup> DORNELES, Carlos. **Deus é inocente: a imprensa, não**. São Paulo: Globo, 2003. pp.270-271.

A Cable News Network nasceu em junho de 1980, na cidade de Atlanta, nos Estados Unidos. Foi fundada por Ted Turner com a ajuda de vários de seus colaboradores. A idéia era ousada. Criar um canal exclusivo de jornalismo com 24 (vinte e quatro) horas de notícias, era um grande desafio para a época. Os críticos da CNN<sup>87</sup> diziam que a idéia era arriscada e tinha grande chance de não ter êxito.

A CNN será brevemente estudada, pois teve uma importante atuação na cobertura da Guerra do Golfo. Foi ela que transmitiu ao vivo, pela primeira vez na história, uma guerra. Seu estudo ajudará na melhor compreensão da cobertura que foi feita, ao longo da duração da Guerra do Golfo, em 1991.

Sua trajetória não foi fácil. Ao longo da década de 1980, a CNN transmitiu uma série de acontecimentos nacionais e internacionais. Eventos como a visita do então Papa João Paulo II, aos Estados Unidos, o centenário da Estátua da Liberdade e o segundo debate eleitoral, para as eleições presidenciais dos Estados Unidos, em 1988, em Los Angeles, entre o candidato republicano George Bush, e o candidato democrata, Michael Dukakis<sup>88</sup>.

Também acompanhou e transmitiu a histórica visita e reunião de cúpula do líder soviético Mikhail Gorbachev à China de Deng Xiaoping, em maio de 1989<sup>89</sup>. Cobriu ainda, no mesmo mês, em território chinês, na Praça da Paz Celestial

---

<sup>87</sup> Ver a obra: WHITTEMORE, Hank. *CNN: A História Real. Como um grupo de sonhadores audaciosos mudou a face do telejornalismo mundial*. NOGUEIRA, Celso (trad.). São Paulo: Editora Best Seller, 1990.

<sup>88</sup> WHITTEMORE, Hank. *CNN: A História Real. Como um grupo de sonhadores audaciosos mudou a face do telejornalismo mundial*. NOGUEIRA, Celso (trad.). São Paulo: Editora Best Seller, 1990, p. 352.

<sup>89</sup> O encontro de cúpula sino-soviético de 1989 marcou as relações entre os dois países. Tal fato não ocorria desde 1958, quando Nikita Krushev, líder soviético, e Mao Tse-Tung, líder chinês se encontraram. A reunião entre Gorbachev e Xiaoping era para discutir os problemas que afastaram Moscou de Pequim, relativos as disputas territoriais e de liderança no bloco socialista.

ou Praça Tiananmen, os protestos por democracia de um milhão de chineses, em sua maioria jovens e estudantes.

Apesar das dificuldades financeiras, a CNN cresceu rapidamente chegando ao ponto de inaugurar na sede da Headline, uma nova organização: a Noticiário Telemundo-CNN. O objetivo era produzir notícias também em espanhol e transmiti-las na língua espanhola, para o público estadunidense de fala espanhola e mais 8 (oito) países da América Latina<sup>90</sup>.

Contudo, a obra sobre a CNN, escrita por Hank Whittemore, que mostra a origem desse canal de notícias é bastante favorável à figura empresarial e empreendedora de Ted Turner. Whittemore também se rende ao poder e sucesso conquistado pela CNN, o que compromete sua visão acerca dela e de seu fundador. Whittemore afirma

*“Quando os departamentos de jornalismo da ABC, NBC e CBS chegaram a Atlanta para acompanhar a Convenção Nacional do Partido Democrata, não precisaram que ninguém lhes avisasse que entravam no território de Ted Turner. O nome CNN aparecia em letras azuis com 2,5 metros de altura, dominando a atenção de quem se aproximava do Omni Coliseum. Mais uma vez a cobertura passo a passo da CNN mostrou-se imbatível, dedicando mais tempo do que as outras redes ao evento.”<sup>91</sup>*

Nota-se que o modo como Whittemore relata a atuação da CNN, compromete bastante a criticidade e a possibilidade de analisá-la de forma mais profunda. Não quer dizer que a CNN não possuísse importância na época. O que se critica é a forma como Whittemore analisa a CNN. Comporta-se como se fosse um torcedor e até mesmo um funcionário da mesma.

---

<sup>90</sup> WHITTEMORE, Hank. *CNN: A História Real. Como um grupo de sonhadores audaciosos mudou a face do telejornalismo mundial*. NOGUEIRA, Celso (trad.). São Paulo: Editora Best Seller, 1990, p. 352.

<sup>91</sup> Idem, Idem, p. 352.



Na CNN, segundo Whittemore, a estrela era a notícia. Ele defende que a CNN buscava a verdade e não era parcial. Como a notícia era a grande estrela, tudo dependeria dela. De acordo com Whittemore

*“(...) Em 1984 John Baker enviou um longo memorando a Burt Reinhardt, dizendo que a política da rede estava indo longe demais: ‘Nós, da CNN, não estamos preocupados em fazer programas de televisão interessantes ou emocionantes. Dependemos da notícia em si, ela faz o trabalho de produção. Quando o noticiário é dramático e atraente, a CNN espelha isso. Quando as notícias são desinteressantes, a CNN se torna desinteressante também.’<sup>92</sup>*

Será que é possível a existência do princípio da imparcialidade no meio jornalístico? O pressuposto da imparcialidade pode ser almejado pelos meios de comunicação, mas não é alcançado. A subjetividade humana, de quem faz a reportagem, está presente na notícia. Os interesses econômicos, políticos e sociais de um conglomerado de comunicações, como a CNN, também interfere em sua cobertura jornalística, por mais que seja negado por ela mesma. Assim sendo, observa-se que a CNN trabalha apenas aparentemente de forma imparcial e objetiva com a notícia. Fazer jornalismo significaria retratar a realidade do jeito que ela é. A CNN seria o espelho da notícia, seja ela “interessante” ou “desinteressante”. Essa postura da dela, retratada por Whittemore, não é sustentável.

Como se sabe, após o advento dos pensamentos e teorias de Sigmund Freud, Albert Einstein e Karl Marx, a ciência deixou de ser tratada como algo estático, objetivo e inquestionável. Ela passou a buscar verdades relativas, já que a subjetividade interfere na prática científica. A psique humana está presente quando se faz um recorte temporal, escolhas teóricas ou experimentos determinados. Não se pode esquecer que isso vale para todo o tipo de conhecimento, inclusive o presente no jornalismo.

---

<sup>92</sup> Idem, Ibidem. p. 360.

Pensar que um órgão de imprensa é apenas reflexo da notícia é bastante complicado e perigoso. Todo meio de comunicação possui interesses e objetivos na seara econômica, política e cultural. Isso não quer dizer que não se trata de organismos de comunicação sérios. Agora acreditar que é a notícia que fala por si mesma e que um jornal escrito ou uma rede televisiva de notícias são apenas reflexos da notícia equivale à mesma crença, que existia no século XIX, de que o historiador apenas refletiria a história presente no fato histórico.

Outra questão inquietante é a que se refere ao que é interessante e ao que é desinteressante. Interessante ou desinteressante para quem? Quem diz que a notícia é dramática, atrativa ou pouco atraente? O leitor ou telespectador? A notícia? O jornal ou rede de televisão? Vê-se que é algo bastante polêmico, pois se trata de uma interação, de um recorte feito por jornalistas, meios de comunicações e pelos consumidores das notícias. Consumidores e não leitores ou telespectadores? Sim, porque a notícia, a partir de meados do século XX, tornou-se uma mercadoria, produto da imprensa que é parte específica da indústria cultural<sup>93</sup>.

A maneira como Whittemore se expressa sobre a história da formação da CNN, ao longo da década de 1980 é bastante criticável, como já foi visto. Porém, não deixa de ter a sua validade como embasamento para ajudar a compreender como a mencionada rede televisiva de notícias se transformou em um organismo poderoso das comunicações, principalmente após a Guerra do Golfo, de 1991.

Antes mesmo dessa Guerra, a CNN já era conhecida nos Estados Unidos e em várias partes do mundo. Sua expansão era grande e ela vinha obtendo lucros e sucesso no final da década de 1980, como empresa de comunicações.

---

<sup>93</sup> TASCHNER, Gisela. *Folhas ao Vento. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 18-19.

Entretanto, somente a partir da Guerra do Golfo, a CNN passou a ser real e plenamente conhecida do grande público internacional.

A cobertura dos primeiros bombardeios a Bagdá foi feita ao vivo, através de narração feita por repórteres da CNN, sem imagens, dentro de um hotel na capital iraquiana. Como falou José Arbex Júnior anteriormente, a cobertura da CNN foi feita colocando no centro da questão as armas e a guerra, e não as suas entranhas e as mortes dos civis. Foi muito valorizada a guerra e suas imagens que mais pareciam vídeo-game, além das chamadas “armas inteligentes”. De acordo com o próprio José Arbex

*“O salto tecnológico, do qual a CNN é símbolo e instrumento, permitiu apresentar a Guerra do Golfo como uma espécie de telenovela sinistra que prometia renovadas emoções no próximo capítulo. A cobertura ‘ao vivo’ do conflito consagrou, definitivamente, a ‘espetacularização’ da notícia. E, exatamente por ser um espetáculo, a transmissão das imagens submeteu-se às mesmas regras que se aplicam a um show (...).”<sup>94</sup>*

Torna-se necessário dizer que a própria CNN tornou-se o centro das atenções, passou a ser até mais importante do que a própria guerra que estava cobrindo. É como se ela tivesse “roubado a cena” do principal protagonista do evento que estava cobrindo: a própria Guerra do Golfo.

Vale ressaltar que eram ao todo três jornalistas da rede de televisão estadunidense CNN, no Hotel Al-Rashid: Bernard Shaw, John Holliman e Peter Arnett. Eram os únicos jornalistas ocidentais presentes em Bagdá na noite de 17 de janeiro de 1991, data do início do conflito em questão.

A frase “os céus sobre Bagdá estão iluminados. Vemos flashes brilhantes por todo o céu”, dita por Bernard Shaw, ao iniciar a cobertura da guerra, deu uma pequena demonstração de como a imprensa cobriria tal fato e falaria sobre

---

<sup>94</sup> ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001. p. 31.

ele. Essas palavras foram ditas 10 minutos depois das primeiras explosões da Guerra do Golfo. Shaw estava vendo a História acontecer ao vivo. Juntamente com ele, no quarto 906 do Hotel Al-Rashid, no centro de Bagdá, mais dois jornalistas estavam presentes, quando o ataque da Coalizão deixou a cidade às escuras.

Obviamente, não era uma transmissão simples, pois falavam através de rádio por satélite que não exigia energia elétrica nem operadores de telefonia. Segundo Peter Arnett, em entrevista concedida à mesma CNN, no ano de 2001 “não havia ocidentais por ali. Só nós. Éramos como porta-vozes daquela guerra naquele momento.” Vale dizer que nunca, até então, uma Rede de Televisão havia apresentado uma guerra ao vivo, com o barulho incessante de bombas ao fundo, mesmo que não existissem imagens.

Bernard Shaw estava no Iraque, dias antes da guerra, para entrevistar Saddam Hussein. Quando o dia amanheceu, em 17 de janeiro de 1991, Bernard Shaw e John Holliman foram embora de Bagdá, e deixaram Peter Arnett para cobrir o conflito como o único jornalista ocidental em Bagdá.

Shaw, Arnett e Holliman contaram minuto a minuto, através de transmissão ao vivo pela televisão, mesmo sendo apenas com áudio, com a imagem congelada do mapa do Iraque e de suas fotos sobre ele. Acabaram ficando conhecidos como “Garotos de Bagdá”.

Quando o bombardeio começou, apenas a CNN (Cable News Network) tinha a estrutura necessária para transmitir a guerra, ao vivo, diretamente de Bagdá.

Depois de alguns dias, a transmissão de imagens em tempo real foi possível, e os bombardeios sobre a capital iraquiana ganharam tons esverdeados, devido aos dispositivos de visão noturna usados pelas câmeras da CNN.

A CNN instalou câmeras nos aviões e os alvos pareciam ser pontos como em jogos eletrônicos. O sangue derramado dos iraquianos e dos aliados foi varrido das imagens apresentadas pela mencionada rede de televisão estadunidense. Muitas imagens de soldados estadunidenses mortos e feridos foram censuradas por Washington. Havia a intenção de convencer o público dos Estados Unidos de que a guerra era “limpa”. Assim, a batalha ganhava uma feição de jogo eletrônico.

A guerra de informação foi um caso à parte. Os jornalistas da CNN recebiam relatórios diários de ambos os lados do conflito. O difícil era desvendar o que era realidade e o que era propaganda de guerra. Tanto as Forças Aliadas quanto o Iraque sabiam que a imprensa era um meio muito importante para influenciar a opinião pública. Então, os repórteres da CNN ficaram no Iraque até o fim do conflito.

Uma informação substancial é a de que Saddam Hussein viu a CNN como o principal canal de comunicação com o Ocidente. Assim, a primeira entrevista que deu durante o conflito foi para Peter Arnett, da CNN. Por causa disso, a citada Cable News Network seria chamada de “meio de transmissão da desinformação iraquiana”, pelo governo dos Estados Unidos.

O citado jornalista logo foi seriamente acusado de ter se vendido para o governo do Iraque, ao apresentar a versão iraquiana sobre os motivos da guerra e sobre os bombardeios aliados que erraram o alvo. Um dos casos mais famosos foi o de uma reportagem sobre o ataque da Coalizão a uma fábrica de leite em pó no território iraquiano<sup>95</sup>. O governo dos Estados Unidos insistiu que a tal

---

<sup>95</sup> Consultar a revista: “AO VIVO DE BAGDÁ: GUERRA DO GOLFO”. Revista Grandes Guerras. São Paulo: Abril, Ed. 9. p. 29, janeiro 2006.

indústria era responsável pela fabricação de armas biológicas e químicas, conhecidas como armas de destruição em massa.

Foi exatamente essa suspeita que levou os governos dos Estados Unidos e do Reino Unido a invadirem ilegalmente o Iraque, em março de 2003, quando a imprensa dos Estados Unidos se colocou favorável, em termos gerais, a invasão.

Percebe-se o quanto a cobertura da imprensa estadunidense foi seriamente controlada pelo governo dos Estados Unidos, o que prejudicou sua busca pela verdade e a credibilidade.

*“Se alguém disser que os dias dourados da América ficaram para trás, essa pessoa está olhando para a direção errada.”*

George H. Bush, presidente dos Estados Unidos, ao discursar em 1991, logo após o cessar-fogo declarado na Guerra do Golfo, contra o Iraque.

## **2. A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS**

Busca-se, nesse capítulo, compreender como ocorreu o processo histórico que desembocou na Guerra do Golfo. Para tanto, é necessário conhecer como o citado conflito se inseriu no desenvolvimento da política externa e das doutrinas militares dos Estados Unidos, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

Assim, a temática “Tempestade no Iraque: a Guerra do Golfo, a política externa dos Estados Unidos, a historiografia militar e a imprensa brasileira escrita”, necessita da análise de como a política externa dos Estados Unidos se desenvolveu em termos históricos, militares, econômicos e políticos, com ênfase nas doutrinas militares e de relações internacionais, que tiveram importância substancial quando a Guerra do Golfo ocorreu, em 1991, como as Doutrinas Carter e Powell.

Então, é imprescindível que se estude a política externa dos Estados Unidos antes, durante e depois da Guerra do Golfo, para que se tenha noção de como tal guerra foi causada, como a Doutrina Powell foi aplicada durante sua ocorrência e quais foram os seus efeitos para a política externa estadunidense até o momento hodierno. São importantes subsídios teóricos para que se possa entender como a Guerra do Golfo pode ser enquadrada na historiografia militar e de como foi abordada por parte da imprensa escrita brasileira que a cobriu.

Contudo, faz-se necessário ressaltar que a Doutrina Clinton, a Doutrina Bush e a Doutrina Rumsfeld não serão trabalhadas nesse capítulo da política externa dos Estados Unidos. Como elas sucederam a Doutrina Powell, logo após a Guerra do Golfo, de 1991, entendeu-se que era necessário colocá-las no capítulo 3 que trata do citado conflito propriamente dito. Procurar-se-á, demonstrar como a Doutrina Powell se faz presente nas Doutrinas Clinton, Bush e Rumsfeld.

## **2.1 A FORMAÇÃO HISTÓRICA E A POLÍTICA EXTERNA**

A política externa dos Estados Unidos da América do Norte pode ser enquadrada no paradigma da longa duração, pois desde o século XIX, poucas mudanças e rupturas ocorreram ao longo da história.

Entre os anos de 1894 e 1896, ocorreu uma forte Depressão econômica, sucedendo a uma grave crise na economia estadunidense de 23 (vinte e três) anos. Os seus problemas internos se refletiram na sua política externa.

No século XIX e até a Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945), ocorreram importantes embates na sua política externa, entre os chamados isolacionistas e os internacionalistas.

Nesse sentido, a atuação da política externa estadunidense na primeira metade do século XX, oscilou entre o isolacionismo, principalmente nas décadas de 1920 e 1930, e internacionalismo, como aconteceu na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais.

Os Estados Unidos durante o governo do presidente James Monroe<sup>96</sup>, em 1823, devido à sua política externa, elaborou a chamada Doutrina

---

<sup>96</sup> O presidente James Monroe lutou durante a Independência dos Estados Unidos da América, em 1776. Formou-se em Direito e tinha como seu mentor político Thomas Jefferson. Foi governador do Estado da Virgínia



Monroe. Sua principal idéia era evitar e repudiar qualquer intervenção européia nos países do continente Americano. A influência dos Estados Unidos sobre a América, principalmente a América Latina foi aumentando ao longo dos anos posteriores.

Os Estados Unidos desejavam, com tal doutrina, expandir sua influência econômica e internacional sobre a América Latina, incluindo a América do Sul, conquistando, com o passar do tempo, a condição de mediador e orientador das políticas externas dos países latino-americanos. O objetivo era criar uma área de influência estadunidense sobre a aludida região. A frase “A América para os americanos”, consubstancia bem a Doutrina Monroe.

Assim, em vários momentos, Washington fez valer seus interesses econômicos, geopolíticos e comerciais. Até mesmo por causa de empresas, os Estados Unidos, já no século XX, intervieram duramente na região, principalmente na América Central. Portanto, intervenções por causa de motivos econômicos e de corporações foram uma constante.

Não se pode esquecer também de outro elemento importante da política externa estadunidense no século XIX, de certa forma muito presente até hoje nas ações do Departamento dos Estados Unidos. Trata-se do chamado Destino Manifesto.

O Destino Manifesto era basicamente a idéia de que os Estados Unidos tinham a missão de levar seus valores, o cristianismo protestante, a liberdade, os valores democráticos, as idéias liberais, os preceitos capitalistas e o progresso científico - aos povos indígenas da região oeste dos Estados Unidos e depois ao mundo. Os imigrantes que chegaram à América e fundaram as 13 colônias, acreditavam que era a sua missão fundar a Nova Jerusalém. Daí nasceu a

---

por duas vezes, secretário de Estado e também da Defesa. Em 1817 assumiu o poder como o 5º presidente da história dos Estados Unidos tendo governado até 1825.

idéia de Destino Manifesto<sup>97</sup>, como sendo os eleitos de Deus, únicos detentores de moral para levarem os valores cristãos para o mundo. Isso justificará as ações militares dos Estados Unidos pelos cinco continentes. Depois tal prerrogativa foi bastante usada por Washington em sua política externa para a América Latina e após, no século XX, para suas ações no Oriente Médio.

A Doutrina Monroe e a teoria do Destino Manifesto, já citados, serviram de base ideológica para que os Estados Unidos assumissem a tutela de toda a América, principalmente a América Central. A América do Sul ressaltava-se, não fugiu dessa situação. Posteriormente, Washington ampliou a ação da teoria do Destino Manifesto para o restante do mundo, não ficando restrita à América. Isso quer dizer que os Estados Unidos passaram a se comportar como o país que deveria levar os valores cristãos, democráticos, capitalistas e liberais para regiões como o belicoso Oriente Médio. Provavelmente foi o que aconteceu durante a Guerra do Golfo, de 1991, e durante a invasão do Iraque, em 2003, ambas com ativa participação estadunidense.

Também não pode ser esquecida a famosa Política do “Big Stick” (grande porrete), que partiu das premissas ideológicas contidas na Doutrina Monroe e no Destino Manifesto. A Política do “Big Stick” foi erigida pelo então presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt<sup>98</sup>. Tal política concedia a liberdade para Washington usar a força, através de intervenções militares nos países americanos que estivessem endividados para com os Estados Unidos. Em outras palavras, quando um interesse econômico estadunidense estivesse ameaçado em qualquer

---

<sup>97</sup> Ver as obras: LUKACS, John. *Uma Nova República: História dos Estados Unidos no Século XX*. GALANTE, Vera (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p. 211-212; ITUASSU, Arthur. Política Externa Norte-Americana até 1939. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 693-694.

<sup>98</sup> O presidente Theodore Roosevelt foi o vigésimo sexto presidente da história dos Estados Unidos. Governou o país entre 1901 e 1909, tendo recebido o título de Corolário Roosevelt. Foi bastante incisivo em sua política exterior para a América Latina.

região do continente americano, em situações de não pagamento das dívidas contraídas ou de instabilidades políticas, os Estados Unidos deveriam agir em sua política externa com diplomacia, mas também com o uso de um “grande porrete”<sup>99</sup>. Assim, realizaram-se várias intervenções militares em países latino-americanos como a Nicarágua (1909) e o México (1911).

Tal estratégia perdurou até o início do governo Herbert Hoover (1929-1933), que esboçou os princípios do que posteriormente foi denominado de *Política da Boa Vizinhança*. O presidente que o sucedeu, Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), aprofundou e estruturou essa política. A Política da Boa Vizinhança passou a ter maior aplicação quando emergiu a possibilidade de um conflito, no caso a Segunda Guerra Mundial, com a conseqüente invasão estrangeira sobre o continente americano.

Voltando a questão dos embates entre as vertentes isolacionistas e internacionalistas, vale ressaltar que a primeira prevaleceu de certa forma até a Segunda Guerra Mundial. Após tal conflito, e com o nascimento da Guerra Fria, esta passou a ser considerada um modelo de poder dos Estados Unidos em termos globais. O debate entre as linhas internacionalista e isolacionista desapareceu, já que a primeira, no interior do Departamento de Estado estadunidense, se sobrepôs definitivamente sobre a segunda linha teórica.

De acordo com Munhoz<sup>100</sup>, os Estados Unidos construíram um sistema de relações internacionais conforme os seus interesses, no pós-guerra.

Exemplos disso são: a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização

---

<sup>99</sup> ITUASSU, Arthur. Política Externa Norte-Americana até 1939. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 693-694;

<sup>100</sup> Ver a obra: MUNHOZ, Sidnei José. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.). *O Século Sombrio: Uma História Geral do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2004, p. 261-281.

das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird).

A estratégia dos Estados Unidos, durante a Guerra Fria, seria a da contenção. Havia a idéia estadunidense que o maior perigo soviético não era o exército vermelho, mas o poder de atração ideológica que o comunismo possuía no interior das democracias capitalistas. A Guerra Fria, segundo George Kennan, era consubstanciada pelo enorme dispêndio de recursos militares e econômicos por parte dos soviéticos, que causaria futuramente contradições e a própria derrocada do regime soviético.

O regime soviético, na Guerra Fria, representava uma ameaça concreta para as democracias ocidentais. Poderia seduzir parcelas significativas das populações dos países vinculados ao mundo capitalista e jogá-las contra os seus respectivos governos, estimulando processos revolucionários e a desestabilização da ordem vigente.

Contudo, no início da década de 1990, com a derrocada de Moscou e do seu império, havia a idéia de que a paz seria duradoura. Ledo engano. Problemas na antiga União Soviética e conflitos nacionalistas, por exemplo, acabaram demonstrando as falhas e fissuras naquela crença.

Ao mesmo tempo, quando foi elaborado o Consenso de Washington pelo G-7 (o grupo dos sete países mais ricos do mundo), no início da década de 1990, havia um frenesi provocado pela Queda do Muro de Berlim, em 1989, pela crise do socialismo real e pela decadência da própria União Soviética. Em 1991, esse país saiu do cenário internacional e deixou de existir.

As diretrizes do Consenso de Washington foram sendo assimiladas por órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, o BIRD (Banco Mundial). Suas idéias passaram a compor receituários de desenvolvimento e de ações que os países do Terceiro Mundo deveriam seguir à risca, para crescerem e superarem seus graus de subdesenvolvimento, inclusive no Oriente Médio.

A partir daí, com a teorização já mencionada anteriormente, de Samuel Huntington<sup>101</sup>, a política externa dos Estados Unidos passou a considerar que o mundo caminha quase que inevitavelmente para um conflito de civilizações, em escala planetária. Algo importante, mas no mínimo questionável.

Há uma continuidade e crescimento dos conflitos assimétricos no final do século XX e início do século XXI, em várias áreas ao redor do globo. As invasões estadunidenses sobre o Afeganistão, em 2001, e o Iraque, em 2003, comprovam tal afirmação.

Assim sendo, sua política externa tem se direcionado no sentido de garantir ao Pentágono um aparato militar superior aos das outras potências militares globais como a França, Reino Unido, Itália, Rússia, Índia e China.

Nesse sentido, o orçamento militar estadunidense, a partir do segundo mandato do governo democrata de Bill Clinton (1993-2001), cresceu vertiginosamente, sendo maior do que os maiores gastos militares registrados na época da Guerra Fria, diferentemente do primeiro mandato que apresentou uma

---

<sup>101</sup> Conforme a obra: HUNTINGTON, Samuel. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

redução comparativa aos governos anteriores<sup>102</sup>. Essa tendência se fortaleceu ainda mais no atual governo de George Walker Bush (2003- em curso)<sup>103</sup>.

Com base nos acontecimentos atuais, pode-se afirmar que a questão do Destino Manifesto ainda é muito presente na política externa dos Estados Unidos. Nesse sentido, setores radicais da direita estadunidense têm defendido ataques vorazes às instituições que o próprio governo de Washington ajudou a construir no pós-Segunda Guerra Mundial. Essa situação poderia ocorrer quando tais instituições colocassem limites à ação e aos interesses estadunidenses<sup>104</sup>.

Foi o que se observou quando o governo de George Walker Bush, em 2003, sob a alegação de combate ao terrorismo internacional e de que o Iraque dispunha de armas de destruição em massa<sup>105</sup>, invadiu-o, mesmo sem a anuência das Nações Unidas. Foi uma atitude unilateral que colocou em risco a Organização das Nações Unidas, o direito internacional público, o equilíbrio de forças nas relações internacionais e o próprio sistema internacional, arduamente construído desde o Tratados de Westfália<sup>106</sup>, de 1648, que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos<sup>107</sup> (1618-1648).

---

<sup>102</sup> Ver a obra: LUKACS, John. *Uma Nova República: História dos Estados Unidos no Século XX*. GALANTE, Vera (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p. 397-398.

<sup>103</sup> Ver a obra: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Bush (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 102-105.

<sup>104</sup> Idem, p. 103.

<sup>105</sup> As armas de destruição em massa surgiram no século XX, com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e principalmente com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Tais armas são assim chamadas devido seu alto poder de destruição de vidas humanas, de animais e vegetais quando as mesmas são usadas nas guerras. São exemplos desses artefatos as armas químicas, biológicas e as nucleares. O próprio Iraque, do governo de Saddam Hussein, durante a Guerra Irã-Iraque, usou armas químicas contra a cidade curda de Halabja, ao norte do território iraquiano.

<sup>106</sup> Os Tratados de Westfália foram assinados em 1648, entre Suécia, Espanha, França, Sacro Império Romano-Germânico e Países Baixos, que colocou fim à famosa Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Os Estados germânicos pertencentes ao Sacro Império Romano-Germânico tiveram garantidos suas soberanias. Os Países Baixos e a Suíça passaram a ser repúblicas independentes e soberanas. A liberdade religiosa foi assegurada para os protestantes de origem calvinistas e luteranos no Sacro Império Romano-Germânico. A Suécia conseguiu o oeste da Pomerânia e o território de Stettin, a França ficou com o territórios da Alsácia, Metz, Toul e Verdun. Tais tratados foram importantes para a nova organização da Europa Central, enfraqueceram o Sacro Império Romano-Germânico e lançaram as bases do atual sistema internacional de Estados.

## 2.2 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), OS ESTADOS UNIDOS E A GUERRA FRIA

Para se compreender melhor como a Guerra do Golfo ocorreu e como os Estados Unidos entraram em guerra com o Iraque, além de entender como a parte da imprensa escrita brasileira, no caso os jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo”, abordou a mencionada guerra é importantíssimo entender a relação das Nações Unidas com a Guerra Fria e os Estados Unidos.

Para tanto, é importante fazer e responder as seguintes questões sobre a Organização das Nações Unidas: Por que ela foi construída? Quais países tiveram papel fundamental em tal processo? Qual a relação entre a Guerra Fria e ela? Qual a influência dos Estados Unidos sobre as Nações Unidas? Ela possui plenas condições para desempenhar com desenvoltura o seu papel? Essas são indagações que serão respondidas ao longo desse subcapítulo.

Em 1941, o primeiro-ministro britânico Winston Churchill e o presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt assinaram a Carta do Atlântico, na qual renunciavam a toda e qualquer anexação de territórios e propunham a liberdade de transporte nos mares e a cooperação solidária entre os

---

<sup>107</sup> A Guerra dos Trinta Anos, entre os anos de 1618 e 1648, foi um terrível conflito religioso e político que assolou e devastou a Europa Centro-Occidental. O grande palco da citada guerra foi o Sacro Império Romano-Germânico. O motivo de seu início foi a eleição, para a coroa da Boêmia, de Fernando da Estíria, um dos maiores incentivadores da Contra-Reforma ou Reforma Católica. Os protestantes da Boêmia e da Moravia (territórios hoje pertencentes à República Tcheca) revoltaram-se contra ele e escolheram como rei Frederico V. A Liga Católica, comandada por Tilly, esmagou tal revolta. Em 1624, a vitória dos católicos foi consolidada. Contudo, a guerra continuou em 1625 com a intervenção da Dinamarca, vencida por Tilly e Wallenstein, assinando a paz em 1629, na cidade de Lübeck. O rei Gustavo II Adolfo da Suécia, entrou na disputa, entre os anos de 1630 e 1632, contando com o apoio financeiro de Richelieu, mas após algumas vitórias, ocorreu a sua morte em Lützen. A paz em termos gerais foi assinada, no ano de 1635, quando a França entrou na guerra e obteve vitórias importantes, com destaque para os espanhóis. Só foram encerradas as batalhas com os Tratados de Westfália, de 1648.

Estados. O aludido documento era uma espécie de embrião da futura Organização das Nações Unidas (ONU).

Diante do fracasso inquestionável da Liga das Nações, criada pelo Tratado de Versalhes, através de sua defesa e idealização pelo presidente Woodrow Wilson, dos Estados Unidos, ao não impedir a Segunda Guerra Mundial, era necessária a criação de outra entidade internacional que pudesse zelar pela paz mundial.

Assim, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, em 1942, vinte e seis Estados que lutavam contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão principalmente), formaram o Pacto de Washington, defensor da idéia de se criar uma nova organização internacional para trabalhar pela paz no mundo.

Logo após o fim da II Grande Guerra, cinquenta países<sup>108</sup> se reuniram nos Estados Unidos para realizarem a Conferência de São Francisco. O objetivo manifesto era a criação da Organização das Nações Unidas, em substituição à decadente e ineficaz Liga das Nações. A sede escolhida foi a cidade de New York, nos Estados Unidos. Seus principais objetivos em teoria são: manter a paz e a segurança internacional, buscar a cooperação entre os povos e soluções para os problemas sociais, econômicos, culturais, religiosos e humanitários.

Percebe-se, então, que as Nações Unidas não têm a função de apenas assegurar a paz mundial. Ela entende que para se evitar guerras e construir uma sociedade mais harmônica e justa, é necessário resolver e cuidar de temáticas como crises econômicas, desigualdades sociais, os refugiados, catástrofes naturais, crimes de guerra, diversidade e intolerância cultural, por exemplo.

---

<sup>108</sup> Entre os cinquenta países estavam os Estados Unidos, Reino Unido e o Brasil.



Ressalta-se que um dos princípios balizadores da Organização das Nações Unidas é a valorização da pluralidade e diversidade cultural. O exemplo da Alemanha de Adolf Hitler, antes e durante a Segunda Guerra, deve ser evitado. Ao invés de buscar a construção de uma raça pura, devem ser valorizadas as diferenças étnicas e religiosas. A grande riqueza da humanidade é a sua diversidade cultural.

Para tanto, as Nações Unidas hoje dispõem de basicamente seis órgãos gerais de decisão: o Conselho de Segurança, a Assembléia Geral, a Secretaria-Geral, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Conselho Econômico e Social.

As Nações Unidas entraram em operação na mesma época em que a Guerra Fria emergia como Ordem Internacional, já em 1946. O primeiro encontro da Assembléia Geral foi realizado em Londres, em janeiro do mesmo ano. Na visão de Paulo Roberto de Almeida, as Nações Unidas foram vítimas da Guerra Fria

*“A ONU foi vítima desse clima de ‘guerra fria’, tornada ‘quente’ ocasionalmente, em alguns pontos do planeta, sem que o Conselho de Segurança, seu órgão supremo em matéria de paz e de segurança internacionais, pudesse atuar de maneira satisfatória para cumprir seu mandato estatutário de peace making.”<sup>109</sup>*

Infelizmente, as Nações Unidas foram muito prejudicadas pela Guerra Fria. Vale citar que o Conselho de Segurança, considerado o órgão mais importante da organização no que se refere à manutenção da paz e da segurança internacional, possuía em seu início quatro países membros permanentes com poder de veto: Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido e França. A China só entrou no Conselho de Segurança, como membro permanente, na década de 1970.

---

<sup>109</sup> Ver a obra: ALMEIDA, Paulo Roberto de. ONU e o Fim da Guerra Fria. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 633-634.

Então, os outros dez países que não são membros permanentes, eleitos a cada dois anos, sem direito a veto, não tinham a força que os países permanentes tinham.

Ademais, para que o Conselho de Segurança aprove uma resolução autorizando a intervenção da ONU em um conflito, precisava como até hoje ocorre, que não haja veto de nenhum dos membros permanentes. Assim, durante a Guerra Fria, a afirmação de Paulo Roberto de Almeida quando disse que tal organização foi vítima da Guerra Fria, é bastante procedente.

Vale lembrar que as duas superpotências, a União Soviética e os Estados Unidos, usavam o seu poder de veto geralmente quando o lado rival propunha alguma resolução que pudesse ferir os seus interesses.

Para ser mais preciso a Organização das Nações Unidas só conseguiu criar condições para “fazer a paz”, em pouquíssimas situações, durante a existência da Guerra Fria. Muitas vezes a ONU teve o seu papel restrito como mantenedora da paz, ou até teve a sua atuação literalmente paralisada em sua busca para prevenir, conter, mediar e solucionar guerras civis ou entre países.

Pode-se inferir que a ONU realizou, durante toda a Guerra Fria, apenas três operações de peace making (fazer a paz), através de seu Conselho de Segurança. A primeira foi relativa a intervenção ordenada em prol da Coréia do Sul, na Guerra da Coréia (1950-1953). A segunda operação foi quando ocorreu a autorização do envio de tropas para acabar com a guerra civil no antigo Congo Belga (hoje República Democrática do Congo), entre 1960 e 1964. A terceira e última operação autorizada pelo Conselho de Segurança, na Guerra Fria, foi em 1990, quando aprovou resoluções que permitiam a intervenção dos Estados Unidos

e seus aliados no Kuwait e no Iraque, para expulsar os iraquianos do território kuwaitiano.

Na primeira situação, o Conselho de Segurança só conseguiu atuar porque a União Soviética praticava na época, a política de ausentar-se das reuniões do citado órgão, como forma de protesto contra a não-substituição da China nacionalista, de Chiang Kai-Shek, refugiado na ilha de Formosa (atual Taiwan), pela China comunista de Mao Zedong (Mao Tse-Tung). Esse impasse aconteceu porque em 1949, a China foi sacudida pela Revolução Chinesa, de caráter socialista, que alçou ao poder Mao Tse-Tung. Tratou-se, indubitavelmente, de um equívoco da diplomacia soviética.

No segundo caso, a guerra civil do antigo Congo Belga, a deterioração econômica, política e social da região demoveram Moscou e Washington de suas posições quase irredutíveis, por conta da Guerra Fria, e concordaram que era imperioso enviar tropas para conter o derramamento de sangue no país. É notório que o processo de descolonização coordenado pela Bélgica foi caótico e desastroso. Como exemplo, vale lembrar que a saída das tropas da Bélgica e a existência de exércitos mercenários alimentados por companhias de mineração pertencentes aos antigos países colonizadores do continente africano, demonstraram o quanto os interesses geopolíticos das grandes potências se sobrepujam às necessidades da população local. Para evitarem que o caos instalado comprometesse os interesses soviéticos e estadunidenses, no Congo Belga, foi autorizada a atuação dos capacetes azuis.

No terceiro e último caso, a Primeira Guerra do Golfo, de 1991, tratou-se de uma situação bastante especial e única que favoreceu a aprovação do envio de tropas para a região do Golfo Pérsico. A União Soviética e a República

Popular da China não ofereceram resistência às intenções dos Estados Unidos e do Reino Unido devido as suas respectivas situações internas.

No caso soviético, a aguda crise econômica e a forte instabilidade política do país levaram o líder da União Soviética, Mikhail Gorbachev, a colaborar com os Estados Unidos, em sua cruzada contra o Iraque, porque necessitava urgentemente de ajuda econômica internacional, principalmente do Ocidente. Já a China, ainda sentia os reflexos dos protestos estudantis de maio e junho de 1989 que resultaram no Massacre da Praça da Paz Celestial. Pequim desejava melhorar a sua imagem perante o mundo e para tanto, não usou o seu poder de veto na questão do envio de tropas para o Iraque e o Kuwait.

Deve-se salientar que em todos os outros conflitos de grande envergadura, como o do Vietnã, as Nações Unidas não puderam agir eficazmente, através do seu Conselho de Segurança. Isso aconteceu porque os interesses econômicos e geopolíticos das superpotências causaram paralisia em seu funcionamento. Muitas guerras na África, Sudeste Asiático e no Oriente Médio, durante a Guerra Fria, ocorreram sem a atuação efetiva das Nações Unidas.

Em poucas situações a ONU conseguiu agir, principalmente com intervenções de caráter humanitário, geralmente em locais pouco estratégicos para Moscou e Washington ou em locais que ambos concordavam ser importante, naquele momento, a interferência das Nações Unidas, como na Palestina, na Península do Sinai e na divisão do Chipre.

Contudo, em conflitos localizados nas esferas de influência estadunidense e soviética, como a Primavera de Praga, em 1968, e a Guerra do Vietnã, entre 1961 e 1975, as superpotências se sentiram livres para agirem de

acordo com os seus interesses e sem a interferência da ONU, barrada com o uso do poder de veto no âmbito do Conselho de Segurança.

Na verdade o único conflito na Guerra Fria, em que a União Soviética e os Estados Unidos concordaram com o uso da força militar para demover a agressão cometida por um país sobre o outro foi a Guerra do Golfo. Ressalta-se que a guerra travada pela coalizão de 34 países, foi conduzida e liderada pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido e não pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esse consenso em torno da necessidade de expulsar o Iraque do território kuwaitiano, só foi possível devido ao processo de agonia porque passava na época, a União Soviética.

É claro que os interesses geopolíticos e econômicos (petróleo) dos Estados Unidos prevaleceram em sua ação militar. Mais uma vez, a ONU era influenciada em suas atitudes pela Guerra Fria e pelos objetivos de uma superpotência que fez dessa organização, durante a Guerra do Golfo, um instrumento para resolver os seus problemas no Oriente Médio.

### **2.3 A GUERRA FRIA (1947-1991) E A DOUTRINA DA CONTENÇÃO**

A invasão iraquiana sobre o Kuwait, a partir do dia 2 (dois) de agosto de 1990, e a conseqüente escalada de tensões entre o Iraque e os Estados Unidos entre agosto de 1990 e janeiro de 1991, são importantes para se compreender a Guerra do Golfo, que começou em 17 (dezessete) de janeiro de 1991. Contudo, é assaz importante vincular tal conflito com a macro-história, isto é, inseri-la na então vigente Ordem Internacional representada pela Guerra Fria.

Sabe-se que a Guerra Fria, compreendida como uma Ordem Internacional e paradigma explicativo das relações internacionais vivia sua agonia no início da década de 1990. Mesmo assim, foi durante seu crepúsculo que aconteceu a Guerra do Golfo. Entender a Velha Ordem Mundial, sua origem, contradições e características que a explicam será de grande valia para a melhor compreensão de como ocorreu a Guerra do Golfo. Não se pode esquecer que tal conflito ocorreu ao final do período da Guerra Fria. Contudo, isso não quer dizer que a Guerra do Golfo seja produto exclusivo da velha correlação de forças, pois ela também é consequência da nascente nova ordem mundial que estava ocorrendo naquele momento.

A Guerra do Golfo ocorreu em um momento de transformações nas relações internacionais e no equilíbrio de poder mundial. Trata-se de um conflito da Guerra Fria, mas com características muito peculiares, pois a atuação de Moscou e Washington, pelo menos em termos gerais, foi no sentido de combater e condenar a agressão de Bagdá contra o Kuwait.

Destarte, desde a Antiguidade a região do Oriente Médio ou Oriente Próximo ou ainda Sudoeste Asiático vivenciou inúmeras guerras por motivos étnicos, econômicos, geopolíticos, fronteiriços e religiosos. Entretanto, foi durante o conturbado e extremo século XX, que os conflitos conquistaram importância mundial, principalmente durante a Guerra Fria.

Ao mesmo tempo em que ocorreu o processo de intensificação dos embates bélicos durante o século XX, houve uma grande transformação nas relações internacionais, uma fase de transição entre a bipolaridade da Guerra Fria para a construção de uma nova Ordem ou “Desordem” Mundial.

Para Hobsbawm<sup>110</sup> o século XX foi breve, pois teria começado com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Russa, de outubro de 1917, feita pelos bolcheviques e terminado com o colapso da União Soviética, em 1991.

De acordo com Sidnei José Munhoz<sup>111</sup>, durante a Guerra Fria, os Estados Unidos e a União Soviética disputaram a hegemonia mundial e buscaram consolidar seus diversos projetos políticos. A Guerra Fria provocou o aumento dos conflitos regionais em escala planetária, ao mesmo tempo, que construiu certa estabilidade e padrões previsíveis e toleráveis de guerras. Os dois Estados nunca se enfrentaram diretamente, mas o fizeram através de seus aliados, de uma forma indireta, sempre evitando que tais embates regionais se transformassem em uma ameaça à segurança mundial.

Munhoz afirma que a Guerra Fria pode ser entendida de duas formas

*“Por uma lado, a Guerra Fria significou a intensificação de conflitos, em escala planetária. Por outro, ela produziu, após a exacerbação inicial, certa estabilidade, além de padrões toleráveis e previsíveis de confronto.”<sup>112</sup>*

Portanto, ela pode ser considerada como uma ordem bipolar, mas não como um processo estático. Os diferentes Estados de cada bloco possuíam interesses divergentes e não se comportavam de forma padronizada. Isso quer dizer que dentro dos blocos de poder os países possuíam certa autonomia e também poderiam causar crises. Não se tratava de algo monolítico.

---

<sup>110</sup> Ver a obra: HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. SANTARRITA, Marcos (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>111</sup> Ver a obra: MUNHOZ, Sidnei José. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.). *O Século Sombrio: Uma História Geral do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2004.

<sup>112</sup> MUNHOZ, Sidnei José. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.). *O Século Sombrio: Uma História Geral do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2004, p. 270.

Feitas essas considerações preliminares, é fundamental entender como a Guerra Fria se originou.

Antes de se falar sobre o fim da Guerra Fria, a construção da Nova Ordem Mundial e sobre como a Guerra do Golfo (1991) se insere nesse contexto, é importante explicar um pouco, em linhas gerais sobre como ela se originou.

A Queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, lançou um sopro de esperança nas democracias ocidentais capitalistas. A crise e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ajudaram ainda mais nessa percepção. A euforia do pensamento conservador no mundo, defensor de preceitos liberais, democráticos e capitalistas foi grande. A paz mundial estava ao alcance como talvez, em nenhum outro período da História tenha sido possível.

A atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) como organização internacional foi de suma importância. Talvez a ação no Oriente Médio, durante a Guerra do Golfo, fosse o embrião de um possível governo mundial, como defendia como defendia o filósofo alemão Immanuel Kant, em seu escrito sobre a “paz perpétua”.

Contrariando a idéia kantiana, o filósofo Jürgen Habermas<sup>113</sup> considera que a implementação do direito dos povos precisa ser conseguida através de cooperação organizada e estruturada da comunidade dos povos.<sup>114</sup> De acordo com essa premissa, pela primeira vez os Estados Unidos e seus aliados,

---

<sup>113</sup> Jürgen Habermas nasceu em Düsseldorf, em 1929, na Alemanha. Foi assistente de Theodor W. Adorno e é professor de Filosofia na Universidade de Heidelberg, desde 1961. É autor de uma obra intelectual variada que transita entre as questões filosóficas alemãs estendendo-se ao pensamento anglo-saxão e até as relações internacionais. Membro da 2ª geração da Escola de Frankfurt, ele estudou os problemas sociais e filosóficos sob uma perspectiva marxista. Entre suas principais publicações destacam-se *Mudança estrutural da esfera pública*, de 1959-1962, *a Teoria e práxis*, de 1963, *Técnica e ciência como ideologia*, de 1968, *Reconstrução do materialismo histórico*, de 1976 e *Teoria da Ação Comunicativa*, de 1981.

<sup>114</sup> Ver a obra: HABERMAS, Jürgen. *Passado como futuro*. SIEBENEICHLER, Beno (trad.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. (Coleção Biblioteca Tempo Universitário – Série Estudos Alemães).



principalmente os da Europa Ocidental, tiveram a possibilidade de assumir de forma transitória e considerável o papel teoricamente neutro de uma força policial das Nações Unidas, mesmo que essa ainda não possua tal característica no âmbito do Direito Internacional Público.

A Guerra Fria nasceu durante o desenrolar e o fim da Segunda Guerra Mundial, quando a Europa deixou de ser o centro de poder do capitalismo mundial e surgiu então uma Nova Ordem Mundial, a chamada Guerra Fria.

Essa Ordem Mundial dominou o mundo entre os anos de 1947 e 1991, e era baseada na bipolarização, isto é, havia dois centros ou pólos de poder que disputavam a hegemonia sobre o restante do mundo, no caso os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Mais do que isso, a Guerra Fria foi uma disputa ideológica, política, geopolítica e tecnológica entre o capitalismo, sob a égide de Washington, e o socialismo real, sob a égide de Moscou.

Munhoz<sup>115</sup> defende que durante seu longo período de duração, muitas eram as perspectivas interpretativas sobre a Guerra Fria. Uma delas, de caráter eminentemente conservador, sustentava que a existência da União Soviética, do comunismo, de partidos comunistas e de seus simpatizantes tinha ameaçado a paz no mundo. Isso teria levado as democracias ocidentais, principalmente os Estados Unidos e as européias, a tomarem decisões para frear o expansionismo soviético. Os países capitalistas e democráticos desenvolvidos teriam gasto muito dinheiro para defender e garantir a liberdade e a paz.

---

<sup>115</sup> Ver a obra: MUNHOZ, Sidnei José. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.). *O Século Sombrio: Uma História Geral do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2004.

Com a vitória do capitalismo, da democracia e do liberalismo sobre o mundo soviético e socialista, ao final da Guerra Fria, os gastos vultosos na área militar seriam destinados para a área social e econômica. Uma nova era de prosperidade, paz, segurança e desenvolvimento sócio-econômico surgiria de acordo com o pensamento conservador. Como se sabe, os fatos históricos ocorridos na década de 1990 e na primeira década do século XXI desautorizam aquela linha de pensamento. Para Sidnei José Munhoz

*"(...) isso não passou de uma mera construção ideológica que tinha por objetivo expandir as áreas de influência estadunidenses nessa nova (não tão nova) ordem mundial."<sup>116</sup>*

Todavia, para se compreender melhor o mundo hodierno, é mister conhecer os mecanismos de funcionamento da Guerra Fria. Para tanto, saber como surgiu o termo Guerra Fria é fundamental para se compreendê-la.

O termo Guerra Fria foi usado inicialmente em 1947 para designar um conflito de características muito específicas entre a União Soviética e os Estados Unidos, o qual emergiu entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a desestruturação da União Soviética, entre os anos de 1989 e 1991.

De acordo com Sidnei Munhoz<sup>117</sup>, a partir de 1947 o termo Guerra Fria passou a ser utilizado para denominar o conflito entre a União Soviética e os Estados Unidos e as tensões provocadas que confrontava o mundo ocidental com a esfera de influência soviética.

---

<sup>116</sup> MUNHOZ, Sidnei José. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.). *O Século Sombrio: Uma História Geral do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2004, p. 261.

<sup>117</sup> Ver a obra: MUNHOZ, Sidnei José. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.). *O Século Sombrio: Uma História Geral do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2004.

Foi também em 1947, que o diplomata George Frost Kennan, diante da escalada crescente das tensões entre Moscou e Washington, propôs uma estratégia visando à contenção do imperialismo soviético. Ela ficou conhecida depois como Doutrina da Contenção.

A elaboração da citada diretriz de política externa começou quando Kennan enviou para o Departamento de Estado, um longo telegrama (1946), contendo uma análise minuciosa sobre a política externa soviética. Ademais, Kennan definia também como deveria ser a relação entre Estados Unidos e União Soviética.

Depois Kennan, já em 1947, escreveu o artigo “The Sources of Soviet Conduct”, publicado na Revista *Foreign Affairs*. Ele afirmava que Moscou não acreditava ser possível um acordo leal com as nações capitalistas, pois a relação entre socialismo e capitalismo era conflitante.

Como o socialismo iria triunfar, sob a ótica marxista, pois o capitalismo semearia a semente da sua própria destruição, então não poderia haver conciliação entre Moscou e Washington. Contudo, Kennan acreditava que o *establishment* soviético pensasse em termos de longa duração, ao mesmo tempo em que o povo soviético, diante de sua experiência histórica, sabia reconhecer quando existiam forças superiores e quando era o momento de recuar.

Diante desse quadro, Kennan defendia que os Estados Unidos precisavam colocar em prática uma Política Externa de longa duração através da contenção do expansionismo soviético. Ele entendia que qualquer sinal de agressão soviético deveria ser respondido com uma resposta dura e à altura para que Moscou e o movimento comunista internacional recorressem à moderação. Isso

enfraqueceria a União Soviética, pois ele a enxergava como o lado frágil na Guerra Fria.

Para Kennan, se contida em seu campo a União Soviética seria incapaz de atender às necessidades econômicas e sociais de sua população. Isso poderia provocar revoltas, conflitos, crises internas e a própria destruição da União Soviética, como de fato bem mais tarde ocorreu, em 1991.

A Doutrina da Contenção foi fundamental na política externa dos Estados Unidos, durante quase toda a Guerra Fria. Mesmo assim, ainda em 1948, Kennan começou a se afastar do governo Truman, por entender que as diretrizes de tal doutrina foram distorcidas quando da elaboração da Doutrina Truman. Essa, em seu entendimento, causaria uma aceleração da corrida armamentista. Assim, foi contra as intervenções militares dos Estados Unidos, no Vietnã e na Península Coreana, além de entender que a Doutrina Truman poderia adiar consideravelmente os objetivos da Doutrina da Contenção, isto é, a derrocada soviética e do socialismo e o fortalecimento do capitalismo e do mundo ocidental.

Apesar de toda a tensão militar, política e diplomática entre as duas superpotências, estadunidenses e soviéticos jamais chegaram a travar uma guerra direta, pois, se isso ocorresse, poderia ser o fim da humanidade, devido ao gigantesco poderio nuclear dos mencionados países. Sempre se enfrentaram através de seus aliados, em guerras localizadas, de uma forma indireta.

Foram anos em que a geopolítica do mundo foi dominada pelo conflito socialismo-capitalismo, respectivamente de caráter soviético-estadunidense, em que a política da contenção do governo dos Estados Unidos, na política externa com a União Soviética, deu as regras do jogo em que um dos palcos da Guerra Fria foi, sem dúvida alguma, o Oriente Médio.

A região do Oriente Médio tinha uma importância estratégica monumental, com reservas de petróleo e a questão do conflito árabe-israelense, que passou por um processo de descolonização, onde as colônias francesas e britânicas se libertaram, caso do Iraque e do Kuwait, sofrendo os efeitos mais diretos da ordem bipolar.

Nesse sentido, o Oriente Médio acabou sendo dividido em esferas de influência durante a Guerra Fria. Alguns países se tornaram fortes aliados de Washington, caso do Irã, e aliados de Moscou, caso do Iraque.

Como países capitalistas da Europa Ocidental, podem ser citados como exemplos a Alemanha Ocidental, Itália, Espanha, França, Reino Unido, Bélgica, Holanda, Grécia entre outros.

Já os países em que se implantou o chamado socialismo real na Europa Oriental eram a Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Romênia, Alemanha Oriental, Bulgária, a própria União Soviética, além de Albânia e Iugoslávia. Esses dois últimos tinham um certo distanciamento com relação à Moscou e assim, não seguiam os ditames soviéticos.

Ainda assim, a União Soviética e os Estados Unidos formaram um amplo sistema de alianças militares para conseguir os seus objetivos, respectivamente o Pacto de Varsóvia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cuja área de atuação também se deu na Europa.

Obviamente, qualquer rebelião, revolta ou instabilidade nos países membros das mencionadas organizações, seriam devidamente sufocadas, massacradas e exterminadas para a manutenção da Ordem que existia. Um

exemplo disso foi a Primavera de Praga, na então Tchecoslováquia, em 1968, sede de uma rebelião que foi massacrada pelas tropas do Pacto de Varsóvia.

É claro que todos os problemas étnicos, religiosos e xenófobos existentes na Europa foram controlados e deixados para segundo plano diante do Conflito Leste-Oeste, travado pela União Soviética e Estados Unidos, pelo socialismo e capitalismo respectivamente.

Entretanto, vale lembrar que as questões étnicas, nacionalistas, religiosas e xenófobas continuaram existindo mesmo durante a Guerra Fria, mas permaneceram encobertas e sufocadas pelo capitalismo e socialismo real. Vários fatos, como a Revolução Islâmica no Irã, em 1979, mostravam que ela já era bastante questionável sob o ponto de vista teórico, metodológico, historiográfico e das relações internacionais, como atesta Eric Hobsbawm em seu livro “Era dos Extremos”.

Além disso, durante a Guerra Fria nasciam também elementos que viriam a ser construtores da futura Nova Ordem Mundial pós Guerra Fria, no caso a Terceira Revolução Industrial, formação de Blocos Econômicos, como a União Européia (UE), globalização, neoliberalismo e desenvolvimento dos meios de comunicação.

Na década de 1980, a crise da União Soviética e o seu fim, a Perestroika e a Glasnost, os problemas do socialismo real, as revoluções no Leste Europeu mostraram ao mundo, e principalmente à Europa, que a Guerra Fria estava chegando ao seu fim e estava sendo substituída por uma nova e indefinida Ordem Mundial.

É nesse contexto que um Oriente Médio pós Guerra Fria emerge cheio de novidades, problemas e tensões nacionalistas, religiosas e políticas. Contudo, a situação internacional, no final da década de 1980 e início de 1990, apresentou grandes mudanças. Era a crise soviética, da Guerra Fria e do socialismo real. Nesse sentido, o governo iraquiano presidido por Saddam Hussein não percebeu e nem conseguiu ler os sinais emitidos por Washington e Moscou na citada época. Tratava-se de sinais claros de grandes e profundas transformações no sistema de relações internacionais.

Bagdá chegou a enviar uma missão diplomática para Washington com o objetivo de conseguir apoio ao seu plano de invadir o Kuwait. O governo dos Estados Unidos aparentemente não fez nenhuma objeção ao plano invasor iraquiano.

A invasão passou a ser considerada viável pelo governo do Iraque. Assim, no dia dois de agosto de 1990, as tropas iraquianas adentraram o território kuwaitiano. Verifica-se que houve uma leitura equivocada do cenário internacional da época, por parte do Iraque.

Com o encerramento da Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945), o mundo presenciou a construção e duração da chamada Guerra Fria ou Velha Ordem Mundial (1947-1991), pautada em uma bipolarização que engessava a atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, já que este ficava refém da disputa entre União Soviética e os Estados Unidos. Tal ordenamento também tornou rígida as relações internacionais da época.

Contudo, a partir da Guerra do Golfo (1991), no Iraque e no Kuwait, o Conselho de Segurança se viu livre das objeções colocadas por Moscou e Washington. Os Estados Unidos emergiram no início da década de 1990, como a

única superpotência dominante e passou a impor ações punitivas unilaterais, mesmo com um mandado multilateral conferido, por exemplo, pelas Nações Unidas aos Estados Unidos para interferir no Iraque e no Kuwait, durante a Guerra do Golfo. A reação de Washington contra a invasão iraquiana sobre o Kuwait, desembocou na ocorrência da Guerra do Golfo, em 1991, fato que talvez tivesse outro tratamento por parte do governo dos Estados Unidos, caso a Guerra Fria não estivesse agonizando.

Ao mesmo tempo em que ocorria o processo de intensificação dos embates bélicos durante o século XX, também chamado por Eric Hobsbawm de “Era dos Extremos”, em seu livro de mesmo nome, ocorreu uma grande transformação nas relações internacionais, uma fase de transição entre a bipolaridade da Guerra Fria no setor econômico para a construção de uma nova Ordem Mundial:

*“Como iremos compreender o Breve Século XX, ou seja, os anos que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial ao colapso da URSS, que, como agora podemos ver retrospectivamente, formam um período histórico coerente já encerrado? Não sabemos o que virá a seguir, nem como será o segundo milênio, embora possamos ter certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século XX. Contudo, não há como duvidar seriamente de que em fins da década de 1980 e início da década de 1990, uma era se encerrou e outra nova começou. Esta é a informação essencial para os historiadores do século, pois embora eles possam especular sobre o futuro à luz de sua compreensão do passado, seu trabalho não tem nada a ver com palpites em corridas de cavalos”.*<sup>118</sup>

Nesse sentido, Francisco Teixeira defende que Saddam Hussein não percebeu a agonia porque passava a Guerra Fria, nem as transformações nas políticas externas tanto dos EUA quanto da União soviética. Os interesses dos Estados Unidos estavam em jogo, principalmente no equilíbrio de poder mundial e no atendimento das necessidades energéticas de Washington:

---

<sup>118</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. SANTARRITA, Marcos (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 15.



*“(...) Saddam não havia sabido ler corretamente os sinais enviados de Washington através de seu corpo diplomático, e imaginava poder alterar autonomamente as relações de força locais, sem a necessidade de maior assentimento por parte dos Estados Unidos. Ocorre que, ao contrário da Guerra Irã-Iraque, desta feita os interesses vitais americanos estavam em risco. Com reservas petrolíferas em torno de 145 bilhões de barris (dos quais 65 bilhões comprovados) o Iraque somava, num só golpe, as reservas do Kuwait avaliadas em 90 bilhões de barris ao seu já fabuloso estoque de reservas energéticas.*

*(...) A Guerra tornar-se-ia a única solução para evitar um quase monopólio hostil na produção de petróleo, acarretando uma importante virada na política mundial.(...)”<sup>19</sup>*

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o mundo viu emergir a chamada Guerra Fria ou Velha Ordem Mundial, pautada em uma bipolarização que engessava a atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, já que ficava refém da disputa entre a União Soviética e os Estados Unidos.

Contudo, a partir da Guerra do Golfo (1991), no Iraque e no Kuwait, o Conselho de Segurança se viu livre das objeções colocadas por Moscou e Washington. Tal conflito ocorreu exatamente em uma época de mudanças nas relações internacionais.

Vale lembrar que a mencionada Guerra, segundo a versão oficial apresentada pelos meios de comunicação, foi causada pela invasão territorial do Iraque, de Saddam Hussein, sobre o Kuwait, em agosto de 1990, devido às ambições políticas e econômicas iraquianas. É que o Iraque desejava aumentar o seu território, conquistar os poços de petróleo kuwaitianos e ter uma saída maior para o Golfo Pérsico.

Tal ato feria os interesses dos Estados Unidos da América, no campo econômico, geopolítico e de equilíbrio do sistema de relações internacionais e, assim, com a anuência e neutralidade da União Soviética e da Organização das Nações Unidas (ONU), lideraram e organizaram uma coalizão militar de países que objetivava a expulsão das tropas de Saddam, das terras kuwaitianas. Foi em nome

---

<sup>19</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **O Iraque no Grande Jogo Político Mundial**.p. 04-05.

dos interesses estadunidenses que os Estados Unidos intervieram no Golfo Pérsico. Vale ressaltar, aqui, quais deles foram os mais importantes.

Assim, em janeiro de 1991, teve o início da Guerra do Golfo que culminaria na rápida vitória das tropas aliadas e na desocupação do Kuwait pelo Iraque em fevereiro de 1991. De acordo com Chomsky

*“Hussein foi transformado em demônio conforme a praxe: quando finalmente se entendeu, fora de qualquer dúvida, que seu nacionalismo independente ameaçava os interesses norte-americanos. Nesse momento, seu histórico de horrendas atrocidades ficou disponível para as necessidades propagandísticas, mas, afora isso, não teve essencialmente nada a ver com sua transição repentina, em agosto de 1990, da condição de amigo querido para a de reencarnação de Gêngis Khan e Hitler.” (...)*<sup>120</sup>

Nesse sentido, vale lembrar que uma das conseqüências da Guerra do Golfo foi a sanção econômica imposta pelos Estados Unidos, através da ONU, ao Iraque, além das áreas de exclusão aérea no norte do país, para proteger os curdos, e no sul, para proteger os xiitas. O próprio Saddam Hussein ordenou massacrar rebeliões populares logo após o término do embate militar:

*“No momento em que o tirano do Iraque massacrava as rebeliões populares em março de 1991, uma das principais personalidades da oposição democrática iraquiana, o banqueiro Ahmad Chalabi, baseado em Londres, observou que os Estados Unidos estavam ‘à espera que Sadam abata os insurgentes na esperança de que ele possa ser derrubado mais tarde por um oficial conveniente’, uma atitude enraizada na política norte-americana de dar ‘apoio a ditadores para manter a estabilidade’. A conseqüência seria ‘o pior de todos os mundos possíveis’ para o povo iraquiano, cuja tragédia é ‘aterradora’; e ‘o melhor de todos os mundos possíveis’ para Washington, apressou-se em explicar Thomas Friedman, como se somente o governo de mão-de-ferro de Sadam pudesse persistir sob uma alcunha diferente e menos embaraçosa.”*<sup>121</sup>

---

<sup>120</sup> CHOMSKY, Noam. **Contendo a democracia**. RIBEIRO, Vera (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 266-267.

<sup>121</sup> CHOMSKY, Noam. **Novas e Velhas Ordens Mundiais**. COUTINHO, Paulo Roberto (Trad.). São Paulo: Scritta, 1996 (Coleção Clássica). p. 21-22.

A agonia da Guerra Fria, portanto, já era sentida há muito tempo. Demonstrá-la, como foi feito, mesmo que sejam em linha gerais é necessário. Para muitos historiadores, como Eric Hobsbawm, a Guerra Fria já não explicava mais a ordem internacional desde a década de 1970, quando já estaria vivendo seu processo de agonia. Seguindo essa linha, a década de 1980, teria sido, então, a emergência de problemas que ela mesma já estava enfrentando pelo menos uma década antes. Para infelicidade de Saddam Hussein, durante a crise do Golfo, seu raciocínio foi feito sob os auspícios da Guerra Fria. Tormentoso engano que só viria a descobrir mais tarde, durante a Guerra do Golfo, quando uma saraivada de mísseis estadunidenses caía sobre sua cabeça.

Em agosto de 1990, na mesma época em que o governo iraquiano de Saddam Hussein invadia e depois anexava o Kuwait, o pensador estadunidense Francis Fukuyama<sup>122</sup> publicou um polêmico ensaio de aproximadamente 16 (dezesseis) páginas com o título “O Fim da História”, que foi publicado na revista “O Interesse Nacional”. Mais recentemente, o mesmo Fukuyama fez autocrítica de alguns desses pontos, no caso sobre o próprio fim da História, em que ele deixa de afirmar que a História acabou, diante dos acontecimentos das últimas 2 décadas.

Fukuyama defende que o último grande conflito foi a Guerra Fria da qual o Ocidente e todo o seu arcabouço de valores (cristão, democrático, capitalista, liberal, tecnológico e progressista) saíram vencedores. Vale destacar que Francis

---

<sup>122</sup> O pensador Francis Fukuyama nasceu, em Chicago, nos Estados Unidos e trilhou sua carreira no meio acadêmico desse país. Estudou nas Universidades de Yale, Cornell e Harvard. Trabalhou por um ano no Departamento de Estado dos Estados Unidos, durante o governo do presidente Ronald Reagan (1981-1989). Em 1991, por ocasião da Guerra do Golfo, trabalhava na empresa Rand Corporation e preparava o seu livro, oriundo do ensaio “O Fim da História”, que veio a se chamar “O Fim da História e o Último Homem”. Ver a obra: FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

Fukuyama é seguidor das idéias do filósofo Friedrich Hegel<sup>123</sup> no que tange a sua concepção sobre a História.

O próprio Francis Fukuyama defende que a economia de livre mercado e a democracia liberal constituiriam bases fortes que sustentariam países democráticos, pacíficos, prósperos e de grande progresso (FUKUYAMA, 1993). Entretanto, tal afirmação é questionável. Nem sempre o desenvolvimento econômico leva à democracia e à superação da pobreza.

O mencionado ensaio causou grande impacto e polemizou muito o debate acadêmico, na época em que foi publicado por Fukuyama. Seu pensamento, tanto no ensaio, como em seu livro<sup>124</sup>, demonstra um grande conservadorismo. Sua visão e concepções teóricas o colocam como um pensador conservador, da direita estadunidense.

Fukuyama, com o fim da Guerra Fria foi um defensor intransigente do provável fim da História. Afirmava que a história, como conflito de ideologias, teria chegado ao seu fim com a derrocada do comunismo e a uniformização das formas de pensamento e ação dentro das principais sociedades, leiam-se Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Europa Ocidental e Japão (Primeiro Mundo).

---

<sup>123</sup> O filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel nasceu em Stuttgart, em 1770 e morreu em Berlim, em 1831. Foi professor universitário e ensinou nas cidades de Tübingen e posteriormente em Iena. O pensamento hegeliano propôs “pensar a vida”. Colocando o ser e o pensamento em oposição num primeiro momento, para depois superar essa situação. Para ele, o mundo em si, o conhecimento sobre esse e o discurso usado para exprimir tais conhecimentos são oriundos e reflexos de conceitos, de idéias. Portanto, é um representante do idealismo alemão. Sua mais importante obra foi “A fenomenologia do espírito”, publicada em 1807. Propõe nessa obra expor o desenvolvimento do Conceito e assim, o sistema hegeliano englobaria a totalidade, isto é, a exterioridade e interioridade se somam da mesma forma que o objeto e o sujeito, no Absoluto que é o nível do discurso. Para a oposição no plano do entendimento e na História, Hegel denominou dialética, já presente na teoria do pensador grego Heráclito, na Antiguidade Grega. Faz-se necessário salientar que a dialética não é um método que supõe a exterioridade do entendimento com relação ao objeto, mas é o próprio movimento daquilo que Hegel chamava de Conceito. A contradição era fundamental, então, no pensamento hegeliano. A dialética era a própria vida do sistema. Portanto, para Hegel as idéias é que determinam a construção da realidade e são anteriores a essa. É a essência do idealismo alemão. O absoluto é o sujeito. Sobre o idealismo de Hegel, Karl Marx, um hegeliano em sua juventude, discordou com veemência de seu mestre quando já estava mais maduro intelectualmente, pois compreendia que era a realidade econômica que determinava os surgimento das idéias, invertendo o pensamento hegeliano, constituindo o materialismo histórico dialético. Na verdade, Marx inverteu o pensamento hegeliano em sua construção teórica.

<sup>124</sup> Consultar a obra: “O Fim da História e o Último Homem”. Ver a obra: FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

Assim, nascia a “Nova Ordem Mundial”, traduzida pela situação de consenso em torno da democracia e do capitalismo, e cooperação internacional durante a Guerra do Golfo (1991), via Nações Unidas (ONU). A supremacia do capitalismo e da ordem democrática liberal possibilitaria acabar com os conflitos internos e externos dos países. Nasceria, então, uma nova era de prosperidade, paz e desenvolvimento.<sup>125</sup> Agora, vale ressaltar, Fukuyama fez autocrítica de alguns desses pontos elencados acima.

Francis Fukuyama acreditava que a Guerra do Golfo era uma “alfinetada”. Neste caso a ideologia não estaria ameaçada. Ele considerava um absurdo o fato da Guerra do Golfo ter ganhado mais cobertura pela imprensa internacional do que o processo de reunificação da Alemanha, no final de 1990. Tal conflito, para ele, seria apenas notícia para jornais, não constituindo um fato histórico de grande relevância para a História<sup>126</sup>.

A visão de Francis Fukuyama sobre o conflito no Golfo Pérsico é polêmica. Penso que é imprescindível expor argumentos discordando dela. A Guerra do Golfo não pode ser tratada pela historiografia como uma simples notícia para jornais. Sua importância histórica vai além dessa análise superficial. Foi um fato que ocorreu em um período de mudanças nas relações internacionais. A Guerra Fria vivia sua agonia e não se sabia como seria a “Nova Ordem Mundial” preconizada pelo presidente estadunidense George Bush.

Também não devem ser desconsiderados os efeitos da Guerra do Golfo de curta, média e longa duração. É verdade o conflito não mudou o equilíbrio

---

<sup>125</sup> Consultar a obra: “O Fim da História e o Último Homem”. Ver a obra: FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993

<sup>126</sup> Consultar a reportagem “Pensador nega valor histórico do conflito”, de autoria de Gene Kramer, da Agência de Notícias Britânica Associated Press, publicada no jornal “O Estado de São Paulo”, do dia 5 (cinco) de janeiro de 1991.

de poder mundial da época, nem teve um grande impacto nas relações internacionais a ponto de significar um divisor de águas.

Isso não quer dizer que ela não teve relevância<sup>127</sup> para a História. Primeiro, alterou o equilíbrio de forças do Oriente Médio, com a regressão da atuação da União Soviética, depois sucedida pela Rússia, com o conseqüente aumento da influência de Washington na região.

Em segundo lugar, foi a primeira guerra transmitida ao vivo pela televisão, via CNN. A guerra se transformou em um programa de televisão para os telespectadores globais assistirem, mormente os dos Estados Unidos. Como terceiro aspecto pode ser indicado o início do processo de paz entre palestinos e israelenses, culminando com os Acordos de Paz, de Oslo, em 1993.

O quarto aspecto se refere à instalação de uma base militar estadunidense em Dahran, na Arábia Saudita, por ocasião da Guerra do Golfo, que permanece até os dias atuais. A presença militar dos Estados Unidos em solo sagrado muçulmano acabou despertando a ira de fundamentalistas islâmicos, como os da “Al Qaeda”, que direcionaram suas ações contra Washington.

O quinto aspecto foi o fortalecimento, de acordo com Habermas, do fundamentalismo religioso<sup>128</sup>, seja cristão, judaico ou muçulmano no Oriente Médio e nos Estados Unidos. Em sexto lugar, deve se destacar o enfraquecimento de Bagdá e o fortalecimento de Teerã. O Irã, desde a Guerra do Golfo, viu aumentar o seu poderio militar e sua importância estratégica, de acordo com Bertonha<sup>129</sup>. Seu

---

<sup>127</sup> Conforme obra: ZARPELÃO, Sandro Heleno Morais. *A Crise no Oriente Médio: a Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (1990-1991)*. Monografia de Especialização apresentada ao Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2006.

<sup>128</sup> Conforme obra: HABERMAS, Jürgen. *Passado como futuro*. SIEBENEICHLER, Beno (trad.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. (Coleção Biblioteca Tempo Universitário – Série Estudos Alemães).

<sup>129</sup> BERTONHA, João Fábio. “Temas de política internacional para historiadores: A crise do Golfo Pérsico em 1991”. In: *História e Ensino*. Londrina, 1996(2): pp.113-128.

programa nuclear, oficialmente para fins pacíficos, está sob suspeita de estar sendo direcionado para a produção de armas nucleares, com a ajuda política e científica de Moscou.

O sétimo ponto a ser inferido é o relativo à existência de nexos causais entre a Primeira Guerra do Golfo, em 1991, e a Segunda Guerra do Golfo, em 2003. Apesar das características militares e temporais específicas de cada conflito citado, destaca-se a presença no poder, chefiando o governo do Iraque, o presidente Saddam Hussein. Sua permanência no poder, bastante controversa à época da Guerra do Golfo, causou profunda irritação em vários setores da sociedade e do próprio poder estadunidense. Aparentemente, é como se tivesse permanecido a sensação de que havia um trabalho inacabado. Durante a década de 1990 e o início da primeira década do século XXI, os Estados Unidos e o Reino Unido patrulharam e vigiaram o espaço aéreo do Iraque, ao norte do paralelo 36 e ao sul do paralelo 32. Bombardeios foram feitos de forma implacável contra o Iraque, sempre que esse ameaçava violar as mencionadas zonas de exclusão aérea. Isso ocorreu frequentemente no governo de Bill Clinton.

No entanto, a eleição de George Walker Bush, em 2000, e sua posse, em 2001, permitiu a volta de conhecidas figuras republicanas, de caráter extremamente conservador, como Dick Cheney, Donald Rumsfeld, por exemplo. Mais do que isso, representou a possibilidade de reajustar e corrigir problemas, não solucionados na Guerra do Golfo, em 1991. Dois deles eram o Iraque e seu governo “desumano”, “ditatorial” e “perigoso” ao cenário internacional. Os Atentados de 11 (onze) de setembro, em território estadunidense, foram devidamente usados, pelo governo republicano de Bush, para lançar uma ofensiva diplomática e depois militar sobre o Afeganistão e principalmente o Iraque. Assim, ainda em 2001, o Afeganistão

foi invadido por tropas dos Estados Unidos que apoiaram a Aliança do Norte contra o governo afegão liderado pelo Taliban. Já em 2003, a mais almejada ação militar foi colocada em prática: a invasão do Iraque. Logo os Estados Unidos orquestraram uma ampla guerra contra Bagdá, sob o pretexto de que o governo iraquiano liderado por Saddam Hussein tinha ligações com a “Al Qaeda”, de Osama Bin Laden e de que possuía e estava desenvolvendo um ambicioso projeto de armas de destruição em massa. O que se verificou, no entanto, após a rápida queda de Saddam Hussein e seu governo, foi que não haviam indícios da ligação de Bagdá com o terrorismo e nem muito menos a existência de armas químicas, biológicas ou nucleares em solo iraquiano.

Aqui se insere o Consenso de Washington. Quando foi gestado, pelo antigo G-7<sup>130</sup>, a idéia era elaborar novas diretrizes para o mundo capitalista, principalmente novos caminhos para os países do Terceiro Mundo e para as antigas economias planificadas do bloco soviético, então em crise, no início da década de 1990.

Quando foi elaborado o Consenso de Washington pelo Grupo dos sete países mais ricos do mundo, no início da década de 1990, havia um frenesi provocado pela Queda do Muro de Berlim, em 1989, pela crise do socialismo real e pela decadência da própria União Soviética. Em 1991, esse país saiu do cenário internacional e deixou de existir.

As diretrizes do Consenso de Washington foram assimiladas por órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, o BIRD (Banco Mundial).

---

<sup>130</sup> O G-7 é o Grupo dos sete países mais ricos do mundo. Atualmente ele passou a ser o G-8, com a entrada da Rússia. São seus países-membros: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e a Rússia. Cabe ao G-8 elaborar e dar os rumos da política para a economia mundial e estabelecer diretrizes e encontrar soluções para os problemas e crises financeiras mundiais, como as que vêm ocorrendo no capitalismo internacional, principalmente a partir da década de 1990.



Suas idéias passaram a compor receituários de desenvolvimento e de ações que os países do Terceiro Mundo deveriam seguir. A Turquia, por exemplo, foi um dos países que mais seguiram tais preceitos.

O Consenso de Washington defendia arduamente que os países do Terceiro Mundo, incluindo os Estados do Oriente Médio, por exemplo, deveriam adotar em suas políticas econômicas, princípios neoliberais. Isso quer dizer, que os países do Oriente Médio deveriam privatizar estatais, abrir seus mercados internos para as importações, receber investimentos estrangeiros, democratizar suas estruturas políticas, aplicar princípios liberais no funcionamento do Estado e sanear as instituições estatais e estabelecer metas de produtividades para os governos e suas empresas.

De forma sincrônica, Fukuyama também defendia, na seara política, a adoção da democracia de cunho liberal como forma de garantir e expandir as conquistas econômicas e sociais. Trata-se de um casamento entre a democracia e o capitalismo neoliberal. O pressuposto presente é o de que os valores ocidentais são melhores, de acordo com os próprios ocidentais.

Uma euforia capitalista e democrática atingiu os países sul-americanos na década de 1980 e principalmente na década de 1990. Privatizações, concessões, Estado mínimo, Estado máximo passaram a fazer parte dos vernáculos presentes nos discursos dos governos de países como Chile, Peru, Argentina e Brasil.

O Consenso de Washington possibilitou a quebra das reservas de mercado nas economias sul-americanas, causando uma euforia sem precedentes do mercado. A expectativa era a de que em longo prazo, os resultados seriam bastante

produtivos, mas para tanto, seria necessário se passar por uma transição dolorosa com desemprego, combate à inflação e recessão.

Qualquer país do Terceiro Mundo que ousasse a se opor ao Consenso de Washington seria chamado de retrógrado. Estaria se opondo ao sentido inevitável da história, ou seja, à democracia e ao capitalismo. A esquerda passou a ser chamada de conservadora, por ser contrária a tais idéias. Já os liberais foram chamados de progressistas pela imprensa.

Na segunda metade da década de 1990, a crise mexicana conhecida como “efeito tequila”, em 1995, a escalada de conflitos no mundo, a retomada dos gastos militares estadunidenses e as crises dos Tigres Asiáticos, em 1997, da Rússia, em 1998 e do Brasil, em 1999, demonstraram o início da crise das diretivas do Consenso de Washington.

Entretanto, é muito questionável sob o ponto de vista histórico, a afirmação de que a democracia liberal e o capitalismo seriam a melhor maneira de administrar conflitos. Em algumas sociedades houve até uma recusa disso. Nota-se que o capitalismo neoliberal e a democracia liberal, ambos valores ocidentais, são colocados como universalizantes. Uma saída para desenvolver os países do Terceiro Mundo seria aperfeiçoar o seu capitalismo e a sua democracia, de acordo com uma das idéias de Lars Schoultz. Porém, penso que isso não é tão simples assim, pois o capitalismo e a democracia não trouxeram a conquista da superação do subdesenvolvimento por parte dos Estados subdesenvolvidos. Existem outros elementos importantes nessa questão.

No caso do Oriente Médio, países como o Iraque, ricos em petróleo, apesar dos altos ganhos conquistados com o mesmo, através dos “petrodólares”,

não foram divididos com a população. Tais riquezas ficaram confinadas a uma restrita elite de cada Estado, não sendo socializada com a totalidade da sociedade.

Entretanto, as afirmações de Francis Fukuyama são polêmicas e questionáveis. O que se verificou depois de lançado a sua teoria do Fim da História, no final da década de 1980 e início da década de 1990, foi a ocorrência de fatos históricos que desconfirmaram aqueles preceitos teóricos. A escalada crescente do terrorismo internacional, o crescimento dos conflitos regionais, a continuidade das guerras assimétricas, a criminalidade internacional e as crises capitalistas são alguns exemplos de fatos que contrariaram as teorias de Fukuyama.

Em outras palavras, os acontecimentos hodiernos e recentes como as guerras civis na África Subsaariana; o avanço da criminalidade internacional e da violência nas áreas urbanas; as tensões no sul da Ásia, envolvendo Paquistão e Índia; os conflitos no Oriente Médio; as guerras balcânicas na década de 1990; a guerra civil na Colômbia; as tensões na região do Chifre da África; os Atentados de 11 de setembro de 2001, em New York e Washington; o terrorismo internacional, e; a invasão do Iraque, em 2003 são alguns exemplos que desmentem a teoria de Francis Fukuyama.

Portanto, a idéia existente de que a paz no mundo seria duradoura, com a derrocada da Guerra Fria, não triunfou por muito tempo. Os problemas na antiga União Soviética e os conflitos nacionalistas acabaram demonstrando problemas e falhas naquela crença. Elaborou-se, então, um documento por Samuel Huntington, no caso "*Clash of Civilizations*", que passou a embasar a política externa estadunidense. Começou a se acreditar que o mundo estaria caminhando para conflitos movidos por choques de civilizações, fato que passou a preocupar a Casa Branca.

A idéia de que a China se aliaria com a civilização muçulmana, passou a preocupar os Estados Unidos. Assim, esse deveria expandir as fronteiras da civilização cristã-ocidental, por exemplo, em direção ao Oriente Médio. Quando possíveis conflitos ocorrerem nessa região, os Estados Unidos estariam preparados<sup>131</sup>.

Para Arbex, a Guerra do Golfo chegou a ser vista como um “choque civilizatório”. Na verdade, ocorreu uma construção de uma retórica e uma metáfora interpretativa entre os Estados Unidos da América, representante da civilização ocidental – detentor de valores cristãos, democráticos, capitalistas, do livre mercado e pluralista – e o Iraque, representante da civilização muçulmana – portador de intolerância, atraso, avesso à democracia e ao livre mercado.

A Casa Branca possui grandes interesses econômicos na China. Vale lembrar que os Estados Unidos são os maiores compradores de produtos chineses do globo.

A China tem se preocupado em fazer contatos com os países do Terceiro Mundo, como Nigéria e outros Estados da África, para não depender tanto das grandes potências como os Estados Unidos, os países europeus ocidentais e o Japão. Pequim começou a investir grandes somas de capitais excedentes nos países africanos e a controlar boa parte da economia da África.

É claro que não se devem desprezar as diferenças culturais e históricas entre o Ocidente Cristão e o Islã, para se entender a Guerra do Golfo. Nesse sentido, há uma discordância com relação ao jornalista José Arbex Júnior, pois tal conflito não pode ser entendido apenas pelas diferenças culturais. O Ocidente se interessa em compreender as estruturas culturais e o pensamento da

---

<sup>131</sup> Ver a obra: HUNTINGTON, Samuel. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

civilização muçulmana. Nesse sentido, há uma concordância parcial com os argumentos do autor Samuel Huntington<sup>132</sup>. Não que o mundo não deva ser entendido através da idéia de choques entre linhas culturais civilizatórias. Mas, as ações dos países dentro do âmbito das relações internacionais devem ser entendidas também pelo viés das questões políticas, geopolíticas, econômicas e das relações internacionais.

## **2.4 A DOCTRINA TRUMAN**

Com a inesperada morte do presidente democrata Franklin Delano Roosevelt, em abril de 1945, o cargo foi assumido pelo seu vice-presidente, Harry Truman<sup>133</sup>. Em seus dois mandatos, entre os anos de 1945 e 1953, Truman erigiu a chamada Doutrina Truman.

Em 12 de março de 1947, o mundo já via com preocupação a escalada crescente da tensão entre Estados Unidos e a União Soviética, quando o então presidente estadunidense Harry Truman, realizou um importante pronunciamento para o Capitólio, solicitando que fosse aprovado um projeto de ajuda econômica para a Turquia e a Grécia. Esses países viviam forte instabilidade política devido aos movimentos comunistas internos que desejavam o poder.

Truman justificou seu pedido através da imperiosa urgência que havia na época de se combater o comunismo em prol do sistema capitalista e da democracia.

---

<sup>132</sup> Ver a obra: HUNTINGTON, Samuel. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

<sup>133</sup> Harry Truman nasceu em 1884 e morreu em 1972, nos Estados Unidos. Foi presidente do país, pelo Partido Democrata, entre os anos de 1945 e 1953. Durante seu governo autorizou o ataque com bombas atômicas sobre o Japão, elaborou o Plano Marshall, para reconstruir a Europa, com ajuda econômica, e teve papel importante na divisão da Alemanha.

Vale ressaltar que os Estados Unidos desejavam colocar em prática as idéias do diplomata estadunidense George Frost Kennan, de conter o avanço do socialismo soviético. O momento para isso foi quando no início de 1947, Londres alertou oficialmente Washington de que não podia continuar apoiando financeiramente os governos de Grécia e Turquia, para reprimirem os movimentos comunistas. A crise do Império Britânico era muito forte, devido à destruição do Reino Unido, provocada pela Segunda Guerra Mundial e também por causa dos movimentos de independência de colônias britânicas como a Índia<sup>134</sup>.

Ocorreu que regiões como o Oceano Índico, Mar Vermelho, Líbia, Mar Mediterrâneo e o Golfo Pérsico, eram consideradas pelos Estados Unidos, desde o governo de Franklin Delano Roosevelt, ainda na 2ª Guerra Mundial, como áreas de responsabilidade britânica. Contudo, na segunda metade da década de 1940, já era evidente que o Reino Unido não tinha mais condições de manter sua hegemonia, daí recorrer à ajuda e ao compartilhamento do poder sobre as áreas mencionadas, com os Estados Unidos.

A saída do Reino Unido da região do Sudeste da Europa, mais especificamente da Península Balcânica era bastante preocupante para os interesses dos Estados Unidos na região do Mar Mediterrâneo. Havia a ameaça concreta de que a Grécia e a Turquia se transformassem em países comunistas.

Já era sabido na época que desde 1944, com a saída das tropas da Alemanha nazista do território grego, os britânicos tentavam restaurar a forma de governo monárquica na Grécia. Todavia, a esquerda grega, liderada pelos comunistas e apoiada pela Iugoslávia, do Marechal Josip Broz Tito, opunha-se severamente aos planos do Reino Unido.

---

<sup>134</sup> A Índia e o Paquistão conseguiram suas respectivas independências, com relação ao governo de Londres, em agosto de 1947, após a luta pacifista do líder Mahatma Gandhi, com a ajuda de outros líderes como Jawaharlal Neru.

As pretensões expansionistas da Iugoslávia sobre a Grécia irritavam e causavam grande desconforto para Josef Stálin. Esse havia prometido, em 1944, para o primeiro-ministro britânico Winston Churchill que não exerceria nenhuma espécie de ingerência política em Atenas. De acordo com Combat,

*“(...) a preocupação central de Stalin no período era a recuperação econômica e política da União Soviética, bem como a consolidação de sua esfera de influência no Leste da Europa. Não era, portanto, possível apoiar a Grécia sob a acusação de intervenção soviética.”<sup>135</sup>*

Dentro do governo dos Estados Unidos, o projeto do presidente Harry Truman, posteriormente chamado de Doutrina Truman, conquistou o apoio daqueles que viam em tal pensamento, uma clara demonstração de que Washington não toleraria em hipótese alguma, investidas políticas e militares de Moscou, em áreas de seu interesse.

Já parte do Congresso, de acordo com Sidnei José Munhoz se comportou de forma diferente

*“(...) foi criticado por congressistas que preferiam o retorno ao isolacionismo do período anterior à guerra e temiam que o projeto pudesse desencadear uma nova guerra mundial Outros criticavam a proposta, pois os governos da Grécia e da Turquia não poderiam, mesmo com critérios muito elásticos, ser considerados democráticos.”<sup>136</sup>*

---

135 COMBAT, Flavio Alves. *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Instituições e Formas Políticas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007, p. 32.

136 MUNHOZ, Sidnei José. “GUERRA FRIA REVISITADA”. Revista Leituras da História: Ciência & Vida. São Paulo: Editora Escala, Ano 1, n. 4, p. 54, dezembro de 2007.

Percebe-se que a tarefa de Truman não era nada fácil. A situação na Europa Mediterrânea se deteriorava rapidamente e exigia dos Estados Unidos uma rápida resposta para os problemas que assolavam os turcos e os gregos. A Grécia e a Turquia não eram exímios exemplos de governos democráticos, pois além da corrupção havia a ausência de elementos democráticos em seus governos. Isso demovia muitos parlamentares e membros do governo estadunidense de um eventual apoio para a Grécia e a Turquia.

No já citado discurso de Truman, proferido em 1947, apoiado pelo subsecretário de Estado, Dean Acheson e recomendado pelo senador republicano Arthur Vandenberg, o presidente apresentou ao Congresso de seu país um cenário internacional, no qual dividia o mundo basicamente em dois pólos: os “povos não-livres”, cujo poder era baseado na repressão, na ausência das liberdades individuais e na ditadura e os “povos livres”, que eram democráticos e detentores das liberdades de imprensa, política, de expressão e de culto. Em nenhum momento Truman citou o nome da União Soviética, mas conclamava o Congresso e o país para lutarem contra a expansão de uma “ideologia”, perigosa para a estabilidade do sistema internacional e para os interesses estadunidenses. Também simplesmente ignorou a questão de que os governos grego e turco não eram democracias, conforme o modelo ocidental.

O discurso de Truman pode ser caracterizado como o ponto inicial da Guerra Fria, que durou de 1947 até 1991, com o desaparecimento da União Soviética. Ele provocou forte oposição no Congresso, de maioria republicana, desde as eleições legislativas de 1946 e também no interior de seu governo. Havia ainda uma forte influência das idéias isolacionistas e o objetivo dos Republicanos de cortarem tributos. A Doutrina Truman representava, em contrapartida, o considerável



aumento nos gastos públicos através de uma política intervencionista, que permitia aos Estados Unidos intervirem em qualquer área no mundo.

As discordâncias com relação à Doutrina Truman cresceram no próprio governo estadunidense. Exemplo disso foi a postura assumida pelo Secretário de Estado George Marshall, que não aprovou o caráter anticomunista do discurso. Já Kennan se opôs à efetivação de ajuda econômica e militar à Turquia e à Grécia, por temer que tal ato provocasse uma reação militar do Kremlin.

Foi nessa época que Dean Acheson elaborou a denominada “Teoria do Dominó”. Isso quer dizer que se um país se tornasse comunista, como a Grécia e a Turquia, por exemplo, poderia representar o início de um efeito rápido e fulminante, como “dominó”<sup>137</sup>, levando o comunismo a se disseminar pelo Norte da África, Europa, Leste Asiático e pelo Oriente Médio. Kennan se opôs a essa teoria de forma veemente, por entender que os países do Oriente Médio, como o Iraque e o Irã, não possuíam as condições materiais necessárias para que os movimentos comunistas tivessem êxito, além dos povos muçulmanos não possuírem simpatia por Moscou e seu comunismo ateu.

O governo dos Estados Unidos acusava a União Soviética de apoiar a guerrilha comunista grega, na guerra civil da Grécia (1946-1949). Apesar de Moscou negar o apoio à guerrilha, Washington cada vez mais desconfiava das intenções de Stalin. Atualmente, sabe-se que os soviéticos praticamente não apoiaram aquele movimento. Os países que apoiaram a guerrilha foram a Albânia e principalmente, a Iugoslávia. As posturas mais independentes de Tirana e Belgrado,

---

<sup>137</sup> Ver a obra: COMBAT, Flavio Alves. *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Instituições e Formas Políticas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007, p. 121-122.

onde os comunistas chegaram ao poder sem a ajuda do Exército Vermelho, causaram bastante desentendimentos com o Kremlin.

As Conferências de Yalta, em fevereiro-março de 1945, e de Potsdam, também em julho-agosto de 1945, determinaram que a Grécia ficasse sob a órbita de influência anglo-estadunidense.

Segundo Combat<sup>138</sup>, a aplicação das idéias de Kennan, desenvolvidas no “longo telegrama”, só foi possível porque sofreram alterações para adaptá-las aos interesses de Acheson e de Truman. Então, apesar da Doutrina Truman se basear na Doutrina da Contenção elaborada por Kennan, não se pode deduzir que elas são sinônimas. Logo, o Capitólio se decidiu pela aprovação da liberação de US\$ 250 milhões para a Grécia e de US\$ 150 milhões para a Turquia. Tal ajuda, no entanto, não conseguiu frear o crescimento dos movimentos comunistas.

Os Estados Unidos, em 1947, passaram a pensar sobre a real possibilidade do envio de tropas estadunidenses para a Turquia e a Grécia, devido a deterioração do ambiente político interno desses países. No entanto, a partir de 1948, as tensões entre Belgrado e Moscou se tornam sérias a ponto da Iugoslávia ser expulsa do Cominform no mesmo ano. A preocupação de Tito com tal disputa desviou o seu foco da crise grega e turca. Isso enfraqueceu as guerrilhas comunistas nestes países, sendo que em 1950 a situação política já estava estável. Os Estados Unidos, então, não precisaram realizar uma intervenção militar.

---

<sup>138</sup> Ver a obra: COMBAT, Flavio Alves. *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Instituições e Formas Políticas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007.

As vitórias estadunidenses na Turquia e na Grécia ajudaram na reeleição do presidente Harry Truman, em 1948 e também fortaleceu consideravelmente a política externa de seu país.

Em seus dois mandatos como presidente, principalmente no segundo, entre 1949 e 1953, Truman estabeleceu como o cerne de sua política externa o princípio da “contenção” dos soviéticos, elaborado, como já citado anteriormente, por George Kennan. A “ameaça soviética” foi usada numa importante arma para atender aos objetivos de Truman na política interna e externa.

O governo Truman passou a realizar, no ambiente político interno uma verdadeira caçada aos supostos comunistas que estariam a serviço da União Soviética e de ideais comunistas. O poder e a imagem de Truman eram muito fortes na opinião pública interna e externa. A vitória na Grécia e na Turquia criou o sentimento no povo estadunidense, de que os Estados Unidos poderiam intervir em qualquer outro país, no mundo, que seriam vitoriosos. Seguindo esse raciocínio, Washington passou a intensificar sua presença em locais como a Coréia, o Vietnã e a Europa Ocidental.

Pode-se afirmar que a Doutrina Truman é muito mais do que uma simples política de Estado. Trata-se de uma doutrina de segurança nacional dos Estados Unidos, muito usada durante a Guerra Fria para atender aos seus interesses econômicos, militares e geopolíticos.

Mesmo com um Congresso de maioria republicana, tanto no Senado como na Câmara dos Deputados, o presidente Harry Truman, do Partido Democrata conseguiu o apoio dos congressistas para aplicar a sua doutrina.

Observa-se que a Doutrina Truman, de acordo com Sidnei Munhoz

*“(...) foi ampliada para a defesa de qualquer área real ou supostamente ameaçada pelo comunismo e tornou-se um dos eixos da política externa dos EUA nos anos que se seguiram.”<sup>139</sup>*

A Doutrina Truman permitiu aos Estados Unidos, durante grande parte da Guerra Fria, agir direta ou indiretamente com o apoio aos golpes de Estado, na América Latina (Brasil, em 1964, por exemplo), de intervenções militares, como no Vietnã, ou de alianças com poderes locais, como no caso do Irã e da Arábia Saudita, para impedir o suposto avanço do comunismo, tentando conter a atuação da União Soviética. É claro que se tratava de uma grande defesa dos seus interesses estadunidenses pelo mundo.

## **2.5 DOCTRINA EISENHOWER**

A Doutrina Eisenhower será estudada porque infligiu aos países do Oriente Médio a necessidade de optarem pelo apoio à Washington ou à Moscou, tendo sido elaborada pelo presidente Dwight Eisenhower<sup>140</sup>. Apesar do Oriente Médio ainda não ser uma área prioritária na política externa dos Estados Unidos, entre 1945 e a década de 1970, com o passar dos anos e o desenvolvimento do processo histórico da Guerra Fria, cada vez mais o Departamento de Estado e o Pentágono se interessavam pela região.

---

139 MUNHOZ, Sidnei José. “GUERRA FRIA REVISITADA”. Revista Leituras da História: Ciência & Vida. São Paulo: Editora Escala, Ano 1, n. 4, p. 54, dezembro de 2007.

<sup>140</sup> Dwight David Eisenhower nasceu em 1890, em Denison, no Texas, Estados Unidos e morreu em Washington, no Distrito de Colúmbia, também nos Estados Unidos. Era general do Exército, formado em West Point, no ano de 1915 e comandante, em 1918. Serviu nas Filipinas entre os anos de 1935 e 1939. Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, foi enviado para Londres com o objetivo de que organizasse e fizesse o desembarque das tropas aliadas no Norte da África (Marrocos e Argélia). Foi comandante dos exércitos aliados na citada região, tendo dirigido também o desembarque dos Aliados no Sul da Itália. Foi o maior encarregado pela libertação da Europa Ocidental, no ano de 1943. Em 7 de maio de 1945, recebeu em Reims a documento de capitulação da Alemanha nazista. Já em 1949, foi conselheiro militar do então presidente Harry Truman, que o nomeou comandante supremo das Forças do Pacto do Atlântico na Europa. Foi presidente dos Estados Unidos, pelo Partido Republicano, entre os anos de 1953 e 1961.

Vale salientar que os Estados Unidos, na década de 1950, ainda não eram grandes importadores de petróleo, por produzirem quase toda a quantidade que consumiam. Contudo, essa realidade será modificada com as crises do petróleo (1973 e 1979) e a década de 1980.

Assim, os acontecimentos do Oriente Médio eram de grande preocupação para a Casa Branca. Isso se tornou ainda mais forte com a Crise do Canal de Suez<sup>141</sup>, de 1956, que minou as presenças britânica e francesa na região e permitiu o avanço do nacionalismo árabe, de caráter extremo, o fortalecimento de países como o Egito, e abriu uma brecha para uma maior presença da diplomacia soviética. Isso não representa que os Estados Unidos já não tivessem interesse e influência sobre os rumos do Oriente Médio. Vale lembrar do golpe de Estado organizado com a ajuda da CIA que possibilitou a derruba do regime constitucional vigente no Irã, em 1953 e entregou todo o poder nas mãos do xá Reza Pahlevi, que governou o país com o apoio dos Estados Unidos até 1979, quando foi derrubado pela Revolução Fundamentalista islâmica.

É claro que a região do Oriente Médio era importante para Washington, já nas décadas de 1960 e 1970, como se verifica no apoio incondicional dos Estados Unidos à Israel.

---

<sup>141</sup> Crise de Suez (1956): ocorrida entre os meses de julho e novembro de 1956 envolveu Egito, Israel, Reino Unido e França, foi causada pela nacionalização do Canal de Suez pelo governo egípcio de Gamal Abd al-Nasser, ligando os Mares Mediterrâneo e Vermelho, diretamente, e indiretamente, o Golfo Pérsico ao Oceano Atlântico. Muito usado na época para navegação de petroleiros. Israel, França e Reino Unido invadiram a Península do Sinai sendo que o primeiro guerreou devido a sua sensação de estar sendo ameaçado pelos vizinhos árabes, já os outros dois devido aos interesses geopolíticos e econômicos que possuíam na área em questão por serem consorciados no Canal de Suez. Com a interferência dos Estados Unidos e da União Soviética, ocorreu o fim da crise, com a manutenção egípcia do controle do canal e a retirada das tropas britânicas, francesas e israelenses do Sinai, sendo substituídas pelos capacetes azuis da Organização das Nações Unidas. Essa crise deve ser observada dentro da dinâmica da Guerra Fria, sob a ótica do Conflito Árabe-Israelense e da descolonização da África e da Ásia. Ver a obra: AQUINO, Rubim Santos Leão de. Suez (Crise de). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 865-866.

Os Estados Unidos, diante desse quadro político, não poderiam permitir que a União Soviética ocupasse o vácuo de poder deixado pela França e principalmente, pelo Reino Unido. Era candente, na visão de Eisenhower, que a Casa Branca aumentasse a sua presença política, diplomática e militar no Oriente Médio, para conter a expansão soviética, acalmar o nacionalismo árabe e assegurar os seus interesses na região.

Assim, em março de 1957, o Capitólio aprovou a Doutrina Eisenhower, que segundo Igor Fuser consistia na

*“(...) autorização prévia ao presidente para enviar tropas ao Oriente Médio e para conceder ajuda financeira e militar a qualquer governo da região que estivesse ameaçado de sofrer ‘agressão armada de algum país controlado pelo comunismo internacional’.”<sup>142</sup>*

Deduz-se da leitura da citação acima que a Doutrina Eisenhower baseava-se em dois aspectos: o primeiro era a autorização para o envio de tropas estadunidenses à região, caso os seus interesses estivessem ameaçados pela União Soviética ou, principalmente, pelo nacionalismo árabe, com destaque para o do Egito, do líder Gamal Abdel Nasser<sup>143</sup>. O segundo aspecto é que possuía uma retórica anticomunista e, portanto, os Estados Unidos iriam ajudar econômica e militarmente qualquer país que se encontrava ameaçado pelo comunismo.

---

142 FUSER, Igor. O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “Santiago Dantas”, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005, p. 133.

<sup>143</sup> Gamal Abdel Nasser nasceu em Beni Mor, no ano de 1918 e morreu em 1970, no Cairo, Egito. Foi militar e político. Fundou com outros jovens oficiais nacionalistas, o Comitê dos Oficiais Livres, após a derrota na Guerra da Palestina (1948-1949) contra Israel. Em 1953 o Egito passou a ser uma república. Chegou à presidência da República do Egito, em 1954, após um golpe de Estado contra Nagib. Foi eleito presidente do Egito, em 1956. Nasser nacionalizou o Canal de Suez, em 1956, o que originou a Crise de Suez, e acelerou o processo de estatização da economia. Proporcionou a união do Egito com a Síria, formando a República Árabe Unida (RAU), seguindo a idéia que defendia de união dos povos árabes. Foi o grande líder do nacionalismo árabe nas décadas de 1950 e 1960. Devido às desconfianças cada vez mais crescentes dos Estados Unidos com o seu governo, Nasser estabeleceu a aproximação do Egito com a União Soviética. Contudo, tal diálogo não significou que o Egito pertencia a órbita de influência soviética. Essa forneceu ajuda econômica e militar para o Estado Egípcio. Tornou-se o símbolo da luta contra o imperialismo e o subdesenvolvimento, em prol da união dos árabes.

A Doutrina Eisenhower foi bastante influenciada por J. Foster Dulles que defendia o combate ao “perigo comunista”. e a adoção do Roll Back, isto é, a necessidade de empurrar a União Soviética de volta às suas fronteiras. Isso diferencia essa política claramente da doutrina da contenção. Uma é conter, a outra vai além, significa retomar áreas sob influência soviética. A Roll Back está impregnada de anticomunismo militante (o que também a diferencia da contenção de Kennan).

Ela permitiu aos Estados Unidos se tornarem o “xerife” do Oriente Médio. Tratava-se de uma doutrina que possuía dois objetivos: assegurar a proteção dos países cujos regimes eram favoráveis ao Ocidente, mormente aos Estados Unidos, como o Irã, através do uso de força militar. O segundo objetivo focava na necessidade de se impedir que movimentos nacionalistas, considerados “radicais”, tentassem chegar ao poder em seus países, e também conter os governantes dessa natureza que almejavam causar instabilidades políticas nos Estados vizinhos.

Observa-se que a Doutrina Eisenhower força os países do Oriente Médio a escolherem qual lado deveriam apoiar na Guerra Fria: os Estados Unidos ou a União Soviética. O nacionalismo árabe crescente era visto como uma ameaça aos interesses geopolíticos e econômicos dos Estados Unidos na região e deveria ser anulado. Então, um dos alvos da Doutrina Eisenhower não apenas Moscou, mas o nacionalismo árabe do Egito, de Abdel Nasser.

Vale lembrar que foi no governo do presidente Eisenhower que a teoria do dominó ganhou “corpo” e foi colocada em prática, através da Doutrina Eisenhower.

O nacionalismo dos líderes árabes, nas décadas de 1950 e 1960, era favorável, em termos gerais, à estatização de grande parte da economia. Também

defendia os interesses de seus respectivos países. O fato dos países árabes do Oriente Médio e do Norte da África adquirirem armas soviéticas não significava um alinhamento deles com Moscou. Ocorre que os Estados Unidos condicionavam a venda de armas com o alinhamento automático dos países árabes na cruzada anticomunista da Casa Branca. Isso feria a política do não-alinhamento para os países subdesenvolvidos, estabelecida desde a Conferência de Bandung, de 1955, da qual Nasser era um dos grandes expoentes. No caso do Egito, esse só se moveu em direção da União Soviética, devido à recusa estadunidense de financiar a construção da Represa de Assua, no Rio Nilo e de ser isolado pela Doutrina Eisenhower.

Como exemplo de aplicação da Doutrina Eisenhower no Oriente Médio, tem-se a questão do Iraque, em 1958. Nesse ano, um grupo de militares nacionalistas, liderados pelo general Abdel Karim Qasim proclamou a República e deu um golpe de Estado contra a dinastia Hashemita que estava no poder. Passou a existir um governo nacionalista em Bagdá.

Os governos do Ocidente, com destaque para o dos Estados Unidos, perderam um grande aliado no Oriente Médio, pois o país era populoso, importante no equilíbrio de poder regional, imprescindível no movimento diplomático anglo-estadunidense para a defesa de seus interesses e um dos grandes detentores de reservas e produtores de petróleo do Golfo Pérsico.

Washington cogitou realizar uma intervenção militar, de acordo com as diretrizes da Doutrina Eisenhower, no Iraque, mas como Bagdá não cessou o envio de petróleo para o mundo Ocidental e como o novo regime contava com amplo apoio popular, desistiu dessa idéia. Somente em 1961, logo após a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1960, que o



governo iraquiano resolveu cancelar os contratos de concessões para a exploração de petróleo, por parte das companhias petrolíferas pertencentes ao Cartel das Sete Irmãs<sup>144</sup>.

Washington apresentou duas justificativas para justificar a intervenção no Líbano, em 1958: era uma forma de conter os movimentos nacionalistas na região e também garantiria maior credibilidade dos Estados Unidos junto aos seus aliados no mundo.

A partir da intervenção estadunidense no Líbano, os Estados Unidos criaram um precedente na sua política exterior, pois pela primeira vez tropas estadunidenses tinham realizado uma intervenção direta em um país do Oriente Médio. Como consequência, outras intervenções militares da Casa Branca foram feitas na região, motivadas por disputas internas ou entre os países da região, como foi a Guerra do Golfo, de 1991, e não provocada por uma ameaça exterior, representada pela União Soviética.

Nota-se que os Estados Unidos aumentaram ainda mais o seu envolvimento nos destinos dos países do Oriente Médio, mesmo que a União Soviética não representasse uma ameaça real aos seus interesses. Inclusive na Crise do Canal de Suez, em 1956, Washington e Moscou agiram em acordo, de

---

<sup>144</sup> Cartel das “Sete Irmãs”: é a denominação que se dá para as 7 (sete) grandes empresas petrolíferas que dominaram o mercado internacional e a exploração petrolífera no Oriente Médio, até a criação da OPEP. As empresas eram: Exxon (Standard Oil of New Jersey), Royal Dutch-Shell, Gulf Oil Company, Texaco, Mobil, British Petroleum e Standard Oil of California. Vale lembrar que o termo irmãs é utilizado por terem formado um verdadeiro cartel do petróleo, existindo pouca concorrência entre elas, fazendo acordos necessários sobre preços e divisão de espaços onde cada uma deveria atuar. Ver a obra: FUSER, Igor. O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “Santiago Dantas”, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005, p. 90-92.

certa forma. Isso será ampliado futuramente, pela adoção da Doutrina Carter, em 1980.

## **2.6. DOCTRINA NIXON: OS “DOIS PILARES”**

No ano de 1968, o então candidato republicano à presidência da República, nos Estados Unidos, Richard Nixon, derrotou o seu oponente, o candidato democrata Hubert Humphrey. Sua vitória deveu-se, dentre tantos motivos, a exploração da insatisfação latente da opinião pública interna e da população estadunidense, com o desenrolar da Guerra do Vietnã (1965-1975).

Os Estados Unidos, durante o governo do presidente democrata Lyndon B. Johnson (1963-1969), envolveram-se diretamente na guerra entre Vietnã do Norte e Vietnã do Sul, ao apoiar os sul-vietnamitas. Na verdade, Washington se viu em um grande “atoleiro”, pois a medida que o conflito avançava, mais e mais soldados, equipamentos e dinheiro dos Estados Unidos eram enviados para o teatro de operações, sem conseguir o sucesso pretendido.

Várias derrotas estadunidenses foram sendo acumuladas diante do Vietnã do Norte e dos vietcongues. Corpos e mais corpos de soldados estadunidenses vitimados chegaram aos Estados Unidos, causando comoção, dor, revolta e protestos contra a política belicosa da Casa Branca.

Assim, Richard Nixon não encontrou grandes dificuldades para conseguir uma vitória eleitoral, ao explorar a questão vietnamita. Em janeiro de 1969, Richard Nixon assumiu a presidência dos Estados Unidos e tinha como um de seus grandes objetivos, juntamente com o seu secretário de Estado, Henry Kissinger, reduzir ao máximo possível o envolvimento estadunidense em guerras do então

chamado “Terceiro Mundo”, principalmente no Oriente Médio. Percebe-se, notoriamente, a influência da Síndrome do Vietnã sobre o governo e a população estadunidense.

Tratava-se de uma tarefa complexa e difícil, pois em um contexto histórico mais amplo, os Estados Unidos e o mundo viviam sob a égide da Guerra Fria. A ameaça soviética continuava a preocupar Washington. Ademais, não se pode esquecer de que o menor envolvimento direto dos Estados Unidos em conflitos nos países subdesenvolvidos, não poderia colocar em risco a defesa dos seus interesses e do Ocidente como um todo.

Desse modo, em julho de 1969, foi elaborado e enviado um relatório presidencial ao Congresso, em que se anunciava a Doutrina Nixon. De acordo com essa nova política, os Estados Unidos retomariam a ideia de delegar as suas responsabilidades militares, no Oriente Médio, ao Irã e à Arábia Saudita. Os Estados Unidos e o Ocidente teriam seus interesses econômicos, políticos e geopolíticos defendidos por países, da própria região do Oriente Médio, financiados, treinados e armados pelo Pentágono. A política dos “dois pilares”, embasadora de tal doutrina, tinha como modelo a transferência dos objetivos e atuações militares para o governo do Vietnã do Sul.

Para Kupchan<sup>145</sup>, a Doutrina Nixon deve ser analisada não apenas sob à ótica da Guerra do Vietnã. Para ele, é mais importante o fato de que estava ocorrendo uma redução da tensão internacional, com a diminuição das disputas entre Estados Unidos e União Soviética no ambientes regionais. Tanto o presidente Nixon como o secretário de Estado, Kissinger buscaram construir tal política com bastante afinco. De acordo com Igor Fuser

---

<sup>145</sup> Ver a obra: KUPCHAN, Charles A.. *The Persian Gulf and the West: The Dilemmas of Security*. Boston: Allen & Unwin.

*“(...) A dupla Nixon-Kissinger estava convencida de que o Kremlin, numa situação de paridade nuclear e relativa debilidade econômica, estava mais interessada em negociações de armas atômicas e em acordos para a importação de trigo dos EUA do que, por exemplo, em solidificar sua influência no mundo árabe.”<sup>146</sup>*

Então, a Doutrina Nixon deve ser analisada sob a influência da *détente*, principalmente, e da Guerra do Vietnã.

Voltando à questão do relatório do presidente Nixon, esse confirmava o compromisso dos Estados Unidos de defender os seus aliados diante de um ataque de alguma potência nuclear. É claro que o documento se refere, nas entrelinhas, à União Soviética. Em outros tipos de conflitos, de guerra convencional, o governo estadunidense não se via obrigado a intervir diretamente.

Na visão de Richard Nixon e Henry Kissinger, o vínculo de temáticas de política externa sem uma direta relação, poderia levar os soviéticos a uma postura menos influenciadora do mundo árabe. Segundo Kupchan,

*“(...) A Doutrina Nixon, em contrapartida, era uma indicação de que as tropas norte-americanas gastariam menos tempo no Terceiro Mundo do que na década de 60”, (...)<sup>147</sup>*

Nota-se, portanto, que a política estadunidense para o Oriente Médio observou uma diminuição dos embates com a União Soviética. Isso possibilitou ao governo de Richard Nixon construir uma política mais pragmática em defesa dos interesses estadunidenses, no Oriente Médio e menos preocupada com a ameaça soviética.

---

146 FUSER, Igor. O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “Santiago Dantas”, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005, p. 140-141.

<sup>147</sup> KUPCHAN, Charles A.. *The Persian Gulf and the West: The Dilemmas of Security*. Boston: Allen & Unwin, 1987. p. 33.

Isso não representa que os Estados Unidos deixaram seus objetivos precípuos em sua política para o Oriente Médio, na ótica da Doutrina Nixon. O que mudou foi o enfoque e não os seus interesses. No início da década de 1970, Kupchan destacou que

*“(…), os EUA ainda queriam conter a União Soviética, garantir o acesso aos suprimentos de petróleo e manter a superioridade militar de Israel. (…)”<sup>148</sup>*

Portanto, os Estados Unidos não abandonaram os seus principais interesses e objetivos no Oriente Médio. Se nas décadas de 1950 e 1960, tais interesses eram eclipsados pela crescente preocupação com o nacionalismo árabe, com a emergência de regimes políticos radicais apoiados pela União Soviética.

Assim sendo, a Doutrina Nixon tinha uma estreita ligação com a estabilidade da região, como forma de se ter acesso seguro ao fornecimento de petróleo. O inimigo soviético continuava existindo, mas se tornava menos preocupante.

Para tanto, tal doutrina passou a recorrer de forma crescente ao Irã e à Arábia Saudita, como forma de defender os interesses dos Estados Unidos, no Golfo Pérsico. Conseqüentemente, as despesas militares iranianas e sauditas explodiram, financiadas pelas vultosas receitas oriundas do lucrativo mercado petrolífero. A Arábia Saudita, com o auxílio de Washington, instalou uma academia militar de elite para a formação de oficiais sauditas. Para o Irã, não foi diferente, pois o país do Xá Reza Pahlevi verificou na Doutrina Nixon a grande possibilidade de finalmente transformá-lo

---

<sup>148</sup> KUPCHAN, Charles A.. *The Persian Gulf and the West: The Dilemmas of Security*. Boston: Allen & Unwin, 1987. p. 33.

na maior potência do Oriente Médio. Os petrodólares ajudaram o Irã a construir uma grande força militar, muito maior do que a saudita.

Dessa maneira, os Estados Unidos atenderam aos anseios militares e geopolíticos sauditas e iranianos, através de ajuda técnica e militar. Aviões, caças, tanques, helicópteros foram fornecidos regularmente por Washington para Riad e Teerã. Para Fuser

*“A Casa Branca atendeu, sem vacilar, a todos os pedidos apresentados pelos iranianos e pelos sauditas. Os mais modernos artefatos do arsenal convencional norte-americano foram entregues aos dois aliados no Golfo Pérsico. O Irã recebeu 190 aviões de combate Phantom F-4, 80 caças supersônicos F-14 e 460 tanques M-60<sup>a</sup>1, entre outros equipamentos; a lista de compras da Arábia Saudita incluía 60 caças Eagle F-15, 200 helicópteros de ataque AH-1S e 250 tanques M-60A1.”<sup>149</sup>*

O efeito direto foi o fortalecimento militar da Arábia Saudita e, principalmente, do Irã. Este aumentou consideravelmente sua presença militar na região do Golfo Pérsico, ao patrulhar, por exemplo, o Estreito de Hormuz, fundamental para a proteção e manutenção do fornecimento de petróleo para o Ocidente, através dos petroleiros. Portanto, o governo iraniano se preocupou em aumentar o poderio militar para se projetar em termos geopolíticos, na região.

Já a Casa de Saud, destinou os novos armamentos adquiridos dos Estados Unidos, para manter e reforçar a sua política de segurança interna. Para tanto, montou a Guarda Nacional, para defender a monarquia saudita.

O interessante é que a Doutrina Nixon não possibilitou a redução do envolvimento militar estadunidense no Oriente Médio. As vendas de aparatos militares

---

149 FUSER, Igor. O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “Santiago Dantas”, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005, p. 142.

para o Irã e a Arábia Saudita, não evitou que conseqüências imprevisíveis e perigosas nascessem. A primeira foi de que tais países passaram a usar a grande força militar para pressionar e ameaçar países vizinhos, em busca dos seus interesses nacionais. Foi o caso do Irã, que passou a reivindicar o território do Bahrain, em 1971, quando se tornou independente do Reino Unido. Washington teve que intervir para defender o Bahrain e seus interesses. O governo do Bahrain acabou solicitando a instalação de uma base militar estadunidense em seu território, que permanece até hoje.

A segunda conseqüência foi de que os Estados Unidos tiveram que enviar técnicos qualificados para trabalhar com o material bélico enviado para o Irã e a Arábia Saudita. Esses dois países não tinham pessoal preparado para tal desafio. Milhares de estadunidenses, chamados de “infiéis, pelos muçulmanos mais radicais, transformou-se em motivo de muitos problemas e tensões futuras em Estados tão importantes para o Islamismo.

A terceira conseqüência é que a escalada militar do Irã e da Arábia Saudita, bem como a constante e crescente presença militar dos Estados Unidos em seus territórios e no Oriente Médio, ajudou a provocar o nascimento de vários movimentos contestadores as forças militares estadunidenses e aos governos iraniano e saudita, que se beneficiavam da Doutrina Nixon e suas evidentes contradições. Os “dois pilares” não causaram a diminuição do envolvimento militar direto de Washington na região, como se verificou nos governos subseqüentes, como no governo Carter.

## **2.7 DOCTRINA CARTER: O PETRÓLEO, O GOLFO PÉRSICO E A MUDANÇA**

Em 1980, o então presidente dos Estados Unidos da América, James Earl Carter (1977-1981), mais conhecido como Jimmy Carter, revelou ao país e ao mundo que o Oriente Médio, mais especificamente o Golfo Pérsico, era uma área importantíssima para os interesses estadunidenses, principalmente na questão de fornecimento de petróleo.

Sendo assim, o democrata Jimmy Carter ao proferir o discurso anual “O Estado da União”<sup>150</sup> (*“The State of the Union”*), em 23 de janeiro de 1980, demonstrou que a região do Golfo Pérsico era vital para a geopolítica da Casa Branca. Carter salientou que se fosse necessário empregar até meios militares para que os objetivos dos Estados Unidos fossem protegidos, ele o faria<sup>151</sup>.

Indubitavelmente, a Doutrina Carter representou uma considerável mudança na política exterior dos Estados Unidos para o Oriente Médio. Entre os anos de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, e 1979, com a Revolução Islâmica Iraniana, Washington procurou garantir o acesso ao petróleo através de uma aliança ambígua com o Reino Unido e, depois, em uma aproximação com a Arábia Saudita e o Irã. Isso pressupunha o não uso do poderio militar para conseguir alcançar as abundantes reservas petrolíferas encontradas principalmente na região próximo ao Golfo Pérsico, no Oriente Médio.

Contudo, houve a citada transformação ocorreu porque cinco fatos históricos ocorridos na década de 1970 forçaram o Departamento de Estado e o Pentágono, nos Estados Unidos, a se adequarem aos novos tempos. O primeiro fato

---

<sup>150</sup> A cada ano que se inicia, todo presidente dos Estados Unidos deve, geralmente em janeiro, apresentar ao Congresso os princípios e regras que irão ditar os rumos de seu governo, seja no aspecto interno bem como no aspecto externo. É o chamado discurso “O Estado da União”.

<sup>151</sup> FUSER, Igor. O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “Santiago Dantas”, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005, p. 168-169.



foi a Primeira Crise Internacional do Petróleo<sup>152</sup>, em 1973, causado pela Guerra do Yom Kippur<sup>153</sup> entre Israel contra Egito e Síria. O segundo fato histórico foi a Revolução Islâmica Iraniana, em fevereiro de 1979, que derrubou o Xá Reza Pahlevi que governava o Irã desde 1953. Em seu lugar assumiu o Aiatolá Khomeini. O terceiro fato foi a Segunda Crise Internacional do Petróleo<sup>154</sup>, no biênio 1979/1980, em que os preços do barril de petróleo subiram ainda mais, agravando e colocando em risco o fornecimento do “ouro negro” para os mercados ocidentais. O quarto fato ocorreu em novembro de 1979, quando um grupo de muçulmanos radicais atacou a grande mesquita localizada em Meca, colocando em risco a estabilidade política do governo saudita e o apoio dos Estados Unidos para Riad<sup>155</sup>. Por fim, o quinto e último fato histórico relevante foi a Invasão do Afeganistão pela União Soviética, em dezembro de 1979.

De acordo com Igor Fuser os Estados Unidos, com a Doutrina Carter, aumentaram sua presença diplomática e política no Oriente Médio, pois existia um duplo obstáculo

*“(...) 1) assegurar o controle das reservas de petróleo do Golfo Pérsico, e 2) reagir à intervenção da URSS no Afeganistão, interpretada, ao menos publicamente, como uma ameaça.”<sup>156</sup>*

---

<sup>152</sup> 1ª Crise Internacional do Petróleo: devido ao embargo do petróleo feito pela OPEP contra os países ocidentais, ocorreu um aumento considerável no preço do barril de petróleo, passando de aproximadamente US\$ 2,00 para US\$ 12,00, provocado pela OPEP. Vale ressaltar que esta última utilizou o petróleo como “arma política” para tentar pressionar os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental a pressionarem Israel, para que este devolvesse os territórios ocupados na já mencionada Guerra dos Seis Dias.

<sup>153</sup> Guerra do Yom Kippur (1973): conflito ocorrido entre Israel contra Egito e Síria, sendo que estes dois últimos realizaram um ataque surpresa no dia do Yom Kippur, ou dia do “perdão”, data sagrada para a religião do judaísmo. Conseqüência direta da Guerra dos Seis Dias (1967), vencida por Israel. O efeito direto foi a manutenção dos territórios ocupados e reivindicados por jordanianos, egípcios, palestinos e sírios, no caso a Faixa de Gaza, Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Colinas do Golan sob o domínio israelense. Outro efeito foi a 1ª Crise Internacional do Petróleo.

<sup>154</sup> A 2ª Crise Internacional do Petróleo foi causada em grande parte pela Revolução Islâmica Iraniana, de 1979 e pelo início da Guerra Irã-Iraque (1980-1988). O envolvimento de dois dos mais importantes produtores de petróleo mundiais e da OPEP, fez o barril de petróleo aumentar substancialmente no mercado internacional

<sup>155</sup> SCHUBERT, Frank N.; KRAUS, Thereza L. *Tempestade do Deserto: operações da Guerra do Golfo*. FONSECA, Luis Cesar (trad.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998, p. 52-53.

<sup>156</sup> FUSER, Igor. O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “Santiago

A Doutrina Carter vinculava o petróleo com a segurança do Golfo Pérsico. Tratava-se de temas interdependentes na visão daquela doutrina.

Assim, o Oriente Médio passou a ser considerado uma região prioritária para os interesses dos Estados Unidos e, como consequência, deveria ficar sob o controle e a proteção direta da Casa Branca. Em outras palavras, o Oriente Médio deveria ser sua área de influência, livre das ingerências da União Soviética e dos países europeus ocidentais como o Reino Unido e a França. A Doutrina Carter pode ser considerada uma “Doutrina Monroe para o Oriente Médio”, de acordo com o historiador Douglas Little<sup>157</sup>.

De acordo com Igor Fuser, os objetivos dessa nova diretriz eram:

*“(...) restaurar plenamente a influência norte-americana no Golfo; garantir a cooperação dos governos da região com os EUA; conter a propagação da Revolução Iraniana e aproximar os países árabes de Israel.”<sup>158</sup>*

Entretanto, é assaz necessário salientar que a disposição do presidente Jimmy Carter de defender os interesses estadunidenses no Golfo Pérsico, até mesmo com o uso das Forças Armadas de seu país, contrasta frontalmente com a sua tradicional aversão ao uso da força militar para resolver problemas políticos.

---

Dantas”, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005, p. 169.

<sup>157</sup> Ver a obra: LITTLE, Douglas. *American Orientalism: The United States and the Middle East since 1945*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 1994.

<sup>158</sup> FUSER, Igor. O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “Santiago Dantas”, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005, p. 169.

Provavelmente ele tenha tomado tal postura porque a ação militar soviética no Afeganistão possibilitou ao governo Carter focalizar a atenção da opinião pública nacional na necessidade de estancar a agressão soviética em solo afegão. Então, quando o presidente Jimmy Carter pronunciou, em seu discurso sobre a necessidade de uso da força militar por parte dos Estados Unidos no Oriente Médio, condenando a invasão do Afeganistão como “a mais grave ameaça à paz no mundo desde a Segunda Guerra Mundial”.

Percebe-se certo exagero que teria sido de propósito sobre a ameaça soviética no Afeganistão. Ocorre que ao fazer isso, a Casa Branca poderia conseguir o apoio do seu público e também dos países árabes do Oriente Médio.

Para se compreender melhor a Doutrina Carter, faz-se mister discorrer algumas palavras sobre o principal teórico, Zbigniew Brzezinski, e sua teoria geopolítica que influenciou e formulou a política externa estadunidense.

Para Brzezinski, o Oriente Médio, a Europa Ocidental e a Ásia Central são fundamentais em suas análises, pois se os Estados Unidos controlarem essas regiões, de acordo com ele, que aprimorou os pensamentos dos pensadores Mackinder e Spykman, poderá controlar a Eurásia e, por conseguinte, o mundo.

Para Brzezinski a luta pelo poder mundial entre os Estados Unidos e a União Soviética, na Guerra Fria, tinha como grande palco as três regiões estratégicas da Rimland, defendidas pelo teórico Nicholas Spykman: o Leste da Ásia (Península Coreana e Vietnã), a Europa Ocidental (principalmente as duas Alemanhas) e o Sudoeste da Ásia (Golfo Pérsico e Afeganistão)<sup>159</sup>.

---

<sup>159</sup> Ver as obras: MELLO, Leonel Itaussu Almeida (1998). *Quem Tem Medo da Geopolítica?*. São Paulo: Edusp e Hucitec; BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostategic Imperatives*. New York: Basic Books, 1997.

O Sudoeste da Ásia, mais conhecido como Oriente Médio, só apareceu como uma importante região na disputa pelo poder mundial, quando as outras duas regiões supracitadas estavam estabilizadas em termos políticos, ao mesmo tempo em que, o fornecimento de petróleo associado a uma forte instabilidade no Oriente Médio ameaçava os interesses geopolíticos e econômicos dos Estados Unidos. O que estava em jogo era o petróleo, de acordo com Brzezinski, em seu livro “The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives” pois

*“Para os EUA, o grande tesouro geopolítico é a Eurásia. Durante um milênio e meio, os assuntos mundiais foram determinados por potências eurásianas. (...) O predomínio global dos EUA depende diretamente de por quanto tempo e com qual grau de eficácia os norte-americanos serão capazes de manter sua preponderância no continente eurásiano. (...) A Eurásia é o maior continente do mundo e o seu eixo geopolítico. Uma potência que dominar a Eurásia controlará duas das três regiões economicamente produtivas mais avançadas (...) e garantirá a subordinação automática da África, tornando o Hemisfério Ocidental e a Oceania geopoliticamente periféricos em relação ao continente central. Cerca de 75% da humanidade vive na Eurásia e a maior parte da riqueza física do mundo também se situa lá, uma parte dela em empresas e a outra parte embaixo do solo. A Eurásia responde por 60% do PIB mundial e por 75% dos recursos de energia no mundo.”<sup>160</sup>*

Percebe-se então, que tal pensamento permeou toda a Doutrina Carter, desde que foi lançada oficialmente a partir de 1980.

Salienta-se que em Washington, havia uma forte disputa<sup>161</sup> entre Brzezinski, considerado de tendência mais dura, contra o centrista liberal Cyrus Vance (secretário de Estado), para a formulação da política exterior do governo Carter. O teórico Brzezinski prevaleceu<sup>162</sup>.

---

160 Apud Fuser, 2005, p. 176.

<sup>161</sup> McCORMICK, Thomas J. *America's Half-Century: United States Foreign Policy in the Cold War and After – Second Edition*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1995.

<sup>162</sup> FUSER, Igor. O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “Santiago

Nesse sentido, o último ato dessa luta foi o movimento feito por Washington para libertar os reféns em Teerã, por meio de uma operação militar. Para tanto, foi montada uma operação militar chamada de “Garra da Águia”. De acordo com o plano montado e que foi autorizado pelo presidente Jimmy Carter, seis aviões de transporte partiriam do Egito até o Irã, no dia 24 de abril de 1980, para realizarem uma missão especial: o resgate dos reféns na embaixada, em Teerã. Antes, no caminho, a aproximadamente 300 (trezentos quilômetros a sudeste de Teerã), o contingente militar citado se encontraria com oito helicópteros que decolaram do porta-aviões Nimitz, localizado no Mar da Arábia. Depois, os helicópteros partiriam para Teerã, com os militares, para resgatarem os reféns, levando-os até uma outra localidade erma no deserto iraniano, onde aviões dos Estados Unidos estariam esperando.

Problemas com os helicópteros no deserto do Irã e o choque de um dos helicópteros com um avião de transporte, matando oito soldados estadunidenses, tornou público o que era para ser sigiloso. O presidente Jimmy Carter teve que reconhecer, na televisão, que a Operação “Garra da Águia” havia sido um completo fracasso. Isso provocou um grande desgaste para a sua imagem e a sua campanha à reeleição, em 1980. Esse fato ajudou bastante na derrota de Jimmy Carter nas eleições presidenciais, para o então desafiante republicano, Ronald Reagan. Vance que era um dos mais importantes responsáveis pela elaboração da política externa de Carter, contrário a realização da operação, pediu demissão<sup>163</sup>.

---

Dantas”, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005, pp. 179 e 187.

<sup>163</sup> FUSER, Igor. O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “Santiago Dantas”, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005, p. 188.

Outra constatação que se pode fazer é que o fracasso de tal operação demonstrou as limitações militares dos Estados Unidos no Oriente Médio, em termos de articulação, presença e força.

O episódio pode ser considerado como a primeira ação militar efetiva dos Estados Unidos no Oriente Médio, pois antes os estadunidenses agiam na região

*“(...) por meio da atuação encoberta (a deposição de Mossadegh), da intimidação (as ameaças de Kissinger aos países árabes da OPEP) ou da ‘terceirização’ dos seus interesses a regimes aliados, com a falida política dos Dois Pilares. (...)”<sup>164</sup>*

A crise dos reféns iranianos marcou o início da aplicação da Doutrina Carter no Oriente Médio, ou seja, o do emprego direto da força militar dos Estados Unidos.

Entretanto, além da ameaça soviética, havia uma outra preocupação que se revelou logo após a realização do discurso de Carter, pelo então secretário de Defesa, Harold Brown: a instabilidade no “Terceiro Mundo”, principalmente nos países do Oriente Médio. Assim, os Estados Unidos trataram de proteger, como parte de seu “interesse vital” o fluxo de petróleo que saía do Oriente Médio para abastecer o Ocidente. Então, foi necessária a construção de bases militares em países do Oriente Médio, negociações do direito e de acordos para o tráfego aéreo militar e uso de aeroportos em países como Egito e Marrocos e a renovação do direito de instalação da base naval estadunidense no Bahrein<sup>165</sup>.

Houve uma grande desconfiança da Arábia Saudita para com as intenções dos Estados Unidos, a partir da Doutrina Carter e com a assinatura dos

---

<sup>164</sup> Idem, p. 188.

<sup>165</sup> BACEVICH, Andrew J. *The New American Militarism: How Americans Are Seduced by War*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2005, p. 192.

Acordos de Camp David<sup>166</sup>, em 1979. Riad acreditava que Washington ambicionava desestabilizar politicamente os países da região para conseguir acesso mais fácil às reservas petrolíferas. Portanto, a posição saudita frente à Doutrina Carter foi ambígua, pois ao mesmo tempo que a recusou em público, para agradar parcela de sua população e os países árabes contrários à presença estadunidense na região, aprovou-a em particular. Em outras palavras, enquanto os Estados Unidos e a Arábia Saudita possuíam fortes laços econômicos, ligados ao petróleo, a Casa de Saud rejeitou o pedido da Casa Branca para a instalação de uma base militar estadunidense em Dahrán, em território saudita<sup>167</sup>.

Observa-se que a Doutrina Carter possuía uma latente contradição. Enquanto, em termos oficiais, ela endossava os Estados Unidos a agirem militarmente apenas contra ameaças externas aos seus interesses no Oriente Médio, no âmago do poder estadunidense circulava a informação de que não se descartava a possibilidade de uma ação militar contra inimigos da própria região. Infere-se que Moscou não era o único inimigo alvo da doutrina. Outros países, mesmo localizados no Oriente Médio, dependendo das circunstâncias históricas, dos interesses de Washington, das variáveis econômicas e regimes políticos, poderiam se tornar inimigos e alvos da Doutrina Carter<sup>168</sup>. Foi o que ocorreu com o Iraque, durante a Primeira Guerra do Golfo, em 1991, logo após invadir o Kuwait, em agosto de 1990.

---

<sup>166</sup> Em 1979, os governos do Egito e de Israel, mediados pelo presidente Jimmy Carter, dos Estados Unidos, celebraram um histórico acordo de paz conhecido como Acordo de Camp David, que previa a retirada das tropas israelenses da Península do Sinai e a sua devolução para o Egito e em troca, o governo de Anwar Sadat, reconheceria o direito de Israel de existir como país renunciando ao uso da força militar contra Telaviv.

<sup>167</sup> FUSER, Igor. O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “Santiago Dantas”, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005, p. 190-191.

<sup>168</sup> KUPCHAN, Charles A. *The Persian Gulf and the West: The Dilemmas of Security*. Boston: Allen & Unwin, 1987, p. 92.

De acordo com Charles Kupchan, em seu livro "The Persian Gulf and the West: The Dilemmas of Security"

*"(...) o 'emergente radicalismo no Irã' gerou um efeito desestabilizador na política da região, o que tornava uma agressão iraniana ou iraquiana 'a mais provável ameaça à segurança dos países da Península Arábica e ao fluxo do petróleo'(...) e que 'as mudanças na postura militar associadas com a Doutrina Carter realçaram a capacidade dos EUA de intervir em conflitos envolvendo atores locais'."*<sup>169</sup>

Destaca-se que a análise de Kupchan, citada por Fuser, foi feita três anos antes da invasão do Kuwait pelo Iraque (1990), causando a Guerra do Golfo, em 1991, quando os Estados Unidos travaram sua primeira guerra na região.

Assim, a partir da Doutrina Carter, houve um aumento crescente da presença militar dos Estados Unidos no Oriente Médio, durante os governos subseqüentes como de Ronald Reagan, George H. Bush, Bill Clinton e George Walker Bush.

Por isso, mesmo após a elaboração de novas doutrinas militares e de política externa como a Powell, Clinton, Bush e Rumsfeld, a essência da Doutrina Carter continuou presente, isto é, a forte presença militar, diplomática e política dos Estados Unidos no Oriente Médio, aliando a questão da segurança dos Estados Unidos com o petróleo.

## **2.8 DOCTRINA REAGAN E A "DIPLOMACIA DA FORÇA"**

---

169 FUSER, Igor. O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "Santiago Dantas", da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005, p. 191.



Em janeiro de 1981, assumia o cargo de presidente dos Estados Unidos, o republicano Ronald Reagan, depois de vencer seu rival democrata, o então presidente Jimmy Carter, nas eleições de 1980.

Seu país enfrentava um grave momento de desconfiança e insegurança. A imagem da superpotência se encontrava bastante arranhada devido a derrota no Vietnã, em 1975, a Revolução Islâmica Iraniana, em 1979, a invasão soviética sobre o Afeganistão, em 1979, perda de competitividade das empresas estadunidenses e a forte crise de sua economia capitalista.

Reagan personificava a ascensão de novas forças conservadoras, de uma Nova Direita, que defendia a recuperação da imagem, da hegemonia e da capacidade de liderança diplomática dos Estados Unidos no Ocidente, através do retorno de políticas belicistas, recrudescimento da Guerra Fria, de novas intervenções militares, da defesa de políticas neoliberais, da reativação de um anticomunismo e do crescimento da corrida armamentista. Tais premissas foram fundamentais na atuação dos Estados Unidos em regiões como o Oriente Médio, na década de 1980.

No governo Reagan (1981-1989), a seara militar tem papel fundamental e preponderante. Os grandes investimentos militares, as intervenções armadas e a utilização da diplomacia da força causaram inúmeras conseqüências externas e internas para os Estados Unidos. Sua economia foi seriamente afetada o que demonstra a estreita dependência entre as questões externas e as questões internas estadunidenses.

A política externa de Ronald Reagan era pautada por negociações, intervenções, uso da força militar, para atingir o grande objetivo de recuperar a hegemonia dos Estados Unidos, no mundo capitalista, garantir o suprimento de

fontes de energia, como o petróleo, e recuperar a economia interna. Pode-se afirmar que tal política foi erigida pelo próprio presidente, por sua cúpula de governo, aliados e pelos neoconservadores do Partido Republicano.

De acordo com Water LaFeber<sup>170</sup>, a política externa estadunidense do governo Reagan buscava garantir e aplicar os interesses dos Estados Unidos nas relações internacionais. Para tanto, foi construída um conjunto de princípios, estratégias, crenças, idéias e teorias que embasavam a atuação de Washington em termos militares e geopolíticos, conhecida como Doutrina Reagan.

Vale ressaltar que os pressupostos da Doutrina Reagan não são apenas e tão somente teorias racionais e estratégicas, mas também ideologias e crenças do presidente Ronald Reagan. Segundo Water LaFeber e Thomas McCormick<sup>171</sup>, a Doutrina Reagan foi construída sobre quatro pontos principais: o retorno do anticomunismo, a crescente militarização da política e da economia do país, a diferenciação entre Totalitarismo e Autoritarismo e o aumento da abrangência dos poderes do presidente Reagan.

Para compreender melhor tais pilares, é assaz necessário destacar que os fatos internos e externos se interligavam e se relacionavam. Em outras palavras, as políticas externas podiam causar efeitos internos e esses poderiam influenciar a elaboração de medidas externas. Então, a Doutrina Reagan e os seus quatro pontos embasadores, devem ser relacionados às questões internas dos Estados Unidos.

Assim sendo, o primeiro ponto foi que o presidente Reagan pressionou o Congresso e aumentou o seu poder, concentrando-o. Para tanto, militarizou a sua

---

<sup>170</sup> Ver a obra: LAFEBER, Water. *The American Age: United States Foreign Policy in the Cold War and after*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995.

<sup>171</sup> Ver as obras: McCORMICK, Thomas J. *America's Half-Century: United States Foreign Policy in the Cold War and After – Second Edition*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1995; LAFEBER, Water. *The American Age: United States Foreign Policy in the Cold War and after*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995.

política, enfrentou a oposição Democrata no Capitólio e até foi contra a opinião pública para implementar suas intervenções militares no Oriente Médio, por exemplo. Isso trouxe para os Estados Unidos, graves problemas econômicos, como o crescente déficit público e a alta dívida pública.

O segundo ponto apontado por LaFeber foi o recrudescimento do anticomunismo e da necessidade de se enfrentar a União Soviética. Vale lembrar que durante os governos de Richard Nixon (1969-1974), de Gerald Ford (1974-1977) e de Jimmy Carter (1977-1981), o anticomunismo e a ameaça soviética foram menos utilizados, devido ao período da Détente, na Guerra Fria, como pressupostos e formas de pressões em prol de políticas militares intervencionistas e de auxílio estadunidenses. Não se pode esquecer de que o anticomunismo e a necessidade de conter Moscou eram características intrínsecas à personalidade do presidente Ronald Reagan.

Já o terceiro ponto, polêmico e paradoxal, muito importante para a política externa de Reagan e para a aplicação de sua doutrina foi o da diferenciação entre Totalitarismo e Autoritarismo. Para LaFeber<sup>172</sup>, tal diferenciação foi erigida pela intelectual Jeane J. Kirkpatrick, embaixadora dos Estados Unidos, nas Nações Unidas, em 1981. Para ela, os “regimes totalitários” se aplicavam aos países que se acreditava não ter possibilidade de adotarem a democracia e o capitalismo e eram contra os interesses dos Estados Unidos nas relações internacionais, como a China, União Soviética e os países do Terceiro Mundo governados por líderes esquerdistas.

Em contrapartida, os países que eram dominados por governos autoritários, mesmo não possuindo liberdade política, abertos à democracia e ao capitalismo e que não se opunham aos interesses estadunidenses, eram

---

<sup>172</sup> Ver a obra: LAFEBER, Water. *The American Age: United States Foreign Policy in the Cold War and after*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995.

considerados autoritários. Na prática, tal diferenciação permitiu ao governo Reagan apoiar ditaduras de direita e condenar os governos ditatoriais esquerdistas. Foi o caso da Argentina, da Indonésia e da África do Sul. Tal política de diferenciação passou por paradoxos como na época da Guerra das Malvinas (1982), em que Washington apoiou Londres em detrimento de Buenos Aires, governado por uma ditadura militar direitista.

O quarto e último ponto de sustentação da Doutrina Reagan, foi o grande enfoque na questão militar. Os gastos governamentais orçamentários com a área militar cresceram exponencialmente, para se poder aplicar cada vez mais a “diplomacia da força”.

Com relação à massiva militarização do governo Reagan, ela pode ser vista através de quatro vertentes. A primeira se refere ao projeto SDI (Strategic Defense Initiative), chamado pela imprensa como “Star Wars” (Guerra nas Estrelas), que objetivava construir um amplo escudo de defesa antimíssil, contra a União Soviética. A segunda vertente foi o aumento das intervenções militares estadunidenses em países do “Terceiro Mundo”, para combater as tensões crescentes, como na Nicarágua, por exemplo. A terceira vertente foi o combate aos governos esquerdistas revolucionários, como no caso de países da América Central. A quarta e última foi a preocupação estadunidense em utilizar o seu aparato militar em manter e aumentar os seus pontos estratégicos e de fornecimento seguro de petróleo no Oriente Médio. Isso se percebeu quando os Estados Unidos financiaram grupos afegãos contra a presença soviética no Afeganistão e também quando interveio na Guerra Irã-Iraque (1980-1988).

Ressalta-se, novamente, que o objetivo precípua da Doutrina Reagan era o de recuperar a hegemonia militar, diplomática e política estadunidense no

mundo. Então, foi sobre tal doutrina que o governo Reagan erigiu e implantou suas políticas de governo. Percebe-se, então, que a Doutrina Reagan tinha sua base, de acordo com LaFeber<sup>173</sup>, na Doutrina do Destino Manifesto e na política Wilsionista, isto é, de que o mundo poderia ser um lugar mais seguro para a democracia desde que Washington interviesse. A ironia e contradição da Doutrina Reagan é que os Estados Unidos apoiaram ditaduras de direita em detrimento das ditaduras de esquerda, nos países periféricos.

Desse modo, pode-se resumir a Doutrina Reagan como um conjunto de idéias e teorias, de política externa, que valorizava substancialmente o aumento dos investimentos em questões militares, em busca de uma atuação dos Estados Unidos, no Terceiro Mundo, através da incitação de disputas internas dentro do próprio país. Foi o que ocorreu na região do Oriente Médio, quando os Estados Unidos intervieram na Guerra Irã-Iraque, juntamente com a União Soviética, para encerrá-la e assim, garantir o fornecimento de petróleo para o seu energívoro mercado consumidor.

Nota-se que a Doutrina Reagan, além do aspecto militar, também pode ser explicada e compreendida através relação da política militar com as questões econômicas e militares, tanto no âmbito interno e externo. Ao mesmo tempo, que a corrida armamentista e as tensões da Guerra Fria se aceleravam, ocorria uma perda substancial de competitividade e de produção da economia estadunidense, tanto nos mercados interno como no externo. O déficit público crescia e financiava a preocupante escalada da dívida pública.

Interessante observar que apesar dos altos investimentos militares feitos no governo Reagan, a economia estadunidense não se recuperou e outros

---

<sup>173</sup> Idem, 1995.

setores econômicos nacionais continuavam patinando, com baixa produtividade e vendas. Vale ressaltar que o a presidência de Ronald Reagan representava diversos interesses e objetivos no campo econômico, na política interna, na política externa e de intimidação da União Soviética.

Ademais, não se pode esquecer dos efeitos da Síndrome do Vietnã sobre a confiança dos Estados Unidos, de sua imagem perante o mundo e com a sua opinião pública.

No campo político, ao retomar a corrida armamentista, buscava uma grande superioridade estratégica dos Estados Unidos sobre a União Soviética. Para tanto, convenceu o Capitólio, através de grandes pressões, para que aprovasse os altos gastos militares para causar o colapso da União Soviética.

No campo econômico, teve uma postura no mínimo paradoxal, pois a política externa de Reagan defendeu a adoção de políticas neoliberais ao mesmo tempo que impunha severos embargos econômicos e políticas protecionista no comércio internacional. Já no âmbito interno, realizou pesadas intervenções na economia e vultosos subsídios ao complexo industrial-militar.

A diminuição das tensões com a União Soviética, a partir de 1985, ocorreu com a ascensão ao poder do líder soviético Mikhail Gorbachev, e a adoção das políticas da Glasnost e da Perestroika e com a eleição de uma maioria democrata no Capitólio. Isso coincidiu com o 2º mandato presidencial de Ronald Reagan, entre 1985 e 1989.

Mesmo assim, a política externa de Reagan não se despreocupou com os interesses dos Estados Unidos no Oriente Médio. A intervenção estadunidense na Guerra do Afeganistão (1979-1989) e a Guerra Irã-Iraque (1980-1988) são dois grandes exemplos de aplicação da Doutrina Reagan.

No caso do Afeganistão, havia a preocupação em apoiar militar, política e economicamente os Mujahedin (guerreiros muçulmanos que lutam em defesa e proteção do Islã) contra a presença soviética. O Afeganistão, sem dúvida alguma, para LaFeber<sup>174</sup>, foi um país chave para tal doutrina. Além da preocupação com a ambição soviética de conseguir uma saída para o Oceano Índico e um importante ponto estratégico, havia também a ideia de contê-la.

A Guerra Irã-Iraque (1980-1988), envolvia dois países riquíssimos em petróleo em uma área de grande interesse estratégico. Tal conflito ameaçava o fornecimento de petróleo para a economia estadunidense e para os seus aliados (países da Europa Ocidental e Japão). Também representava uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos na região, pois o anti-americanismo e o fundamentalismo muçulmano crescia e deveria ser combatido fortemente.

Ressalta-se, que após a Revolução Islâmica Iraniana, em 1979, os Estados Unidos perderam um grande aliado na mencionada região, o que interferiu na sua política estratégica. Teerã deixou de ser uma das bases da “política dos dois pilares” de Richard Nixon e passou a ser hostil e adversário de Washington. Quando a Guerra Irã-Iraque explodiu, o governo Reagan procurou apoiar os dois lados, através de uma política dúbia e pragmática que garantisse o equilíbrio militar e evitaria a supremacia de um dos lados em conflito. Também evitaria que Moscou apoiasse algum dos lados beligerantes, o que garantiria o seu afastamento do teatro de operações.

Mesmo assim, isso não impediu que eclodisse o Escândalo Irã-Contras, em que os Estados Unidos venderam secretamente armas para o Irã, através do intermédio de Israel, cujo dinheiro conseguido financiava o grupo militar direitista,

---

<sup>174</sup> Idem, idem, 1995.

conhecido como CONTRAS, na Nicarágua, para combater os Sandinistas. Isso provocou um sério desgaste para a imagem do presidente Ronald Reagan e de seu governo.

A “neutralidade” estadunidense só foi desfeita quando o Irã ameaçou atacar o Kuwait, por ser este aliado de Bagdá. Como o Kuwait era um grande produtor de petróleo, isso poderia ser altamente prejudicial aos interesses estadunidenses e assim, intervieram com o uso de sua Marinha para proteger os petroleiros que navegavam pelo Golfo Pérsico. Os empréstimos do Kuwait para o Iraque, quase o envolveram diretamente na guerra, devido as ameaças de ataques iranianos. Contudo, com o desenrolar dos acontecimentos durante e no pós-guerra, ajudou a provocar a eclosão de um novo conflito, quando o Iraque invadiu o Kuwait, em 1990: a Guerra do Golfo.

## **2.9 A DOCTRINA POWELL, COLLIN POWELL E A GUERRA DO GOLFO**

A crise no Oriente Médio, em 1990, entre o Iraque e o Kuwait, acelerou a elaboração de uma nova doutrina estratégica para os Estados Unidos. Era imperativo construir uma doutrina capaz de conjugar o uso de armas tecnologicamente avançadas, conhecidas como “inteligentes”, que arrasariam o inimigo, com a sua destruição para depois ocorrer uma intervenção terrestre. A idéia era causar o menor número possível de baixas de soldados estadunidenses e também de civis do adversário.

A Guerra do Golfo ocorreu exatamente em uma época de transição nas relações internacionais, de agonia da Guerra Fria e do surgimento da Doutrina Powell.



Aqui se faz necessário um pequeno adendo. Como a Doutrina Powell leva o seu nome, torna-se imperioso saber quem foi Colin Powell<sup>175</sup>. Colin Luther Powell nasceu em New York, no dia 5 de abril de 1937, no bairro do Bronx. Era filho de uma família de imigrantes jamaicanos, de origem negra, cujos pais lhe impuseram duras e elevadas regras disciplinares e de educação. Passou a ter um norte profissional em sua vida quando ingressou para o City College of New York, onde se graduou no curso de Geologia. Descobriu sua vocação e sua carreira quando entrou para a Subdivisão de Treinamento de Oficiais da Reserva (ROTC). Rapidamente, Powell ascendeu na estrutura e na disciplina militar que o fizeram se destacar e assim, tornou-se comandante da equipe de exercícios de precisão de unidade. Já em 1958, foi nomeado segundo-tenente do Exército Estadunidense.

Mais tarde participou ativamente da Guerra do Vietnã prestando serviços em duas ocasiões, entre 1962-1963 e em 1968-1969. Por causa de sua capacidade e presteza recebeu várias condecorações. Sua participação na Guerra do Vietnã foi decisiva em seu envolvimento na Guerra do Golfo. Ele foi ferido duas vezes em ação, naquelas oportunidades.

Em 1972, Colin Powell assumiu o seu primeiro cargo político, passando a fazer parte do corpo de funcionários do governo do presidente republicano Richard Nixon (1969-1974). Também desempenhou funções de comando, posteriormente, no Pentágono<sup>176</sup>.

Depois comandou tropas na Coréia do Sul, na Alemanha Ocidental e nos Estados Unidos. Também conseguiu obter o título de mestre em Administração de Empresas.

---

<sup>175</sup> Conforme a obra: POWELL, Collin; PERSICO, Joseph E. *Minha Jornada Americana*. ALBERT, Rosane; BUENO, Tomás Rosa (trads.). São Paulo: Editora Best Seller, 1995.

<sup>176</sup> Ver a obra: Conforme a obra: POWELL, Collin; PERSICO, Joseph E. *Minha Jornada Americana*. ALBERT, Rosane; BUENO, Tomás Rosa (trads.). São Paulo: Editora Best Seller, 1995.

No ano de 1987, o então tenente-general galgou importante posição quando passou a fazer parte do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos e tornou-se assessor do presidente republicano Ronald Reagan (1981-1989) para questões e temas de segurança nacional. Sua permanência no cargo ocorreu entre dezembro de 1987 a janeiro de 1989.

Contudo, sua maior conquista seria conseguida no também governo republicano de George Bush. Em primeiro de outubro de 1989 foi nomeado o duodécimo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, o mais alto posto militar do país. Permaneceu no cargo até 30 de setembro de 1993, quando se retirou da vida militar.

Durante sua permanência na chefia das Forças Armadas, planejou a invasão estadunidense sobre o Panamá, em dezembro de 1989, com o intuito de derrubar e aprisionar o então presidente panamenho Manuel Noriega. Porém, seu maior destaque foi ter comandado a vitoriosa operação Tempestade no Deserto, durante a Guerra do Golfo, em 1991.

Percebe-se que a sua trajetória de vida, a experiência vivida na Guerra do Vietnã por ele, pelos futuros colegas de governo e pelos Estados Unidos nessa guerra, foi fundamental para que ele e toda a cúpula do Pentágono elaborassem ao final da década de 1980 e início da década de 1990, portanto, um pouco antes da Guerra do Golfo, a doutrina militar que levaria o seu nome: a Doutrina Powell.

Destaca-se que ela foi concebida a partir da experiência negativa dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, com a questão dos conscritos. Assim, ao final do citado conflito, o Exército dos Estados Unidos sofrerá uma profissionalização a partir de 1973. A mudança ocorreu em grande parte devido à traumática experiência

envolvendo os conscritos que lutaram nas Forças Armadas Estadunidenses durante a Guerra do Vietnã (1961-1975)<sup>177</sup>.

Como a maior parte dos estadunidenses que lutaram em território vietnamita não era militar de carreira, por mais que fossem treinados, não tinham o preparo necessário para enfrentar uma guerra, como a do Vietnã. Entretanto, o que foi fundamental é que a convocação de civis, por sorteio, colocava o risco da convocação dos filhos, irmãos, namorados, maridos e amigos de todos. Isso gerou as condições para que se formasse uma opinião pública contrária à guerra, dentro e fora dos Estados Unidos. A principal derrota de Washington começou e ocorreu no seu próprio território.

Por conseqüência, foram criadas condições ideais para que se elaborasse uma nova doutrina militar pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos e pelo Pentágono. Era a Doutrina Powell<sup>178</sup> que defendia a idéia de guerra limpa, com bombardeios cirúrgicos e estratégias que poupariam vidas dos aliados na guerra. Era a guerra de videogame. A idéia de *zero killed* (morte zero) era muito forte e importante como princípio inserido em tal doutrina. A síntese dessa doutrina pode ser observada na declaração efetuada pelos militares estadunidenses por ocasião da Guerra do Golfo

*“(...) Na expressão dos militares americanos, seria uma guerra ‘em que nós atiramos e eles morrem’.(...)”*<sup>179</sup>

---

<sup>177</sup> Ver a obra: SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da. Guerra do Vietnã. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 409-412.

<sup>178</sup> Ver a obra: Silva, Francisco Carlos Teixeira da. Powell (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 703-704.

<sup>179</sup> Silva, Francisco Carlos Teixeira da. Powell (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 704.

Faz-se necessária uma observação sobre a Doutrina Powell. A tecnologia no campo de batalha sempre esteve presente. Inovações como os usos do ferro, de fortalezas, de catapultas, de tanques de guerra ocorreram ao longo dos milênios na arte de fazer a guerra. Todavia, com a Doutrina Powell, a tecnologia passou a ter uma importância ainda maior, sendo tratada como uma das protagonistas da Guerra do Golfo, pois transformou a estratégia e a operacionalização da guerra.

Por um lado, tal doutrina possui contradições latentes, pois vários alvos civis foram atingidos durante a Guerra do Golfo, como mercados e áreas residenciais. Por outro lado, deve-se ressaltar que a Doutrina Powell conseguiu alcançar com certo êxito uma quantidade bastante reduzida de mortes de soldados estadunidenses.

Ressalta-se, que o presidente George Bush (1989-1993), dos Estados Unidos, precisava desenvolver tal doutrina, para que permitisse ao Pentágono possuir uma capacidade estratégica de agir concomitantemente em dois lugares diferentes, em termos militares, mesmo que fossem geograficamente distantes. Não se pode esquecer que os Estados Unidos, diante da agonia do regime soviético, depararam-se com uma nova realidade

*“(...) A desapareção da URSS em dezembro de 1991, como força política mundial detentora de capacidade de convencimento e coerção em escala mundial e adversária dos EUA acabaria por liberar inúmeros países, em especial no chamado Terceiro Mundo e nos Balcãs, para agir autonomamente. (...)”<sup>180</sup>*

Assim, Estados considerados potências regionais ou aspirantes a esse posto, sem influência mundial, cujos interesses estratégicos fossem

---

180 Idem, p. 704.

concorrentes aos dos Estados Unidos, como o Iraque, Irã e Síria, por exemplo, passaram a ser os novos inimigos dos Estados Unidos no início da década de 1990. Eram os Estados “fora-da-lei”. Emergiu, ainda na década de 1990 e principalmente, com os atentados de 11 (onze) de setembro de 2001, em Washington e New York, o terrorismo que também passou a ser considerado inimigo do “Tio Sam”.

Durante os governos dos presidentes Ronald Reagan (1981-1989) e George Bush os Estados Unidos elegeram novos inimigos em sua política externa, substituindo o alçoz soviético e seu socialismo. Foram eleitos, de acordo com Noam Chomsky<sup>181</sup>, quatro novos inimigos: a instabilidade econômico-política dos Estados terceiro-mundistas, o narcotráfico hispano-americano, o terrorismo em escala internacional, principalmente no Oriente Médio e o fundamentalismo islâmico.

Percebe-se que a eleição dos citados novos inimigos permitirá a Washington justificar a sua política de contínua e freqüente intervenção na seara econômica de outros países, buscando defender seus negócios e interesses de suas transnacionais.

Seguindo essa linha de pensamento, observa-se que não seria qualquer país alçado à condição de novo inimigo da Casa Branca. Para ser considerado alçoz, o país precisar se enquadrar em uma das quatro possibilidades elencadas por Chomsky anteriormente.

A Doutrina Powell estabeleceu que os Estados Unidos só poderiam intervir em duas situações: quando estivessem em risco áreas com reservas de combustíveis fósseis, como petróleo, abastecedoras do Ocidente, como o Kuwait e o Iraque, no Oriente Médio; e, em áreas estratégicas consideradas essenciais para a segurança de aliados e de locais economicamente fundamentais para os Estados

---

<sup>181</sup> Conforme a obra: CHOMSKY, Noam. *Novas e Velhas Ordens Mundiais*. COUTINHO, Paulo Roberto. São Paulo: Scritta, 1996 (Coleção Clássica).

Unidos. Para a doutrina, o país necessita de segurança e equilíbrio no cenário internacional para poder agir.

Isso quer dizer que Washington não iria intervir em todo e qualquer conflito regional. A idéia de se evitar, reduzir a zero ou próximo de zero as baixas do lado dos EUA, defendido pela mencionada doutrina, reservava aos Estados Unidos o direito de apenas observar as áreas consideradas de alto risco de baixas, em caso de intervenção estadunidense, mas que eram de baixo risco aos interesses dos Estados Unidos. Como exemplos desses lugares, podem ser citados países como Ruanda, na África Central, região dos grandes lagos africanos, a Geórgia, na região do Cáucaso, no Sudeste Europeu e o Afeganistão, na Ásia. São países que passavam por graves guerras civis no início da década de 1990. O caso de Ruanda envolvia uma terrível guerra civil entre etnias rivais, especificamente hutus e tutsis, em Kigali.

O mesmo raciocínio é válido para o caso da Geórgia, antiga república soviética, que passava por uma guerra civil devido às insurreições separatistas nas regiões da Abkházia e da Ossétia do Sul. Já o Afeganistão, logo após a saída das tropas soviéticas de seu território, em 1989, viu-se mergulhado numa violenta guerra civil entre facções étnicas rivais que acabou levando a milícia Taliban ao poder, em seu confronto com o grupo Aliança do Norte<sup>182</sup>.

Nota-se que em tais cenários, apesar de suas características violentas que demandavam ações urgentes por parte da comunidade internacional, os Estados Unidos não agiram em termos militares e humanitários. O risco de baixas

---

<sup>182</sup> RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Guerras no Afeganistão. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 432-433.

era enorme e tanto Ruanda, quanto a Geórgia e o Afeganistão não representavam ameaças concretas aos interesses de Washington na década de 1990.

Entretanto, principalmente a partir dos atentados terroristas de 11 de setembro contra New York e Washington, o governo dos Estados Unidos mudou a sua política para o Afeganistão e também para a Geórgia, em decorrência da guerra contra o terror e da ameaça que as instabilidades políticas nos citados países representavam aos seus interesses geopolíticos e econômicos. Vale lembrar que no Afeganistão foram descobertas grandes reservas de gás natural e a Geórgia localiza-se no Cáucaso, uma região bastante rica em petróleo e na área de tradicional influência da Rússia. Assim, o governo do então presidente estadunidense George Walker Bush, apoiado pelo Reino Unido e pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), interveio no Afeganistão, a partir do final de 2001, quando apoiou a Aliança do Norte contra o Taliban, através de bombardeios aéreos e da penetração, em território afegão, de forças especiais estadunidenses, na sua luta contra o governo Taliban liderado pelo mulá Mohammed Omar.

No caso da Geórgia, trata-se de um país que se localiza na tradicional área de influência da Federação Russa. Contudo, desde a sua independência, em 9 de abril de 1991, quando ainda era uma república da União Soviética, o país possui uma relação que mescla aproximação e distanciamento com Moscou. No entanto, Tbilisi na primeira década do século XXI, principalmente a partir da renúncia do então presidente Eduard Chevarnadze, em 2003, levou a Geórgia a se aproximar mais da União Européia e dos Estados Unidos, fato que irritou o governo do então presidente russo, Vladimir Putin. É preciso lembrar que a

Geórgia está localizada em uma área próxima ao Mar Cáspio, rica em petróleo e gás natural.

Enquanto Geórgia, Ruanda e Afeganistão não representavam ameaças aos interesses estadunidenses na década de 1990, o mesmo não vale para Bagdá quando da sua ação sobre o Kuwait. O Iraque se tornou um excelente campo de testes para a Doutrina Powell. Na Guerra do Golfo, os Estados Unidos mostraram ao mundo como iriam usar e agir militarmente contra os chamados Estados fora-da-lei, os novos inimigos de Washington, com a decadência da União Soviética (URSS).

Não se pode esquecer que parte da imprensa e do universo acadêmico entende que a Guerra do Golfo foi uma guerra justa, pois os Estados Unidos e seus aliados intervieram no Kuwait e no Iraque com o objetivo de cessar a agressão iraquiana, contra o primeiro.

Indeleavelmente a mencionada Guerra, segundo a versão oficial estadunidense e reproduzida de forma acrítica pelos principais meios de comunicação, como jornais escritos e televisão, foi causada pela invasão do Iraque, de Saddam Hussein, sobre o Kuwait, em agosto de 1990, que foi movido por ambições políticas e econômicas.

Bagdá desejava aumentar o seu território, conquistar os poços de petróleo kuwaitianos e ter uma saída maior para o Golfo Pérsico.

Tal ato feria os interesses dos Estados Unidos, no campo econômico, geopolítico e de equilíbrio do sistema de relações internacionais e assim, com a anuência da União Soviética e das Nações Unidas, lideraram e organizaram uma coalizão militar de países que objetivava a expulsão das tropas de Saddam, das terras kuwaitianas. Então, em janeiro de 1991, tem-se o início da Guerra do Golfo,



que culminaria na rápida vitória das tropas aliadas e na desocupação do Kuwait pelo Iraque em fevereiro de 1991.

A relação de Saddam Hussein com a Casa Branca foi bastante proveitosa em termos políticos para ambos, no final da década de 1970 e principalmente na década de 1980. Washington, em várias oportunidades, como na Guerra Irã-Iraque (1980-1988), forneceu apoio e ajuda militar para Bagdá. Contudo, a postura ditatorial do governo de Saddam Hussein não foi o principal motivo dele ter se transformado em uma figura do mal, um demônio para os Estados Unidos, antes e durante a Primeira Guerra do Golfo, de 1991. Isso aconteceu quando finalmente se entendeu, fora de qualquer dúvida, que seu nacionalismo independente ameaçava os interesses estadunidenses

*“Nesse momento, seu histórico de horrendas atrocidades ficou disponível para as necessidades propagandísticas, mas, afora isso, não teve essencialmente nada a ver com sua transição repentina, em agosto 1990, da condição de amigo querido para a de reencarnação de Gêngis Khan e Hitler.”<sup>183</sup>*

Constata-se, então, que a Guerra do Golfo foi desenvolvida em um momento de transição das relações internacionais, e que a Doutrina Powell constituiu-se em um “modus operandi” das ações estadunidenses.

Quando os Estados Unidos e a coalizão invadiram o território iraquiano, durante a quarta e última fase da Operação Tempestade no Deserto, o Exército Aliado chegou a atacar a cidade de Basra, ao sul da capital Bagdá, a aproximadamente 100 (cem) quilômetros do centro do poder iraquiano. Tudo parecia indicar que a coalizão de países liderada por Washington, iria caminhar e chegar até Bagdá, com o intuito de destituir o governo iraquiano do presidente Saddam

---

<sup>183</sup> CHOMSKY, Noam. *Contendo a democracia*. RIBEIRO, Vera (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 266-267.

Hussein. Entretanto, a conquista de Bagdá e a derrubada do governo iraquiano poderiam representar para os Estados Unidos um alto custo político.

De acordo com Frank Schubert e Theresa Kraus,

*“A Tempestade do Deserto terminou com os Estados Unidos alcançando seus objetivos. A restauração do status quo pré-guerra dava a impressão de garantia. Entretanto, Washington mostrava-se inclinado a ir além de seus propósitos originais e encorajar a derrubada do ditador iraquiano, desde que fosse encontrada uma alternativa que não abalasse o equilíbrio de poder na região.”<sup>184</sup>*

Ressalta-se, então, que a Operação Tempestade do Deserto tinha como um dos seus principais objetivos a restauração do “*status quo*” anterior à guerra. Em outras palavras, buscava-se retornar a uma situação política pré-guerra e a garantia de fornecimento de petróleo iraquiano para o Ocidente. Então, Washington e a coalizão de países que liderava, só iriam avançar em direção à capital iraquiana e derrubar o governo de Saddam Hussein caso tivesse a garantia de que tal fato não abalaria o equilíbrio de poder no Iraque e no Oriente Médio.

Entretanto, as rebeliões dos curdos, ao norte, e dos xiitas, ao sul, no Iraque mostravam que Saddam Hussein talvez fosse ainda um “mal necessário”, para frear os interesses de Teerã, manter o Iraque unido e garantir o equilíbrio de poder na região e o fornecimento de petróleo. O governo dos Estados Unidos e a coalizão de países decidiram recuar da sua intenção de derrubar o líder iraquiano Saddam Hussein<sup>185</sup>.

---

<sup>184</sup> SCHUBERT, Frank N.; KRAUS, Thereza L. *Tempestade do Deserto: operações da Guerra do Golfo*. FONSECA, Luis Cesar (trad.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998, p. 326.

<sup>185</sup> Ver as obras: BERTONHA, João Fábio. “Temas de política internacional para historiadores: A crise do Golfo Pérsico em 1991”. In: *História e Ensino*. Londrina, 1996(2): pp.125-126; SCHUBERT, Frank N.; KRAUS, Thereza L. *Tempestade do Deserto: operações da Guerra do Golfo*. FONSECA, Luis Cesar (trad.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998, p. 326.

Decidiu, também, o governo dos Estados Unidos decidiu interromper o avanço da coalizão sobre Bagdá. Provavelmente, tal decisão não tenha sido fácil para ser construída e materializada. Ponderações provavelmente foram feitas. A primeira se referia à própria Doutrina Powell. Caso se concretizasse o avanço terrestre sobre Bagdá, muitas baixas do lado da coalizão ocorreriam em território iraquiano, o que ameaçaria a idéia de um número reduzido de baixas para as tropas dos Estados Unidos, defendida pela Doutrina Powell.

A segunda ponderação que provavelmente foi feita, refere-se ao limite que o mandato das Nações Unidas, colocou quando autorizou os Estados Unidos, Reino Unido e mais 32 (trinta e dois países) que formavam a Coalizão, através de suas Resoluções, principalmente a de número 678 (seiscentas e setenta e oito). Ocorreu que a Organização das Nações Unidas (ONU), através do seu próprio Conselho de Segurança, composto por quinze países, dentre os quais cinco são permanentes, inclusive o Reino Unido e os Estados Unidos, determinou que a Coalizão só poderia expulsar as tropas iraquianas e garantir a independência e segurança kuwaitiana. A liberdade do Kuwait não implicava a invasão de Bagdá e muito menos a derrubada do governo presidido por Saddam Hussein.

Caso os Estados Unidos ultrapasassem os limites do mandato jurídico concedido pela Organização das Nações Unidas, poderiam comprometer todo o apoio interno e externo da mídia e da opinião pública estadunidense e mundial à guerra. A própria legitimidade e legalidade do conflito seriam colocadas em xeque, pois o conflito ocorreu sob o manto jurídico das Nações Unidas.

É óbvio pensar que a decisão de não avançar sobre Bagdá causou conflitos internos na administração do presidente George Bush, pois o secretário de Defesa Donald Rumsfeld, e o general Norman Schwarzkopf (líder do Comando

Central dos Estados Unidos – CENTCOM) desejavam abertamente que o governo iraquiano fosse destituído. Mas, existiam vozes que discordavam de tal procedimento. Por outro lado, o presidente George H. Bush e o chefe de Estado-Maior das Forças Armadas dos Estados Unidos, Colin Powell, defenderam o fim das ações.

De qualquer maneira a Doutrina Powell foi observada e seguida na ocasião, devido à séria questão que um número grande de baixas poderia representar para a opinião pública internacional e dos Estados Unidos. Essa não toleraria assistir à chegada de grande quantidade de soldados estadunidenses mortos. O país ainda sentia os efeitos da chamada síndrome do Vietnã<sup>186</sup>.

---

<sup>186</sup> A síndrome do Vietnã foi provocada pela Guerra do Vietnã. Ela pode ser definida como o impacto causado pela enorme quantidade de baixas, pela falta de apoio da opinião pública e pela divisão interna dos Estados Unidos. Ver as obras: Silva, Francisco Carlos Teixeira da. Powell (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 704; Conforme a obra: POWELL, Collin; PERSICO, Joseph E. *Minha Jornada Americana*. ALBERT, Rosane; BUENO, Tomás Rosa (trads.). São Paulo: Editora Best Seller, 1995, p. 504.

*Será rápida. Não será como foi no Vietnã.  
Será algo como vocês nunca viram.*

General John R. Galvin  
Stars and Stripes, 30 de dezembro de 1990.

*“Se minhas tropas usarem o petróleo como uma arma, estarão agindo em defesa, já que os americanos foram os primeiros a destruir o meio ambiente, atacando nossas instalações petrolíferas e afundando todos os nossos navios.”*

Saddam Hussein, presidente do Iraque, em entrevista concedida à CNN, em 1991.

### **3. A GUERRA DO GOLFO (1991): TEMPESTADE NO IRAQUE**

Para se compreender a Guerra do Golfo, é assaz necessário que se estude a Guerra do Vietnã e a síndrome do Vietnã e a influência que tiveram na construção da Doutrina Powell. Também foi analisada a intervenção dos Estados Unidos, no Panamá, em 1989, como prenúncio da forma como agiriam no final e depois da Guerra Fria.

As causas, a crise, o conflito e atuação da imprensa, na Guerra do Golfo, a aplicação da Doutrina Powell e a sua efetiva aplicação nas Doutrinas Clinton, Bush e Rumsfeld também foram abordadas.

#### **3.1 A GUERRA DO VIETNÃ (1965-1975): A SÍNDROME DO VIETNÃ E A DOUTRINA POWELL**

Para se compreender melhor a Guerra do Golfo, faz-se necessário uma rápida análise de como ocorreu a Guerra do Vietnã. Esse conflito foi muito

importante para o nascimento da Doutrina Powell que foi aplicada no Iraque, em 1991.

A presença e participação ativa dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã causaram um grande “trauma” para o governo e a sociedade estadunidense conhecida como síndrome do Vietnã, já mencionada no capítulo anterior sobre a política externa dos Estados Unidos.

A síndrome do Vietnã teve papel fundamental para o nascimento da Doutrina Powell, pois a volta de milhares de soldados mortos para o território dos Estados Unidos foi bastante dolorosa. Aliada a essa questão, existia ainda a opinião pública nacional que chegou a ser considerada uma das responsáveis pela derrota de Washington no Sudeste da Ásia. A imprensa estadunidense foi contra a Guerra do Vietnã em termos gerais e a publicação de imagens assustadoras sobre o conflito e as vítimas, de ambos os lados, chocou o povo dos Estados Unidos.

Ela ainda teve um efeito importante sobre a área militar. No Pentágono e no Departamento de Estado, ainda na década de 1970, a derrota dos Estados Unidos para o Vietnã, deixou clara convicção de que os precisavam repensar suas estratégias militares, seja para enfrentar a União Soviética em uma eventual Terceira Guerra Mundial, seja para tratar de problemas com países do Terceiro Mundo, inferiores em termos militares, mas com estratégias de guerrilha, por exemplo.

Assim, compreender a Guerra do Vietnã e o seu desfecho será fundamental para que se possa compreender a sua influência sobre a construção da Doutrina Powell e a sua aplicação na Guerra do Golfo, de 1991, num processo de média e longa duração.

O Vietnã bem como o Camboja e o Laos localizam-se, hoje, na chamada Península da Indochina, no Sudeste Asiático. Tratava-se de países importantes na região que foram muito disputados por outras potências como França, Japão e os Estados Unidos.

A França do Imperador Napoleão III conquistou a citada região em busca de matérias-primas (agrícolas e minerais) para a sua crescente indústria, ainda no século XIX, mais especificamente a partir da década de 1860. Portanto, Paris ocupou, entre 1862 e 1867 a porção sul do Vietnã, conhecida pelos europeus como Cochinchina. As áreas central e norte vietnamitas, denominadas pelos franceses como Annam e Tonkim, só se tornaram colônias francesas depois de alguns anos. Vale ressaltar que Annam e Tonkim foram anexados através de tratados assinados em 1884, como o governo do Vietnã, sediado em Hue, e como o governo da China, em Pequim. Então, a França anexou o Camboja, em 1863, e o Laos, em 1893. Formou-se, assim, a chamada colônia da Indochina, que agrupava o Laos, o Vietnã e o Camboja, a partir de 1897<sup>187</sup>.

De acordo com Combat<sup>188</sup>, a fragmentação do território vietnamita foi mantida pela política colonial francesa, porque o considerava três países e não apenas um: Annam, Tonkim e Cochinchina. O nome “Viêt Nam” conferido pelo imperador vietnamita Gia Long, em 1802, foi abolido pela França. Durante muitos anos a França explorou os recursos naturais e a população da Indochina. Os lucros conquistados eram bastante significativos e enviados para o território francês. Não interessava, pois, para os franceses uma independência da Indochina. Contudo, os

---

<sup>187</sup> COMBAT, Flavio Alves. *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Instituições e Formas Políticas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007, p. 60.

<sup>188</sup> Idem, p. 60.

acontecimentos da primeira metade do século XX mudariam tal panorama político e econômico. O Estado colonial montado pela França não admitia nenhum poder político local. Paris tratou de eliminar a maioria dos movimentos de resistência vietnamitas contrários à presença francesa em seu território. A repartição do Vietnã em três territórios foi bastante importante para a repressão aos movimentos de rebelião colonial.

Todavia, a política colonial francesa exploradora, violenta e desumana causou indignação no seio da sociedade vietnamita. Ela ajudou a produzir uma sociedade bastante paradoxal, possuidora de estruturas sócio-econômicas tradicionais e modernas. Houve uma rápida deterioração do modo de vida vietnamita, bastante tradicional, baseado na presença de aldeias

*“Todas as transformações sociais e econômicas introduzidas pela França conduziram o Vietnã a um meio caminho entre o mundo tradicional e o mundo moderno. A economia colonial vietnamita estava exposta às flutuações dos mercados financeiros e dos mercados de commodities internacionais, sem possuir, no entanto, uma estrutura institucional adequada para lidar com esses processos. (...) Sob o impacto do colonialismo francês, o Vietnã foi conduzido para um estado de enorme contradição entre a antiga e a nova sociedade vietnamitas. As mudanças introduzidas pela França transformaram o tradicional modo de vida e produziram uma sociedade fragilmente integrada, impregnada por sentimentos nacionalistas concentrados, sobretudo, numa elite urbana ocidentalizada, educada nos colégios franceses e em contato com as idéias políticas marxistas.”<sup>189</sup>*

Nesse sentido, na década de 1930, parcela dos vietnamitas se organizou em vários pequenos partidos para resistir à colonização francesa na área. Um deles foi o Partido Comunista da Indochina (ICP) fundado pelo líder comunista vietnamita Ho Chi Minh<sup>190</sup>, em 1930, quando morava na China.

---

<sup>189</sup> Idem, Idem, p. 61.

<sup>190</sup> Ho Chi Minh (significa na língua vietnamita “aquele que ilumina, que esclarece) nasceu em 19 de maio de 1890 e faleceu em 2 de setembro de 1969. Ele nasceu na aldeia de Hoang Tru, no Vietnã, onde morou até os cinco anos. Conforme as tradições confucianas, aos 10 anos de idade foi batizado com o nome Nguyễn Tất Thành, que significa “Nguyen o patriota”. Seu pai, Nguyễn Sinh Sác era professor de História, Filosofia e Política Confucianas. Percebe-se que Ho Chi Minh teve uma educação baseada nos princípios confucianos, combinada com uma formação educacional secundária moderna no Liceu Francês na cidade de Hue. Provavelmente ele deve ter vivido nos Estados Unidos, no início do século XX. Em 1911, quando retornou para



Em 1939, a Segunda Guerra Mundial explodiu na Europa com a invasão alemã sobre a Polônia, em 1º de setembro de 1939. O Japão, que era aliado da Alemanha e da Itália (o Eixo) logo invadiu o norte da península da Indochina, em 1940. Em 1941, as tropas japonesas invadiram o Sul da Península da Indochina e do Vietnã. Isso ameaçava os interesses dos Estados Unidos na região, principalmente para o domínio sobre as Filipinas.

Assim, em 1941, Ho Chi Minh retornou ao Vietnã e fundou o Viet Minh (abreviação de “Viêt Naum Dôc Lập Đông Minh Hôi, que na língua vietnamita significa “Liga para a Independência do Vietnã”), o qual lutou duramente contra as forças de ocupação do Japão, durante a Segunda Guerra Mundial. Vale lembrar que o Vietnã foi ocupado pelo Japão durante tal conflito.

Ressalta-se que antes do final da Segunda Guerra Mundial, a França já planejava retomar a colonização da Indochina, através da criação de uma Federação da Indochina, sob o controle direto de Paris. Apesar da aceitação do Laos e do Camboja, os movimentos comunistas e nacionalistas vietnamitas não a aceitaram e anunciaram no final de 1945, um ambicioso projeto que consistia na independência de Annam, da Cochinchina e de Tonkim, para que se fizesse a reunificação e se formasse um Vietnã livre e independente.

---

o Vietnã, mudou-se para o sul da colônia, para a cidade de Gia Dinh (futura Saigon e capital do Vietnã do Sul). Logo depois foi morar na França e entre 1913 e 1917 morou no Reino Unido, em Westminster, onde trabalhou como cozinheiro do Hotel Carlton. Em 1917 voltou para a França onde teve contato pela primeira vez com as idéias de Karl Marx e com os marxistas. Viveu no território francês até 1923. Ao final da Primeira Guerra Mundial, já era filiado ao Grupo dos Vietnamitas Patriotas. Pleiteou ao governo francês uma reconsideração da condição colonial da Indochina, mas foi ignorado por Paris. Ainda quando morava na França, Ho Chi Minh participou do Partido Comunista Francês. Logo depois foi residir em Moscou, na União Soviética e na China, onde fundou o Partido Comunista da Indochina (ICP) em 1930. Entre os anos de 1931 e 1938, Ho Chi Minh morou ora na China e ora na União Soviética. Tornou-se o grande líder da resistência contra a ocupação japonesa, durante a Segunda Guerra Mundial, e francesa. Foi o grande libertador do Vietnã do Norte e muito importante durante a Guerra do Vietnã. Ver a obra: COMBAT, Flavio Alves. *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Instituições e Formas Políticas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007, p. 62-63.

Com o fim da citada guerra, em 1945, e a desocupação do território vietnamita pelo Japão, o Viet Minh passou a lutar contra as forças de ocupação francesas. Ainda em 1945, o Viet Minh sob a liderança de Ho Chi Minh depôs o último imperador vietnamita, Bao Daí e criou, no norte do país, a República Democrática do Vietnã, com capital em Hanói, não reconhecida internacionalmente. Inclusive, apesar dos apelos feitos ao presidente Harry Trumann, os Estados Unidos também não reconheceram o novo país.

Em 1946, a França reconheceu o Vietnã como um Estado autônomo da Federação da Indochina, as tropas francesas logo retomaram o controle sobre todo o território vietnamita.

Assim, entre 1946 e 1954, a resistência liderada pelo Viet Minh lutou contra a França, na chamada Primeira Guerra da Indochina ou Guerra Francesa da Indochina. Os confrontos bélicos ocorreram na parte norte do Vietnã e logo se estenderam para o sul e também para o Laos e o Camboja.

Em 1954, na batalha de Diem Bien Phu, depois de anos de sangrentas batalhas, a França foi derrotada. Nesse mesmo ano, ocorreu a Conferência de Genebra<sup>191</sup>, na Suíça, que estabeleceu o paralelo 17 como uma espécie de “limite militar provisório”, que dividiria o Vietnã temporariamente em duas áreas: ao norte, o Vietnã do Norte, de orientação socialista, capital Hanói, governado por Ho Chi Minh e alinhando com a China e a União Soviética, e ao sul, o Vietnã do Sul, capital Saigon, capitalista, governado pelo Imperador Bao Dai e seu primeiro-ministro Ngo Dinh Diem, influenciado pelos Estados Unidos. Bao Dai acabou sendo deposto por Ngo Dinh Diem com o apoio de Washington, em 1955, levando-o a se

---

<sup>191</sup> COMBAT, Flavio Alves. *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Instituições e Formas Políticas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007, p. 71.

tornar o presidente do Vietnã do Sul. Percebe-se, nesse momento histórico, a clara influência do contexto da Guerra Fria, da doutrina de contenção do comunismo e da “teoria dos dominós”.

O Acordo de Genebra previa que o povo vietnamita, através de eleições a serem realizadas em 1956, que escolheriam um único governo que possibilitaria ao Vietnã ser reunificado. Os Estados Unidos e o Vietnã se recusaram a aceitar tal idéia. As eleições jamais aconteceram.

Assim, nos anos que se seguiram o governo do Vietnã do Sul procedeu a uma política de forte repressão e violência contra os comunistas e população em geral. Essa situação crítica forneceu o combustível necessário para que fosse fundada, em 1960, a Frente Nacional de Libertação (FNL), liderada pelos comunistas sul-vietnamitas, batizada por Saigon e Washington de “Vietcong” (na língua vietnamita significava comunistas vietnamitas). A Frente Nacional de Libertação<sup>192</sup> recebia grande ajuda militar do Vietnã do Norte, da China e da União Soviética em sua luta contra o governo do presidente e ditador Ngo Dinh Diem.

A percepção dos Estados Unidos nessa época era de que se o Vietnã fosse reunificado sob um governo socialista, isso poderia representar uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos no Sudeste Asiático. De acordo com a “Teoria dos dominós”, caso isso ocorresse, outros países da área poderiam se tornar socialistas o que poderia ameaçar o Japão, Austrália e Nova Zelândia, levando-os também ao socialismo, devido aos seus interesses comerciais.

Desse modo, em 1961, o governo do presidente democrata John Kennedy, decidiu enviar tropas e armas para o Vietnã do Sul, para combater a expansão do movimento de resistência sul-vietnamita, liderado pela Frente Nacional

---

<sup>192</sup> Ver a obra: VIZENTINI, Paulo Fagundes. Guerra do Vietname. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 1988.

de Libertação. Tratava-se, de uma estratégia de contra-insurgência, de acordo com Combat

*“A estratégia de contra-insurgência (COIN, no jargão do Departamento de Estado) objetivava reprimir a expansão comunista e utilizava propaganda, tortura, assassinatos e um conjunto variado de instrumentos políticos e econômicos para pressionar os movimentos dissidentes no Vietnã do Sul. A ‘chantagem nuclear’ era igualmente empregada para dissuadir soviéticos e chineses em relação à ajuda que forneciam aos insurgentes vietnamitas .”<sup>193</sup>*

A Revolução Cubana, de 1959, o fracasso da invasão da Baía dos Porcos, em 1961, e o avanço dos Vietcongs no Vietnã do Sul, levaram os Estados Unidos a decidirem pela intervenção mais ativa, em 1965, no caso uma guerra contra o Vietnã do Norte e a Frente Nacional de Libertação. Assim, começou a Segunda Guerra da Indochina ou Guerra de resistência contra os Americanos para salvar a nação”, mais conhecida como Guerra do Vietnã (1965-1975).

Os Estados Unidos enviaram grande quantidade de tropas e armas para a Indochina. Apesar disso, sofreram derrotas humilhantes impostas por um inimigo belicamente inferior, mas que usou a tática de guerrilha na selva como estratégia para derrotar os Estados Unidos. De acordo com Vizentini,

*“(...) sem um processo de transformação social que liberasse as potencialidades contidas na esmagadora maioria da população, e uma organização política à altura de tão complexa tarefa histórica (...).”<sup>194</sup>*

Os valores defendidos por Washington durante séculos como a defesa da democracia e da liberdade foram profundamente abalados pela ação militar dos Estados Unidos no conflito, bastante dura e belicosa. Sua imagem para o

---

<sup>193</sup> COMBAT, Flavio Alves. *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Instituições e Formas Políticas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007, p. 77.

<sup>194</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Guerra do Vietname*. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 1988. p. 103.

mundo estava bastante arranhada. Os Estados Unidos decidiram abrir mão de seus valores em prol de interesses mais prementes e importantes, no caso a contenção do comunismo e a defesa da sua esfera de influência geopolítica, econômica e ideológica no Sudeste Asiático.

Em 1973, os Estados Unidos e o Vietnã do Norte, assinaram os Acordos de Paz de Paris. Foi decidida a retirada das tropas dos Estados Unidos do Vietnã, porém a guerra entre Vietnã do Norte e a Frente Nacional de Libertação contra o Vietnã do Sul continuou até 1975.

Mesmo com a sua saída do território vietnamita, os Estados Unidos continuaram presentes em termos militares no Sudeste Asiático e apoiando politicamente o Vietnã do Sul. Em 1975 o Vietnã do Norte e os Vietcongs saíram vitoriosos e em 1976, o Vietnã foi reunificado, passando a se chamar República Socialista do Vietnã, capital Hanói.

Várias conseqüências da Guerra do Vietnã podem ser elencadas. A primeira foi que a crença do povo estadunidense e da comunidade internacional de que os Estados Unidos eram mediadores e defensores de interesses compartilhados, entrou em crise e foi colocada em xeque.

A segunda conseqüência é que a Segunda Guerra da Indochina ou Guerra do Vietnã marcou o início do declínio da hegemonia dos Estados Unidos no mundo, a médio e longo prazo.

A terceira foi o alto custo político, econômico e geopolítico para os Estados Unidos. Para o Vietnã, o alto custo social e econômico devem ser citados.

A quarta foi que os movimentos de resistência da maior parte dos países do Terceiro Mundo, não eram oriundos de movimentos de libertação nacional, mas de movimentos contra ditaduras apoiadas pela Casa Branca, nas

décadas de 1970 e 1980. Então, a idéia de causar a maior destruição possível sobre o Vietnã, como forma de alerta para outros países que desejavam seguir tal exemplo, tornou-se inadequada nos anos posteriores, frente às mudanças que ocorreram nos movimentos de resistência em vários lugares do mundo e frente ao declínio soviético.

A quinta consequência foi a forte influência ainda exercida pela Guerra do Vietnã sobre Washington. A chamada síndrome do Vietnã causou a necessidade de se procurar uma nova doutrina estratégica, pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. O objetivo era intervir em um conflito, com o menor número de baixas de militares estadunidenses e de civis, do lado inimigo, mediante intervenção militar com armas tecnologicamente avançadas, ditas inteligentes, e posterior uso de infantaria. Enquadra-se nesse contexto a Doutrina Powell.

Esse trauma ainda hoje é sentido e têm norteado doutrinas de defesa como a Powell, Clinton e Bush, para se evitar a repetição desse triste fato aos Estados Unidos.

A Doutrina Powell sintetiza uma experiência negativa, em que o Exército dos Estados Unidos terá uma profissionalização a partir de 1973. A mudança ocorreu em grande parte devido à traumática experiência envolvendo os conscritos que lutaram nas Forças Armadas Estadunidenses durante a Guerra do Vietnã (1961-1975)<sup>195</sup>.

Como a maior parte dos estadunidenses que lutaram em território vietnamita não era militar de carreira, por mais que fossem treinados, não tinham o preparo necessário para enfrentar uma guerra, como a do Vietnã.

---

<sup>195</sup> SILVA, Carlos Leonardo Bahiense. Guerra do Vietnã. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 410-412.

A coordenação feita por Colin Powell das forças militares dos Estados Unidos, durante a invasão sobre o Panamá, em 1989, e na preparação e durante a Guerra do Golfo, em 1991, foi muito importantes no enfrentamento e superação da chamada Síndrome do Vietnã.

A sexta consequência foi sobre a imprensa e a opinião pública dos Estados Unidos. O governo estadunidense percebeu que em qualquer conflito que interviesse, o apoio da opinião pública e o controle sobre as informações veiculadas pela imprensa seriam fundamentais nas próximas guerras. Foi o que ocorreu na Guerra do Golfo, em 1991.

### **3.2 A INTERVENÇÃO DE WASHINGTON NO PANAMÁ (1989)**

A intervenção dos Estados Unidos no Panamá para destituir o presidente Manuel Noriega será mencionada no trabalho devido ser um fato histórico que demonstra o quanto as relações internacionais e a postura dos Estados Unidos sofriam alterações. Vale lembrar que ela antecedeu a invasão iraquiana sobre o Kuwait, em 2 de agosto de 1990, e a consequente Guerra do Golfo, da qual os Estados Unidos participaram, em 1991.

Em 1989, o Panamá sofreu uma intervenção militar dos Estados Unidos. De acordo com Noam Chomsky, tal invasão inaugurou o que ele chamou de “era pós-guerra fria”<sup>196</sup>. Tratou-se da primeira ação militar em um momento de mudanças nas relações internacionais, na “era pós-guerra fria”. Deve-se fazer uma ressalva à afirmação de Chomsky. A Guerra Fria ainda existia bem como a União Soviética, porém, o que estava acontecendo era uma transformação nas relações

---

<sup>196</sup> CHOMSKY, Noam. *Contendo a democracia*. RIBEIRO, Vera (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 193.

internacionais, pois ordem bipolar estava em crise e o mundo via emergir uma nova ordem internacional, repleta de dúvidas e incertezas<sup>197</sup>.

Ressalta-se que não era a primeira vez que os Estados Unidos intervieram em um país da América Central para defender os seus interesses. Tal prática já era feita desde o início do século XX. Contudo, a novidade se refere ao fato de que a invasão não foi justificada como uma resposta para uma ameaça militar soviética iminente. A agonia da Guerra Fria, as transformações no Leste Europeu e a crise na União Soviética e no socialismo, permitiram aos Estados Unidos se verem livres pela primeira vez da sombra soviética em sua ação no cenário internacional.

Não se pode, no entanto, inferir que os Estados Unidos poderiam agir como queriam sem levar em consideração Moscou. Ficou claro que o equilíbrio de poder, antes presente na Guerra Fria, estava se modificando, com a “balança de poder” pendendo para o lado estadunidense.

Assim, os motivos elencados por Washington passavam longe da questão da ameaça soviética e do socialismo na América Central. A primeira causa elencada foi que Manuel Noriega era considerado um perigoso ditador para o Panamá e para os interesses de Washington. A defesa da democracia se tornava necessária e imprescindível no território panamenho. O mesmo raciocínio foi usado durante a Guerra do Golfo, com Saddam Hussein, no Iraque.

Tal cenário de defesa dos princípios democráticos foi ainda mais fortificado quando Manuel Noriega fraudou as eleições presidenciais em 1989. No entanto, não se pode esquecer que o mesmo Noriega fraudou as eleições

---

<sup>197</sup> Ver a obra: ZARPELÃO, Sandro Heleno Moraes. *A Crise no Oriente Médio: a Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (1990-1991)*. Monografia de Especialização apresentada ao Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2006.



presidenciais de 1984, com o apoio e a conivência dos Estados Unidos. Daí a intervenção estadunidense que conduziu ao poder o seu aliado, o presidente panamenho eleito, em 1989, Guillermo Endara.

O segundo motivo alegado foi a necessária “proteção de vidas norte-americanas”<sup>198</sup>, pois o governo panamenho estaria abusando, importunando e colocando em risco vários cidadãos estadunidenses.

O terceiro motivo, de acordo com Chomsky<sup>199</sup>, foi que o presidente Manuel Noriega estava bastante envolvido no tráfico de drogas. A política de repressão ao tráfico de drogas nos Estados Unidos foi também usada como justificativa para a intervenção militar que procedeu sobre o território panamenho.

O quarto motivo foi a questão do Canal do Panamá. Em 1990, a sua administração começaria a voltar para o Panamá e em 1999, o processo se consolidaria com o retorno da soberania panamenha sobre a área em que se localiza o Canal do Panamá. Era, então, premente ao governo dos Estados Unidos contarem com o apoio de um governo no Panamá, bastante favorável aos seus interesses na região.

O quinto motivo se liga à necessidade dos Estados Unidos de pressionarem Cuba e Nicarágua. Havia suspeitas de que tais países utilizavam o Panamá para escaparem das sanções econômicas que os Estados Unidos lhes impunham. O governo cubano e o governo nicaraguense eram bastante hostis aos interesses dos Estados Unidos. Cuba, por exemplo, era governada por Fidel Castro, daí o boicote econômico que lhe foi imposto.

---

<sup>198</sup> CHOMSKY, Noam. *Contendo a democracia*. RIBEIRO, Vera (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 193.

<sup>199</sup> *Idem*, p. 197.

Assim, o antes aliado Manuel Noriega, tornou-se inimigo da nação e por isso, fora destituído do cargo de presidente do Panamá pelo governo do presidente George H. Bush (1989-1993).

O êxito dos Estados Unidos no Panamá ajudou a construir a idéia de que o governo estadunidense poderia agir como o mediador, o “*policymaker*” do mundo, em um mundo cada vez mais em transição entre o fim da Guerra Fria e o nascimento de uma “Nova Ordem Mundial”, ainda incerta: a Guerra do Golfo, em 1991, provocada pela invasão do Kuwait pelo Iraque, em 2 de agosto de 1990. Tratou-se, então, de uma novo fato histórico, para Chomsky, de agressão militar ocorrido na passagem da ordem bipolar para a nova ordem internacional.

### **3.3 AS CAUSAS DA GUERRA DO GOLFO.**

Assim, pode-se enumerar uma série de possíveis causas para o ataque militar do Iraque sobre o Kuwait, com base nos artigos “O Iraque no grande jogo geopolítico mundial”, de Francisco Carlos Teixeira e “Temas de Política Internacional para Historiadores: A Crise do Golfo Pérsico em 1991”, de João Fábio Bertonha, na monografia de especialização “A Crise no Oriente Médio: a Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (‘990-1991)”, nas obras “Saddam Hussein: renascido das cinzas: como a prepotência e os equívocos dos Estados Unidos fortaleceram o ditador iraquiano”, de Andrew Cockburn e Patrick Cockburn, “Iraq in the Eye of the Storm”, de Dilip Hiro, a tese de doutorado “*O Fazer da Guerra Moderna: o Corpo-de-Exército como Unidade Operacional gênese e superação*”, de Domicio Proença Júnior e na dissertação de mestrado “*Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da*

*Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional*”, de Flavio Alves Combat.

Para se compreender a Guerra do Golfo, faz-se necessário estudar as suas causas. A primeira causa foi a Guerra Irã-Iraque (1980-1988)<sup>200</sup>.

Vale lembrar que Saddam Hussein chegou ao poder no Iraque em 1979 e, desde então, envolveu o país em muitos conflitos.

Um deles foi a Guerra Irã-Iraque, entre 1980 e 1988, em que ocorreu a destruição de cidades, campos agrícolas, estradas e pontes, além da monumental perda de vidas humanas para o Iraque. Ela começou em 22 (vinte e dois) de setembro de 1980, quando as tropas iraquianas invadiram o Irã.

Várias foram as possíveis causas da Guerra Irã-Iraque (1980-1988). A primeira foi o advento da Revolução Islâmica Iraniana, em 1979, e a ameaça do xiismo para o Iraque. Já a segunda causa se referia às rivalidades territoriais e políticas que existiam entre os países há muitos anos. A questão principal era o controle bipartido do canal de Shatt-el-Arab, que fica na fronteira entre os dois países, e algumas ilhas no Golfo Pérsico. Desde o Acordo assinado em Argel (capital da Argélia, norte da África), entre os dois países, em 1975, o Iraque compartilhava com o Irã a foz dos dois rios importantíssimos para o país, Tigre e Eufrates, que forma o mencionado canal. Conseqüentemente, o Iraque ficava com uma reduzida faixa litorânea de apenas 64 km, em detrimento do Irã que possuía 950 km de costa.

---

<sup>200</sup> ZARPELÃO, Sandro Heleno Morais. *A Crise no Oriente Médio: a Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (1990-1991)*. Monografia de Especialização apresentada ao Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2006, p. 87-89.

A terceira causa seria o Iraque ter grandes ambições de liderança no Oriente Médio, e a quarta causa tinha a ver com os desejos do Iraque de se apoderar das enormes jazidas petrolíferas do Irã.

Entretanto, Saddam Hussein estava aparentemente consciente de suas limitações militares para conquistar o enorme território iraniano. Mesmo assim, acreditava poder vencer a guerra devido ao enfraquecimento do inimigo, assolado por pressões internacionais contrárias à postura do governo iraniano pós-Revolução Islâmica. Houve várias deserções e expurgos nas Forças Armadas. Assim, o Iraque poderia vencer a guerra e conquistar o posto de liderança do mundo árabe, com seus próprios xiitas controlados e mais rico em petróleo.

Tudo aparentava conspirar a favor de Saddam Hussein. Apenas aparência. Surgiu um fator subestimado e até mesmo esquecido pelo governo iraquiano: a resistência iraniana.

A guerra uniu o dividido e conturbado Irã em prol da causa de defesa da soberania e das fronteiras nacionais iranianas. Mesmo tendo uma superioridade em armas, o Iraque não tinha maior número de combatentes que o Irã. Diante disso, originou-se um impasse. O Iraque comprou e recebeu ajuda armamentista de inúmeros países como França, União Soviética, Brasil, Chile, Argentina, China e de Estados árabes, além de uma ajuda indireta dos Estados Unidos. Ainda assim, não conseguiu vencer o Irã.

Saddam Hussein percebeu o erro e procurou diversas vezes Khomeini para fazer um acordo de paz que sempre recusou, pois via uma oportunidade histórica excelente para expandir a Revolução Islâmica. Conseqüentemente, as grandes potências se uniram e formaram uma aliança com o Iraque e contra o Irã.

Desse modo, mesmo não contando com grande simpatia dos governos ocidentais, Saddam Hussein angariou importantes apoios para a sua guerra. Montou o famoso exército de um milhão de homens. Tais alianças que incluíram até o Kuwait foram decisivas no desenrolar dos fatos posteriores, como a invasão do próprio Kuwait e a Guerra do Golfo. Um homem forte e ousado em Bagdá era tudo o que o Ocidente desejava para conter a ameaça fundamentalista xiita da Revolução Islâmica. Obviamente, não se pensou nas potenciais conseqüências desse apoio.

Somente quando Khomeini ficou doente, os Estados Unidos fizeram pressão, aliando-se às vitórias iraquianas no front, o Irã aceitou negociar a paz.

Em 1988, a guerra teve um cessar-fogo e não houve vencedor. O Irã gastou uma elevada soma com a guerra, que chegou a US\$ 220 bilhões, com mais de 300 mil mortos e 600 mil feridos. Por conseguinte, o Irã abrandou o tom e se tornou mais moderado nas relações internacionais no fim da década de 1980.

Já o Iraque também estava destruído. Gastou por volta de US\$ 180 bilhões na guerra. A recuperação do país poderia chegar à soma vultosa de US\$ 230 bilhões. Houve mais de 200 mil mortos e 400 mil feridos.

Feitas as devidas considerações sobre os motivos da Guerra Irã-Iraque, já é possível retornar para o conflito no Golfo Pérsico. Assim, a segunda causa da Guerra do Golfo foi que o Iraque contraiu uma gigantesca dívida com muitos países durante a guerra. Inclusive um dos seus maiores credores era o Kuwait, seu vizinho do sul, contra o qual tinha vários problemas históricos e territoriais. Como poderia ser resolvida a dívida, manter o grande poder militar iraquiano e reconstruir o país? Eram perguntas que pairavam sobre a cabeça de

Saddam Hussein. A idéia que teve poderia resolver todos esses problemas de uma só vez: a invasão do Kuwait.

Já a terceira causa da Guerra do Golfo, está relacionada com a transformação de Saddam Hussein, de aliado para inimigo dos Estados Unidos ao longo da década de 1980

Assim, faz-se imperativo discorrer sobre quem foi Saddam Hussein rapidamente. Ele nasceu em 1937, na cidade de Tikrit, no Iraque. Membro do Partido Baath na década de 1950, a partir de 1957 fez uma meteórica carreira política dentro do aparelho do Estado Iraquiano e no mencionado partido, o que se acentuou com a tomada do poder em Bagdá, pelo Partido Baath.

Em 1979, após a renúncia do general Ahmed Hassan al-Bakr assumiu o cargo de Chefe de Estado e acumulou os cargos de presidente do Estado, do Conselho de Comando da Revolução, a chefia do Partido Baath e das Forças Armadas. Era o início de uma das mais sangrentas ditaduras do século XX.

Como já se disse, colocou o Iraque em guerra contra o Irã entre 1980 e 1988. Concomitantemente, ele afastou todos os civis e militares que fizeram oposição e ameaçavam o seu poder.

Quando a guerra contra o Irã explodiu, Saddam tinha grandes interesses geopolíticos, territoriais e econômicos.

A guerra do Iraque contra o Irã interessava a vários países, principalmente à União Soviética, devido às suas ligações políticas com o Iraque durante a Guerra Fria, e aos Estados Unidos.

É verdade que os Estados Unidos apoiaram o Irã, na aludida guerra, através do Escândalo Irã-Contras<sup>201</sup>. Entretanto, enquanto a União Soviética forneceu armamento e apoio para Bagdá, o governo estadunidense, através de um alto funcionário da administração Ronald Reagan<sup>202</sup>, no caso Donald Rumsfeld, forneceu treinamento militar e informações privilegiadas para Saddam Hussein. O governo estadunidense enviava armas e o Iraque, então, passou a ser um grande aliado dos Estados Unidos no Oriente Médio, na década de 1980.

Inquestionavelmente, os Estados Unidos estavam muito interessados em ver o governo de Aiatolá Khomeini de joelhos e, por isso, o Iraque e seu líder, Saddam Hussein, passaram a gozar de grande prestígio junto aos salões da Casa Branca.

Entretanto, os ventos da História passaram a soprar em outra direção. Mudanças como a crise do socialismo e da União Soviética, fim da Guerra Irã-Iraque, supremacia do poder estadunidense, avanço das idéias neoliberais e a queda do Muro de Berlim passaram a ditar os rumos da História do fim do século XX.

Mesmo assim, Saddam Hussein, acreditando que suas intenções não seriam freadas, organizou um ataque contra o Kuwait. Ele tinha a convicção de não precisar de maior aprovação por parte de Washington.

Contudo, a invasão iraquiana sobre o Kuwait desencadeou uma reação mundial contrária, por parte dos governos dos países e da opinião pública

---

<sup>201</sup> O Escândalo Irã-Contras ocorreu no governo de Ronald Reagan e foi provocado pelo apoio dado pelos Estados Unidos aos “Contras” da Nicarágua, para derrubar o governo sandinista e também enviava armas para o Irã, na guerra Irã-Iraque.

<sup>202</sup> Ronald Reagan foi presidente dos Estados Unidos entre 1981 e 1989. Teve como vice-presidente George H. Bush, que depois veio a sucedê-lo. Membro do Partido Republicano, envolveu-se em muitos conflitos pelo mundo e, apesar da crise econômica estadunidense, aumentou consideravelmente os gastos militares e construiu uma política neoliberal juntamente com a primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher. Bastante carismático e conservador, colocou os republicanos de volta no poder, depois do escândalo de Walter Gate, que levou à renúncia do então presidente estadunidense Richard Nixon (1969-1974).

que mudou a situação e imagem de Saddam Hussein perante o mundo devido, principalmente, a uma campanha de demonização organizada pelos Estados Unidos, Reino Unido e pela imprensa estadunidense, além das Nações Unidas. Deixou de ser aliado e passou a ser a reencarnação de Adolf Hitler, Nabucodonossor (604-561 a.C.) ou Sargão I<sup>203</sup>.

Sua mutação foi notória. Deixou de ser aliado do Ocidente e passou a ser uma das pessoas mais odiadas, o inimigo a ser vencido pelas “imparciais”, democráticas e libertárias forças do “mundo civilizado”.

A terceira causa foi a necessidade de se encontrar uma solução para os problemas econômicos e financeiros de um Iraque atolado em dívidas seria torná-lo uma potência regional, dominadora no Oriente Médio, sonho antigo de Saddam Hussein.

Para agravar ainda mais a situação, o preço do petróleo no mercado internacional estava muito baixo, diminuindo os lucros e prejudicando o Iraque na sua reconstrução, já que dependia do comércio petrolífero. O território kuwaitiano possuía um décimo de todas as reservas mundiais de petróleo. Apossar-se disso era a solução para os problemas econômicos iraquianos. Além disso, a produção kuwaitiana estaria pressionando os preços do barril de petróleo para cotações muito baixas dentro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo. O Kuwait foi acusado de estar manipulando os preços para diminuírem.

A quarta causa provável se referia aos antigos desejos de anexação do território do Kuwait pelo Iraque, o que possibilitaria maior saída para o Golfo Pérsico.

---

<sup>203</sup> Sargão I, do povo acádio, que invadiu a região da Mesopotâmia por volta de 2300 a.C., sendo o primeiro rei mesopotâmico. Já Nabucodonossor (604-561 d.C.) foi imperador do Segundo Império Babilônico e pertencia a etnia dos caldeus. Construiu os famosos Jardins Suspensos da Babilônia e conquistou a Palestina e seu povo hebreu, no chamado Cativo da Babilônia.



A quinta causa foi que Saddam Hussein tinha o projeto de transformar o Iraque no grande líder e expoente do mundo árabe e do Oriente Médio, uma grande potência regional. Para tanto, Saddam acreditou que seu ataque não causaria forte comoção internacional, já que era aliado de quase todos os principais países ocidentais, até dos Estados Unidos. Tratou de sondar Washington sobre uma posição estadunidense sobre o fato. Concluiu que era possível ter êxito em sua invasão. Ledo engano cometeu.

Cabe aqui fazer uma observação. Tariq Aziz, então ministro das Relações Exteriores do Iraque e mais moderado que Saddam Hussein, revelou, tempos depois, que o plano original era atacar e invadir alguns campos petrolíferos e ilhas kuwaitianas no Golfo Pérsico

*“(...) Tariq Azis (...) revelou que o plano original iraquiano consistia em uma invasão parcial do Kuwait. O exército iraquiano se apoderaria de Bubiyan e Warba, bem como do disputado campo petrolífero de Rumailah, que se estende pelas fronteiras dos dois países.”<sup>204</sup>*

Saddam Hussein teria tido êxito caso tivesse levado a cabo seu plano de invasão e conquista parcial do Kuwait. Ao invadir o Kuwait e depois anexá-lo, Saddam provocou Londres e Washington que não desejavam perder sua hegemonia sobre o Golfo Pérsico para o Iraque.

Provavelmente, a decisão de invadir totalmente o Kuwait foi tomada por Saddam Hussein no “último momento”. Sua decisão impulsiva e ambiciosa lhe custou um preço caro: a derrota.

A sexta causa foi a possível necessidade de uma vitória militar para desviar o foco da crise política interna iraquiana e manter Saddam, Bagdá e o

---

<sup>204</sup> COCKBURN, Andrew; COCKBURN, Patrick. *Saddam Hussein: renascido das cinzas. Como a prepotência e os equívocos dos Estados Unidos fortaleceram o ditador iraquiano.* SANDOVAL, José Adriano; MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (trads.). São Paulo: Nova Alexandria, 1999. p. 98.

Partido Baath como os eixos e líderes políticos e ideológicos do Oriente Médio. Era necessário a Saddam Hussein manter o seu poder

*“(...) A existência de uma necessidade política para essa invasão de forma a conjurar problemas internos e manter a imagem externa nos ajudaria a entender essa pressa. (...) provável é que Saddam Hussein (...) necessitava de certos elementos para manter seu poder (...) que a invasão do Kuwait forneceria, aparentemente, a custo zero. Porque não arriscar.”<sup>m205</sup>*

Vê-se que o Iraque leu erroneamente os sinais enviados por Moscou, que não o socorreu na guerra, e por Washington, a luz dos parâmetros de ordenamento da Guerra Fria. Ademais, continuou raciocinando como se estivesse jogando sob as regras da Guerra Fria. Mas, as regras já estavam mudando e ele não soube ler as entrelinhas da história.

A sétima causa se refere à necessidade dos Estados Unidos, sob influência ainda da Doutrina Carter, de garantir os seus interesses petrolíferos no Oriente Médio. O Iraque tinha interesse no petróleo do Kuwait, já que o preço do barril de petróleo, na época, estava cotado a US\$ 17,00 o barril e para o Iraque o valor mínimo para conseguir lucrar e pagar sua monumental dívida externa era de US\$ 25,00. Saddam Hussein chegou a afirmar, em maio de 1990, numa reunião extraordinária da Liga Árabe, em Bagdá, que a cada dólar a menos no preço do barril de petróleo, significava uma perda em receita de aproximadamente US\$ 1 bilhão por ano<sup>206</sup>.

---

<sup>205</sup> BERTONHA, João Fábio. “Temas de política internacional para historiadores: A crise do Golfo Pérsico em 1991”. In: *História e Ensino*. Londrina, 1996(2): p.120.

<sup>206</sup> HIRO, Dilip. *Iraq in the Eye of the Storm*. New York: Nation Books, 2002, p.33-34.

Para piorar a situação, os Emirados Árabes Unidos e o Kuwait ultrapassaram a cota de produção fixada pelo cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)<sup>207</sup>.

O “ouro negro” possuía e possui grande importância para a economia mundial, como se sabe. Para os Estados Unidos não é diferente. Merece destaque o fato de vários países da região ser exploradores e exportadores de petróleo, como os Emirados Árabes Unidos, Catar, Irã, Barein, Arábia Saudita, Iraque e Kuwait. Trata-se de um importante produto para a economia de vários países da região. Além disso, vale lembrar que a maior parte do petróleo produzido e exportado no mundo vem do Oriente Médio, aproximadamente dois terços.

Do início do Século XX até 1973, o petróleo era explorado por multinacionais dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, através do Cartel das Sete Irmãs<sup>208</sup> e assim, a maior parcela dos lucros ia para o exterior. Das sete empresas, cinco eram estadunidenses, uma totalmente britânica e a outra de capital anglo-holandês. Elas sempre procuraram evitar aprovar grandes aumentos nos preços do produto, chegando a irritar profundamente os países produtores e exportadores de petróleo do Oriente Médio, principal região petrolífera mundial. Isso desencadeou um processo de nacionalização das firmas petrolíferas presentes no Oriente Médio, expulsando algumas multinacionais dos países.

---

<sup>207</sup> Os países que criaram a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) foram: Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait, Catar, Emirados Árabes Unidos, Indonésia, Argélia, Nigéria, Líbia, Gabão, Equador e Venezuela. Recentemente, Equador e Gabão saíram da organização.

<sup>208</sup> Cartel das “Sete Irmãs”: é a denominação que se dá para as 7 (sete) grandes empresas petrolíferas que dominaram o mercado internacional e a exploração petrolífera no Oriente Médio, até a criação da OPEP. As empresas eram: Exxon (Standard Oil of New Jersey), Royal Dutch-Shell, Gulf Oil Company, Texaco, Mobil, British Petroleum e Standard Oil of California. Vale lembrar que o termo irmãs é utilizado por terem formado um verdadeiro cartel do petróleo, existindo pouca concorrência entre elas, fazendo acordos necessários sobre preços e divisão de espaços onde cada uma deveria atuar.

Ao mesmo tempo, em 1960, ocorreu a criação da OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo – um cartel que possuía o objetivo de controlar a produção, comercialização e o preço do petróleo no mercado internacional. O objetivo primordial era evitar entre esses países a concorrência, auxiliando na fixação do preço do produto no exterior, garantindo os interesses econômicos dos países membros. Contudo, essa situação só se tornou realidade, a partir de 1973, quando o Cartel das “Sete Irmãs” começou a aprovar todo aumento reclamado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Isso aconteceu devido à Guerra do Yom Kippur<sup>209</sup>, em 1973 e a 1ª Crise Internacional do Petróleo<sup>210</sup>, o que beneficiou os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Ocorreu que, em 1973, a OPEP elevou o preço do barril, devido à Guerra do Yom Kippur (1973), causando uma grave crise econômica internacional, a chamada Primeira Crise Internacional do Petróleo. O “ouro negro” passou a ser utilizado como “arma política” pelos países do Oriente Médio, membros da OPEP, para pressionar EUA e os países da Europa Ocidental a tomarem uma atitude que forçasse Israel a devolver os territórios árabes conquistados na Guerra dos Seis Dias (1967). Países como os Estados Unidos, Reino Unido, França, Japão e a então Alemanha Ocidental sofreram os efeitos devastadores da crise energética que se abateu sobre a economia capitalista mundial.

---

<sup>209</sup> Guerra do Yom Kippur (1973): conflito ocorrido entre Israel contra Egito e Síria, sendo que estes dois últimos realizaram um ataque surpresa no dia do Yom Kippur, ou dia do “perdão”, data sagrada para a religião do judaísmo. Conseqüência direta da Guerra dos Seis Dias (1967), vencida por Israel. O efeito direto foi a manutenção dos territórios ocupados e reivindicados por jordanianos, egípcios, palestinos e sírios, no caso a Faixa de Gaza, Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Colinas do Golan sob o domínio israelense. Outro efeito foi a 1ª Crise Internacional do Petróleo.

<sup>210</sup> 1ª Crise Internacional do Petróleo: devido ao embargo do petróleo feito pela OPEP contra os países ocidentais, ocorreu um aumento considerável no preço do barril de petróleo, passando de aproximadamente US\$ 2,00 para US\$ 12,00, provocado pela OPEP. Vale ressaltar que esta última utilizou o petróleo como “arma política” para tentar pressionar os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental a pressionarem Israel, para que este devolvesse os territórios ocupados na já mencionada Guerra dos Seis Dias.

Entretanto, entre 1979 e 1980 explodiu a 2ª Crise Internacional do Petróleo<sup>211</sup> que aguçou a crise energética e do capitalismo mundial provocada, em parte, pela perda do maior aliado dos Estados Unidos na região e pela Revolução Islâmica no Irã (1979). Os Estados Unidos, então, decidiram apoiar o Iraque na Guerra Irã-Iraque (1980-1988), o que causou mais uma forte alta do petróleo. Isso arrasou a já combalida economia capitalista mundial e sinalizou aos EUA a necessidade de buscar fontes seguras de fornecimento de petróleo ou até mesmo exercer maior controle sobre alguns países do Oriente Médio.

Durante parte da década de 1980, os preços do petróleo se mantiveram altos, mas de meados até o fim do mesmo período, os seus preços já estavam menores. Todavia, com a invasão iraquiana ao território do Kuwait e a conseqüente Guerra do Golfo, organizada pelos Estados Unidos, Reino Unido e seus aliados, os preços subiram novamente sem, no entanto, provocarem uma terceira crise internacional do petróleo.

É óbvio pensar que o domínio iraquiano sobre o Kuwait e suas reservas imensas de “ouro negro”, além da sua formidável saída para o Golfo Pérsico, iria fortalecer demasiadamente a força do Iraque de Saddam Hussein, elevando-o à condição de líder regional, e Bagdá à de potência regional. Ademais, possibilitar-lhe-ia dominar uma maior fatia do mercado de petróleo, o que poderia causar uma desestabilização do comércio e oferta do mesmo. Nesse sentido, os Estados Unidos, sob a liderança de seu presidente George Bush, organizou uma ampla coalizão de forças para comandar a desocupação do Kuwait, com a não interferência militar da União Soviética de Mikhail Gorbachev.

---

<sup>211</sup> A 2ª Crise Internacional do Petróleo foi causada em grande parte pela Revolução Islâmica Iraniana, de 1979 e pelo início da Guerra Irã-Iraque (1980-1988). O envolvimento de dois dos mais importantes produtores de petróleo mundiais e da OPEP, fez o barril de petróleo aumentar substancialmente no mercado internacional.

É indubitável que o “ouro negro” foi um dos mais importantes combustíveis, tanto para o lado iraquiano como para o estadunidense, devido a sua já falada e discutida importância estratégica, econômica, política e geopolítica. Bagdá, Washington, Londres, Paris, Riad e Moscou sabiam disso e, portanto, não mediram esforços para colocarem seus interesses a respeito do fornecimento, lucros e comercialização do petróleo no jogo que se desenrolava.

### **3.4 A CRISE DO GOLFO PÉRSICO (08/1990-01/1991): A INVASÃO DO IRAQUE SOBRE O KUWAIT E A REAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS**

Em 25 de julho de 1990, portanto, alguns dias antes da invasão do Kuwait, feita pelo Iraque, o presidente iraquiano Saddam Hussein recebeu, com a presença do seu ministro das relações exteriores, Tarek Aziz, a embaixatriz dos Estados Unidos em Bagdá, a Senhora April Glaspie e o encarregado de negócios estadunidense John Kelly. A idéia do governo iraquiano era demonstrar para o governo do presidente estadunidense, George Bush, de que o Iraque não representava nenhuma ameaça aos interesses dos Estados Unidos no Oriente Médio. O governo iraquiano acreditava que as divergências entre países árabes não era um assunto estadunidense e é óbvio pensar, que o Iraque não queria a intervenção de Washington ao invadir o Kuwait<sup>212</sup>.

Em 22 de julho de 1990, as tropas do Exército iraquiano foram deslocadas para a fronteira com o Kuwait, num total de 120 mil homens. A mobilização mostrava claramente as intenções de Saddam Hussein.

---

<sup>212</sup> DENAUD, Patrick. *Iraque, a guerra permanente: entrevistas com Tarek Azis. A posição do regime iraquiano.* MENENDEZ, Maria Inês (trad.). Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003, p. 35-36.

Vale ressaltar que a Senhora April Glaspie foi chamada para um encontro com o governo iraquiano, por causa de um pedido de Bagdá. Assim, ela não possuía nenhuma instrução do governo de George Bush e participou do encontro para ouvir sobre as intenções iraquianas de invadir o Kuwait. April Glaspie só relembrou o fato, durante o encontro, de que na década de 1960, por ocasião das divergências entre o Iraque e o Kuwait, decorrentes de problemas fronteiriços, a posição de Washington foi a de não-intervenção no problema. O Kuwait, na ocasião, era uma colônia britânica e sua presença era muito maior. Contudo, em 1990, os Estados Unidos eram muito mais influentes no Oriente Médio do que na década de 1960. De acordo com o ministro das relações exteriores iraquiano, Tarek Aziz, o governo do Iraque não inferiu qualquer conclusão de tal reunião. Foi acertada a realização de uma reunião, na cidade de Djeddah, entre o Iraque e o Kuwait, que foi fracassada o que cancelou a decisão do Iraque de invadir o Kuwait<sup>213</sup>.

A invasão passou a ser considerada viável pelo governo do Iraque. No perigoso jogo geopolítico empreendido, Saddam e seu Iraque fizeram a primeira jogada, quando invadiram o Kuwait à uma hora da manhã, horário local, de 2 de agosto de 1990, com infantaria mecanizada e forças especiais. Imediatamente, e nos próximos dias do tormentoso agosto, helicópteros e barcos atacaram a capital, Cidade do Kuwait. Tropas das Forças Armadas Iraquianas ocuparam a cidade e a fronteira com a Arábia Saudita. O motivo oficial alegado por Bagdá foi a invocação das antigas fronteiras para justificar a invasão e posterior anexação do minúsculo país vizinho.

Vale dizer que havia, provavelmente, outros interesses escondidos e imersos na retórica da ditadura de Saddam Hussein.

---

<sup>213</sup> Idem, p. 36.

Primeiramente, existia uma vultosa dívida externa contraída durante a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), entre US\$ 80 bilhões e US\$ 90 bilhões. Mesmo assim, Bagdá continuava sendo a principal potência militar de toda a região do Oriente Médio, excetuando Israel.

Além disso, o Kuwait produzia aproximadamente 10% da produção mundial do “ouro negro”, e o Iraque via nessas reservas a solução para os seus problemas econômicos e financeiros internos e externos. Vale lembrar que o Iraque fazia e faz parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), e sua economia dependia bastante da lucrativa indústria petrolífera e a alta produção do vizinho abastecia a Cidade do Kuwait com os “petrodólares” e pressionando os preços internacionais para cotações muito baixas para aos ambiciosos interesses iraquianos.

Imediatamente, a Organização das Nações Unidas (ONU) exigiu que o Iraque recuasse e retirasse suas forças de solo kuwaitiano. Fazendo coro com as Nações Unidas, o então presidente estadunidense do Partido Republicano, George Bush, fez um discurso pela televisão dos Estados Unidos, em rede nacional para pronunciar que iria enviar porta-aviões para o Golfo Pérsico, próximo ao litoral do Kuwait e do Iraque.

Então, no dia 2 de agosto de 1990, o Conselho de Segurança<sup>214</sup> da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Resolução 660, que condenou

---

<sup>214</sup> Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas é o órgão responsável pelas decisões sobre a paz e a segurança mundiais. É formado por cinco membros permanentes, com poder de veto, no caso a China, França, Reino Unido, os Estados Unidos e a Rússia. Isso quer dizer que se algum deles vetar qualquer resolução do Conselho de Segurança, as Nações Unidas ficam impedidas de agir militar e juridicamente. Foi o que ocorreu durante a Guerra Fria, em que Estados Unidos e a então União Soviética usaram tal artifício para defender seus interesses geopolíticos. Contudo, no segundo semestre de 1990, Moscou não usou seu poder de veto e praticamente deu mostras para Washington de que não iria se opor a uma ação das Nações Unidas lideradas pelos Estados Unidos. Vale lembrar também que o Conselho de Segurança possui dez membros rotativos, não permanentes, que são eleitos a cada 2 anos, obedecendo a uma representatividade por continente. Sua sede é em New York.



energicamente a invasão iraquiana sobre o Kuwait e exigia a completa retirada das tropas iraquianas do território kuwaitiano. Também previa o início de negociações bilaterais entre Bagdá e a Cidade do Kuwait. No dia 6 de agosto, foi aprovada a Resolução 661 que impôs um grande embargo ao comércio com o Iraque. A Resolução 662, de 9 de agosto, declarou nula e ilegal a anexação do Kuwait pelo Iraque. Já a Resolução 664, de 18 de agosto, exigia que o regime de Saddam Hussein permitisse a saída de todos os estrangeiros que estivessem no Kuwait e no Iraque. A Resolução 665, aprovada em 25 de agosto, estabeleceu o bloqueio naval contra Bagdá. A aprovação da Resolução 666, de 13 de setembro, estipulou a remessa por navio de alimentos ao Iraque e ao Kuwait, em caráter humanitário, mas determinou que fossem distribuídos por organizações humanitárias internacionais. Em 16 de setembro foi aprovada a Resolução 667, que condenava os ataques de soldados iraquianos às missões diplomáticas no Kuwait. No dia 24 de setembro foi ratificada a Resolução 669 que concedia à Comissão de Sanções da ONU autoridade para avaliar pedidos de ajuda de países afetados pelo embargo imposto ao Iraque. Em 25 de setembro foi aprovada a resolução 670 que limitou os vôos no espaço aéreo iraquiano e exigiu que os navios do Iraque deveriam ser detidos caso desrespeitassem as determinações das Nações Unidas. Foi elaborada a Resolução 674, em 29 de outubro, que solicitou aos países envolvidos que relatassem suas perdas financeiras e as violações dos direitos humanos resultantes do conflito. A penúltima Resolução aprovada antes de eclodir o conflito foi a de número 677, em 28 de novembro que pedia à secretaria-geral das Nações Unidas que guardasse uma cópia dos registros demográficos no Kuwait anteriores ao dia 2 de agosto, data da invasão iraquiana. Em 29 de novembro de 1990 foi elaborada e aprovada a última e mais importante resolução da ONU, a décima segunda, no caso a 678, que

estabelecia o prazo final de 15 de janeiro de 1991, para que o Iraque desocupasse o território do Kuwait. Na hipótese de Bagdá descumprir tal resolução, havia a previsão de se usar “todos os meios necessários” para conseguir a restauração da soberania kuwaitiana, inclusive através do uso da força militar<sup>215</sup>. Ainda foram elaboradas.

Percebe-se, nitidamente, no interior do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, uma escalada de resoluções que objetivaram asfixiar o Iraque e demovê-lo da idéia de permanência e anexação do território do Kuwait. A crise ganhou dimensão ampla e se tornou no final de 1990, o grande tema para a imprensa dedicada à cobertura de eventos internacionais.

Ressalta-se que a União Soviética, a França e a China não eram favoráveis, pelo menos no início da crise, a uma ação militar efetiva no Golfo Pérsico. Defendiam uma solução diplomática negociada para a crise. Contudo, não foram contrárias à Resolução 678 das Nações Unidas.

A França e principalmente a União Soviética, antes e durante o conflito, tentaram exaustivamente solucionar o problema pela via diplomática e não através da guerra, como desejavam os Estados Unidos e o Reino Unido. Moscou, através do seu presidente Mikhail Gorbachev e do seu ministro das relações exteriores, Edward Shevardnaze, tentaram o caminho da negociação, através do estabelecimento de planos e propostas para o Iraque e os Estados Unidos. Contudo, foram infrutíferas tais ações.

---

<sup>215</sup> COMBAT, Flavio Alves. *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Instituições e Formas Políticas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007, p. 135; DENAUD, Patrick. *Iraque, a guerra permanente: entrevistas com Tarek Azis. A posição do regime iraquiano*. MENENDEZ, Maria Inês (trad.). Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003, p. 197.

A escalada dos fatos ganhou fôlego. Bagdá não foi demovida de suas intenções geopolíticas, econômicas e políticas. Concomitantemente, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas aprovou a aplicação de sanções econômicas ao Iraque, como forma de convencê-lo a se retirar do Kuwait, em 6 de agosto de 1990.

Nesse ínterim, aviões F-15 Eagle, da Força Aérea Estadunidense, foram enviados para a Arábia Saudita e soldados convocados pelo Exército nos Estados Unidos. George Bush começou a demonstrar que não iria tolerar mais essa aventura de seu antigo aliado, o Iraque de Saddam Hussein.

Como demonstração de força e ousadia, o ditador iraquiano Saddam Hussein anexou no dia 28 de agosto de 1990, o Kuwait, transformando-o na décima nona província iraquiana. Tal ato desencadeou uma reprovação internacional inesperada contra Bagdá, que não soube como já bem disse Francisco Carlos Teixeira, ler as entrelinhas escritas pelos ventos mutantes da História que se desenrolavam na época. A crise do socialismo real, o separatismo na União Soviética das repúblicas bálticas da Lituânia, Estônia e Letônia e o enfraquecimento de Moscou no cenário geopolítico mundial, aliado à emergência de uma única superpotência mundial, como os Estados Unidos, não foram o bastante para Saddam Hussein perceber que algumas questões nas relações internacionais da época tinham e estavam se modificando.

Ainda no mês de agosto, por volta do dia 25, os Estados Unidos já tinham sua campanha de guerra no papel, a famosa Tempestade no Deserto. O plano consistia em uma rápida ação militar, com intenso uso de artilharia e munição contra o Iraque de Saddam Hussein. O autor da campanha, o general Norman Schwarzkopf apresentou seus planos de ação numa reunião na Casa Branca (sede

do poder executivo dos Estados Unidos), ao presidente dos Estados Unidos, George Bush, ao secretário de defesa, Dick Cheney, e o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Colin Powell.

Em meados de outubro de 1990, o presidente George Bush, pai do atual presidente estadunidense, George Walker Bush, o mesmo que invadiu o Iraque, em 2003, decidiu aumentar, substancialmente, o número de militares na Arábia Saudita, com o intuito de defendê-la e atacar o Iraque.

A crise ganhou contornos imprevisíveis numa escalada de forças entre Bagdá e Washington. O Iraque, então, resolveu mandar mais 100 mil homens de suas forças para o Kuwait. O então secretário-geral das Nações Unidas, o peruano Jávier Pérez de Cuéllar, anunciou que a mesma tinha dado um ultimato a Saddam Hussein para deixar o Iraque até 15 de janeiro de 1991.

A situação caminhava para o embate. Os ventos belicosos sopravam a favor da guerra. Marte<sup>216</sup> sorria para o confronto que se tornava cada vez mais inevitável. Assim, em janeiro de 1991, após costurar uma ampla coalizão de países que iriam apoiar as Nações Unidas e os Estados Unidos numa eventual guerra, e depois de conversar muito com o Reino Unido, da primeira-ministra Margaret Thatcher e após outubro de 1990, com o primeiro-ministro John Roy Major<sup>217</sup>, o tabuleiro internacional já estava com suas peças posicionadas. Faltavam ainda alguns detalhes que emergiram e foram resolvidos.

Um deles foi o Capitólio (Congresso dos Estados Unidos) convencido da necessidade de apoiar o uso da força por Washington contra o

---

<sup>216</sup> Marte, na mitologia da civilização romana, na Antiguidade, era o deus da guerra.

<sup>217</sup> Em outubro de 1990, após um longo governo que começou em 1979, a então primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, do Partido Conservador, teve que deixar o poder e ser substituída no cargo de chanceler, pelo impopular John Roy Major, que ocupou a posição até 1997, sendo substituído por Tony Blair, do Partido Trabalhista, sendo até hoje o chefe de governo britânico.

Iraque, em janeiro de 1990 e, assim, a Casa Branca conseguiu vencer esse importante obstáculo para sua ação militar.

Em 15 de janeiro de 1991, expirou o prazo dado pelas Nações Unidas. O mundo aguardava com apreensão o que iria acontecer.

### **3.5 A IMPRENSA NA GUERRA DO GOLFO**

Muitos países participantes da guerra eram árabes e muçulmanos do Oriente Médio, como a Arábia Saudita, Omã e os Emirados Árabes Unidos. O plano de Saddam Hussein de unir os povos árabes contra Washington e Londres não teve sucesso.

A participação da imprensa na guerra foi singular e deve ser criticada e colocada em pauta de debate. O controle feito, principalmente, pelos Estados Unidos sobre as notícias, os jornalistas e a cobertura da televisão e jornais, foi monumental, e ficou conhecido como “Operação Mordaça no Deserto”. A conclusão foi feita pela jornalista Paula Fontenelle, em seu livro “Iraque: a guerra pelas mentes”.

Tal controle foi possível porque a maior parte das ofensivas foi aérea e não terrestre. Os combates em terra foram rápidos e duraram pouco tempo, uma semana. Isso prejudicou muito a fidedignidade das notícias.

Outro complicador para a cobertura da imprensa no front foi que nenhum jornalista podia deslocar-se sem um acompanhante do governo estadunidense. O objetivo era mostrar apenas aquilo que interessava aos jornalistas verem e publicarem sob o ponto de vista dos aliados. De acordo com a jornalista Paula Fontenelle

*“A cobertura era feita em rodízio, o que significava que apenas um número reduzido de repórteres testemunhava os esforços de guerra. Suas reportagens eram enviadas a outros veículos de comunicação, portanto, a versão do que era vivenciado nos campos de batalha era bastante unificada e restrita.”<sup>218</sup>*

As matérias jornalísticas produzidas no teatro de operações militares foram todas revisadas pelos militares. A jornalista Paula Fontenelle chegou a afirmar que não chegou a acontecer censura nas matérias jornalísticas e nem modificações. Todavia, essa observação é bastante questionável se analisada e comparada com as afirmações de José Arbex Junior, por exemplo.

A mesma jornalista afirma, que todas as informações do conflito eram repassadas pelos militares. Como pensar que não houve censura e nem modificações de informações? É difícil acreditar nessa postura das Forças Armadas dos Estados Unidos. A própria Paula Fontenelle afirmou em seu livro que as reportagens favoreciam a versão dos aliados. Mostra-se uma contradição por parte de Fontenelle nesse aspecto específico.

Por outro lado, é compreensível todo o controle feito pelo governo e Forças Armadas estadunidenses nas informações colhidas sobre a guerra no front. Dentro dos Estados Unidos não havia, no Congresso, consenso sobre a guerra. A opinião pública continuava com muitas dúvidas a respeito da legitimidade do conflito. Ademais, o número de telespectadores era muito alto, batendo recordes de audiência. A “guerra tecnológica” se tornou uma espécie de diversão, um programa a que foi assistido e era palatável aos olhos do público. Passou a ser um show.

---

<sup>218</sup> FONTENELLE, Paula. *Iraque: a guerra pelas mentes*. São Paulo: Editora Sapienza, 2004. p. 29.

Vale mencionar ainda que a jornalista Paula Fontenelle contradiz seu argumento de que o controle não recaiu em censura, quando em um outro trecho de seu livro afirmou

*“De maneira geral, a campanha de mídia visou minimizar as iniciativas de coberturas independentes, além de favorecer, ao máximo, a manipulação dos fatos.”<sup>219</sup>*

Manipular fatos não é uma forma de modificar informações e até mesmo censura? Ficou claro que o governo dos Estados Unidos tinha grande interesse em colocar e usar a mídia a favor dos seus objetivos.

A cobertura dos primeiros bombardeios sobre Bagdá foi feita ao vivo, através de narração feita por repórteres da CNN, sem imagens, dentro de um hotel na capital iraquiana. Como falou José Arbex Júnior anteriormente, a cobertura da CNN foi feita colocando no centro da questão as armas e a guerra, e não as suas entranhas e as mortes dos civis. Foi muito valorizada a guerra e suas imagens que mais pareciam vídeo-game, além das chamadas “armas inteligentes”. De acordo com o próprio José Arbex

*“O salto tecnológico, do qual a CNN é símbolo e instrumento, permitiu apresentar a Guerra do Golfo como uma espécie de telenovela sinistra que prometia renovadas emoções no próximo capítulo. A cobertura ‘ao vivo’ do conflito consagrou, definitivamente, a ‘espetacularização’ da notícia. E, exatamente por ser um espetáculo, a transmissão das imagens submeteu-se às mesmas regras que se aplicam a um show (...).”<sup>220</sup>*

Eram ao todo três jornalistas da rede de televisão estadunidense CNN, no Hotel Al-Rashid: Bernard Shaw, John Holliman e Peter Arnett. Eram os

---

<sup>219</sup> Idem, p. 28

<sup>220</sup> ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001. p. 31.

únicos jornalistas ocidentais presentes em Bagdá na noite de 17 de janeiro de 1991, data do início do conflito em questão.

A frase “os céus sobre Bagdá estão iluminados. Vemos flashes brilhantes por todo o céu”, dita por Bernard Shaw, ao iniciar a cobertura da guerra, deu uma pequena demonstração de como a imprensa cobriria e falaria sobre tal fato. Essas palavras foram ditas 10 minutos depois das primeiras explosões da Guerra do Golfo. Shaw estava vendo a História acontecer ao vivo. Juntamente com ele, no quarto 906 do Hotel Al-Rashid, no centro de Bagdá, mais dois jornalistas estavam presentes, quando o ataque da Coalizão deixou a cidade às escuras.

Obviamente, não era uma transmissão simples, pois falavam através de rádio por satélite que não exigia energia elétrica nem operadores de telefonia. Segundo Peter Arnett, em entrevista concedida à mesma CNN, no ano de 2001. Arnett afirmou que “não havia ocidentais por ali. Só nós. Éramos como porta-vozes daquela guerra naquele momento.” Vale dizer que nunca, até então, uma Rede de Televisão havia apresentado uma guerra ao vivo, com o barulho incessante de bombas ao fundo, mesmo que não existissem imagens.

Bernard Shaw estava no Iraque, dias antes da guerra, para entrevistar Saddam Hussein. Quando o dia amanheceu, em 17 de janeiro de 1991, Bernard Shaw e John Holliman foram embora de Bagdá, e deixaram Peter Arnett para cobrir o conflito como o único jornalista ocidental em Bagdá.

Shaw, Arnett e Holliman contaram minuto a minuto, através de transmissão ao vivo pela televisão, mesmo sendo apenas com áudio, com a imagem congelada do mapa do Iraque e de suas fotos sobre ele. Acabaram ficando conhecidos como “Garotos de Bagdá”.



Quando o bombardeio começou, apenas a CNN (Cable News Network) tinha a estrutura necessária para transmitir a guerra, ao vivo, diretamente de Bagdá.

Depois de alguns dias, a transmissão de imagens em tempo real foi possível, e os bombardeios sobre a capital iraquiana ganharam tons esverdeados, devido aos dispositivos de visão noturna usados pelas câmeras da CNN.

A CNN instalou câmeras nos aviões e os alvos pareciam ser pontos como em jogos eletrônicos. O sangue derramado dos iraquianos e dos aliados foi varrido das imagens apresentadas pela mencionada rede de televisão estadunidense. Muitas imagens de soldados estadunidenses mortos e feridos foram censuradas por Washington. Havia a intenção de convencer o público dos Estados Unidos de que a guerra era “limpa”, com feição de jogo eletrônico.

A guerra de informação foi um caso à parte. Os jornalistas da CNN recebiam relatórios diários de ambos os lados do conflito. O difícil era desvendar o que era realidade e o que era propaganda de guerra. Tanto as Forças Aliadas como o Iraque sabiam que a imprensa era um meio muito importante para influenciar a opinião pública. Mesmo assim, os repórteres da CNN ficaram no Iraque até o fim do conflito.

Uma informação substancial é a de que Saddam Hussein viu a CNN como o principal canal de comunicação com o Ocidente. Assim, a primeira entrevista que deu durante o conflito foi para Peter Arnett, da CNN. Por causa disso, a citada Cable News Network seria chamada de “meio de transmissão da desinformação iraquiana”, pelo governo dos Estados Unidos.

### **3.6. A GUERRA DO GOLFO (17/01/1991-3/03/1991)**

Antes de falar como ocorreu a guerra, é mister salientar como ocorreu a Operação Tempestade no Deserto, pensada, organizada e articulada pelo Departamento de Defesa (o Pentágono) dos Estados Unidos.

Tal operação foi precedida pelo desembarque de aproximadamente 18 mil homens, através de navios anfíbios, durante a Operação Escudo do Deserto.

A operação Tempestade no Deserto durou entre os dias 16 de janeiro e 24 de fevereiro, de 1991, e foi dividida em quatro fases, com operações coordenadas por terra, ar e mar. Na primeira fase, foi adotada a estratégia usada na Segunda Guerra Mundial com ataques à infra-estrutura logística, militar e os sistemas de comunicações e de eletricidade do governo iraquiano, em Bagdá, através da campanha aérea, conhecida como Trovão Instantâneo. A idéia era destruir a capacidade bélica do Iraque, através dos bombardeios de suas indústrias de armas, incluindo centros de pesquisas para armas biológicas, nucleares e químicas. Trata-se de uma informação importante, pois a questão das chamadas armas de destruição em massa, voltaria à tona no início da primeira década do século XXI, como motivo para a invasão ilegal dos Estados Unidos e do Reino Unido sobre o Iraque, em 2003.

Na segunda fase, a Coalizão atacou a força aérea iraquiana em solo kuwaitiano, além de portos, pontes e estradas. Já a terceira fase teve como alvos principais a Guarda Republicana de Saddam Hussein e o restante do armamento inimigo. Até a terceira fase, a coalizão de países utilizou exclusivamente a força aérea para bombardear o Iraque e o Kuwait. A Força Aérea Iraquiana possuía aproximadamente 700 aviões e a Força Aérea dos países da coalizão detinham 2.790 aviões em seu arsenal. Ao todo, durante os mais de 30 dias de campanha

aérea, a Força Aérea dos Estados Unidos sozinha realizou uma média impressionante de mais de 1000 ataques diários, além de aproximadamente 18.000 ataques conduzidos pela sua Marinha. A disparidade entre as duas forças beligerantes era visível o que levou muitos pilotos iraquianos a fugirem para o vizinho Irã<sup>221</sup>.

Na quarta e última fase da Tempestade no Deserto, aconteceu uma invasão por terra com o Exército da Coalizão que expulsaria os invasores do Kuwait. Tratava-se de uma ofensiva convencional, cuja resistência das tropas iraquianas, principalmente nas fronteiras com o Kuwait e a Arábia Saudita, mostrou-se um insucesso. O líder iraquiano Saddam Hussein acreditava que manter as posições fixas de seus soldados contra os ataques da coalizão, como uma estratégia de defesa, mostrou-se equivocada. Tal estratégia se mostrou eficaz na Guerra Irã-Iraque, mas na Guerra do Golfo se mostrou um desastre.

Vale lembrar que era a primeira vez que os Estados Unidos travaram uma guerra total contra um país árabe<sup>222</sup>.

Para tanto, a Coalizão liderada pelos Estados Unidos enviou para o teatro de operações, mais de 600 mil homens. A Arábia Saudita passou a ter uma base militar dos Estados Unidos e era em seu território que ficou a maior parte dos combatentes. Só os Estados Unidos enviaram mais de 500 mil homens para o front de batalha, mais de 70% do total de efetivos enviados pela coalizão, que chegou ao

---

<sup>221</sup> COMBAT, Flavio Alves. *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Instituições e Formas Políticas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007, p. 136.

<sup>222</sup> JÚNIOR, Domício Proença. *O Fazer da Guerra Moderna: o Corpo-de-Exército como Unidade Operacional gênese e superação*. Tese de doutorado apresentada ao Programas de Pós-Graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994, p. 218.

número de 660 mil soldados. No Golfo de Omã, antes do Golfo Pérsico, ficavam as bases marítimas estadunidenses.

O governo estadunidense acreditava que não seria necessária a quarta fase, isto é, a invasão por terra, pois a campanha aérea seria suficiente para vencer o Iraque e seus 550 mil homens estacionados no Kuwait. Ledo engano. As armas que o Iraque usou durante a Guerra do Golfo eram de origem soviética. Não se pode esquecer que durante as décadas de 1970 e 1980, Bagdá e Moscou tiveram excelentes relações. As Forças Armadas Soviéticas treinaram o exército iraquiano e forneceram bilhões de dólares em armamentos de altíssimo nível tecnológico.

Os Tanques T-72, os caças MiG-29 e os mísseis Scud tinham sido adquiridos da União Soviética. O armamento iraquiano não tinha apenas origem soviética. Caças Mirage F-1, da França, material bélico chinês e armamento brasileiro, como tanques e lança mísseis foram fornecidos a Bagdá. Durante a década de 1980, os Estados Unidos acabaram fornecendo tecnologia sobre armamentos nucleares, devido ao perigo representado pelo Irã, na Guerra Irã-Iraque.

Muitos países participantes da guerra eram árabes e muçulmanos do Oriente Médio, como a Arábia Saudita, Omã e os Emirados Árabes Unidos. O plano de Saddam Hussein de unir os povos árabes contra Washington e Londres não teve sucesso.

Então, no dia 17 de janeiro (no Iraque) e dia 16 de janeiro (no Brasil), os Estados Unidos, apoiados pelo Reino Unido e mais 32 países, lideraram o ataque contra o Iraque. Começava a operação Tempestade no Deserto, com ataque de helicópteros apaches da Força Aérea Estadunidense. De acordo com Combat

*“Entre os países participantes da coalizão, 16 enviaram forças navais ao Golfo Pérsico, 11 contribuíram com aviões e 18 mandaram tropas terrestres, incluindo o Egito, a Síria e o Paquistão. (...).”<sup>223</sup>*

No dia 18 de janeiro de janeiro de 1991, Saddam Hussein ordenou o ataque a Israel, com mísseis Scuds adaptados e de fabricação soviética, sobre as cidades de Haifa e Tel Aviv. A esperança iraquiana era a de que o primeiro-ministro israelense, Yitzhak Shamir, ordenaria uma reação e, assim, o Iraque conseguiria unir os povos árabes e muçulmanos a favor de Saddam Hussein e contra os Estados Unidos e Israel.

No entanto, George Bush convenceu o governo israelense a não revidar aos ataques, através de negociações diplomáticas. O medo de um ataque de armas químicas sobre Israel era muito grande por parte da população israelense.

Três dias depois, em 21 de janeiro de 1991, foi divulgado o primeiro balanço da guerra, em que o Iraque foi bombardeado 8 mil vezes em apenas 5 dias de operações. Em 25 de janeiro de 1991, Bagdá ordenou o derramamento de 10 milhões de barris de petróleo kuwaitiano no Golfo Pérsico, provocando um dos maiores desastres naturais do final do século XX.

Um dia após, os Estados Unidos e a coalizão enviaram caças F-117 que atacaram tanques de petróleo iraquianos e kuwaitianos. No dia 1º (primeiro) de fevereiro, mísseis de fabricação estadunidense rasgaram os céus iraquianos e destruíram bases aéreas iraquianas, em Bagdá. Obviamente o grande alvo, não admitido pelos Estados Unidos, era o ditador e presidente, Saddam Hussein.

---

<sup>223</sup> COMBAT, Flavio Alves. *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Instituições e Formas Políticas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007, p. 135.

Para tentar evitar os mísseis Tomahawk, das Forças Armadas dos Estados Unidos, Saddam Hussein passou a colocar o armamento e instalações militares iraquianos perto de localidades de civis. Ele estava errado. As forças da Coalizão continuaram atacando os alvos militares e, conseqüentemente, mataram centenas e até mesmo milhares de civis iraquianos, poupando seus próprios militares.

Os militares dos Estados Unidos, durante as batalhas no deserto, usaram um instrumento de navegação por satélite que era uma novidade na época. Era o Global Positioning System, mais conhecido como GPS. Foi desenvolvido pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos entre 1983 e 1991 e usado pela primeira vez durante a Guerra do Golfo.

A situação do Iraque era alarmante. A guerra que se travava era assimétrica notadamente. O Iraque lutou praticamente sozinho contra 34 países, liderados pela superpotência dos Estados Unidos.

Durante as batalhas da guerra, quarenta mísseis Scuds foram lançados contra Israel e outros 46 contra a Arábia Saudita. A idéia era envolver Israel na guerra e causar uma resposta deste último contra o governo iraquiano, o que poderia levar os povos árabes a se unirem contra os Estados Unidos e o Ocidente. Já a Arábia Saudita foi atacada por ser a principal base militar dos aliados durante a Guerra do Golfo.

Nesse sentido, apesar do jogo de informações feito pelos dois lados no conflito, foram divulgados dados que mostravam 20 mil soldados iraquianos mortos em ataques aéreos, os famosos bombardeios cirúrgicos, até o dia 11 de fevereiro de 1991. Dois dias depois, em 13 de fevereiro, a Coalizão de países

bombardeou a infra-estrutura de transportes de Bagdá, como pontes, matando aproximadamente 400 pessoas.

A destruição do Kuwait e do Iraque ganhava proporções monumentais. Os chamados ataques cirúrgicos com as chamadas “armas Inteligentes” tiveram certo êxito por parte dos governos do presidente estadunidense, George Bush, e do primeiro-ministro britânico, John Major. Milhares de civis iraquianos foram mortos, centenas, até mesmo milhares de construções iraquianas não militarizadas foram destruídas e os Estados Unidos alegavam falhas nas “armas inteligentes” para justificar tais problemas.

Já no final do mês de fevereiro, no dia 23, a situação já era bem grave para Bagdá. Diante de tal quadro desalentador e de iminente derrota, Saddam Hussein ordenou a queima de aproximadamente 640 poços do Kuwait pelas tropas iraquianas. A idéia era causar a maior destruição possível e dificultar ao máximo o trabalho da Força Aérea do Comando da Coalizão de países liderada pelos Estados Unidos e Reino Unido.

No dia 24 de fevereiro, começou o ataque de infantaria do Exército da Coalizão, com a invasão de soldados apoiados por tanques, sobre o Kuwait. Quase ao mesmo tempo, no dia 25 do mesmo mês, o Iraque tentou envolver a Arábia Saudita, principal base militar dos Estados Unidos e da Coalizão, atacando-a com mísseis Scuds sobre a base estadunidense, em território saudita, de Dhahran, matando 28 cidadãos estadunidenses e deixando 98 feridos.

Já no dia 26 de fevereiro, as forças da Coalizão destruíram os tanques da Guarda Republicana do Iraque, considerada tropa de elite.

Em 27 de fevereiro, as tropas de Saddam Hussein fugiram em direção à cidade de Basra, ao sul do Iraque. Os Aliados aproveitaram e desfecharam

uma saraivada de ataques contra tanques e caminhões iraquianos. Ficou conhecida como Estrada da Morte.

O derramamento de sangue foi brutal, sendo que a estimativa de mortes chegou a 10 mil iraquianos durante toda a campanha por terra. Após isso, o presidente George Bush anunciou um cessar-fogo, no dia 28 de fevereiro. Terminava assim a Operação Tempestade no Deserto, também conhecida como a “Guerra das 100 horas”.

No dia 2 de março de 1991, as Nações Unidas elaboraram a Resolução 686 que estabelecia o fim da presença militar dos países da Coalizão no território do Iraque.

Em 3 de março de 1991, a guerra foi oficialmente encerrada. As estimativas oficiais dão conta da morte de 100 mil soldados iraquianos (dados questionados pelo governo iraquiano), outros 300 mil feridos. Aproximadamente 30 mil civis kuwaitianos morreram e outros 5 mil civis iraquianos (dados questionáveis). O custo total da guerra foi orçado entre 60 e 70 bilhões de dólares para os países da Coalizão, sendo que coube aos Estados Unidos 12% do montante. Já o Kuwait e a Arábia Saudita desembolsaram mais da metade do dinheiro, por volta de US\$ 36 bilhões.

### **3.7 OS EFEITOS DO CONFLITO**

Apesar da importância da Guerra do Golfo, seus possíveis efeitos e conexões com os eventos hodiernos, tais como o terrorismo internacional da Al-Qaeda, a invasão feita pelos Estados Unidos sobre o Iraque, em 2003, a postura unilateral do Departamento de Estado dos Estados Unidos ao tratar de questões



internacionais e a própria eleição dos presidentes estadunidenses Bill Clinton (1993-2001) e George Walker Bush (2001), ainda não foram muito explorados pela historiografia e outras áreas do conhecimento.

Talvez, pela já mencionada proximidade temporal ou pela visão superficial produzida pela mídia de tal evento, o fato é que se torna difícil analisar mais profundamente seus possíveis efeitos. Todavia, o historiador diante da pequena quantidade de fontes bibliográficas sobre determinado tema, não pode esmorecer e deixar de buscar a verdade sobre a Guerra do Golfo. Caberão novas pesquisas a serem feitas para analisar com mais afinco, quais suas ligações com o contexto internacional e com o processo histórico.

Assim, pode-se afirmar que a Guerra do Golfo foi causada pela invasão do Kuwait pelo Iraque para que o último conseguisse uma maior saída para o Golfo Pérsico. Havia o interesse do Iraque nas jazidas de petróleo do Kuwait e em aumentar o seu território. A questão da dívida externa iraquiana não pode ser esquecida, afinal ela oscilava ao redor de US\$ 90 bilhões, contraída durante a penosa Guerra Irã-Iraque (1980-1988). Outrossim, os EUA e o Reino Unido, principalmente, além do Japão e países da Europa Ocidental, como França, Holanda, Itália e a Alemanha (já unificada a partir de 3 de outubro de 1990) estavam muito preocupados com o fornecimento de petróleo mundial. Washington almejava controlar mais fortemente o Oriente Médio, já que o algoz soviético agonizava visivelmente por enfermidades internas.

Mesmo assim, algumas possíveis conseqüências da guerra serão apontadas. A primeira é a de que o mundo árabe e muçulmano continua vendo o Ocidente como colonizador. Infelizmente, a Guerra do Golfo produziu nos muçulmanos uma nítida sensação de que os países ocidentais possuíam de uma

cultura cristã, capitalista, democrática e moderna não estão preocupados em compreender e tolerar a cultura árabe e muçulmana. A imagem dos Estados Unidos e do Reino Unido, por exemplo, foram ainda mais atreladas às idéias de dominação.

Uma segunda possível consequência não visada pela guerra, de acordo com Habermas, teria sido o fortalecimento do fundamentalismo religioso, seja ele de cunho cristão, judaico ou muçulmano, com destaque para o fundamentalismo muçulmano que seria uma reação diante da modernização social de cunho ocidental destruidora de formas de vida, desapropriando culturalmente os povos de seus valores construídos historicamente, como é o caso dos árabes. É inegável a participação do Ocidente e seu imperialismo nesse processo. A Guerra do Golfo trouxe à tona a convicção de que a civilização ocidental tem muito que aprender sobre tolerância religiosa e cultural e entendimento intercultural entre regiões e povos.

O terceiro efeito está relacionado com a cobertura da imprensa. O fato de ela ter sido controlada e até mesmo manipulada pelo governo dos Estados Unidos, usando-a para os seus próprios interesses, é um dado importante. Aliada a isso, a Guerra do Golfo foi a primeira guerra em que a cobertura da mídia foi “ao vivo”. A rede de notícias CNN passou a ser referência em jornalismo vinte e quatro horas, crescendo de tal forma que se expandiu para todos os continentes, fazendo a cobertura de guerras e se tornando parâmetro às outras emissoras. De uma pequena rede, tornou-se um grande império jornalístico.

O quarto efeito foi o desastre ambiental, pois o Iraque mandou incendiar mais de 600 poços de petróleo no Kuwait, destruindo toda a produção local. Milhões de toneladas de poluentes foram lançados ao ar, poluindo extensas

áreas ao longo do Oriente Médio. Isso provocou chuva ácida sobre o Irã e Arábia Saudita.

Foram derramados pelos iraquianos milhões de barris de petróleo kuwaitiano no Golfo Pérsico, destruindo praias, fauna, flora marinha e desequilibrando a natureza da região. Foram queimados quase setecentos poços de petróleo no Kuwait, pelas tropas iraquianas, ao sair do Kuwait. Assim, foram necessários três anos para recuperar a produção de petróleo kuwaitiano.

O quinto efeito foi a derrota e a destruição do Iraque forçando-o a desocupar o Kuwait, também destruído pela guerra.

A sexta foi o embargo econômico das Nações Unidas contra o Iraque e a criação de Zonas de Exclusão Aérea no Iraque, ao Norte do Paralelo 36, para proteção dos curdos, e ao Sul do Paralelo 32, para proteção dos xiitas protegidos pela aviação estadunidense e britânica. Isso criou uma situação inusitada para o governo de Saddam Hussein e o Iraque e possibilitou que xiitas e curdos fossem protegidas da política de perseguição de Bagdá.

A sétima foi que a Guerra do Golfo mudou os equilíbrios geopolíticos e estratégicos da região, conforme atesta João Fábio Bertonha. Os Estados Unidos passaram a ter muitas bases na região, como a da Arábia Saudita, muito questionada pelos muçulmanos mais fundamentalistas, por estar em território sagrado. Vale lembrar que a cidade de Meca, a mais sagrada para os muçulmanos, está localizada na Arábia Saudita.

A influência estadunidense cresceu a ponto de influenciar áreas que antes eram consideradas zonas de influência soviética. Além disso, foram os Estados Unidos que influenciaram e mediarão o Acordo de Paz de Oslo entre os

palestinos, representados pela Organização para a Libertação da Palestina e Israel, em 1993.

A oitava consequência foi que ocorreu também, com o enfraquecimento de Bagdá, um crescimento do poder iraniano, em certa medida. Bertonha<sup>224</sup> afirmou que o Irã teve um aumento considerável de seu valor estratégico. Ocorre, que isso é, de certa forma, questionável. O Irã, pelos acontecimentos hodiernos relativos às suas intenções nucleares bastante suspeitas, vem enfrentando um isolamento muito grande que só não é maior devido à sua aproximação com Moscou para compra de tecnologia nuclear e armamento russo. Por outro lado, não deixa de ser ironia pensar que o país que deveria deter a ameaça fundamentalista iraniana seria exatamente aquele que se tornou uma ameaça para o Ocidente: o Iraque.

A crise e a Guerra do Golfo também mostraram percepções ilusórias e míticas na época em que a Guerra Fria agonizava. Idéias de que não haveria mais guerras e de que o poder militar teria entrado em um profundo ostracismo político foram, no mínimo, desmitificadas pelos mencionados fatos históricos.

A atuação dos Estados Unidos, nos últimos dez anos, na antiga Iugoslávia, Afeganistão e Iraque, só para citar alguns exemplos, demonstra que o uso da força militar e a guerra continuam sendo vistos como canais para se conseguir objetivos estratégicos e geopolíticos.

Contudo, não se pode considerar que a Guerra do Golfo proporcionou um realinhamento de forças no cenário internacional. Seu impacto no sistema internacional foi aparentemente pequeno. Isso não quer dizer que futuras pesquisas possam demonstrar que ela teve, sim, grande impacto. A priori, com base

---

<sup>224</sup> Ver o texto: BERTONHA, João Fábio. “Temas de política internacional para historiadores: A crise do Golfo Pérsico em 1991”. In: *História e Ensino*. Londrina, 1996(2): pp.113-128.

na literatura e nas pesquisas já feitas (que são poucas, aliás), não se pode inferir que ela teve grande choque mundial. Ela pode e deve ser considerada mais como um reflexo dos acontecimentos externos.

A nona conseqüência foi a permanência de Saddam Hussein no poder que trouxe conseqüências para o Iraque e para os Estados Unidos. A emergência de George Walker Bush à Casa Branca, em 2001, levou os republicanos a retomarem o antigo projeto de retirada de Saddam do poder. O que foi levado a cabo a partir de março de 2003 e que não foi finalizada ainda.

Já a décima e última conseqüência foi que a Doutrina Powell, de certa forma, teve e ainda produz reflexos na política externa dos Estados Unidos, através das doutrinas militares e de relações externas que a sucederam, no caso a Clinton, Bush e Rumsfeld. Essa conseqüência especificamente será abordada de forma mais aprofundada mais adiante.

### **3.8 A GUERRA DO GOLFO COMO APLICAÇÃO DA DOCTRINA POWELL**

Os Estados Unidos da América reagiram duramente como já foi dito, e ainda será tratado mais adiante. O que inquietava eram as suas reais intenções. Quais foram elas?

A resposta será baseada na obra “Oriente Médio e Afeganistão: Um Século de Conflitos”, de Paulo Fagundes Vizentini e nos artigos “O Iraque no grande jogo geopolítico mundial”, de Francisco Carlos Teixeira e “Temas de Política Internacional para Historiadores: A Crise do Golfo Pérsico em 1991”, de João Fábio Bertonha, já mencionados anteriormente.

No início de 1990, o presidente estadunidense George Bush (1989-1993) anunciou que estava começando uma “Nova Ordem Mundial” dos escombros da Guerra Fria.

Ao que tudo indica (ainda não está muito claro quais foram os reais interesses de Washington, somente pesquisas futuras mais aprofundadas trarão respostas mais contundentes) foram questões de ordem econômica, geopolítica, estratégica e jurídica.

Os aspectos econômicos se referem ao fornecimento de petróleo para o mercado do Ocidente, em especial para os Estados Unidos. Washington não poderia permitir que um líder tão instável, pouco confiável e ambicioso como Saddam Hussein pudesse controlar grande parte da exploração e do mercado mundial petrolífero com a anexação do Kuwait. Além disso, o êxito do Iraque permitiria por parte desse uma forte intimidação sobre os outros países produtores de petróleo do Oriente Médio, o que ameaçaria o fornecimento do mesmo para o voraz mercado estadunidense.

Já o aspecto geopolítico se relaciona com a influência dos Estados Unidos no Oriente Médio. Um Iraque forte e líder do mundo árabe poderia desestabilizar o Oriente Médio e prejudicar o equilíbrio regional e os interesses dos Estados Unidos. Não se pode esquecer que esse país possui uma visão de segurança nacional com caráter mundial, o que resulta na busca por estabilidade em todos os continentes.

O aspecto estratégico se relaciona com a emergência, dentro da Casa Branca de uma nova doutrina para a Política Externa, a Doutrina Powell. A crise surgida entre o Iraque e o Kuwait, em 1990, acabou provocando a aceleração de uma nova doutrina estratégica para os Estados Unidos. A síndrome da Guerra do

Vietnã (1961-1973) ainda pairava sobre o governo estadunidense. Os milhares de mortos e a humilhante derrota sofrida não saíam da cabeça da população estadunidense.

Conseqüentemente, os Estados Unidos optaram por uma intervenção militar altamente tecnológica, com o emprego maciço de aviação e armamento tecnológico, para derrotar o poder de resposta e resistência do inimigo. Somente depois a infantaria entraria em cena com a invasão de soldados para provocar o menor número de baixas possíveis.

A Doutrina Powell<sup>225</sup> foi uma doutrina de defesa formulada pelo comandante-em-chefe das Forças Armadas, general Colin Powell. Seu lema era “nós atiramos e eles morrem”.

Tal doutrina de defesa dos Estados Unidos foi feita sob a égide de uma nova configuração internacional, em que a União Soviética não era mais o inimigo principal a ser derrotado. O alvo primordial seria, a partir de então, os pequenos países resistentes e avessos à hegemonia estadunidense. Foi o caso do Iraque, daí provavelmente a Guerra do Golfo ter ocorrido.

Os Estados Unidos procuravam um inimigo novo no âmbito de sua política externa, já que a União Soviética agonizava e o socialismo real enfrentava forte crise de paradigmas. Anos mais tarde, o Departamento de Estado estadunidense encontrou no terrorismo, no fundamentalismo islâmico e nos Estados avessos à hegemonia estadunidense, o seu tão almejado inimigo.

O desaparecimento da União Soviética como superpotência com força política e detentora de enorme poder de coerção e convencimento e adversária dos Estados Unidos, possibilitou aos pequenos países do mundo subdesenvolvido

---

<sup>225</sup> Ver a obra: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Powel (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da.(coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. pp. 703-704.

agirem de forma autônoma. Foi contra esses países, chamados de fora-da-lei, que a Doutrina Powell deveria ser aplicada, como se verificou na Guerra do Golfo e em outras situações históricas, como nos Bálcãs, durante a década de 1990.

O outro aspecto é o geopolítico. Os Estados Unidos sem o freio soviético, poderiam impor sua hegemonia aos “quatro cantos do mundo”. A neutralidade soviética na guerra e a aprovação de Moscou do manto jurídico das Nações Unidas, para a ação de Washington, durante a Guerra do Golfo, davam claros sinais de que a correlação de forças em escala internacional estava mudando rapidamente. Cabia aos Estados Unidos, como única superpotência mundial restante, agir rapidamente para expandir e impor sua nova ótica militar e hegemônica.

O último aspecto a ser analisado é o jurídico. O Direito Internacional, sob o manto protetor das Nações Unidas, foi arduamente construído desde o século XVII. Contudo, durante o conturbado e breve século XX, foi várias vezes desrespeitado, principalmente na Guerra Fria. Como se sabe, para um país atacar um outro e ser considerada uma guerra legítima e justa, há a necessidade de ele ser agredido antes. Em outras palavras, no caso da Guerra do Golfo, caberia ao Kuwait revidar ao ataque, algo legítimo e justo, pois foi agredido.

Entretanto, os Estados Unidos que tanto já desrespeitou as normas de Direito Internacional, alegou ser inadmissível o Iraque infringir as normas internacionais. Nesse ponto é necessário fazer um adendo, pois o motivo era um pouco diferente. Os Estados Unidos, na verdade, não iriam admitir que fosse aberto o precedente jurídico de um país pequeno desafiar sem nenhuma punição a ordem internacional.



### **3.9 A DOCTRINA POWELL PRESENTE NAS DOCTRINAS CLINTON, BUSH E RUMSFELD**

Contudo, do ponto de vista da ação militar, a Doutrina Powell ainda se faz presente e é mantida. Não se pode esquecer que ela foi substituída pelas Doutrinas Clinton e Bush, mas ainda assim, permanece atual nas intervenções militares dos Estados Unidos. O problema das baixas em combate é um tema delicado no território estadunidense desde a Guerra do Vietnã. As freqüentes comparações da Invasão dos Estados Unidos sobre o Iraque, a partir de 2003, com o conflito no Vietnã, é um claro sinal disso.

A atual intervenção militar de Washington, no Iraque, inicialmente encontrou apoio da mídia e de parcela da população estadunidense. Contudo, a euforia inicial da guerra passou e aconteceu a emergência de novos fatos que desmentiram os argumentos apresentados pelos governos dos Estados Unidos e do Reino Unido, para justificar a guerra preventiva contra o Iraque, em 2003. Os argumentos eram basicamente dois: o primeiro se referia a possíveis ligações do governo de Saddam Hussein com a rede terrorista Al Qaeda, de Osama Bin Laden. Já o segundo, era a existência de programas de desenvolvimento e de estoques de armas de destruição em massa (nucleares, químicas e biológicas).

#### **3.9.1 DOCTRINA CLINTON**

Ainda durante a ocorrência da Guerra do Golfo, entre os meses de janeiro e março de 1991, as relações estratégicas de poder no cenário da nova ordem mundial que estava nascendo dos escombros da Guerra Fria, foram erigidas pelos Estados Unidos da América.

Entretanto, as relações estratégicas de poder de Washington na seara internacional foram organizadas e formuladas na administração do governo do presidente Bill Clinton (1993-2001), quando a Doutrina Powell foi sucedida, em termos de relações internacionais, pela Doutrina Clinton.

Assim, em abril de 1999, durante a reunião comemorativa do cinquentenário da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o presidente democrata Bill Clinton anunciou que os novos objetivos da organização seriam a luta contra as ditaduras e todos os regimes políticos que não fossem liberais representativos, contra as ameaças que pairavam sobre os direitos humanos e à ecologia, assim como o combate ao narcotráfico internacional. Eram os princípios que embasaram a chamada Doutrina Clinton. As causas dos direitos humanos e da ecologia se transformaram em instrumentos globais de política por parte dos Estados Unidos, através do então vice-presidente Al Gore

*“A explicitação da chamada Doutrina Clinton foi embalada pela aceitação do ‘politicamente correto’ e permitiu ao vice-presidente Al Gore avançar – como nenhum político com responsabilidade de gestão global até então avançara – numa plataforma de promoção da causa verde e dos direitos humanos como instrumentos globais de política.”<sup>226</sup>*

É óbvio pensar que o conjunto de princípios nos quais a Doutrina Clinton se embasava contrariou os interesses de dois setores importantes para a economia e a política estadunidense. O primeiro era o setor industrial, principalmente o de energia fóssil, como o petrolífero, preocupado com o crescimento da economia nacional, e que via na política ambientalista da dupla Clinton/Gore uma grande ameaça aos seus interesses. O apoio político e econômico

---

<sup>226</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Clinton (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 171.

dado por tais empresas para o governo Bill Clinton cessou e foi conduzido para a candidatura George Walker Bush, para presidente, e Dick Cheney, para o cargo de vice-presidente. Os candidatos Bush e Cheney, então, eram mais comprometidos com os objetivos das empresas de energia, por serem mais flexíveis com as regras e legislações sobre poluentes.

Já o segundo setor era o Partido Republicano e a New new Right<sup>227</sup> que julgavam a administração Clinton/Gore como sendo contrária aos Estados Unidos, além da Organização das Nações Unidas representarem e comandarem uma administração anti-estadunidense.

O quadro político se agravou ainda mais com os escândalos envolvendo o presidente Bill Clinton e o seu “relacionamento” com uma estagiária da Casa Branca, Mônica Lewinski, que emergiu na imprensa do país no ano de 1998 e quase o levou a um processo de impeachment, em janeiro de 1999. Essa conjunção de fatos ajudou George Walker Bush e Dick Cheney a unirem o campo da direita nos Estados Unidos em prol de suas candidaturas.

O governo do presidente democrata Bill Clinton<sup>228</sup> erigiu, de acordo com a nova doutrina, uma série de princípios para as relações internacionais englobando o livre acesso aos mercados mundiais, através da Organização Mundial do Comércio (OMC), práticas protecionistas, combate ao narcotráfico internacional, defesa dos direitos humanos e dos santuários ecológicos do planeta. A hegemonia dos Estados Unidos, através da defesa de seus objetivos e valores, no cenário

---

<sup>227</sup> A New new Right é o setor de direita na política dos Estados Unidos que não está inserida em nenhum dos partidos políticos, no caso o Democrata e o Republicano, e que se organiza em entidades religiosas cristãs como a Christianity Identity, ou na forma de milícias armadas como, por exemplo, a Aryan Nation. Pode-se afirmar que se tratam de grupos de extrema direita defensores de que os Estados Unidos estariam perdendo espaço no mundo, acometidos por um processo violento de decadência e perda de seus valores morais, além da ameaça a identidade estadunidense consubstanciada pela sigla WASP (White, Anglo-Saxon e Protestant).

<sup>228</sup> Ver a obra: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Clinton (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 170-171.

internacional garantiria a paz mundial e a defesa objetiva dos interesses estadunidenses em áreas importantes, como o Oriente Médio.

A aplicação da Doutrina Clinton, por exemplo, deu-se no tema dos direitos humanos. Ela variou entre a imposição de valores, preceitos e idéias morais e éticas ocidentais, como ocorreu no Iraque, pós Primeira Guerra do Golfo, de 1991, e nos bombardeios da OTAN contra a então Iugoslávia, para defenderem a província do Kosovo, e uma tentativa de reconhecimento das particularidades das culturas não-ocidentais. Isso gerou uma grande ambigüidade e muitas dúvidas sobre a extensão da soberania desses países. Por um lado, em países como a República Popular da China, a ausência de liberdade política e de imprensa e a repressão contra as culturas tibetana e dos uigures muçulmanos, e na Rússia, com a sua guerra contra a república separatista da Chechênia e perseguição contra a oposição, deveriam ser consideradas especificidades culturais chinesas e russas, respectivamente, inseridas no âmbito da diferença cultural. Por outro, regimes políticos como o de Cuba, Iraque, Líbia e da Iugoslávia<sup>229</sup> seriam considerados ditaduras sanguinárias<sup>230</sup>, desrespeitosas dos direitos humanos e inadmissíveis.

Em outras palavras, a diferença de tratamento conferida para os citados países é que no caso da Federação Russa e da China Popular, esses possuem grande peso geopolítico e econômico no mundo. Já o Iraque era detentor

---

<sup>229</sup> A Iugoslávia nasceu como país, na região dos Balcãs, ao final da Primeira Guerra Mundial. Era formada por seis repúblicas: Croácia, Eslovênia, Bósnia-Herzegovina, Macedônia, Montenegro e Sérvia. A república que controlava a Iugoslávia era a Sérvia. Depois do início da década de 1990, Macedônia, Eslovênia, Croácia e Bósnia-Herzegovina se tornaram independentes. Assim, em 1999, época dos bombardeios da OTAN, liderados pelos Estados Unidos, contra a Iugoslávia, devido à política de repressão do governo de Slobodan Milosevic contra o Kosovo, o país era formado apenas pelas repúblicas de Montenegro e Sérvia. A Sérvia possuía, então, dois territórios autônomos: Kosovo e Vojvodina. Em 2002, o nome Iugoslávia desapareceu e em seu lugar surgiu Sérvia-Montenegro. Em 2006, Montenegro se separou da Sérvia para se tornar independente como país. Em 2008, através da ONU, Estados Unidos e União Européia, a província sérvia de Kosovo conseguiu a sua independência.

<sup>230</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Clinton (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 171.

de grandes reservas de petróleo, bastante atraentes para as necessidades energéticas dos Estados Unidos. Estados como Cuba e a então Iugoslávia, em 1999, por não possuírem grandes reservas petrolíferas e nem grande importância econômica e geopolítica, foram considerados ditaduras perigosas para a ordem internacional. Isso representava que apesar da defesa dos direitos humanos, o mundo, ao final do século XX e início do século XXI, estaria imerso, em termos de relações internacionais, na chamada *realpolitik*, como no final do século XIX.

A supremacia estadunidense, por consequência, far-se-ia através da imposição de seus valores, princípios, objetivos e interesses ao resto do mundo como a única forma de se conseguir e garantir a paz no globo. Pode-se observar que a gama de idéias e princípios que embasavam a política externa dos Estados Unidos, sob o governo Bill Clinton, de acordo com os seus idealizadores, em termos práticos ajudava Washington em seus interesses, seja para justificar ingerências em locais como o Iraque, seja para ignorar áreas não-sensíveis, como no caso dos conflitos étnicos envolvendo Ruanda, Burundi e República Democrática do Congo (antigo Zaire).

Percebe-se, então, que durante os dois mandatos do presidente Bill Clinton (1993-2001), a política externa dos Estados Unidos alicerçou-se sobre a mistura de *realpolitik* e de princípios e idéias wilsonianas<sup>231</sup>. É claro que o mundo se

---

<sup>231</sup> Thomas Woodrow Wilson nasceu em 1856 e morreu em 1924. Ele foi presidente dos Estados Unidos da América entre os anos de 1913 e 1921, pelo Partido Democrata. Wilson defendeu a criação da Liga das Nações, durante a realização da Conferência de Versalhes, em 1919, logo após a Primeira Guerra Mundial, que elaborou o polêmico Tratado de Versalhes. O princípio embasador da Liga das Nações era o da autodeterminação dos povos. As idéias wilsonianas defendiam que os valores estadunidenses de liberdade e democracia deveriam se expandir pelo mundo. Segundo o presidente Woodrow Wilson, as idéias democráticas criam melhores e mais confiáveis aliados do que os regimes ditatoriais. As democracias criariam condições mais favoráveis para a prosperidade econômica. O êxito do capitalismo dependeria de regras estáveis e democráticas. Os seguidores das idéias de Wilson passaram a ser contrários ao colonialismo e as guerras. Nesse sentido, países que perseguem dissidentes políticos, não protegem o meio ambiente, oprimem minorias raciais devem ser combatidos pelos Estados Unidos e seus ideais democráticos e capitalistas. Assim, o governo do presidente Bill Clinton defendeu que a Organização das Nações Unidas deve ser fortalecida como forma de estruturar o mundo de acordo com os valores estadunidenses e ocidentais.

acostumou com a defesa dos direitos humanos, do livre mercado, de políticas protecionistas, da ecologia, do Protocolo de Kyoto, da Corte Internacional de Justiça, das Nações Unidas, da luta contra o terrorismo e o narcotráfico. Tratava-se de uma defesa realizada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos dos interesses nacionais estadunidenses, sempre caracterizados como interesses mundiais

*“(...) Foi desta forma que os EUA agiram na Somália, na Guerra da Bósnia, em Kosovo, em Timor Leste e, ao mesmo tempo, atacaram seguidamente o Iraque, o Sudão e o Afeganistão, além de avançarem na pacificação da Irlanda do Norte e do Oriente Médio, onde quase obrigaram as partes em conflito a assinar um acordo de paz que nenhum dos atores em cena queria.”<sup>232</sup>*

Entretanto, tal cenário nas relações internacionais iria mudar muito com a eleição do candidato republicano postulante à Casa Branca, George Walker Bush, em 2001.

### **3.9.2 DOCTRINA BUSH**

A vitória da candidatura Bush/Cheney, pelo Partido Republicano, em 2000, e sua posse em 2001, ampliou a política externa estadunidense. Seu governo optou por uma cúpula composta por conservadores que foram membros dos governos Reagan (1981-1989) e George H. Bush (1989-1993).

A composição do governo feita por George Walker Bush foi com políticos e técnicos bastante conservadores, com destaque para os chamados “fundamentalistas” do Partido Republicano, que passaram a ocupar cargos na Secretaria de Defesa, Departamento de Estado e também na Organização das

---

<sup>232</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Bush (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 102.

Nações Unidas. Conservadores como Dick Cheney, Donald Rumsfeld, John Ashcroft, Paul Wolfowitz e Condoleeza Rice eram figuras cerebrais, candentes e importantes do governo destoando inicialmente do Secretário de Estado, o militar Colin Powell.

O establishment conservador governamental conduziu os Estados Unidos, entre os meses de janeiro e setembro de 2001, portanto antes dos Atentados de 11 de setembro, para uma política externa conservadora, bastante focalizada nos interesses estadunidenses em detrimento do mundo.

Por isso, tal política externa unilateral, defensora árdua dos interesses estadunidenses, foi chamada pelo Departamento de Estado de “multilateralismo à la carte”. Washington se reservou o direito de analisar e agir pontualmente cada questão internacional, de acordo com os seus interesses, mesmo que fosse necessário infringir tratados ou o próprio direito internacional. O governo dos Estados Unidos recusou participar da Corte Penal Internacional de Haia, do Protocolo de Kyoto, da Convenção sobre Armas Portáteis, de restrições ao uso de minas terrestres, do controle sobre armas químicas de destruição de massa e do acordo de limitação de mísseis com a Rússia.

Em situações internacionais bastante delicadas, como o caso do Iraque, no Oriente Médio, Washington se recusava a agir em determinados momentos e em outros, seguia um caminho próprio, sem levar em consideração os tradicionais aliados, como os europeus e também organizações internacionais, como as Nações Unidas. Tratava-se de um unilateralismo perigoso para a estabilidade internacional. Nesse sentido,

*“(...) Foi assim que, no Oriente Médio, o discurso e a prática devastadores de Ariel Sharon foram incorporados plenamente pela nova*

*equipe de governo dos EUA; e, no Extremo Oriente, a China – potência emergente – foi tratada com descaso e arrogância.*<sup>233</sup>

Na seara econômica internacional, o governo estadunidense tratou de erigir a defesa de seu próprio espaço econômico, com a luta pela criação do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) e da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), para enfrentar a União Européia e os países do Leste e Sudeste Asiático, como a emergente República Popular da China.

Tais ações unilaterais estadunidenses se intensificaram no cenário internacional após os atentados terroristas de onze de setembro de 2001, em New York e Washington. No mesmo mês, o presidente George Walker Bush reafirmou que os Estados Unidos lutariam com afinco e grande força, perante os congressistas do Capitólio, contra o terrorismo internacional, sem a interferência e mediação de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, através do estabelecimento de uma política de combate estadunidense para eliminar tal problema.

A reação da União Européia ao fato do onze de setembro foi bastante confusa. Ela não conseguiu construir uma política externa européia que englobasse os 15 (quinze) países membros da época. Assim, as diplomacias de cada país trataram de se posicionarem de acordo com os seus interesses. Foi o que aconteceu com o Reino Unido e seu então primeiro-ministro, o trabalhista Tony Blair. Londres se colocou como a maior aliada de Bush na Europa e no mundo na guerra “contra o terror”. A aliança Washington-Londres expôs Tony Blair a situações delicadas com os seus parceiros europeus, principalmente França e Alemanha, pois os Estados

---

<sup>233</sup> Idem, p. 103.



Unidos agiram no ambiente internacional sem consultar muitas vezes, o seu aliado britânico.

Logo após, ainda em 2001, os Estados Unidos já colocavam sua máquina de guerra a serviço do combate ao “terror” e realizou a intervenção no Afeganistão, em busca da captura de Osama Bin Laden e da deposição do governo Taliban. A postura unilateral estadunidense se aprofundava à medida que a intervenção no Afeganistão foi rápida, mesmo sem a prisão de Bin Laden. Após o Afeganistão, outros países poderiam ser alvos da política externa belicista de Washington e o próximo Estado poderia ser um antigo problema que precisava ser resolvido desde o fim da Primeira Guerra do Golfo, em 1991: o Iraque, de Saddam Hussein.

A quase obsessão do governo de George Walker Bush com o Iraque levou o Departamento de Estado, a CIA (Agência Central de Inteligência) e o Pentágono a acusarem o governo iraquiano de colaboração com a organização terrorista internacional, Al Qaeda<sup>234</sup>, nos atentados de onze de setembro de 2001, e de possuir e desenvolver programas de arsenais de armas de destruição em massa (químicas, biológicas e nucleares). A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), durante o ano de 2002 e início de 2003, realizou várias inspeções nas

---

<sup>234</sup> A palavra “Al Qaeda”, traduzida do árabe para a língua portuguesa, significa a base. Trata-se de um grupo terrorista internacional e multinacional, composto por pessoas de mais de 50 (cinquenta) nacionalidades diferentes. É composto por células terroristas espalhadas por várias partes do mundo, que se beneficiam das telecomunicações, do mercado financeiro e dos modernos meios de transporte para se conectarem e realizarem suas ações. O seu membro e financiador mais conhecido é o saudita Osama Bin Laden. Ela teria nascido antes da Guerra do Golfo, durante a invasão soviética sobre o Afeganistão, no final da década de 1980, quando vários grupos de muçulmanos, os mujahedins, de vários países islâmicos, resistiram contra a ação de Moscou que objetivava a anexação do território afegão. A resistência afegã foi financiada pelos Estados Unidos, através da CIA (Agência Central de Inteligência), que forneceu dinheiro, armas e treinamento militar. Dentre aqueles que foram armados e treinados pelos Estados Unidos, encontrava-se Osama Bin Laden. Com a instalação de uma base militar dos Estados Unidos na Arábia Saudita, território sagrado para a religião do Islamismo, com o fim da invasão soviética sobre o Afeganistão, em 1989 e com a destruição de grande parte do Iraque, durante a Guerra do Golfo, Osama Bin Laden e a “Al Qaeda”, desviraram suas atenções e objetivos. A partir do início da década de 1990, o objetivo era atacar e destruir os Estados Unidos e seus símbolos, como o liberalismo, capitalismo e democracia.

instalações militares do Iraque. Não ficou devidamente comprovado que o governo de Saddam Hussein detivesse ou desenvolvesse projetos daquela natureza.

Mesmo assim, a Casa Branca insistia juntamente com Londres que o Iraque era uma grande ameaça para a segurança estadunidense, européia e mundial. A Doutrina Bush, cada vez mais institucionalizada e presente nas entranhas do aparato estatal dos Estados Unidos, foi colocada em prática no sentido de preparar as Forças Armadas estadunidenses para a invasão ao território iraquiano.

Vale lembrar que a nova doutrina se tornou mais explícita a partir de 2002, quando Condoleeza Rice afirmou que, diferentemente da Guerra Fria, não bastava possuir grande quantidade de armas de destruição em massa para convencer o inimigo de não atacar, pois as forças inimigas se apresentariam dispersas e múltiplas, isto é, sem alvos a proteger. Então o território deveria ser redefinido para efeito de estratégia de guerra. As idéias de Condoleeza Rice foram amplamente aceitas por Bush, em seu discurso realizado no dia 30 de janeiro de 2002, ao afirmar na época que os Estados Unidos detinham o direito de realizar ataques preventivos contra países que estivessem desenvolvendo armas que ameaçassem a sua segurança. Seria o caso do Iraque.

Ainda no ano de 2002, mas em 19 de setembro, a presidência estadunidense apresentou ao Capitólio, um importante documento denominado “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos”. Seus principais aspectos eram

*“(...) (1) usar ataques preventivos em substituição às estratégias de dissuasão e contenção; (2) alcançar superioridade militar eterna e derrotar definitivamente o terrorismo; (3) a definição de que a maior ameaça a ser enfrentada é a combinação de radicalização (religiosa ou política) com alta tecnologia, devendo haver rigoroso controle na sua*

*proliferação; (4) a substituição da lógica dos tratados de 'não-proliferação', ou seja, a criação do sistema de defesa nacional antimíssil combinada com o desmantelamento e destruição de armas e tecnologias bélicas de países e organizações inimigas; (5) dissuadir qualquer potência emergente a buscar paridade militar com os EUA, como a China; (6) impulsionar 'o avanço da democracia e a abertura econômica' na China e na Rússia; (7) apoiar os 'governos modernos e moderados', especialmente no mundo islâmico, para se evitar que as condições e as ideologias promotoras do terrorismo encontrem terreno fértil.*<sup>235</sup>

Ao mesmo tempo, havia a necessidade de legitimação da nova política externa dos Estados Unidos por parte das Nações Unidas, uma espécie de manto jurídico internacional. Para tanto, foi criado "O Quarteto", isto é, um grupo formado por países, bloco e organização internacional capaz de controlar, organizar e vigiar o mundo. "O Quarteto" é composto por Rússia, União Européia e Organização das Nações Unidas, orquestrado e regido pelos Estados Unidos<sup>236</sup>.

O crescente unilateralismo da política externa estadunidense causou o nascimento de divergências no Atlântico Norte, pois tradicionais aliados europeus, como França, Alemanha e Bélgica passaram a resistir contra o ascendente hegemonismo do "Tio Sam". Paris e Berlim agiram de forma rápida, dentro das Nações Unidas e de outros organismos internacionais, exigindo maior diálogo, multilateralismo, respeito aos tratados, às organizações internacionais e às leis de direito internacional público.

Portanto, o mundo passou a ser considerado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos como dividido entre as forças da ordem e as forças da desordem

*"Do ponto de vista da política externa norte-americana, o mundo passou a ser encarado como dividido entre as forças da ordem, com EUA e União Européia+Rússia no Ocidente (conforme a nova configuração da*

---

<sup>235</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Bush (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 104.

<sup>236</sup> Idem, p. 103-104.

*OTAN a partir de 2003) e a dupla Índia e Japão no Oriente (...). Contra essa configuração de ordem, haveria as forças da desordem, representadas pelos países do Eixo do Mal, os estados falidos – como Somália, Iêmen – os países inúteis – Congo, Ruanda e Burundi -, além das forças não-estatais, como o terrorismo e o narcotráfico.<sup>237</sup>*

A Casa Branca, então, dominada pelos conselheiros representantes dos grupos fundamentalistas cristãos, das indústrias de armas e petrolíferas, não acreditavam em uma solução multilateral, via Nações Unidas, para deter as forças da desordem e reequilibrar o mundo conforme os interesses estadunidenses.

Baseado no que foi citado anteriormente, o governo de George Walker Bush lançou um duro “ataque preventivo” contra o Iraque, a partir de março de 2003, buscando em termos oficiais, eliminar os eventuais projetos de desenvolvimento de armas nucleares e as armas de destruição em massa. Contudo, tal intervenção militar objetivava depor o governo de Saddam Hussein (resolvendo assim velha pendência existente desde a Primeira Guerra do Golfo), colocar o Iraque sob a órbita de influência estadunidense, atender aos interesses das empresas petrolíferas e armamentistas dos Estados Unidos e obter um importante fornecedor de petróleo.

A ação militar dos Estados Unidos não observou o Conselho de Segurança das Nações Unidas, que não tinha autorizado uma intervenção bélica sobre o Iraque, por entender que era necessário esperar mais algum tempo até que se provasse a suposta existência de ligações de Bagdá com a Al Qaeda e de armas de destruição em massa iraquianas. Washington foi seguido por Londres e apoiado por Madri e Lisboa.

---

<sup>237</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Bush (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 103-104.

As ações dos Estados Unidos no cenário mundial sempre objetivaram intervir em países onde os conflitos ou crises coloquem em risco os interesses estadunidenses. Mesmo a Doutrina Powell ter sido substituída nas relações internacionais, vale mencionar que na área militar ela ainda permanece no interior da Doutrina Bush. A Invasão ilegal do Iraque pelos Estados Unidos, em 2003, e a preocupação constante da opinião pública estadunidense com a questão das baixas são fortes indícios da manutenção da essência da Doutrina Powell.

Os Estados Unidos, com base na Doutrina Bush, então intensificaram várias ações militares de caráter preventivo, isto é, fez uso da chamada guerra preventiva para se defenderem de qualquer ameaça a sua segurança nacional. Lamentavelmente, o governo do presidente George Walker Bush passou a usar um discurso de cunho religioso, leia-se cristão, contra o chamado eixo do mal (Iraque, Irã e Coréia do Norte)<sup>238</sup>.

Na área econômica a Doutrina Bush era contraditória, pois defendia um forte protecionismo ao mercado interno, principalmente nos setores mais frágeis em termos competitivos de sua economia, como o agrícola e o industrial e também um liberalismo extremo, através da livre circulação de capitais e a redução dos tributos às empresas e grupos mais ricos do país.

E foi quando a Doutrina Bush ainda estava sendo aplicada, mormente na política externa estadunidense, que começou a nascer uma outra doutrina: a Rumsfeld.

### **3.9.3 DOUTRINA RUMSFELD: UMA NOVA DOUTRINA MILITAR?**

---

<sup>238</sup> MUNHOZ, Sidnei José. Apontamentos para uma reflexão sobre política imperial e conflitos internacionais relacionados aos Estados Unidos (do final do século XIX ao tempo presente). In: VI Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, 2006, Rio de Janeiro. VI Encontro Nacional de Estudos Estratégicos – apresentação dos Conferencistas. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006. p. 91.

Desde o fim da Guerra Fria os Estados Unidos têm vivenciado contínuas mudanças no seu pensamento tático para travar guerra. Atualmente, os Estados Unidos parecem caminhar segundo João Fábio Bertonha, para um novo paradigma militar, consubstanciado pela Doutrina Rumsfeld. Não se trata de uma transformação no modo de ver a guerra por Washington, com raízes no modelo ocidental, mas de uma nova forma de operacionalização militar<sup>239</sup>.

O pensamento tático dos Estados Unidos mudou bastante desde a sua ascensão à condição de superpotência mundial, após a Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945). Até esse conflito, os estadunidenses adotaram no campo de batalha padrões operacionais que também eram aplicados por outros países ocidentais, isto é, de que para vencer o inimigo era necessário o uso maciço de blindados, soldados, aviões e navios. Tal pensamento, de certa forma, continuou existindo durante a Guerra Fria.

Porém, o modo de agir dos pensadores do Pentágono se modificou consideravelmente a partir da década de 1970 devido à ocorrência de dois fatos: o primeiro foi a Guerra do Vietnã e o segundo, foi a certeza de que uma guerra com a União Soviética, de acordo com a velha forma de guerrear, poderia ser desastrosa para os Estados Unidos, por causa da grande superioridade numérica soviética.

A Guerra do Vietnã (1961-1975) demonstrou de forma implacável que a superioridade e poder militar esmagador são inúteis contra um adversário que evita um confronto decisivo, optando por arrastar o embate bélico por um longo tempo, sem perspectiva de soluções e com muitas baixas. As Forças Armadas estadunidenses perceberam que uma intervenção em um país do Terceiro Mundo só

---

<sup>239</sup> Ver a obra: BERTONHA, João Fábio. “A Doutrina Rumsfeld: Novo paradigma da guerra moderna?”. In: *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, set/out/nov/dez 2003, ano LXXXIX, n. 797: pp.179.

teria sucesso caso fosse rápido, objetivo, com estratégia bem definida e ampla superioridade.

Com relação à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, um enfrentamento direto, poderia representar uma grande derrota para os Estados Unidos da América. Diante da existência de maior número de soldados soviéticos, os estadunidenses perceberam a necessidade de construir uma doutrina militar que destacasse a perfeita coordenação entre o poder aéreo e o terrestre, através de uma rápida mobilidade das tropas e de eficiente troca de informações.

Assim, juntamente com o desenvolvimento de inúmeras armas tecnologicamente mais avançadas, nasciam as premissas para a construção da futura Doutrina Powell, aplicada efetivamente durante a Primeira Guerra do Golfo, de 1991.

Enquanto permaneceu no seu cargo de secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, principalmente durante o primeiro mandato do presidente George Walker Bush, a partir de 2001, passou a ser um grande defensor dessa mudança. O uso cada vez maior de forças leves, munidas de alta tecnologia, com intensivo apoio aéreo, bombas inteligentes e de modernos sistemas de informação seria necessário diante de Estados beligerantes como de organizações terroristas. A presença de grandes quantidades de soldados e tanques seria diminuída na mesma proporção.

No primeiro trimestre do ano de 2002, o secretário de Defesa Donald Rumsfeld, apresentou o Plano de Defesa que foi aplicado e concretizado na Segunda Guerra do Golfo, em 2003, quando os Estados Unidos invadiram o Iraque. Tal plano possuía os seguintes princípios

*“(...) desenvolvimento de forças especiais de defesa com grande habilidade de adaptação ao terreno e à cultura da região para identificar alvos e guiar ataques aéreos com precisão, visto que os perigos do futuro seriam ‘desconhecidos, incertos, invisíveis e inesperados’; a associação de armas convencionais com aquelas de alta tecnologia, aceitando-se os riscos de experimentar novas idéias e equipamentos, o que significava, entre outras coisas, investimentos na miniaturização de artefatos atômicos com capacidade de destruição localizada, ou seja, com baixa emissão atmosférica de resíduos.”<sup>240</sup>*

Percebe-se, então, que o Plano de Defesa defendido por Rumsfeld e parte do Pentágono era a base para a implantação de uma nova doutrina militar, a Doutrina Rumsfeld. Tal plano, como já mencionado anteriormente, foi usado na Invasão do Iraque, em 2003, e defendia uma série de 6 (seis) idéias fundamentais para o seu funcionamento. A primeira era de que a ação militar deveria promover uma campanha para que se negasse asilo político aos líderes inimigos em qualquer lugar do mundo. A segunda idéia defendia a fundamental proteção dos canais de informação na guerra. Já a terceira objetivava uma coordenação sincrônica e coordenada entre a Marinha, Aeronáutica e Exército dos Estados Unidos. A quarta é bastante desafiadora, pois sustenta ser necessário que uma nova estrutura de poder seja construída e mantida no local que foi invadido, mesmo que seja distante. O quinto ponto é que o território estadunidense e suas bases militares espalhadas pelo mundo devem ser defendidas com segurança. Já a sexta e última idéia almeja que o acesso ao espaço seja sem qualquer objeção, ao mesmo tempo, que o sistema de defesa do espaço fosse protegido contra qualquer ameaça do adversário.

Os pontos acima levantados demonstram o quanto é complexo colocar em prática os princípios da Doutrina Rumsfeld. Isso é agravado pela necessidade indubitável de se manter os pontos estratégicos conquistados. Para

---

<sup>240</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Bush (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 104.



tanto, é imprescindível o apoio da população, a interação entre as Forças Armadas, utilização de ataques preventivos como forma de defesa, a formação de uma aliança de países dentro do chamado multilateralismo à la carte e a utilização de forças terrestres combinadas com forças especiais e aéreas<sup>241</sup>.

Não se pode esquecer-se de mencionar que o Plano de Defesa, de Rumsfeld, não aceitava a idéia de que os Estados Unidos deveriam agir simultaneamente em duas situações de guerra, ao mesmo tempo, defendida pela Doutrina Powell e exposta pelo Pentágono em maio de 1997. Donald Rumsfeld também rejeitava a estratégia baseada em tratados e também a utilização de grande quantidade de soldados nos fronts numa guerra assimétrica, contra um inimigo não-convencional ou de força militar infinitamente menor.

Faz-se necessário, então, explicar rapidamente o que é uma guerra assimétrica. Nessa guerra os EUA possuiriam muitos alvos a serem atacados e já o inimigo não possui nem alvos nem territórios identificáveis. Então, o termo assimétrico usado para a guerra significa

*“(...) A adjetivação assimétrica nos parece mais apropriado que irrestrita, pois assimétrica conceitua melhor, (...), a guerra que se trava e é composta, entre outras, das seguintes assimetrias, de um lado: assimetria de poder econômico e financeiro, muitos recursos versus poucos; assimetria de capacidade bélica, relativa e absoluta; assimetria de estruturação organizacional, hierarquia versus rede; e, entre outras, das seguintes assimetrias, de outro lado: assimetria de objetivação, número quase infinito de alvos versus poucos para o adversário; assimetria de resultados, indiferença de resultados no curto e médio prazos contra a necessidade de resultados expressivos do adversário no curto prazo; e, assimetria comportamental, não sujeita a regra alguma inclusive admitindo o suicídio na ação versus o adversário que encontra-se sempre preso a regras e convenções.”<sup>242</sup>*

---

<sup>241</sup> Idem, p. 104.

<sup>242</sup> COSTA, Darc. Guerras Assimétricas. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 424.

Pode-se afirmar que a guerra assimétrica é a guerra realizada entre os fracos e fortes. Trata-se de um conflito marcado pelo desgaste, mas sem se caracterizar pelo caráter defensivo. A idéia da guerra assimétrica é impor uma vontade, exaurir e desgastar o inimigo internamente até o seu enfraquecimento físico e psicológico. Não terá reação política e estará imobilizado em termos operacionais. A imobilização do adversário, durante o embate bélico é o início do triunfo para um dos lados beligerantes. A vitória é muito mais política do que militar.

O país, como os Estados Unidos, por exemplo, que conduzir uma guerra assimétrica deve evitar um teste de poder, pois o mais interessante é buscar a instabilidade, exaurir e surpreender o inimigo, para conseguir o seu desequilíbrio intelectual e moral.

Trata-se de uma guerra praticada pela estratégia da ação indireta com efeito psicológico. Seu objetivo será transformar os seus próprios alvos políticos em algo que seja historicamente necessário, imprescindível e inevitável para a percepção do adversário.

A estratégia na guerra assimétrica é baseada nos princípios gerais de estratégia militar, isto é, romper a continuidade das forças inimigas, surpreendê-las, atacar seus pontos fracos e contra-atacar, são alguns exemplos. Desse modo, a guerra assimétrica desencadeia as ações militares inicialmente desconhecidas e não dominadas pelos inimigos, para as ações em que eles conhecem e são capazes de identificar. Vale dizer que a guerra pode surgir em qualquer lugar e tempo. E a liberdade de atuar e definir quando e onde irá ocorrer o ataque, torna-se a sua força. É uma guerra de espaço ilimitado, não existindo frente de combate, pois a mobilidade é mais fundamental que o poder de fogo. O que determina a vitória é o espaço e o tempo, muito mais do que a força militar. Em outras palavras, é uma

guerra pura e simples de movimento permeada por dois momentos: o de se reunir e o de dispersar<sup>243</sup>.

A guerra assimétrica apresenta como um de seus movimentos a infiltração, reunião, ação e dispersão. Possui o mínimo de emprego de força, em que se objetiva destruir a organização do adversário, como efeito máximo.

De acordo com Darc Costa, na guerra assimétrica o sistema de montagem e desmontagem das bases de operação é fundamental para o êxito e a vitória, pois grandes bases não são as mais indicadas. As operações devem ser descentralizadas, através da formação de pequenas unidades ou grupos de ação. Assim, por consequência, há a exclusão da delimitação precisa dos alvos ou de qualquer linha ou definição explícita do local que será o alvo. A guerra assimétrica

*“(...) É uma guerra com um mínimo emprego da força, buscando o máximo de efeito. Na verdade, é a organização do adversário que se busca destruir.*

*(...) Seus desfechos não decorrem de poucas grandes batalhas, mas, sim, de muitas pequenas escaramuças. (...) Sabemos que toda arma tem um alvo adequado. A guerra assimétrica não oferece alvos a um dos lados e oferece qualquer oportunidade como alvo ao outro.”<sup>244</sup>*

Torna-se compreensível que um dos lados tenha ampla e irrestrita dificuldade para usar determinados tipos de armas militares e já no outro lado há a grande possibilidade de utilizar qualquer facilidade como armamento.

Então o combatente de uma guerra assimétrica deve ser chamado de militante assimétrico, que enfrenta soldados nas batalhas. Dessa maneira, caso ocorra uma vitória dos militantes, pode-se considerar que foram os soldados adversários que perderam a guerra e não os militantes que a venceram, pois

---

<sup>243</sup> Ver a obra: COSTA, Darc. Guerras Assimétricas. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 424-426.

<sup>244</sup> Idem, p. 425.

*“Para a guerra assimétrica não se mobilizam convocados, ela é uma guerra de voluntários. Por isso, todos os militantes desse tipo de guerra têm de ter dentro de si a idéia de que eles detêm a vantagem moral. A guerra assimétrica não é entre soldados, é mais uma guerra entre grupos, que no seu início é feita de pequenos fatos, que progressivamente vão-se acumulando e vão ganhando força e espaço.”<sup>245</sup>*

Portanto, os militantes devem ter seguir regras de luta para que possam alcançar os objetivos. Sendo assim, as regras que eles devem obedecer são: a) não podem ter bases fixas e determinadas; b) devem se proteger em uma área neutra quando o adversário é mais forte; c) quando o inimigo se deslocar, ele deve ser atacado duramente; d) devem estabelecer uma boa comunicação com a população para conquistar sua simpatia; e) devem ser superiores em termos militares; f) não devem utilizar a força para manter cidades ou territórios; g) quando o adversário recuar deve ser atacado; h) para que enfraquecer o inimigo, esse deve ser dividido politicamente; i) quando houver problemas de logística, como o suprimento de alimentos para as tropas em combate, o saque deve ser utilizado como solução para o problema; j) devem-se convencer os soldados adversários de que a vitória é algo impossível e; k) o inimigo deve ser destruído em sua psique.

Feitas essas considerações sobre as guerras assimétricas, já é possível compreender melhor a construção da Doutrina Rumsfeld.

Essa doutrina, em plena construção foi testada pelos Estados Unidos no Afeganistão, em 2001, e parcialmente no Iraque, em 2003, quando da invasão estadunidense. Mesmo assim, foi necessário o uso de infantaria e de batalhas terrestres com armamento pesado, para Washington vencer as guerras, seja com a Aliança do Norte, no primeiro caso, ou com o exército anglo-estadunidense, na

---

<sup>245</sup> Idem, idem, p. 425.

segunda situação. As experiências vivenciadas pelos Estados Unidos, na Guerra do Golfo, de 1991, provaram o quão imprescindível foi a atuação do exército contra o Iraque, mesmo após o intensivo bombardeio aéreo com “armas inteligentes” e “cirúrgicas”. Tal aprendizado se verificou durante a invasão estadunidense sobre o Iraque, em 2003, na Segunda Guerra do Golfo.

De acordo com João Fábio Bertonha, no texto “A Doutrina Rumsfeld: Novo paradigma da guerra moderna”<sup>246</sup> a ainda nascente Doutrina Rumsfeld possui muitos problemas e falhas. É claro que as melhorias tecnológicas no armamento estadunidense irão ajudar a proporcionar grandes mudanças na forma de fazer a guerra. Mas isso não quer dizer que todos os pensadores e estrategistas do Pentágono concordassem com o então secretário de Defesa Donald Rumsfeld, pois a maior parte dos integrantes das Forças Armadas estadunidenses ainda hesitou em abandonar os sistemas táticos pretéritos. Mesmo com a insistência de Rumsfeld em querer invadir o Iraque, no ano de 2003, com forças leves e menores, seguindo o exemplo da Guerra do Afeganistão, de 2001, entrou em choque com a idéia ainda majoritária dos militares de uso de grande quantidade de armas e soldados. Então, a Segunda Guerra do Golfo misturou o uso de farta tecnologia com grande força militar, uma espécie de solução intermediária.

Assim, é bastante improvável que os desejos de Donald Rumsfeld se concretizem em sua integralidade. Os exemplos do Afeganistão, onde a citada doutrina foi aplicada pela primeira vez, e da Segunda Guerra do Golfo, quando o Iraque foi invadido, demonstram as dificuldades da Doutrina Rumsfeld

*“(...)”, como os Estados Unidos teriam conseguido acabar com o regime Talibã sem o concurso de aliados locais como a Aliança do Norte? (...)*

---

<sup>246</sup> Ver a obra: BERTONHA, João Fábio. “A Doutrina Rumsfeld: Novo paradigma da guerra moderna?”. In: *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, set/out/nov/dez 2003, ano LXXXIX, n. 797: pp.178-181.

*sem apoio local, os norte-americanos não triunfariam apenas com tropas leves e altamente tecnológicas. (...) No Iraque, por sua vez, o colapso do regime de Saddam Hussein com certeza foi espantoso, ainda mais depois de um período de resistência inicial que surpreendeu. A tão temida guerra urbana também não ocorreu na intensidade esperada. Mas esses acontecimentos não foram decorrência, a meu ver, da aplicação da Doutrina Rumsfeld, mas da política. (...), o regime estava praticamente podre por dentro, mantido pelo terror, e era difícil acreditar que ele pudesse se manter. Bastou uma pressão militar maciça, (...) e a resistência desmoronou.<sup>247</sup>*

No entanto, tais afirmações de Fábio Bertonha são bastante criticáveis, pois como se explicaria a resistência formada pelos iraquianos logo após a Invasão do Iraque pelos Estados Unidos e a queda do regime de Saddam Hussein, existentes até hoje? De fato, ao que tudo indica, a estratégia das forças de elite do governo de Saddam Hussein foi se dissolver na população iraquiana e construir o movimento de resistência contra os invasores estadunidenses. Talvez por isso não ocorreu o tão esperado confronto decisivo entre as forças dos Estados Unidos e do Iraque. Então, isso ajudaria a explicar a tão bem organizada estratégia dos Estados Unidos de ataques e de definição de alvos, por exemplo.

Por isso, o que ajudou a derrotar o Iraque, tanto na Primeira (1991) quanto na Segunda Guerra do Golfo, em 2003, foram os bombardeios cirúrgicos, a alta tecnologia bélica e as “armas inteligentes”, com o objetivo de reduzir a capacidade de defesa do inimigo ao máximo para que depois fossem usados infantaria, tanques e soldados.

Nota-se nos exemplos acima, principalmente no caso da Invasão do Iraque feita pelos Estados Unidos, em 2003, que a experiência da Primeira Guerra do Golfo foi fundamental. Mesmo que a Doutrina Powell não seja mais usada nas relações internacionais, ela continua muito presente nas ações militares dos Estados Unidos. Preocupações como a questão das baixas em guerra, o uso de alta

---

<sup>247</sup> BERTONHA, João Fábio. “A Doutrina Rumsfeld: Novo paradigma da guerra moderna?”. In: *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, set/out/nov/dez 2003, ano LXXXIX, n. 797: pp.180.

tecnologia, os bombardeios “cirúrgicos”, a coordenação de poder aéreo e terrestre e a troca de informações estão presentes nas doutrinas que a sucederam. Mesmo que a Doutrina Powell não tenha representado, de acordo com João Fábio Bertonha, uma mudança completa de paradigma militar, percebe-se que as suas citadas premissas militares foram e estão sendo aperfeiçoadas pelas Doutrinas Clinton, Bush e a Rumsfeld, principalmente para se evitar um número elevado de baixas e para se defender os interesses dos Estados Unidos no mundo.

Em concordância com João Fábio Bertonha<sup>248</sup>, a Doutrina Rumsfeld poderá ser muito eficaz em uma guerra contra inimigos que não sejam Estados armados com grande tecnologia, caso as suas condições políticas locais sejam propícias e também grupos terroristas. Todavia, para lutarem contra países fortes, armados e estáveis politicamente, a força pesada e as pretéritas doutrinas militares ainda são imprescindíveis.

---

<sup>248</sup> Ver a obra: BERTONHA, João Fábio. “A Doutrina Rumsfeld: Novo paradigma da guerra moderna?”. In: *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, set/out/nov/dez 2003, ano LXXXIX, n. 797: pp.178-181.

*“Os homens fazem a própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.”*

Karl Marx, pensador alemão.

#### **4. COMO A IMPRENSA BRASILEIRA, ESTADO E FOLHA, COBRIRAM A GUERRA DO GOLFO?**

A Guerra do Golfo, para melhor ser compreendida, pode também ser analisada sob a ótica da imprensa. Nos capítulos anteriores, estudou-se como a CNN, canal de notícias televisivas, cobriu o aludido conflito. Foi a CNN como canal de notícias de televisão que noticiou, ao vivo, as principais notícias e fatos da guerra.

Assim, tornou-se imperativo também compreender como parcela da imprensa escrita brasileira cobriu a Guerra do Golfo. Então, nesse capítulo, o objetivo é demonstrar brevemente, através dos editoriais, qual foi a posição e a imagem construída pelos jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo”, acerca do conflito. O objetivo é complementar o análise bibliográfica sobre a Guerra do Golfo e sua inserção na política externa estadunidense que já foi feita anteriormente.

Para tanto, ressalta-se que o jornal “O Estado de São Paulo” possui uma posição ideológica e política assumidamente de defesa dos princípios liberais. Já a “Folha de São Paulo”, apesar de aparentar ora ser um jornal ligado mais às idéias da esquerda, não tem uma posição oficialmente definida, mas os seus editoriais deixam claro que talvez seja mais liberal do que ela possa querer demonstrar.



Então, os princípios liberais voltados para as relações internacionais, acabaram verificando-se nos editoriais dos mencionados periódicos. Diante disso, faz-se imprescindível uma breve análise de como a Guerra do Golfo pode ser analisada sob o prisma das teorias das relações internacionais, destacando-se o realismo e principalmente o liberalismo, para compreender as posições tomadas pelos jornais.

#### **4.1 A GUERRA DO GOLFO E O PARADIGMA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A autora Cristina Soreanu Pecequilo<sup>249</sup>, em sua obra “Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões”, trabalha com o conceito de Sistema Internacional, que pode ser definido como o conjunto de relações entre atores, em um lugar específico, com um grau de interdependência entre si, e submetidos a algum modo de regulação. A dinâmica das relações entre os atores do Sistema Internacional varia entre a cooperação e o conflito.

O Sistema Global é fechado, heterogêneo e possui uma estrutura variável, isto é, transita do Unipolar, passando pelo Bipolar, Multipolar até o Unimultipolar.

Cristina Pecequilo defende que os atores internacionais das relações internacionais, como o Estado, possuem recursos de poder como “Hard Power” (geografia, poder militar, recursos naturais, força industrial) e “Soft Power” (desenvolvimento econômico, conhecimento, tecnologia, ideologia e cultura).

---

<sup>249</sup> Ver a obra: PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais: Temas, atores e visões*. Petrópolis: Vozes, 2004.

Outrossim, podem ser atores não-estatais como Organizações Internacionais Governamentais ou Intergovernamentais como a ONU (Organização das Nações Unidas), que evitam o caos nas relações internacionais. Existem também as Forças Transnacionais como as ONG's (Organizações Não Governamentais), Empresas Transnacionais, organizações criminosas, entre outros. Nesse caso uma empresa petrolífera como a estadunidense Texaco ou uma organização criminosa como a Máfia Russa, tem sua extrema importância.

Segundo Cristina Pecequillo, existem várias Teorias das Relações Internacionais como o liberalismo, o marxismo e o realismo. Contudo, mesmo que a autora não tenha elencado, faz-se mister ressaltar a teoria do Construtivismo. No entanto, para efeito do trabalho, foi apenas abordada a teoria realista e a liberal.

A corrente liberal<sup>250</sup> reconhece a existência e a necessidade do Estado Civil que se originou não por que a condição natural do homem o leva à violência, mas porque sua condição natural busca a cooperação e a confiança mútua e a guerra é um obstáculo a isso. Nesse sentido, tal teoria aborda com mais atenção outros atores do Sistema Internacional, além dos Estados, sendo que o liberalismo causa uma interdependência simétrica/assimétrica dos atores em questão.

A base teórica e filosófica da corrente liberal é o pensamento de Jean-Jacques Rousseau<sup>251</sup> que defende que os homens no estado de natureza,

---

<sup>250</sup> Ver a obra: GRIFFITHS, Martin. *50 Grandes Estrategistas das relações internacionais*. CASTRO, Vânia de (trad.). São Paulo: Contexto, 2004.

<sup>251</sup> Jean-Jacques Rousseau era filósofo e suíço. Nasceu em 1712, em Genebra, e morreu em Ermenonville, em 1778. Grande pensador do século XVIII, suas idéias a respeito da liberdade, igualdade e propriedade influenciaram decisivamente os rumos da Revolução Francesa (1789-1799). Sua família tinha origem francesa. É considerado um dos mais importantes iluministas de seu tempo. Ver as obras: ROUSSEAU, Jean Jacques. *“Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político”*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. vol. 1. pp. 31-243. (Coleção Os Pensadores) e; ROUSSEAU, Jean Jacques. *“Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens”*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. vol. 2. p. 5-163. (Coleção Os Pensadores).

antes de viverem em sociedade, são bons e, quando passam a viver em sociedade, são corrompidos e se tornam ruins.

Percebe-se aqui uma grande preocupação de Rousseau em estudar e desvendar a natureza humana. Diferentemente de Hobbes, Rousseau acredita que o homem é um ser bom.

Em seu pensamento, a desigualdade surgiu entre os homens com o surgimento da propriedade que gerou o Estado despótico. Contraposto a esse que desrespeita os direitos de igualdade e liberdade, defende um Estado<sup>252</sup> ideal, resultado de um acordo com os indivíduos, que cederiam alguns de seus direitos de forma parcial, como a liberdade, a qual passaria a ser limitada, para se tornarem cidadãos. Tudo embasado pela vontade geral, soberana e coletiva.

Obviamente, a guerra não é bem vista por Rousseau, por impedir que o contrato entre os indivíduos seja firmado e o Estado ideal possa exercer a vontade geral. Daí sua influência sobre a corrente teórica do liberalismo na Teoria das Relações Internacionais. Então, para a corrente liberal a guerra é uma manifestação de irracionalidade, em que sempre é considerada desnecessária e o exemplo da falta de diálogo. Contudo, salienta-se que a guerra é uma manifestação eminentemente humana, que faz parte da política e que não é irracional, pois a sua preparação, condução e finalização requerem grande capacidade racional para os sujeitos históricos envolvidos. É essa posição liberal que o jornal “O Estado de São Paulo” defende em seu editorial do dia 16 de janeiro de 1991

---

<sup>252</sup> Estado é um conceito nascido no final da Idade Média e construído ao longo de um processo histórico pelos tempos modernos e contemporâneos. A partir do século XIX passou a ter a base teórica e ideológica na idéia de nação, surgindo o conceito de Estado Nação. Isso foi forjado na Europa Ocidental e, portanto, trata-se de uma construção teórica ocidental.

*“Em editoriais anteriores, deixamos clara nossa opção pela paz, que é a atitude mais racional, especialmente porque não elimina a possibilidade de o bloqueio econômico conduzir Saddam Hussein à sensatez(...).”*

(Editorial/Notas e Informações do “O Estado de São Paulo”: “Despreparo geral”, p. 03, dia 16 de janeiro de 1991).

O jornal “Folha de São Paulo” também segue essa linha de pensamento em seu editorial do dia 10 de janeiro de 1991

*“Haverá guerra ou não? Mesmo hoje é difícil responder categoricamente à indagação – sequer a mais sofisticada das análises seria capaz de prever em minúcias e com segurança o curso imediato dos acontecimentos. Os interesses em jogo são de complexidade tamanha que tanto podem jogar a favor de uma saída diplomática derradeira como tornar inevitável uma conflagração armada. A razão, obviamente, descartaria a opção militar; mas acreditar que aquela irá prevalecer nesse instante equivaleria a ignorar uma realidade pródiga de exemplos em contrário..”*

(Editorial/Opinião da “Folha de São Paulo”: “Impasse no Golfo”, p. 02, dia 10 de janeiro de 1991-quinta-feira).

Nota-se que ambos os jornais consideram a guerra como uma manifestação pura e simples de irracionalidade, sem levar em consideração todos os aspectos políticos, econômicos, estratégicos, sociais e culturais que estão ligados a ela. Trata-se de editoriais que expressam as opiniões dos grupos empresariais e que estão desprovidas de uma criticidade maior com relação à guerra propriamente.

Este jornal procura estudar as fontes da desigualdade estrutural presente no sistema internacional, além das maneiras pelas quais ela pode ser superada. Vale lembrar que objetiva ainda mostrar como as relações internacionais entre os Estados proporcionam e mascaram as injustiças e problemas do sistema capitalista mundial. Seria o conflito de classes que impulsionaria a História dos países e das relações internacionais entre eles.

Tal corrente defende não existir uma separação e autonomia entre a teoria e a prática. Também, acredita serem insuficientes as reformas internacionais

que se preocupam em regulamentar as relações internacionais entre os Estados, principalmente quando possui uma base na capacidade e na vontade das denominadas “superpotências”, como os Estados Unidos, atualmente, por exemplo. Seus pensadores são defensores de que o realismo e o liberalismo objetivam manter, sem mudanças significativas, a distribuição de renda e poder em escala mundial entre os Estados participantes.

Obviamente, o marxismo discursa em favor da reflexão sobre a condição material histórica justificadora da desigualdade, permeada por forças ideológicas e materiais e para poder superá-la através de reformas radicais em prol de uma ordem mundial mais equânime, justa e pacífica.

Para tanto, devem-se verificar as complexas ligações existentes entre as relações formais feitas entre si pelos Estados e uma diferenciação econômica entre as classes sociais e econômicas. A idéia é expandir o objetivo e alvo das relações internacionais para incluir as forças sociais e econômicas internas de uma “sociedade global”. Isso acabará propiciando uma crítica voraz ao Estado soberano, culminando futuramente, em longo prazo, na obsolescência desse último.

A linha teórica realista, por ser a mais usada pelas chancelarias dos países, além de ser a mais debatida e consolidada, será a teoria norteadora do trabalho, sem deixar de lado seus problemas e mudanças no cenário internacional. Ela se baseia no choque de interesses, guerras e divergências como bases da Formação do Estado. O sistema internacional seria formado por Estados Soberanos, existindo um equilíbrio de poder, isto é, uma competição entre Estados Soberanos levando ao autocontrole (unipolar, bipolar, multipolar e unimultipolar).

Seu embasamento filosófico e ideológico se encontra no pensamento hobesiano. Assim sendo, é mister tecer alguns comentários sobre o arcabouço teórico de Thomas Hobbes<sup>253</sup>.

O pensamento de Hobbes deve ser entendido em seu tempo, isto é, século XVII. Isso não quer dizer que não possua validade ainda nos dias atuais. Trata-se de uma concepção teórica importantíssima e que merece um cuidado aguçado.

Thomas Hobbes, por ser um materialista mecanicista, isto é, acreditava que tudo na natureza tinha ligações e era regido pela lei natural de ação e reação dos corpos. O homem não consegue ficar alheio a essa regra natural.

Assim, por ser movido pelo medo, desejos, inveja, ambições, o homem acaba criando uma situação de conflito permanente, em que ocorre a “guerra de todos contra todos”. Trata-se do estado de natureza de Hobbes, em que o homem possui liberdade absoluta, mas, por ter uma natureza ruim, não vivendo ainda em sociedade, coloca a sua própria espécie em risco. É a guerra. “O homem é o lobo do homem”. Thomas Hobbes se preocupou, como outros tantos pensadores entre os séculos XV e XIX, em procurar desvendar a natureza humana.

Faz-se necessário o uso da racionalidade para se resolver tal impasse existencial. A razão impõe, então, que cada indivíduo, por um contrato firmado com todos os outros indivíduos, renuncie totalmente aos direitos que possui naturalmente sobre todas as coisas e a liberdade absoluta, em benefício de um

---

<sup>253</sup> Thomas Hobbes foi um importantíssimo filósofo inglês nascido em 1588, na aldeia de Wetsport, no Wiltshire, e morto em 1679. Publicou a obra “O Leviatã”, considerada sua principal obra, em que expõe sua teoria do poder político. Procurava ligar toda a realidade à ação e a reação dos corpos em movimento. Para ele, o homem não escapa dessa última lei natural e é movido pelo desejo e o temor, o que cria uma situação de conflito permanente. Assim, o Estado passou a existir para garantir a vida e restringir a liberdade. Ver a obra: HOBBS, Thomas. “*O Leviatã*”. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

soberano com amplos e irrestritos poderes que garantam a vida em sociedade, com ordem e paz. Trata-se do nascimento do Estado e da sociedade.

Apesar de Hobbes justificar e ser enquadrado como um teórico que justificou a existência do poder absolutista<sup>254</sup>, ele possui também elementos liberais, de certa forma.

Retomando as idéias hobesianas, os homens são maus e perversos no estado de natureza, sendo incontroláveis e ambiciosos. Estão sempre buscando atender os seus interesses individuais em detrimento do outro. A guerra passa a ser vista como um elemento das relações entre os homens. Estendendo essa visão para a teoria realista, a guerra passou a ser colocada como um elemento do relacionamento entre os Estados nas chamadas relações internacionais.

Assim sendo, o Sistema Internacional é formado por Estados soberanos que interagem sem controle ou lei superior, em que existe a possibilidade gigantesca de guerra, num verdadeiro Estado de Natureza e anarquia. Os seus atores são apenas os Estados-Nações, já os demais atores, que eventualmente estão agindo, possuem pouca importância.

Nesse sentido, é necessário lembrar que a temática da monografia foi estudada e analisada com o auxílio do arcabouço teórico de um dos mais importantes teóricos realistas, no caso Raymond Aron, através de sua obra prima “Paz e Guerra entre as Nações”.

Raymond Aron foi um dos mais importantes representantes da linha realista. Adotou a guerra como ponto de partida de sua análise. Como vivenciou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e também a Guerra Fria, a guerra não pode

---

<sup>254</sup> O absolutismo foi uma forma de poder que existiu na Europa do final da Idade Média até aproximadamente o século XIX. Nele a figura central do poder político era o rei. Possuía a característica de grande centralização do poder em suas mãos. Países como a França, Inglaterra, Portugal, Espanha e Rússia conheceram essa forma de poder.

ser vista como um ato isolado, sem conexão com os fatos passados relativos ao Estado e à História. Isso não quer dizer que a paz não seja a busca de todas as sociedades. A sua teoria considera e é válida tanto para os sistemas multipolares como para os bipolares.

Para Aron, existem três tipos de paz: o equilíbrio, a hegemonia e o império. Assim, em um determinado momento histórico, as forças dos Estados estão em equilíbrio, ou sendo superadas por uma das forças dentre elas, na chamada paz hegemônica. É o que aconteceu com os Estados Unidos durante a Guerra do Golfo. Contudo, as forças dos Estados podem ser superadas a tal ponto por um único Estado que acabam perdendo sua autonomia e tendem a desaparecer como centros de decisão política. É o Estado Imperial.

Para Aron o conhecimento das relações internacionais está envolvido diretamente com as questões de paz e guerra

*“Ciência da paz e da guerra, o conhecimento das relações internacionais pode servir como base para a diplomacia e para a estratégia – os dois métodos complementares e opostos, com que os Estados se inter-relacionam. A guerra não pertence ao domínio das artes e das ciências, mas ao da existência social. É um conflito de grandes interesses resolvido pelo derramamento de sangue e somente nisto difere dos outros tipos de conflito.”<sup>255</sup>*

Ademais, Aron foi o primeiro autor a tecer com propriedade uma sistematização da guerra e da paz dentro da ótica das relações internacionais, tudo embasado pelas experiências históricas. É notória a preocupação dele em vincular as relações internacionais com a História.

Vale lembrar que a guerra não é um ato isolado e, por isso, deve ser entendida e estudada tendo em vista a História. Não se pode compreender a guerra

---

<sup>255</sup> ARON, Raymond. *“Paz e Guerra entre as Nações”*. BATH, Sérgio (trad.). 1ª Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. p.53.



em toda a sua dimensão sem observar o passado, presente e o futuro do Estado beligerante. A guerra é uma forma importante de relação travada entre os Estados dentro das relações internacionais. Porém, isso não quer dizer que a paz não seja o objetivo de todas as sociedades.

Em decorrência do fato de Aron trabalhar com os temas guerra e paz, sistematizando-os dentro da ciência das relações internacionais, através de um embasamento histórico com o apoio da História, é que foi escolhido como referência e paradigma para a análise da Guerra do Golfo.

Outro motivo para a escolha desse filósofo e político francês, Raymond Aron, é por seguir a linha teórica do realismo nas relações internacionais e pela compreensão sobre a Guerra do Golfo ter sido feita empregando a teoria realista como um dos referenciais teóricos.

O mencionado filósofo sempre se preocupou em mostrar que os historiadores ao relatarem um acontecimento não o isolam das relações travadas entre os Estados, pois há questões diplomáticas, militares, de rivalidades históricas e sociais que não podem ser esquecidas e estão inseridas nesse contexto. Em outras palavras, para se compreender as relações internacionais não se pode perder de vista a História e suas ligações com o Estado e a sociedade

*“(...) A ciência das relações internacionais da mesma forma que a história diplomática, não pode ignorar os vínculos entre o que ocorre no cenário diplomático e os acontecimentos de cada país. Não pode separar rigorosamente as relações interestatais das relações interindividuais que interessam a mais de uma unidade política.(...)”<sup>256</sup>*

Com o passar do tempo, a teoria de Aron foi muito discutida e refletida. Seu pensamento sobre guerra e paz foi muito inspirador para outros

---

<sup>256</sup> DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá. Teoria das Relações Internacionais*. MAGALHÃES, Ane Lize Spaltemberg S. (trad.). Brasília: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p.53.

teóricos da História e das Relações Internacionais. Foi o caso do historiador Jean-Baptiste Duroselle, ao escrever seu livro “Todo Império Perecerá”.

Há uma tendência mais recente de se preservar as principais bases conceituais realistas (principalmente a luta por equilíbrio de poder, mesmo que assimétricas), sem desprezar a evolução do próprio sistema internacional, o que abre espaço para inclusão de outros agentes do Sistema Internacional, além dos Estados Nacionais, como as organizações internacionais. Um exemplo é a Organização das Nações Unidas.

A ordem do Sistema Internacional, seguindo essa linha teórica, nasceu da busca incansável do equilíbrio de poder. Foi o que aconteceu na Guerra do Golfo, de 1991. Contudo, essa teoria não considera a existência de novos atores internacionais, como as transnacionais e as organizações internacionais, no caso a ONU e, assim, também foi utilizada a teoria liberal para complementar a teoria realista nesse aspecto específico.

Vale então dizer que a linha teórica liberal defende que o Sistema Internacional, por ser anárquico na origem, deve ser baseado na cooperação e nas leis para controlar a desordem, a guerra não é necessária ou inevitável e os seus atores (Estado, organizações internacionais e forças transnacionais) não perseguem somente o poder, mas outros interesses, como o econômico.

É claro que há uma interdependência explícita entre os atores do Sistema Internacional, em que as forças transnacionais, como a de empresas e de organizações como as Nações Unidas, ganharam importância gigantesca.

Assim, a Guerra do Golfo foi mais um conflito a ser analisado sob a ótica da teoria realista<sup>257</sup>, por ser a que consegue explicar melhor o sistema de

---

<sup>257</sup> Ver a obra: ZARPELÃO, Sandro Heleno Moraes. *A Crise no Oriente Médio: a Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (1990-1991)*. Monografia de Especialização

relações internacionais atuais. Entretanto, a teoria realista tem limitações, pois não contempla a existência de atores novos como transnacionais e organizações internacionais, por exemplo as Nações Unidas, como o faz a teoria liberal.

Ocorre que a Guerra do Golfo é um fato histórico muito mais complexo do que a imprensa coloca. Deve ser entendida dentro da Geopolítica, das Relações Internacionais, da História do Tempo Presente e da História Contemporânea.

#### **4.2 A GUERRA DO GOLFO NOS JORNAIS O ESTADO DE SÃO PAULO E NA FOLHA DE SÃO PAULO**

Dia 2 de agosto de 1990, era ainda madrugada nas areias do deserto onde se localizava a fronteira entre Iraque e Kuwait, quando as tropas iraquianas cruzaram-na e invadiram o pequeno território do Kuwait.

Mais de cinco meses depois, no dia 17 de janeiro de 1991, já era noite em Bagdá, quando os primeiros mísseis estadunidenses cruzaram os céus da cidade das mil e uma noites. Começava, então, a Guerra do Golfo, com o bombardeio maciço dos aviões aliados sobre as principais cidades iraquianas e sobre o Kuwait ocupado pelas tropas do Iraque.

O mundo todo através da CNN (canal exclusivo de notícias dos Estados Unidos) viu em tempo real, instantaneamente, a guerra, as bombas “inteligentes”, os bombardeios cirúrgicos e todo o incrível aparato tecnológico estadunidense e seus aliados. Uma guerra que ficou conhecida muito mais pelas

---

apresentada ao Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2006.

imagens que pareciam ser de computador, do que pelas vítimas, destruição e mortes.

Assim, foram analisadas as reportagens, artigos e principalmente editoriais dos jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo”, entre o período de julho de 1990 e março de 1991. Como o foco principal foram os editoriais, então, cabe ressaltar que no caso do jornal “O Estado de São Paulo”, foram consultados 17 editoriais relativos à crise e à Guerra do Golfo, entre os dias 8 de janeiro de 1991 e 8 de março de 1991. Também foi consultado um editorial do jornal Folha da Tarde, do mesmo grupo empresarial que o jornal “O Estado de São Paulo” pertence, do dia 15 de janeiro de 1991. Já com relação à “Folha de São Paulo” foram consultados ao todo 20 editoriais relativos à crise e à Guerra do Golfo, entre os dias 9 de agosto de 1990 e 10 de março de 1991.

Notou-se, em linhas gerais que ao todo 6 temáticas que perpassam os editoriais dos jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo”: o petróleo, as armas sofisticadas, a guerra como irracionalidade e a sua necessidade, os interesses dos Estados Unidos e a visão sobre Saddam Hussein, a atuação das Nações Unidas e a censura à imprensa

O primeiro aspecto se refere ao uso de tecnologia, de armas sofisticadas, a crença de que se tratava de uma guerra *high tech*, com pouco derramamento de sangue. A imprensa, televisiva e também escrita, transformou as armas e a alta tecnologia bélica nos principais protagonistas da guerra, numa incrível inversão de papéis, em que o homem, o horror, a destruição e a ferocidade da guerra foram deixados em segundo plano. Nesse sentido, o editorial do “Jornal da Tarde”, de 15 de janeiro de 1991, pertencente à família Mesquita, que também controla o jornal “O Estado de São Paulo” informou

*“(...) Hoje, terça-feira, 15 de janeiro de 1991, às 24 horas (hora da ONU, duas horas da manhã de quarta-feira no Brasil), estará se iniciando oficialmente a ofensiva do mais poderoso e tecnologicamente mais sofisticado dispositivo militar jamais conhecido pelos homens contra um exército que, sendo o mais poderoso do mundo árabe, já demonstrou, em oito anos de guerra com os desorganizados exércitos do ayatolah Khomeini, que não tem a menor condição de oferecer às tropas aliadas uma resistência maior do que a oferecida pelas tropas dos general Galtieri ao pequeno exército de Margaret Tachter na Guerra das Malvinas..”*

(Editorial do “Jornal da Tarde”: “O petróleo é de Saddam”, dia 15 de janeiro de 1991).

Essa informação é confirmada em artigo publicado por Roberto Godoy, no jornal “O Estado de São Paulo”, de 15 de janeiro de 1991

*“No ar, entretanto, nada supera os fascínio do avião invisível F-117<sup>a</sup>, provavelmente o protagonista da primeira hora de luta. Pequeno, com uma aparência incomum, marcada pelos ângulos exóticos que o tornam indetectável nas telas dos radares, ele está pronto para decolar esta noite, ao abrigo da escuridão.”*

(Artigo de Roberto Godoy, publicado no jornal “O Estado de São Paulo”: com o título “Armas sofisticadas estréiam no Golfo”, dia 15 de janeiro de 1991).

Percebe-se que as armas foram alçadas à condição de protagonistas da guerra, desconsiderando, de certa forma, a dimensão humana que a guerra possui.

O Editorial da “Folha de São Paulo” segue essa linha de pensamento

*“Mesmo descontando o triunfalismo sinistro dos briefings do Pentágono, a colossal investida aérea norte-americana, o poder mortífero dos bombardeios e a fantástica precisão da parafernália posta em marcha parecem ir dissipando até os temores quando a um choque excessivamente prolongado.”*

(Editorial/Opinião da “Folha de São Paulo”: “Riscos do monopólio”, p. A-2, dia 18 de janeiro de 1991-sexta-feira).

Não se pode esquecer de que, nesse momento, o mundo estava presenciando o emergir de uma era de incertezas, com a crise da Guerra Fria, do socialismo real e da União Soviética, com o advento de inúmeros conflitos étnicos, religiosos e nacionalistas e a formação e expansão de muitos blocos econômicos.

Dos escombros da Antiga Ordem Mundial (Guerra Fria), nasceu uma profunda insegurança nas relações internacionais, em que o dançar histórico era muito mais rápido do que as pessoas, nações e intelectuais podiam acompanhar e entender.

A Guerra do Golfo, em 1991, foi o conflito que ocorreu dentro de grandes transformações verificadas nas relações internacionais no ano de 1991, no caso a crise do socialismo real, o fim da Guerra Fria e o consenso, nunca antes existido, na atuação da ONU, durante o citado conflito. Aqui surge a segunda temática relativa ao conflito, a atuação das Nações Unidas antes e durante a guerra.

O jornal “Folha de São Paulo”, de 1º de dezembro de 1990

*“(...) De todo o modo, a decisão da ONU parece indicar que finalmente a entidade resolveu assumir uma posição de árbitro internacional. Já não era sem tempo. Resta esperar esse papel seja reforçado e ampliado, seja quais forem os conflitos, os interesses em jogo e o peso específico dos países cujas dissensões as Nações Unidas venham futuramente a examinar.”*

(Editorial/Opinião da “Folha de São Paulo”: “Ultimato da ONU”, p. A-2, dia 1 de dezembro de 1990-sábado).

Percebe-se, uma valorosa crença do grupo Folhas na atuação das Nações Unidas e no comportamento, por consequência, dos Estados Unidos no conflito. Contudo, tal percepção foi se diluindo com o tempo devido ao desenrolar da guerra

*“Conforme Cuéllar, o Conselho é informado das ações militares apenas depois de realizadas; não há envolvimento algum da ONU,*

*nem por meio da coordenação das forças anti-Iraque, nem pela intervenção direta. Inexistem, portanto, garantias de que certos requisitos estejam sendo efetivamente respeitados; há dúvidas se os ataques maciços a cidades iraquianas são mesmo para libertar o Kuwait – objetivo teórico da guerra.”*

(Editorial/Opinião da “Folha de São Paulo”: “Guerra sem ONU”, p. A-2, dia 13 de fevereiro de 1990-quarta-feira).

O que se viu no conflito foi que a Organização das Nações Unidas não teve o comando das ações militares, controladas pelos Estados Unidos. Nesse sentido, o jornal “O Estado de São Paulo” apontou as deficiências da ONU

*“O fiasco de Perez de Cuéllar revela as deficiências mais graves da estrutura e da praxe da Organização das Nações Unidas. (...) Sem um secretário-geral que se conduza acima de tudo pelos ditames e espírito da Carta de São Francisco, a ONU corre o risco de transformar-se ora num certame de retórica estéril, ora num jogo de forças que se anulam na projeção de interesses nacionais soberanos e contrários..(..).”*

(Editorial/Notas e Informações do “O Estado de São Paulo”: “Encontro em Bagdá”, p. 03, dia 15 de fevereiro de 1991).

O que se verificou na Guerra do Golfo é que mais uma vez as Nações Unidas foram utilizadas, de certa forma, para atender aos interesses das grandes potências, principalmente os Estados Unidos. O jornal “O Estado de São Paulo” esboçou uma análise mais crítica e mais aprofundada das razões da ineficiência das Nações Unidas do que a “Folha de São Paulo”, em seu editorial.

A terceira temática foi a questão do petróleo e o possível choque que a guerra poderia causar nos preços a guerra, além da dependência do mundo com relação ao Petróleo. O “Jornal da Tarde” em seu editorial de 15 de janeiro de 1991 defendeu

*“Insensatez maior ainda foi a ausência de qualquer esforço sério para livrar o mundo da dependência energética – 70% das reservas conhecidas do petróleo consumido na Terra estão situadas lá – do Oriente Médio, uma região explosiva e instável politicamente (...).”*

(Editorial do “Jornal da Tarde”: “O petróleo é de Saddam”, dia 15 de janeiro de 1991).

O Jornal da Tarde critica duramente a dependência do mundo com relação ao petróleo do Oriente Médio e a letargia do Ocidente em buscar resolver seus problemas de fontes de energia.

Já a “Folha de São Paulo”, insistiu várias vezes com a questão do petróleo. No entanto, diferentemente do “Jornal da Tarde”, dedicou alguns editoriais para expressar sua preocupação com um eventual novo choque do petróleo e o seu impacto sobre o Brasil. Porém, em nenhum momento procurou analisar a real dimensão do petróleo para o Iraque e para os Estados Unidos. O Editorial de 9 de agosto de 1990 noticia

*“A eclosão da crise Iraque-Kuwait repercutiu imediatamente sobre o preço do petróleo causando um aumento de 40% na cotação do produto no mercado internacional. A despeito da dificuldade natural em avaliar, na sua plenitude, as consequências do conflito, urge adotar medidas preventivas e advertir a sociedade para os custos daí decorrentes.”*

(Editorial/Opinião da “Folha de São Paulo”: “Choque do petróleo”, p. A-2, dia 9 de agosto de 1990-quarta-feira).

Como se sabe o tão temido choque do petróleo acabou não ocorrendo. Os preços do barril permaneceram ligeiramente estáveis durante a Guerra do Golfo.

A quarta temática foi a censura à imprensa. Ocorre que a Guerra do Golfo é colocada pela imprensa como sendo uma guerra sem grande importância histórica, apenas conhecida pelas armas inteligentes, bombardeios cirúrgicos de alta tecnologia, desconhecendo talvez a sua real dimensão. A própria historiografia também não trata a Guerra do Golfo como um fato histórico de grande relevância no cenário internacional. É bem verdade que não se deve superdimensioná-la,



carregando-a de um peso histórico que não possui, mas também não se pode relegá-la ao esquecimento.

As agências de notícias internacionais que cobriram a guerra, além da própria CNN, são em sua maioria de origem estadunidense e assim, os jornais brasileiros como “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”, adquiriram notícias da Guerra do Golfo, principalmente da imprensa estadunidense<sup>258</sup>.

Desse modo, o jornal “O Estado de São Paulo” em editorial de 23 de janeiro de 1991 criticou o monopólio da notícia exercido pela CNN, durante a guerra, que caracterizava, de certa forma uma censura e colocava em risco o acesso às notícias

*“Não é de hoje que os mais atentos observadores da guerra sustentam a idéia de que a primeira vítima de um conflito bélico é sempre a verdade. Especialmente nestes nossos tempos em que a tecnologia e a eletrônica passaram a ser o oxigênio vital dos exércitos e construir a ‘nossa’ verdade, ou pelo menos a que mais nos interessa, no coração e nas mentes do inimigo é essencial para a vitória. A exclusividade de transmissão ao vivo, docemente oferecida pelos iraquianos a um tipo específico de rede de televisão norte-americana, a CNN, merece atenção. Durante toda a primeira madrugada a guerra foi transformada em um fantástico espetáculo de um dono só. A novidade foi outorgada por Bagdá a um único privilegiado.(...)”*

(Editorial/Notas e Informações do “O Estado de São Paulo”: “Guerra e Verdade”, p. 03, dia 23 de janeiro de 1991).

O periódico “Folha de São Paulo” preferiu criticar a censura à imprensa imposta pelas partes beligerantes do conflito

*“O véu de censura que encobre a guerra no golfo Pérsico como que tornou a opinião pública mundial refém das conveniências fardadas*

---

<sup>258</sup> Ver a obra: SILVA, Aline Cáceres Dutra da. *A Hegemonia da Informação: Estudo sobre ética em jornalismo internacional com base na cobertura americana e brasileira da Guerra ao Terror*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina Projetos Experimentais em Jornalismo, do Departamento de Comunicação do Centro de Educação Comunicação e Artes, da Universidade Estadual de Londrina, 2003.

*de Washington, Bagdá e dos demais países envolvidos no conflito. O único front cujos canais seguem abertos é o dos porta-vozes militares, que despejam informes de conteúdo sempre mais contraditório e inexpressivo.*

*Destaca-se o paradoxo: embora a imprensa hoje disponha de instrumentos avançadíssimos, malgrado a televisão realize uma cobertura intermitente, sabe-se menos sobre esta guerra do que acerca das anteriores; o imenso aparato tecnológico da comunicação, com censura, acaba servindo para generalizar a desinformação.”*

(Editorial/Opinião da “Folha de São Paulo”: “Guerra à censura”, p. A-2, dia 30 de janeiro de 1991-quarta-feira).

A questão da censura e do acesso às informações durante a Guerra do Golfo foi bastante importante para criar uma imagem de guerra limpa, com o uso de armas inteligentes e bombardeios cirúrgicos. Contudo, ao final da guerra isso foi desmentido pelos fatos, pois ocorreram vários bombardeios em alvos errados, como em locais habitados por civis. Como por exemplo

*“Bombardeios dos Estados Unidos e seus aliados mataram centenas de pessoas em um abrigo antiaéreo no bairro Al Amriya, na periferia de Bagdá. (...)”*  
.”

(Reportagem das agências internacionais republicada pela “Folha de São Paulo” com o título “Bombardeio mata centenas em abrigo de Bagdá”, p. A-10, dia 14 de fevereiro de 1991-quinta-feira).

A quinta temática se relaciona com a defesa pelos jornais de negociações e a crítica à necessidade de guerra. Ambos os jornais, como já foi discutido anteriormente, tratam a guerra como uma solução irracional. Então critica-se que a diplomacia foi preterida pela opção da guerra

*“Hoje, é a vontade política de Bush e de Saddam que se impõe ao desejo de retardar a ação de parte do Estado-Maior Combinado norte-americano. Como a guerra fundamentalmente, é um fato político com um objetivo político, é de temer que a opinião dos profissionais, que sabem o que significa a guerra, não seja acatada.(...)”*

(Editorial/Notas e Informações do “O Estado de São Paulo”: “Que virá depois?”, p. 03, dia 15 de janeiro de 1991).

O jornal “Folha de São Paulo” defendeu, por sua vez, o embargo econômico ao invés da solução da guerra

*“Todas essa evidência convergem inevitavelmente para tornar mais desconcertante a indagação: por que não se insistiu no embargo econômico em vez de se apresentar como exclusiva nesta altura a saída militar? Pressionado por um bloqueio verdadeiro, parece óbvio que cedo ou tarde não restaria alternativa a Saddam se não a do recuo; sequer poderia contar com o espantinho de uma crise de fornecimento do petróleo – a ausência dos estoques do Iraque e do Kuwait não impediu a normalização da oferta do produto.”*

(Editorial/Opinião da “Folha de São Paulo”: “Guerra”, p. A-2, dia 17 de janeiro de 1991-quinta-feira).

O que o editorial acima não depreendeu é que os Estados Unidos e o Iraque desejavam a guerra e não poderiam recuar de suas posições.

A sexta e última temática é a relativa aos interesses dos Estados Unidos na guerra e a imagem de Saddam Hussein. Enquanto a imprensa e o próprio governo estadunidense representavam o líder iraquiano como sendo um déspota, guiado por uma lógica alucinada e até mesmo “louco” e a reencarnação do “mal”, pouco se discutia nos editoriais as implícitas razões que levaram os Estados Unidos a participarem da guerra. Como se sabe o petróleo e a retirada de Saddam do poder eram alguns dos objetivos. Saddam Hussein e o Iraque foram integralmente responsabilizados pela ocorrência da guerra. Já os Estados Unidos de George Bush aparecem como baluartes do sistema internacional, defensores do direito internacional e das Nações Unidas. O Iraque, não se pode esquecer, foi armado pelo próprio Ocidente. O editorial da “Folha de São Paulo”

*“De toda maneira, a ação contra Israel não deixa de confirmar – de modo dramático, ignominioso e estarrecedor – o caráter repulsivo da investida de Saddam Hussein. Não há qualquer chance de vitória; mas o ditador insiste em sacrificar a população de seu país. É praticamente inevitável que ocorram pesadas baixas civis, diante das maciças incursões aéreas norte-americanas. Nos cálculos sinistros do tirano; pouco importa – sua arrogância retórica se intensifica.”*

(Editorial/Opinião da “Folha de São Paulo”: “Lógica alucinada”, p. A-2, dia 19 de janeiro de 1991-sábado).

O jornal “O Estado de São Paulo” compara de certa forma Bush a Franklin Delano Roosevelt e a Winston Churchill, e condena o Iraque como o grande causador da guerra em seu editorial do dia 18 de janeiro de 1991

*“O discurso com que o presidente George Bush informou os Estados Unidos de que as hostilidades haviam sido iniciadas no Golfo Pérsico não tem a grandeza literária e a dramaticidade de algumas peças de F. D. Roosevelt ou então, de Winston Churchill. Marca no entanto, apesar disso, momento seguramente tão importante para a história das relações internacionais quanto qualquer das orações com que os dois grandes estadistas deste século fixaram os pontos de inflexão da Segunda Guerra Mundial e da História Contemporânea.(...) Irredutível em sua posição, buscando unir os povos árabes em torno da bandeira da “Guerra Santa”, Saddam Hussein conduziu a ONU a adotar a resolução autorizando os estados-membros a usar todos os meios para levar o Iraque a retirar-se do Kuwait. Todos os meios – o derradeiro deles, a guerra.”*

(Editorial/Notas e Informações do “O Estado de São Paulo”: “O futuro de cem anos”, p. 03, dia 18 de janeiro de 1991).

Então, de acordo com os editoriais citados, a imagem que ficou da guerra foi o governo dos Estados Unidos, na época presidido pelo presidente George Bush, do Partido Republicano, que passou e defendeu que a Guerra do Golfo foi um conflito com bombardeios cirúrgicos, feitos com armas inteligentes, em que as mortes seriam em quantidade mínima. Como se sabe, não foi bem assim que aconteceu. Nesse sentido, a pesquisa do mestrado em questão objetiva mostrar como a imprensa escrita brasileira, no caso os jornais “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”, seguiram tal discurso, sem discuti-lo de forma profunda.

Não se pode esquecer que a imprensa estadunidense, fonte das informações internacionais para os mencionados jornais brasileiros, seguia a Doutrina Powell do governo dos Estados Unidos. Tal doutrina é baseada na idéia de uma guerra segura, sem mortes, com o uso de armas inteligentes e bombardeios cirúrgicos. Daí nasceu a imagem sobre a Guerra do Golfo de ser uma guerra limpa, quase sem mortes.

Nesse sentido, de que a imprensa teve uma grande participação na guerra, pois de acordo com José Arbex Júnior, em sua obra “Showrnalismo: a notícia como espetáculo”, a Guerra do Golfo pode ser considerada como um grande divisor de águas, porque a imprensa enfatizou muito mais as armas, o show de imagens, as batalhas noturnas que pareciam de vídeo game, os bombardeios cirúrgicos, as armas inteligentes e a tecnologia do que o horror, o homem, a vida, as vítimas e a destruição. Arbex afirma

*“A Guerra do Golfo serviu como um divisor de águas nessa longa história. Pela primeira vez, uma guerra era transmitida ‘ao vivo’, em tempo real, por uma rede de alcance planetário (a Cable News Network, CNN) (...). E – outro fato inédito – a grande personagem da guerra, ao contrário daquilo que, apenas em certa medida, havia caracterizado a cobertura da Guerra do Vietnã, nos anos 60, não foi o homem, os horrores, ódios e esperanças provocados pela destruição, mas a tecnologia, as armas ‘inteligentes’, as operações ‘cirúrgicas’ (...).”<sup>259</sup>*

Vale lembrar que para Arbex, a Guerra do Golfo chegou a ser vista como um “choque civilizatório”. Na verdade, ocorreu uma construção de uma retórica e uma metáfora interpretativa entre os Estados Unidos da América, representante da civilização ocidental – detentor de valores cristãos, democráticos, capitalistas, do livre mercado e pluralista – e o Iraque, representante da civilização muçulmana – portador de intolerância, atraso, avesso à democracia e ao livre mercado.

---

<sup>259</sup> ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001. pp. 30-31.

É claro que não se devem desprezar as diferenças culturais e históricas entre o Ocidente Cristão e o Islã, para se entender a Guerra do Golfo. Nesse sentido, há uma discordância com relação ao jornalista José Arbex Júnior, pois tal conflito não pode ser entendido apenas pelas diferenças culturais. Não é segredo que o Ocidente não se interessa em compreender as estruturas culturais e o pensamento da civilização muçulmana. Dessa maneira, há uma concordância parcial com os argumentos do autor Samuel Huntington<sup>260</sup>. Não que o mundo deva ser entendido como um mero choque de linhas culturais civilizatórias. Contudo, as ações dos países dentro do âmbito das relações internacionais devem ser entendidas também pelo viés das questões políticas, geopolíticas, econômicas e das relações internacionais.

Por outro lado, o jornalista José Arbex tem razão quando fala que houve uma construção metafórica, retórica teórica por parte da imprensa ao apresentar o Iraque e o mundo árabe-muçulmano como sendo um conceito ameaçador e ruim ao Ocidente, por parte da imprensa e dos países envolvidos, principalmente pelos governos dos Estados Unidos e do Reino Unido. Vale ressaltar que o próprio José Arbex Junior foi correspondente na Guerra do Golfo, tendo permanecido no Kuwait para cobrir a guerra para o jornal “Folha de São Paulo”.

Obviamente, o mundo muçulmano e os islâmicos continuam sendo apresentados pela imprensa como o grande “mal” que deve ser corrigido para a manutenção da paz mundial e da civilização Ocidental. É bem verdade que a mídia estadunidense admitiu algum tempo depois que a cobertura realizada durante a Guerra do Golfo foi tendenciosa em favor dos Estados Unidos. Sem dúvida, tal operação foi construída pela mídia estadunidense juntamente com o Estado

---

<sup>260</sup> Ver a obra: HUNTINGTON, Samuel. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

estadunidense mais a elaboração de documentários e filmes de imparcialidade e cientificidade bastante duvidosos.

A imprensa escrita, televisiva e de rádio construiu a imagem de que a Guerra do Golfo seria uma luta do “bem” contra o “mal”, isto é, dos Estados Unidos e o Ocidente, contra o Iraque o Islã. Isso foi reproduzido reiteradas vezes pelos noticiários escritos em escala internacional e nacional.

Assim, pode-se refletir sobre a validade de Armand Mattelart, ao afirmar:

*“O Século XIX inventa a news e, com ela, o ideal da informação instantânea. Entre 1830 e 1850 criam-se as grandes agências. A partir de 1875, começam a formar-se os grupos de imprensa. Surgem os primeiros gêneros escritos da produção cultural de massa.”<sup>261</sup>*

O próprio Arbex também fala corrobora esse pensamento ao mostrar como a informação está cada vez mais rápida quando escreve:

*“Do início do século XIX até os nossos dias, a história tecnológica da mídia pode ser resumida como a história da fabricação e instalação de meios cada vez mais rápidos de propagar a informação.”<sup>262</sup>*

Dessa forma, para atender os seus anseios de lucros e interesses de corporações privadas e até públicas, a imprensa atua como uma empresa que aparentemente é guardião da verdade e da imparcialidade, como afirma o jornalista Carlos Dorneles

*“A imprensa somente revela fatos, não toma partido; não é responsável por acontecimentos, apenas os registra. Esse dogma jornalístico jamais soou tão irreal como depois do 11 de setembro. Muitos episódios, como a própria guerra no Afeganistão, tiveram*

---

<sup>261</sup> MATTELART, Armand. **A globalização da comunicação**. PELEGRIN, Laureano (trad.). Bauru: EDUSC, 2000. p. 47.

<sup>262</sup> ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001. p.59.

*participação ativa da imprensa. É impossível, hoje, separar o que foi apenas a intenção pura e simples do governo Bush e o que foi facilitado, possibilitado pela influência da mídia.(...)O trabalho da mídia só reforçou a sua capacidade de ditar rumos. Por cumplicidade ou por omissão, mas sem inocência.”<sup>263</sup>*

Seguindo essa linha de raciocínio, a Guerra do Golfo foi um marco importante na cobertura da imprensa e o seu tratamento para com as notícias. A cobertura ao vivo transformou veículos como a CNN, fazendo-a uma grande potência nos meios de comunicação jornalísticos, um referencial para o jornalismo 24 (vinte e quatro) horas e para a cobertura de guerras.

A obra de Arbex vai ao encontro com essa linha de pensamento, pois esteve no aludido conflito, a serviço do jornal “Folha de São Paulo”, no qual trabalhou, no período de 1990-1991.

Percebe-se, pelo que foi discutido, que a imprensa escrita brasileira, leiam-se os jornais “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”, fizeram algumas críticas e análises em seus editoriais, mas reproduziram na sua maior parte a versão de que Saddam Hussein era um sanguinário, os Estados Unidos estavam lutando em prol do cumprimento do direito internacional, a guerra foi tecnológica e com armas inteligentes, e a imprensa foi censurada e comprometida em sua cobertura.

---

<sup>263</sup> DORNELES, Carlos. **Deus é inocente: a imprensa, não**. São Paulo: Globo, 2003. pp.270-271.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão do Brasil no cenário mundial como uma potência regional, com maior participação na economia, nos foros de decisões e nas estruturas de poder globais, traz consigo novos, instigantes e preocupantes desafios para Brasília. À medida que o país passa a ter maior aspiração internacional, é natural se relacionar com mais Estados e por conseqüência, os atritos, enfrentamentos e problemas com antigos parceiros, aliados ou rivais se tornam inevitáveis. É o caso das relações travadas entre Brasil e Estados Unidos atualmente, tanto no aspecto econômico, no político e no geopolítico.

Desse modo, torna-se imprescindível que o nosso país se prepare para os novos desafios que tais mudanças colocam, através, por exemplo, de estudos de fatos, países e culturas, até pouco tempo atrás considerados distantes e sem a menor importância para o Brasil. É o caso do Oriente Médio, por exemplo. O mesmo raciocínio vale para países, que são mais próximos do Brasil, mas que os estudamos muito pouco, como é o caso dos Estados Unidos.

Nesse sentido, o presente estudo sobre a Guerra do Golfo foi uma tentativa de se compreender melhor como os Estados Unidos agiram, como se relacionam com outros países, como defendem seus interesses no cenário internacional, quais são alguns dos seus objetivos de sua política externa, como os aspectos externos influenciam os aspectos internos e vice-versa, como eles moldaram as Nações Unidas de acordo com a sua visão de mundo e como as doutrinas militares embasam as ações de política externa de Washington.

Assim sendo, verificou-se a necessidade de se utilizar três parâmetros analíticos para compreender melhor a Guerra do Golfo. O primeiro

paradigma foi a historiografia militar e a importância da guerra são fundamentais para compreender melhor como a guerra foi mudando em termos técnicos, temporais e materiais ao longo do tempo. Nesse sentido, o estudo de como a historiografia militar trabalha com a guerra é interessante para poder compreender como a Guerra do Golfo ocorreu e como os Estados Unidos e o Iraque viam tal guerra como possibilidade de conquistas de seus objetivos. Também não se pode desmerecer a guerra como componente das relações internacionais hodiernas. O fato de a Guerra Fria estar agonizando em 1991, não representou o fim das guerras. A Guerra do Golfo e outros inúmeros conflitos ocorridos posteriormente comprovaram o quanto a história não tinha acabado.

O segundo foi a compreensão de como a Guerra do Golfo se inseriu na política externa dos Estados Unidos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Desse modo, tornou-se imperativo o estudo das doutrinas estadunidenses, de política externa e militar, demonstrando que aspectos internos ajudaram a formulá-las e também a causar guerras. Também se verificou que a política militar e a política externa, em muitas ocasiões, tiveram uma relação de interdependência e proximidade, como no caso da Doutrina Truman, da Doutrina Reagan e da Doutrina Powell. A Guerra do Golfo, como se sabe, está inteiramente ligada à Doutrina Powell. Contudo, isso não quer dizer que outras doutrinas não a influenciaram ao longo do tempo, como a Doutrina Carter, por exemplo, e a questão do petróleo.

Estudá-las, mesmo que em termos gerais, permitiu conhecer e perceber o quão complexo são os Estados Unidos da América, o funcionamento de sua política externa e seus aparentes paradoxos, como a defesa da liberdade e do liberalismo e a adoção de políticas protecionistas e belicistas.

Como terceiro e último paradigma, foi usada a imprensa, como a televisiva, no caso a rede de notícias CNN e, principalmente, a imprensa escrita brasileira, no caso a “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”. Isso foi feito porque a imprensa ajudou a disseminar e a construir a imagem dos Estados Unidos e da Guerra do Golfo, como uma guerra tecnológica e limpa, de acordo com a Doutrina Powell. Verificou-se que a guerra não foi assim tão “limpa” e que apesar de toda tecnologia, o uso de técnicas e de armamento convencional ainda foi fundamental para a vitória dos Estados Unidos e seus aliados sobre o Iraque.

Vale lembrar, que a imprensa teve um papel decisivo na cobertura e na percepção das pessoas acerca da aludida guerra. O fato de parecer uma guerra de videogame, sem mortes e massacres, demonstra o quanto redes como a CNN colaboraram, mesmo que não fosse sua intenção, para o convencimento da população do Ocidente e do mundo de que a guerra era importante e justa. O mesmo, de certa forma, ocorreu com os editoriais dos citados jornais brasileiros, que pouco pensaram e criticaram a atuação dos Estados Unidos na guerra e os motivos reais e secretos de tal conflito, em ambos os lados beligerantes.

Notoriamente, tal parâmetro de análise teve o menor capítulo da presente dissertação, porque a utilização dos editoriais dos citados jornais, foi uma forma de complementar a compreensão, o entendimento e o conhecimento sobre a Guerra do Golfo em si e sua inserção na política externa dos Estados Unidos.

Tratou-se de uma guerra que teve sua relativa importância em termos mundiais, no início da década de 1990. Contudo, a Guerra do Golfo não mudou o equilíbrio mundial de forças, mas proporcionou uma mudança no equilíbrio regional do Oriente Médio, onde os Estados Unidos passaram a ser hegemônicos em detrimento do recuo e da decadência da influência soviética na região.

Entretanto, a permanência de Saddam Hussein no poder, o enfraquecimento do Iraque, a aplicação da Doutrina Powell, as conversações de paz entre árabes e israelenses, as hostilidades de Bagdá contra Washington, a ascensão do Irã, a instabilidade na Arábia Saudita, o aumento da presença estadunidense na região e o fundamentalismo muçulmano deixaram várias questões e interrogações futuras, além de causarem uma série de conseqüências..

Portanto, percebe-se que não é possível compreender melhor o mundo, as relações internacionais e a geopolítica e os mundo hodierno sem estudar os Estados Unidos e sua influência global em áreas como o Oriente Médio. A Guerra do Golfo, de 1991, só poderá ser melhor compreendida quando for analisada inserida na política externa estadunidense e no contexto internacional. Estudá-la por si só é necessário, mas não o suficiente para compreendê-la em toda a sua grandeza. Para tanto, são fundamentais novos parâmetros de análises como os que foram utilizados no presente trabalho, pois a guerra continua fazendo parte da história mundial e da realidade humana e que os Estados Unidos continuarão, ainda, a terem um papel crucial no século XXI.

## BIBLIOGRAFIA

ALMANAQUE ABRIL 2004. São Paulo: Abril, 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. ONU e o Fim da Guerra Fria. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 633-634.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

“AO VIVO DE BAGDÁ: GUERRA DO GOLFO”. Revista Grandes Guerras. São Paulo: Abril, Ed. 9. p. 23 – 43, janeiro 2006.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. Suez (Crise de). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 865-866.

ARBEX JÚNIOR, José. *Showrnalismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ARON, Raymond. “Paz e Guerra entre as Nações”. BATH, Sérgio (trad.). 1ª Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ATLAS DA HISTÓRIA DO MUNDO. 1ª ed. São Paulo: Folha da Manhã, 1995.

ATLAS GEOGRÁFICO MUNDIAL. 1ª ed. São Paulo: Folha da Manhã, 1994.

ATTUCH, Leonardo. *Saddam, o amigo do Brasil: a história secreta da conexão Bagdá*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

AYERBE, Luis Fernando. O Ocidente e o “resto”: argumentos culturais da nova ordem mundial. In: *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 17-43.

AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996. pp. 401-439.

BACEVICH, Andrew J. *The New American Militarism: How Americans Are Seduced by War*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2005.

BECKER, Jean-Jacques. *1914: comment les français sont entres dans la guerre*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977

BELT, Don. Lawrence da Arábia: uma vida de herói. Revista National Geographic Brasil. São Paulo: Abril, Ed. 53, p. 44-67, setembro de 2004.

BERTONHA, João Fábio. "Temas de política internacional para historiadores: A crise do Golfo Pérsico em 1991". In: *História e Ensino*. Londrina, 1996(2): pp.113-128.

\_\_\_\_\_. "A Doutrina Rumsfeld: Novo paradigma da guerra moderna?". In: *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, set/out/nov/dez 2003, ano LXXXIX, n. 797: pp.178-181.

\_\_\_\_\_. Guerra do Golfo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 405-406.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books, 1997.

CANEPA, Beatriz; OLIC, Nelson Bacic. *Oriente Médio e a Questão Palestina*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Polêmica).

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1980.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Da História Militar à Nova História Militar*.

CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. COHEN, Ilka Stern. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

CHOMSKY, Noam. *Contendo a democracia*. RIBEIRO, Vera (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. *Novas e Velhas Ordens Mundiais*. COUTINHO, Paulo Roberto. São Paulo: Scritta, 1996 (Coleção Clássica).

COCKBURN, Andrew; COCKBURN, Patrick. *Saddam Hussein: renascido das cinzas. Como a prepotência e os equívocos dos Estados Unidos fortaleceram o ditador iraquiano*. SANDOVAL, José Adriano; MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (trads.). São Paulo: Nova Alexandria, 1999.

COMBAT, Flavio Alves. *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Instituições e Formas Políticas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007.

COSTA, Darc. Guerras Assimétricas. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 424-426.

DENAUD, Patrick. *Iraque, a guerra permanente: entrevistas com Tarek Azis. A posição do regime iraquiano.* MENENDEZ, Maria Inês (trad.). Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

DORNELES, Carlos. *Deus é inocente: a imprensa não.* São Paulo: Globo, 2003.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá. Teoria das Relações Internacionais.* MAGALHÃES, Ane Lize Spaltemberg S. (trad.). Brasília: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FERRAZ, Francisco César Alves. Resenha sobre KUBÁLKOWA, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (eds.). *International Relations in a Constructed World.* New York and London: M.E.Shape, 1998.

\_\_\_\_\_. *"História Militar e História Social"*. Anais do I Seminário Internacional de História, da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, outubro de 2003: p. 620-628.

FONTENELLE, Paula. *Iraque: a guerra pelas mentes.* São Paulo: Editora Sapienza, 2004.

FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem.* Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

FUSER, Igor. *O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003).* Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "Santiago Dantas", da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LARROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998. Volumes 2, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 21, 22, 23 e 24.

GEOGRAFIA GERAL II. Livro 4. São Paulo: Gráfica e Editora Anglo, 1990-1991. (Coleção Anglo).

GRIFFITHS, Martin. *50 Grandes Estrategistas das relações internacionais.* CASTRO, Vânia de (trad.). São Paulo: Contexto, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Passado como futuro.* SIEBENEICHLER, Beno (trad.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. (Coleção Biblioteca Tempo Universitário – Série Estudos Alemães).

HAESBAERT, Rogério. "A (Des)Ordem Mundial, os Novos Blocos de Poder e o Sentido da Crise". *In: Terra Livre:* São Paulo, jul-dez, 1991: n. 9. p. 103-128.

HIRO, Dilip. *Iraq in the Eye of the Storm.* New York: Nation Books, 2002, p.33-34.

HOBBS, Thomas. *O Leviata.* São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. SANTARRITA, Marcos (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Tempos Interessantes: Uma vida no século XX*. DUARTE, S. (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *Sobre História*. MOREIRA, Cid Knipel (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

ISRAEL, Fred I. *Kissinger*. ROMEIRO, Sidnei Leon (trad.). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Grandes Líderes).

ITUASSU, Arthur. Política Externa Norte-Americana até 1939. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 693-694.

\_\_\_\_\_. *Quem Tem Medo da Geopolítica?* São Paulo: Edusp e Hucitec., 1998.

JÚNIOR, Domicio Proença. *O Fazer da Guerra Moderna: o Corpo-de-Exército como Unidade Operacional gênese e superação*. Tese de doutorado apresentada ao Programas de Pós-Graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. MOOSBURGER, Udo Baldu; ROHDEN, Valério (trads.). São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KRISTSCH, Raquel. *Soberania: a construção de um conceito*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

KUBÁLKOWA, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (eds.). *International Relations in a Constructed World*. New York and London: M.E.Shape, 1998.

KUPCHAN, Charles A. *The Persian Gulf and the West: The Dilemmas of Security*. Boston: Allen & Unwin, 1987.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LEGOFF, Jacques. *A História nova*. BRANDÃO, Eduardo (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LAFEBER, Water. *The American Age: United States Foreign Policy in the Cold War and after*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995.

LITTLE, Douglas. *American Orientalism: The United States and the Middle East since 1945*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 2004.



LUKACS, John. *Uma Nova República: História dos Estados Unidos no Século XX*. GALANTE, Vera (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

McCORMICK, Thomas J. *America's Half-Century: United States Foreign Policy in the Cold War and After – Second Edition*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1995.

MATTELART, Armand. *A globalização da comunicação*. PELEGRIN, Laureano (trad.). Bauru: EDUSC, 2000.

“MEIO SÉCULO NA IMPRENSA”. Revista Ler & Cia. Curitiba: Livrarias Curitiba, Ed. 15, Ano 3. p. 28, 7 de julho de 2007.

MEYER, Fernando Aparecido de Oliveira. *A Guerra das Malvinas de 1982 na imprensa escrita brasileira*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (USP), 2004.

MILAN, Raí. *Iraque: Plano de Guerra. Dez razões contra a guerra ao Iraque*. AGUIAR, Luiz Antonio (trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MILLER, Judith; MYLROIE, Laurie. *Sadam Hussein e a crise do golfo*. MALUF, Vera. (trad.). São Paulo: Scritta, 1990.

MUNHOZ, Sidnei José. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.). *O Século Sombrio: Uma História Geral do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2004, p. 261-281.

\_\_\_\_\_. Guerra Fria. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 417-419.

\_\_\_\_\_. Contenção (Doutrina da). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 170-171.

\_\_\_\_\_; GONÇALVES, José Henrique Rollo. Détente. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 217-218.

\_\_\_\_\_. Apontamentos para uma reflexão sobre política imperial e conflitos internacionais relacionados aos Estados Unidos (do final do século XIX ao tempo presente). In: VI Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, 2006, Rio de Janeiro. VI Encontro Nacional de Estudos Estratégicos – apresentação dos Conferencistas. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006. p. 83-96.

\_\_\_\_\_. Política externa dos EUA e a questão militar no governo George W. Bush. In: XXIV Simpósio Nacional de História (ANPUH), 2007. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

\_\_\_\_\_. “GUERRA FRIA REVISITADA”. Revista Leituras da História: Ciência & Vida. São Paulo: Editora Escala, Ano 1, n. 4, p. 48-59, dezembro de 2007.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais: Temas, atores e visões*. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. (Coleção Relações Internacionais e Integração).

PINTO, Maria do Céu de Pinho Ferreira. *“Infiéis na Terra do Islão”: os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão*. Coimbra-Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003. (Série Bibliográfica Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).

POWELL, Collin; PERSICO, Joseph E. *Minha Jornada Americana*. ALBERT, Rosane; BUENO, Tomás Rosa (trads.). São Paulo: Editora Best Seller, 1995.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Guerras no Afeganistão. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 432-433.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. vol. 1. pp. 31-243. (Coleção Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. vol. 2. pp. 5-163. (Coleção Os Pensadores).

SCHILING, Voltaire. *Ocidente x Islã: Uma teoria do conflito milenar entre dois mundos*. 2ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2003.

SCHOUTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. FIKER, Raul (trad.). Bauru, EDUSC.

SCHUBERT, Frank N.; KRAUS, Thereza L. *Tempestade do Deserto: operações da Guerra do Golfo*. FONSECA, Luis Cesar (trad.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

SILVA, Aline Cáceres Dutra da. *A Hegemonia da Informação: Estudo sobre ética em jornalismo internacional com base na cobertura americana e brasileira da Guerra ao Terror*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina Projetos Experimentais em Jornalismo, do Departamento de Comunicação do Centro de Educação Comunicação e Artes, da Universidade Estadual de Londrina, 2003.

SILVA, Carlos Leonardo Bahiense. Guerra do Vietnã. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 409-412.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *O Iraque no Grande Jogo Político Mundial*.

\_\_\_\_\_.(coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*.Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

\_\_\_\_\_. Clinton (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 170-171.

\_\_\_\_\_. Bush (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 102-105.

\_\_\_\_\_. Powell (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 703-704.

SILVA, Rafael Vieira. *Guerra: derrota da humanidade. Análise do conflito Estados Unidos x Iraque*. Aparecida-SP: Editora Santuário, 2003.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao Vento. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRAUMANN, Andrew Patrick. *As Chamas da Revolução: A trajetória do Movimento Social que instaurou uma República Islâmica no Irã*. Londrina: UEL, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Diplomacia dos Petrodólares: Relações do Brasil com o Mundo Árabe (1973-1985)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Assis, 2007.

THOMPSON, Edward P. Intervalo: A Lógica Histórica. In: *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 47-62.

TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; MARTINS, Luciano (coords.)... [et al]. *A Nova Ordem Mundial em Questão*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

VESENTINI, José William. *Sociedade e Espaço: Geografia Geral e do Brasil*. 29ª Ed. São Paulo: Ática, 1998.

VICENTINO, Cláudio; MARONE, Gilberto Tibério. *História Geral II*. Livro 4. 2ª ed. São Paulo: Gráfica e Editora Anglo, 1990-1991. (Coleção Anglo).

\_\_\_\_\_. *História Geral I*. Livro 3. 1ª ed. São Paulo: Gráfica e Editora Anglo, 1990-1991. (Coleção Anglo).

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Oriente Médio e Afeganistão: um século de conflitos*. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2002. (Coleção Temas do Novo Século).

\_\_\_\_\_. *Guerra do Vietname*. Rio Grande do Sul: Editor UFRGS, 1988.

WHITTEMORE, Hank. *CNN: A História Real. Como um grupo de sonhadores audaciosos mudou a face do telejornalismo mundial*. NOGUEIRA, Celso (trad.). São Paulo: Editora Best Seller, 1990.

WORRALL, Simon. Almirante Lorde Nelson: Mestre dos Mares. Revista National Geographic Brasil. São Paulo: Abril, Ed. 67. p. 30-45, outubro de 2005.

ZARPELÃO, Sandro Heleno Morais. *A Crise no Oriente Médio: a Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (1990-1991)*. Monografia de Especialização apresentada Curso de Especialização em História Social e Ensino de História, do Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2006.

## **BIBLIOGRAFIA VIRTUAL**

<http://usinfo.state.gov/journals/itsv/1204/ijsp/powell.htm>, acessado em 12 de novembro de 2007.

[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESE\\_NHA...](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESE_NHA...), acessado em 12 de novembro de 2007.

[http://resistir.info/mreview/editorial\\_mr\\_jun04.htm1](http://resistir.info/mreview/editorial_mr_jun04.htm1), acessado em 12 de novembro de 2007.

<http://64.233.169.104/search?q=cache:Doa6S0DH-IEJ:www.infonet.com.br/politicaeeconomia/ler.asp%3Fid%3D32690%26titulo%3Dartigos+Bedarida+%22Hist%C3%B3ria+do+tempo+presente%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>, acessado em 12 de novembro de 2007.

<http://www.zmag.org>, acessado em 9 de setembro de 2008.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

*Folha de São Paulo*, material jornalístico (Editorial) do período de julho de 1990 a março de 1991.

*O Estado de São Paulo*, material jornalístico (Editorial) do período de julho de 1990 a março de 1991.